

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
MÓNICA CECILIA PALLARES BORJA CHIFFOLEAU

OUTRAS MANEIRAS DE COMUNICAR: AGROECOLOGIA COMO PROCESSO DE
COMUNICAÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

RIO DE JANEIRO
2019

MÓNICA CECILIA PALLARES BORJA CHIFFOLEAU

OUTRAS MANEIRAS DE COMUNICAR: AGROECOLOGIA COMO PROCESSO DE
COMUNICAÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-graduação em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia (HCTE) como requisito parcial à obtenção do título de doutora em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos de Oliveira

Rio de Janeiro
2019

Chiffolleau, Mónica Cecilia Pallares Borja

Outras maneiras de comunicar: agroecologia como processo de comunicação para a transformação social/ **Mónica Cecilia Pallares Borja Chiffolleau**. – Rio de Janeiro: UFRJ/ História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, 2019.

XVI, 305 p.: il.; 29,7 cm.

Orientador: **José Carlos de Oliveira**

Tese (doutorado) – UFRJ/ **História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia**, 2019.

Referências Bibliográficas: p.290 -305.

1. Comunicação. 2. Agroecologia. 3. Complexidade. I. **Oliveira, José Carlos de** II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, **História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia**. III. Título.

MÓNICA CECILIA PALLARES BORJA CHIFFOLEAU

OUTRAS MANEIRAS DE COMUNICAR: AGROECOLOGIA COMO PROCESSO DE
COMUNICAÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-graduação em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia (HCTE) como requisito parcial à obtenção do título de doutora em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia.

Aprovada em: 12 de março de 2019

BANCA EXAMINADORA

José Carlos de Oliveira, Dr. (HCTE/DEE/Polí/UFRJ)
Orientador

Evandro Viera Ouriques, Dr. (HCTE/ECO/UFRJ)

Juliana Dias Rovari Cordeiro, Dra. (UFRJ, NUTES)

Daniela Sanches Frozi, Dra. (FIOCRUZ-Brasília-DF)

Marcos Besserman Vianna, Dr. (FIOCRUZ/RJ)

Rio de Janeiro
2019

Dedico este trabalho a todos os camponeses e camponesas que apesar de semear com lágrimas, pela incerteza de não ter alimento para pôr nos pratos das suas famílias, cuidam de nossa alimentação e do alimento das gerações futuras, amando a terra e preservando a agrobiodiversidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo seu convite a cuidar da nossa casa comum, fonte de inspiração para esta tese.

Em nome do FRANCISCO, da CRISTINA, do JORGE e da dona RITA, agradeço aos agricultores e agricultoras da Rede Carioca de Agricultura Urbana, pela sua acolhida e ensinamentos sobre agroecologia. Ensinamentos que têm me permitido compreender e vivenciar que o termo “cultivar” quer dizer proteger, cuidar, preservar, velar, o que implica uma relação de reciprocidade com a natureza.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia da UFRJ, por ter acolhido minha proposta de pesquisa propiciando-me esta etapa formativa.

No HCTE agradeço especialmente ao meu orientador e amigo, JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA pela generosidade, pelas valiosas contribuições para me conduzir nesse processo de construção de saberes. Obrigada por sua orientação, pelos autores que me apresentou, pela paciência e compreensão.

Ao corpo docente e discente. Um agradecimento especial ao professor EVANDRO VIEIRA OURIQUES, pelo seu convite para participar do Anexo da cátedra UNESCO de Filosofia e Cultura das instituições – programa UNITWIN- Université Paris 8 – que tem permitido tão ricas discussões sobre o caráter psicopolítico da agroecologia, e por poder compartilhar com ANA SARAIVA IACHAN e AUREO GUILHERME MENDONÇA, pesquisadores que têm se tornado amigos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa concedida que me permitiu me dedicar exclusivamente à temática da pesquisa.

À banca de qualificação formada pelas profs. dras. JULIANA CASEMIRO e ROSANGELA CINTRÃO e ANNELISE FERNÁNDEZ, ao prof. dr. CARLOS KOELER pelas críticas e contribuições feitas ao projeto, que nos ajudaram a pavimentar o rumo da tese.

À minha querida amiga e parceira de pesquisa JULIANA DIAS, quem tem sido uma grande inspiração pela sua coerência de vida e grande apoio nos momentos de dúvidas e dificuldades. Gratidão pela partilha, trocas e artigos que fizemos em conjunto, pelo eco e cumplicidade que encontro com você, que me ajudam a ter a certeza de que este caminho de construção de conhecimento não termina aqui.

Agradeço às lideranças, mulheres e amigas, das redes e movimentos sociais nos quais pude navegar durante estes anos de pesquisa e militância, em especial BERNADETE MONTESANO, SILVIA BAPTISTA, MARCELLE FELIPPE e MARACI SOARES.

Em nome da Rede Ecológica, agradeço a MIRIAM LANGENBACH, e a todos aqueles associados que me acompanharam e me deram apoio na minha gestão no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

À minha família, minha mãe CECILIA, minha irmã LILIANA, meu irmão JAIME, por estarem sempre aí, pelo apoio, sobretudo nos momentos mais difíceis, brindando-me com a palavra certa e uma escuta incondicional.

Ao meu marido YVES e à minha duplinha maravilhosa, JEAN-BAPTISTE e VIRGINIE, por ser essa família que em meio de todas as mudanças e dificuldades vai se fortalecendo cada vez mais.

RESUMO

CHIFFOLEAU, Mónica Cecilia Pallares Borja. Outras maneiras de comunicar: agroecologia como processo de comunicação para a transformação social. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) – História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

Esta tese demonstra como as ações na mente pública, exercidas pelos processos de comunicação para um desenvolvimento monocultural focado no crescimento econômico, propagado como cientificista e excludente, têm sido determinantes para manter a colonização do saber e do poder. Desta forma, nos encontramos frente a um processo maquínico de captura, cuja violência passa despercebida para muitos, porque se apresenta como um processo comunicativo onde o bem-estar é promovido como sendo comandado pelas leis do mercado, onde a ciência e a tecnologia se encontram submetidas a ditas leis que são consideradas como soberanas e legitimadoras. Assim as percepções e valores de referência são modelizados, fazendo com que a trilha do desenvolvimento marcado pelo Ocidente seja desejada e considerada como a única possibilidade de existência. Deste modo, todos os níveis de reprodução social e produção de subjetividades são afetados, incluindo a alimentação, representada pelo sistema alimentar hegemônico. Corroboramos a necessidade de encontrar outras maneiras de comunicar outros valores, constatando que a agroecologia pode ser considerada um processo comunicativo, que legitima e produz outros saberes e é portador de princípios que se contrapõem ao valor supremo respaldado na lei do mercado, promovendo preceitos como o cuidado e a defesa da integridade das leis da natureza. Encontramos na agroecologia um compromisso ético-político, que comunica um tipo de desenvolvimento autônomo, expressado por práxis e sistemas alimentares alternativos, uma gramática própria onde a autonomia restitui a ideia de produção como fonte de criação e emancipação humana, religando os homens com os homens e os homens com a natureza, de forma a produzir uma sociedade planetária mais solidária.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação. Agroecologia. Comunicação para a transformação social. Ecologia dos meios. Ecologia de saberes. Complexidade

ABSTRACT

CHIFFOLEAU, Mónica Cecilia Pallares Borja. Outras maneiras de comunicar: agroecologia como processo de comunicação para a transformação social. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) – História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

This thesis demonstrates how the actions directed to the public mind through communication processes focused on economic growth contribute to the propagation of a monocultural development, enabling the perpetuation of a colonization of knowledge and power, with an exclusion vision. In this way, we find ourselves facing a machinic process of capture whose violence goes unnoticed for many, because it presents itself as a communicative process where the welfare is promoted as commanded by the laws of the market, where science and technology are submitted to those laws that are considered as sovereign and legitimating. In this way, the perceptions and values of reference are modeled, making the path of development followed by the West desired and considered as the only possibility of existence. Therefore, all levels of social reproduction and subjectivity production are affected, including food, which is represented by the hegemonic food system. We corroborate the necessity to find other ways to communicate other values, verifying that agroecology can be considered a communicative process which legitimizes and produces other types of knowledges and is a bearer of principles that are opposed to the supreme value supported by the law of the market, promoting precepts such as care and defense of the integrity of nature laws. We find in agroecology an ethical-political commitment that communicates a type of autonomous development expressed by praxis and alternative food systems, a kind of own grammar where autonomy restores the idea of production as a source of creation and human emancipation, re-connecting men with men and men with nature in order to produce a more solidary planetary society.

KEY WORDS: Communication, Agroecology, Communication for social transformation, Media Ecology, Knowledge Ecology, Complexity

LISTA DE SIGLAS

ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAISAN	Camãra Interministerial de Segurança Alimentar
CODAE	Cordenadoria de Alimentação Escolar
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DHAA	Direito humano à Alimentação Adequada
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FBSSAN	Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
FDA	Food and Drug Administration
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	General Agreement of Tarifs and Trade
HCTE	História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NUPENS	Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OCRC	Obesity Center of Research and Comorbidities
PARA	Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PMA	Programa Mundial de Alimentação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAPO	Política de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAU	Política Nacional de Agricultura Urbana
PNRS	Programa Nacional de resíduos sólidos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RCAUR	Rede Carioca de Agricultura Urbana
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
TGS	Teoria Geral de Sistemas
TIC	Tecnologias de la Informação e Comunicação
UNAM	Universidade Nacional Autônoma de México
UNICEF	Fundo Internacional das Nações Unidas para a Infância
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Cobertura vegetal no Mato Grosso do Norte 1986-2006.....	121
Figura 2: Prefeito João Dória promovendo a farinata	145
Figura 3: O granulado farinata	145
Figura 4: Memes contra o Bolsa Família	151
Figura 5: Visita de McDonalds à escola pública.	244
Figura 6: Feira da Roça Vargem Grande - RJ	258

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO.....	12
	INTRODUÇÃO.....	24
1	ESTADO MONOCULTURAL, SISTEMA-MUNDO MODERNO COLONIAL E COLONIZAÇÃO DO SISTEMA ALIMENTAR.....	44
1.1	Sobre a formação do Estado, teorizações pseudouniversais.....	45
1.1.1	Política e Estado para Deleuze e Guattari	52
1.1.1.1	Aporias da origem do Estado: gênese impossível e começo não encontrado	53
1.1.1.2	Limite e captura: por um conceito de acumulação primitiva de Estado.....	60
1.2	Violência do Estado, a lei do mais forte.....	66
1.3	Sistema-Mundo moderno colonial	69
1.3.1	Axioma capitalista, violência e dívida infinita	76
2	COLONIALIDADE DO SISTEMA ALIMENTAR: A LEI DO MERCADO E A LEI DO MAIS FORTE	83
2.1	Estado Plurinacional e epistemologias do Sul.....	88
2.1.1	Sociologia das emergências, comida como bem	93
2.2	Estado plurinacional, políticas alimentares soberanas e agroecologia.....	99
2.2.1	Comunicação de políticas alimentares soberanas.....	103
2.3	Monocultura da mente pública, o triunfo do agronegócio.....	108
2.3.1	Produção e desenvolvimento: divisão do trabalho no sistema-mundo moderno colonial	119
2.4	Modelos de desenvolvimento e modelos de comunicação para o desenvolvimento..	125
2.4.1	Revisão da abordagem do desenvolvimento	129
3	PASSANDO FOME APESAR DO “DESENVOLVIMENTO”.....	140
3.1	Fome e desperdício no Brasil, visão simple ou complexa?.....	142
3.2	Campanha Fome como problema cultural.....	146
3.3	Segurança Alimentar e Nutricional a construção de um conceito.....	154
3.3.1	Novos descritores para o conceito de Segurança Alimentar	157
3.4	A Fome é política	163
3.5	Alimentos são mais do que nutrientes	168
4	ECOLOGIA DOS MEIOS: A METÁFORA ECOLÓGICA	180
4.1	A visão transmissiva da comunicação	185

4.1.1	Espaço, Tempo e Comunicações	188
4.1.2	Mercado de commodities e informação como commodity	191
4.2	A visão cultural da comunicação.....	195
4.3	Relações entre comunicação, linguagem e pensamento	200
4.3.1	Linguagem e tradição oral	204
4.4	Linguagem e memória biocultural.....	210
4.5	Estudar os meios como meios	217
4.5.1	Autonomia, liberdade e Meios como meios	225
4.5.1.1	Liberdade e o conceito de autonomia	229
4.5.1.2	Modo camponês de produção, o esforço para lograr a autonomia	234
5	AGROECOLOGIA COMO UM PROCESSO DE COMUNICAÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.....	249
5.1	Trazer de volta a Cultura à agricultura e o princípio camponês	251
5.2	Vida-linguagem da agroecologia: comunicação de processos endógenos de desenvolvimento rural	259
5.3	Comunicação de outro tipo de desenvolvimento.....	266
5.4	Semeando Agroecologia no território mental, contra a monocultura da mente	275
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	285
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	290

APRESENTAÇÃO

Ao escrever esta tese fui remetida à minha origem profissional como engenheira de produção, e isto me levou a repensar no que significava a palavra produção, a qual tinha aprendido durante os anos de estudante de graduação, e então a contrastar com as minhas apreensões atuais. Anteriormente, longe das considerações presentes de interdisciplinaridade que atualmente são acopladas a ela, o seu sentido progresso ficava bastante restrito à “produção industrial”, incluindo as atividades de melhoria dos processos e procedimentos para realizar o produto, tendo como objetivo através dele gerar meramente lucro econômico. A profissão de engenheiro era, assim, importante para um país como a Colômbia, minha terra natal, subdesenvolvida, que precisava chegar a um bom nível de desenvolvimento através de um aporte maior e de melhor qualidade de produtos. O país deveria crescer através do Produto Interno Bruto (PIB). Cinco anos de formação tinham me dotado com as técnicas necessárias para trabalhar, ou seja, mais uma engenheira de produção formada que serviria para as engrenagens da megamáquina econômico-social colombiana.

Tinha na época alguma sensibilidade ambiental, que me levou a fazer uma monografia sobre a factibilidade de produzir tijolos utilizando resíduos gerados nas perfurações de poços petrolíferos, movida pela preocupação com a quantidade de resíduos restituídos à natureza depois de um processo produtivo. Havia querido me especializar em técnicas que fizeram da produção um processo mais resiliente, porém o ano de minha formação foi muito difícil economicamente para o país, com desemprego muito elevado e com as questões ambientais longe de serem prioridades para as corporações. Deste modo, posso afirmar precisamente: foram as técnicas de *marketing* que me permitiram iniciar a vida no mundo corporativo.

O ciclo produtivo começa no departamento de *marketing*. Aí se analisa a demanda, fundamental para o desenvolvimento de novos produtos que serão lançados, muitas vezes inúteis se pensarmos nas genuínas necessidades humanas. Só mais tarde comecei a levar isso em consideração: se o mercado pede – seja ele estimulado artificialmente ou não – vai poder gerar lucro e assim continuar o processo de produzir por produzir, na maioria dos casos sem pensar nas reais e imprescindíveis necessidades humanas.

Muitas vezes o supérfluo atendia a essas necessidades de produzir por produzir e gerar lucro (valorizar o capital) sem se atentar aos resíduos, tampouco preocupar-se com a degradação da

natureza e dos ambientes de nossa existência. Não havia atenção, em se tratando de produtos alimentares - que são o nosso foco de atenção – para se podiam, por exemplo, afetar a saúde: o importante é que eram produtos (mercadorias), e se deveria competir com agressividade por cada real gasto pelo consumidor. Esta era para mim, exclusivamente, a função do *marketing* na engrenagem da produção.

Trabalhando especificamente em publicidade, aprendi e vivenciei esta técnica, a qual, como sinaliza o teólogo, filósofo e sociólogo francês Jacques Ellul (1912-1944), é fundada na ciência da biologia (para compreender os reflexos), e sobre outras ciências exatas, tais como a sondagem da opinião pública, a estatística, com o objetivo de prever uma ação eficaz. Na verdade, o trabalho das técnicas psicológicas e mesmo psicanalíticas permitem conhecer com bastante exatidão as molas do coração humano para agir sobre ele com grande segurança (ELLUL, 1968, p. 350, 372).

Sem ter nada a ver com matérias-primas que vieram da natureza, mas só com produtos finais que deviam estar com embalagens atrativas, a produção, seus resíduos e consequências, ficaram longe das minhas preocupações. Minha função na megamáquina social estava na produção de ações e de paixões; produção de registros, de distribuições e de marcações; produção de consumos, de volúpias, de angústias e de dores. Como sinalizaram o filósofo Gilles Deleuze (1925-1995) e o psicanalista e filósofo Felix Guattari (1930-1992), produção de registros que são imediatamente consumidos, consumados, e cujos consumos são diretamente reproduzidos, sendo o primeiro sentido de processo o ato de inserir o registro e o consumo na produção, transformá-los em produção de um mesmo processo, imagens, um teatrinho gerador de desejos (DELEUZE e GUATTARI, 2014, p. 14).

Assim se passaram cinco anos da minha vida profissional: atuando no registro em que a produção da indústria se identifica com a essência natural do homem. Nessa engrenagem, a indústria não é mais considerada numa relação extrínseca de utilidade, mas em sua identidade fundamental com a natureza como produção do ser humano e pelo ser humano (DELEUZE e GUATTARI, 2014, p. 15).

Na realidade me encontrava longe de considerar engrenagens e máquinas, ou mesmo natureza. Só estava vendo produção e produtos. Como sinaliza o filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto (1909-1987) – doravante Vieira Pinto – o ser humano distancia-se das máquinas,

ignora-as, porque cada vez está mais perto delas e dos produtos que produzem. Esta distância mede o grau de aperfeiçoamento social e o trabalho intelectual (2005, p. 103).

Este era o significado de produção antes da minha entrada no mundo da interdisciplinaridade. O socioantropólogo Edgar Morin (1921-) pontua a importância de restituir um significado mais diverso de produção, sendo que esta é fonte, criação, causa, conduz à essência e tem um caráter genésico-poiético. O autor ressalta o fato de que, ao isolá-lo, só a conotação tecnoeconômica se tornou contrária à ideia de criação (2003, p. 199-202).

Hoje compreendo o sentido mais amplo da produção. Um texto, um livro, um documentário, uma performance, diferentes práticas e todo conjunto de atividades que efetuam transformações a partir de uma competência, que conseguem produzir movimentos, mutações e mudanças. Foi de fato uma produção, um documentário especificamente, com o seu jogo de linguagem, paixões, afetos e formas de conceber outras organizações do sensível e do espaço-tempo, que me fez lembrar que ser humano e natureza não são como dois termos postos um em face do outro, mesmo se tomados numa relação de causa, de compreensão ou de expressão (causa-efeito, sujeito-objeto etc.), mas são uma só e mesma realidade essencial do produtor e do produto (DELEUZE e GUATTARI, 2014, p. 15).

O documentário apresentava a vida de meninos muito novos do Paquistão, trabalhando em condições análogas à escravidão, com seus dedos deformados pelas extensas horas de trabalho, costurando bolas do futebol. Para as empresas, em termos técnico-econômicos, considerando apenas a relação custo-benefício, produzir desse jeito é algo insuperável. Por sua parte, a produção capitalista da realidade só apresenta as bolas da Copa do Mundo, criando desejo em crianças do mundo inteiro. Seu objetivo está longe de promover uma reflexão em torno das consequências e estragos sociais e ambientais do processo.

Assistir a este documentário trouxe como resultado uma mutação na minha visão de mundo. Porém, eu me perguntava naquele momento como uma engenheira de produção poderia se desfazer desse significativo despótico da palavra produção que estava tão posicionado em minha mente, como uma das marcas dos clientes da agência de publicidade que eu havia trabalhado com tanto cuidado para tornar líder de mercado. Naquele momento, produzir por produzir dentro dessa realidade era o registro que estava embebido em mim como pessoa.

As marcas (*branding*) são de fato uma expressão particularmente importante da relação individual com a cultura capitalista global: são uma dimensão cultural do mercado global através do qual os indivíduos atribuem um significado ao seu consumismo (BANET-WEISER, 2007 apud CASTELLS, 2015, p. 173), aos seus padrões e estilo de vida.

No entanto, estava segura de que não queria fazer mais parte dessa encenação, dessa produção destruidora. A única alternativa era levar minhas técnicas de marketing e publicidade para uma produção alternativa, outra marca, que pelo menos considerasse a natureza e a justiça social. Contava com minhas técnicas de marketing para vender minha força de trabalho. Isso seria suficiente para acalmar minha consciência durante alguns anos. Comecei, assim, a trabalhar na promoção e venda de produtos alimentares de comércio justo nos supermercados espanhóis, trabalhando no que acreditava ser um comércio crítico.

Vieira Pinto sinaliza que os teóricos da técnica, em grande número, são simples tecnocratas que se valem de suas faculdades intelectuais, um tanto aguçadas pelas práticas administrativas públicas ou privadas, a serviço de grupos que lhes dão emprego para fazerem críticas à sociedade, proporem reformas “revolucionárias” e “inovadoras”, quando na verdade desejam consolidar o status quo existente, que em essência os beneficia. O autor pontua ainda que parte do problema se origina na tentativa de elaborar uma compreensão do mundo que o entenda como um conjunto de objetos artificiais. O ser humano cada vez mais encontra a obra das outras pessoas em lugar da natureza, tendo acesso aos fenômenos do mundo pela mediação social das coisas que necessita, esquecendo a essência por trás dos objetos (PINTO, 2005, p. 220, 224).

Anos depois, as palavras de Vieira Pinto ressoaram como uma autocrítica, no momento em que conversava com Renata Pistelli¹ sobre a visão do comércio justo no Brasil, onde tinha chegado para morar por questões pessoais. Pesquisando sobre o comércio justo, cheguei em algumas pessoas-chave, as quais entrevistei. Renata tinha trabalhado também na Espanha, onde existe uma grande polêmica com relação à função do comércio justo: um grupo compreende o comércio justo como ferramenta de soberania alimentar; outros, incluída a

¹ Mestre em educação, pela faculdade de educação da Universidade de São Paulo - FE/USP. Atua desde 2000 com gestão de projetos, desenvolvimento de pesquisas e realização de práticas de formação relacionadas aos seguintes temas: economia solidária, agricultura familiar, comércio justo, consumo responsável, gestão participativa.

ONG Oxfam Intermón² para a qual trabalhei, entendem este tipo de comércio como uma ferramenta de acesso ao mercado.

Confesso que, como técnica, o acesso ao mercado era fundamental. Minha compreensão estava focalizada em certos indicadores de mercado, vendas, posicionamento, *branding*, etc., sendo que vender mais devia ser bom para os pequenos produtores dos países subdesenvolvidos. Na fala com a Renata, chegamos ao ponto do mercado das commodities e de como a visão do acesso ao mercado estava repetindo o modelo convencional. Por este motivo, marcas como a Nestlé já contavam com produtos com selo de certificação de comércio justo.

Na realidade, esse esquema do comércio justo certificado que prevalecia na Europa era uma solução técnica, através de uma produção social e ambientalmente mais justa. De certo modo se tratava de resolver um problema gerado pelo mercado no mercado, o que exige produzir por produzir, cada vez a menores custos. Deste modo, a ideia inicial do comércio justo estava ficando cada vez mais longe dos seus princípios de base e se tornando mais uma cópia do processo de produção convencional.

Reconhecido hoje em dia como um nicho de mercado, o comércio justo tem sido fortemente descaracterizado. Tem chegado ao ponto de emitir certificações a grandes plantações, desvirtuando o apoio ao pequeno produtor. Podemos entender, assim, que os fluxos do comércio justo com características de acesso ao mercado tinham sido capturados pela máquina capitalista.

Me lembrei, nesse momento, das pesquisas iniciais que tinham me motivado a seguir por este caminho. Por onde andava a produção desejante que havia gerado as chamadas iniciais do comércio justo?

Francisco Vander Hoff³, sacerdote holandês radicado em Oaxaca (México), exemplo de vida e de sabedoria, foi um sacerdote obreiro que morou com camponeses produtores de café,

² Organização não governamental de cooperação para o desenvolvimento que centra suas atividades em oferecer uma resposta integral ao reto da pobreza e injustiça para que todos os seres humanos possam exercer plenamente seus direitos. Disponível em: <http://www.oxfamintermon.org/es/quienes-somos/presentacion> . Acesso em: jan. 2017.

fazendo parte da cooperativa de sua produção. Assim, o seu único ingresso era a venda deste produto. Sua ideia de criar um selo para vender em supermercados foi uma ideia inovadora. O nome do selo – Max Havelaar⁴ - homenageava um herói que viveu uma história de justiça social muito conhecida por todas as crianças dos países do Benelux (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo). No livro, publicado em 1859, Max Havelaar libera os camponeses javaneses do escravismo e das condições deploráveis aos quais haviam sido submetidos pelos colonizadores holandeses.

Desta forma, o primeiro selo de comércio justo criado comporta o real e o simbólico, com o desejo da liberação dos agricultores das condições de exploração a que os camponeses são submetidos no sistema alimentar hegemônico. De acordo com o informe do estado da insegurança alimentar no mundo⁵, se estima que hoje em dia 70% das pessoas que passam fome no mundo sejam agricultores, estatística que se torna chocante ao considerar que este mesmo estamento de pessoas – agricultores em regime familiar – contribuem em cerca de 70% para a disponibilidade de alimentos no mundo. Seriam estas condições realidades herdadas de um processo maquínico, existente desde a época colonial?

O padre Francisco Vander Hoff, além de teólogo e economista, é hoje um crítico dos caminhos que o movimento tem tomado. Entretanto, seu grande desejo de justiça e de mudança social estava dentro da técnica econômica apresentada por Ellul como a ciência (técnica!) das escolhas eficazes. Ellul ressalta como, no mundo, a vida econômica se torna dependente, em suas minúcias, do desenvolvimento técnico, uma tendência que leva a vida do mundo moderno a ser cada vez mais dominada pela economia, e esta pela técnica (1968, p. 156, 162, 310).

Os alimentos de comércio justo nas prateleiras dos supermercados, em certo modo se encontravam na situação enunciada por Ellul, “se o homem nega o caráter necessário de um fenômeno, ele escapa de afrontá-lo, se engajando nas vias laterais, e se submete em realidade

3 Padre holandês cofundador da cooperativa de produtores de café Unión de Comunidades Indígenas de la Región del Istmo (UCIRI), primeira cooperativa de café de comércio justo. Doutor em economia política e teologia. Confronte em: http://lexpansion.lexpress.fr/actualite-economique/francisco-van-der-hoff-le-padre-de-l-equitable_929795.html. Acesso em: jan. 2017.

4 Romance holandês do Eduard Douwes Dekker. Disponível em: <http://www.voxeurop.eu/es/content/article/161451-max-havelaar-el-heroe-incomprensido>. Acesso em: jan. 2017.

5 Confronte em: <http://www.fao.org/hunger/en/>. Acesso em: jan. 2017.

ao fenômeno” (2008, p. 12, tradução nossa)⁶. Ainda de acordo com Ellul, é somente a partir do momento em que o ser humano reconhece que está alienado que a sua liberdade, de fato, começa a acordar de sua determinação mesma. Não seria devido ao esforço de tentar tomar uma distância com relação ao que o determina para objetivá-lo, e reduzi-lo ao estado, de fato, bruto (2008, p. 12).

Nesse momento, entendi que era necessário tomar distância do que até então acreditava ser um sistema alimentar justo. Estava precisando encontrar e conhecer outros modelos que me permitiriam compreender como sair dessa alienação, que eu considerava ter deixado para trás no momento que me liberei das amarras do mundo corporativo.

Me perguntei então se existiria uma outra produção que fosse fora dos fluxos do mercado. Percebi como o comércio justo, no qual eu tinha trabalhado até esse momento, nascido como uma proposta diferente, com um fluxo descodificado, tinha sido capturado pela lógica capitalista entrando na axiomática definida pelo mercado. Quando cheguei no comércio justo, foi justamente porque estes produtos estavam onde o axioma o exige, ou seja, nas prateleiras dos supermercados.

Do meu lugar de fala e de experiência como marqueteira, não tinha uma referência sobre outras experiências de produção. Estava precisando do que Morin denomina de um “meta ponto de vista” sobre o sistema alimentar. Necessitava considerar diversos pontos de vista. Na realidade, eu estava tão inserida no ponto de vista dominante que precisava inclusive encontrar o meu próprio ponto de vista enquanto sujeito inscrito e enraizado na sociedade.

Percebi de novo a máquina que produzia produtos alimentares por produzir, massivas produções que trazem problemas novos de armazenamento e transportes, uso de agrotóxico para possibilitar grandes produções, transgênicos, salinização dos solos, grilagem de terras etc. Uma máquina focada sempre nas questões técnicas e tecnológicas da produção alimentar, que produz sempre as soluções técnicas e tecnológicas do conhecimento mutilador.

⁶ “Tant que l’homme nie le caractère nécessaire d’un phénomène, il échappe à son affrontement, il s’engage sur le voies latérales et se divertit, c’est-à-dire se soumet en réalité au phénomène, en se prétendant « libre malgré », et parce qu’il se prétend libre. C’est seulement à partir du moment où il a reconnu qu’il est aliéné dans ce fait, que sa liberté commence à poindre dans sa détermination même, ne serait-ce que par l’effort (qu’il tente) de prendre une distance par rapport à ce qui le détermine pour l’objectiver e le réduire à l’état de fait brut”.

De acordo com Morin, o conceituador está em uma situação paradoxal: ele está ligado a uma sociedade maquinista em que o conceito de máquina o aprisiona, entretanto é necessária a eclosão de um conceito complexo de máquina. Para que ocorra tal eclosão, o observador-conceituador deve se engajar em uma problemática, na qual a sua visão de mundo das máquinas coloque sob suspeita, ao mesmo tempo, a sua visão de mundo, a visão de mundo que ele tem da sociedade, e a visão de mundo que lhe vem da sociedade (2003, p. 224-225).

Para encontrar o metaponto de vista foi fundamental a minha participação na Rede Ecológica⁷, uma das indicações de comércio justo no Rio de Janeiro. Para fazer parte da Rede é necessário realizar uma atividade voluntária, pelo fato de que um dos grandes objetivos deste grupo de consumo é a educação dos consumidores. O grupo foi concebido desta forma por Miriam Langenbach (1944-)⁸, uma das idealizadoras e grandes promotoras deste movimento social. Atualmente, para poder fazer parte da Rede, é preciso passar por três módulos de formação, um dos quais questiona fortemente o papel da publicidade no consumo alimentar.

Fazer parte da Rede Ecológica me permitiu entrar no mundo da agroecologia⁹, onde a palavra produção recuperava o sentido de criação. É necessário trabalho voluntário para viabilizar a produção de um sistema alimentar alternativo, produção de outra realidade, que se encontra no limite, na fronteira, no limiar, na periferia, e onde ainda haja espaço para fluxos não codificados nem capturados pelo mercado. Esta produção é possível graças ao desejo permeado por afetos, resistências e micropolíticas.

7 A REDE ECOLÓGICA é um movimento social que visa fomentar o consumo ético, solidário e ecológico. É constituída de grupos de consumidores que realizam compras coletivas diretamente de pequenos produtores agroecológicos / orgânicos, o que viabiliza a compra desses produtos a preços acessíveis e, ao mesmo tempo, apoia as iniciativas desses produtores. Mais informações no site, disponível em: <http://redeecologicario.org/>. Acesso em: abr. 2017.

8 Psicóloga fundadora da Rede Ecológica, faz parte do núcleo da Urca.

9 De acordo com Caporal (2009) agroecologia pode ser definida como uma nova ciência em construção, um novo paradigma de cujos princípios e bases epistemológicas nascem a convicção de que é possível reorientar os cursos alterados dos processos de uso, de forma a ampliar a inclusão social, reduzir danos ambientais e fortalecer a soberania e a segurança alimentar com a oferta de alimentos saudáveis para todos. No entanto, não há consenso sobre o que significa o termo "agroecologia". A multiplicidade de significados reflete uma realidade complexa em que diferentes interesses, práticas e disciplinas convergem, típicos de um campo emergente. Em recente revisão do conceito de agroecologia, Wezel, Bellon, Dor, Francis, Vallod e David (2009) afirmam que há confusão neste termo, pois se refere a "uma disciplina científica, uma prática agrícola ou um movimento social ou político". Os autores afirmam que em cada país há uma tradição diferente de usar o termo, que depende de: a existência (ou não) de fortes movimentos sociais ou ambientais; as diferentes tradições científicas e se estão acostumadas a tratar mais ou menos aspectos sociais; e os quadros conceituais com os quais movimentos sociais e práticas agrícolas são descritos na pesquisa (LLERENA e ESPINET, 2017, p.21). Desde a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a agroecologia é considerada como ciência, movimento e prática. É desta forma que a agroecologia é compreendida nesta pesquisa.

De acordo com Deleuze e Guattari, a produção como processo excede a todas as categorias ideais e forma um ciclo ao qual o desejo se relaciona como princípio imanente. O produzir está sempre inserido no produto, razão pela qual a produção desejante é produção de produção, assim como toda máquina é máquina de máquina (2014, p. 15, 17). Estar no interior da agroecologia foi um metaponto de vista que me permitiu observar esta máquina desejante.

Fiz minha participação de voluntariado no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio de Janeiro (CONSEA-Rio) como titular da Rede Ecológica. Dentro deste conselho, coordenei durante quatro anos a câmara temática “Segurança Alimentar nas estratégias de desenvolvimento”. Desde o princípio, uma das atribuições da câmara, que canalizou meus esforços e articulações, foi a de “pautar o abastecimento alimentar da cidade”. Pensava na realidade da produção agroecológica e em como os protagonistas – agricultores da cidade – estavam invisibilizados.

Esse trabalho de articulação no CONSEA-Rio, levou Rosângela Pezza Cintrão (1965-) – Bibi Cintrão¹⁰ – membro da Rede Ecológica, a me indicar à disciplina Ciência e Tecnologia e Segurança Alimentar, ministrada pelo meu agora orientador José Carlos de Oliveira, disciplina na qual encontrei também minha grande amiga e parceira Juliana Dias Rovari Cordeiro (1977-)¹¹.

Graças aos livros lidos para a disciplina e às discussões, conheci o programa interdisciplinar do qual hoje faço parte. Germinava, nesse momento, o desejo de escrever sobre agroecologia, matriz integradora, totalizante, holística, capaz de apreender e aplicar conhecimentos gerados em diferentes disciplinas científicas, abarcando da agricultura à nutrição, visando um desenvolvimento sustentável e a inclusão social. Nascia assim o objeto de estudo da minha pesquisa de mestrado, “Ambientes obesogênicos: agroecologia como solução e reivindicação de liberdade de escolha e criação de ambientes saudáveis” (2015).

10 Pesquisadora Autônoma. Doutora pelo CPDA/UFRRJ - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Atualmente trabalha nos temas: queijos artesanais, vigilância sanitária, comida e cultura, políticas públicas agricultura e segurança alimentar e nutricional.

11 Também orientanda do professor José Carlos de Oliveira (HCTE/UFRJ).

Dentro dos objetivos da pesquisa estava o questionamento sobre as contradições implícitas no fundamento principal do livre mercado da economia capitalista, que deveria permitir ao consumidor autonomia para eleger seus alimentos, e ao agricultor a liberdade de venda. Pretendia entender se, realmente, o sistema alimentar atual está restringindo a liberdade de escolha pelos alimentos sustentáveis e socialmente justos, e também avaliar como algumas das soluções oferecidas pelos conglomerados alimentares dominantes, interessados no lucro dos novos nichos de mercado, criavam novos produtos alimentares que podem ser considerados como pseudojustos ou pseudo-sustentáveis, interferindo na compreensão e no encontro com o alimento por parte dos consumidores.

Fazendo um recorte sobre o binômio fome/obesidade – especificamente a fome dos agricultores e a obesidade dos consumidores – visava constatar, através das experiências agroecológicas na Zona Oeste da cidade de Rio de Janeiro, se a agroecologia poderia ser um modelo alternativo viável. Com essa pesquisa, ficou demonstrado que a agroecologia pode ser uma das estratégias para o desenvolvimento de ambientes saudáveis e sistemas alimentares sustentáveis, locais e justos.

A produção desejante que faz da agroecologia uma realidade me exigirão continuar explorando este objeto de estudo, agora procurando entender como é possível comunicar a agroecologia a um maior número de pessoas. Partindo do suposto: a agroecologia é um processo social amplo de construção de autonomia, que permite a agricultores e consumidores se contraporem ao sistema alimentar hegemônico, reafirmando e fornecendo maior consistência ao direito humano à alimentação adequada¹².

Entendemos a comunicação, como é trazida por Manuel Castells (1942-), como um dos elementos críticos para a dominação, pelo fato de que é através dela que a mente interage com seu ambiente social e natural. A comunicação tem a capacidade de construir consentimento, ou de pelo menos instilar medo e resignação em relação à ordem existente, sendo essencial para fazer cumprir as regras que governam as instituições e as organizações da sociedade. Assim, a batalha fundamental pela definição das normas da sociedade gira em torno da

12 De acordo com o Relatório Especial da ONU para o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), de 2002, o DHAA, “É um direito humano inerente a todas as pessoas o de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva”

formação da mente humana, na qual a comunicação é essencial. O processo de comunicação opera segundo a estrutura, a cultura, a organização e a tecnologia de comunicação em uma sociedade determinada (2015, p. 21).

No livro *Anti-Édipo*, Deleuze e Guattari trabalham a noção de esquizofrenia como o processo da produção do desejo e das máquinas desejantes, para se referir a todo aquele que sai pelas bordas, pelo limiar imposto pelo capitalismo, fazendo uma diferenciação do que seria esta como entidade clínica (2011, p. 41).

Uma das passagens do livro se refere ao passeio do esquizo como um modo particular de reencontrar a terra:

O esquizofrênico situa-se no limite do capitalismo (...) ele mistura todos os códigos, é portador dos fluxos descodificados do desejo. O real flui. Os dois aspectos do processo se juntam: o processo metafísico que nos põe em contato com o “demoníaco” na natureza ou no seio da terra, e o processo histórico da produção social que restitui às máquinas desejantes uma autonomia em relação à máquina social desterritorializada. A esquizofrenia é a produção como limite da produção social. A produção desejante e sua diferença de regime em relação à produção social estão, pois, no fim e não no começo. De uma à outra há tão só um devir, que é o devir da realidade (2011, p. 54).

Esta passagem me faz pensar na agroecologia: a realidade dessa produção alternativa é real, está aí, criando e reivindicando políticas, são fluxos e corpos que funcionam como unidades de produção, afetos, territórios, resistências, emergências e delírios. Se o desejo é produtor, ele só pode sê-lo na realidade, e de realidade. Outras formas contra-hegemônicas de comunicar vão surgindo; consistem em partes de uma ecologia de saberes onde está inserida uma cultura de comunicação no interior dos movimentos que praticam a agroecologia, comunicação tecida em rede como o pensamento complexo. O grande desafio é a comunicação com a sociedade, fora da academia, dos movimentos sociais e dos organismos de controle social.

Não existem técnicas de marketing para a comunicação de um objeto complexo. De acordo com o agrônomo, periodista, publicitário e inventor da teoria das relações públicas Edward Bernays (1891-1995), a publicidade baseia-se na simplificação. Para evitar confusão a sociedade reduz as possibilidades de eleição, ideias e objetos que se apresentam ao público, sendo o objetivo em todo momento capturar nossas mentes em benefício de alguma política, artigo ou ideia (2010, p.26).

Uma questão que se coloca é a de saber se dá para conceber a construção de uma sociedade organizada, que produza modos de subjetividade sobre bases diferentes daquelas sobre as quais se assenta a industrialização mundial, como aquelas existentes na agroecologia. Aqui não é o caso de voltar para as bases arcaicas de um *déjà-là* cultural da subjetividade, o qual se buscaria recuperar; ao contrário, é necessário criar condições para a produção de um novo tipo de subjetividade, que se singulariza e que se encontra às vias de sua especificação (GUATTARI E ROLNIK, 2013, p. 58).

Indicamos, desta maneira, um contexto complexo, que justifica perscrutar a questão alimentar de forma mais holística. Focados na comunicação da agroecologia como um processo de comunicação de um objeto complexo, analisaremos diferentes temas e atores sociais que estão envolvidos no propósito deste estudo para melhor entendermos esses conceitos fundamentais e estabelecermos uma conexão entre eles que justifique a agroecologia como processo social de construção de autonomia.

INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade da segurança alimentar¹³ do mundo foi posta em evidência uma vez mais durante o terceiro semestre do ano 2016. O motivo era a fusão, no mês de setembro, da empresa Bayer (número 2 em agroquímicos e 7 em sementes) com a Monsanto (número 1 em sementes e 5 em agrotóxicos). Desta forma, apenas três empresas controlam mais da metade do mercado mundial das sementes¹⁴.

Se pensarmos no que comemos, é inevitável lembrarmos de algumas marcas de produtos que chegam em nossas casas. Encontramos hoje uma concentração tão importante no sistema alimentar que as duzentas primeiras sociedades agroalimentares controlam aproximadamente um quarto dos recursos produtivos mundiais. Estas empresas dispõem de recursos financeiros superiores a muitos dos países onde estão implantadas. Exercem um monopólio de fato no complexo alimentar, da produção à distribuição, passando pela transformação e comercialização de produtos. O seu peso é tão importante que influenciam até mesmo nas decisões do governo. O efeito desse poder tem sido, muitas vezes, a restrição da escolha dos agricultores e consumidores. Adicionalmente, o controle crescente das corporações transnacionais nos setores da produção e do comércio alimentar internacional, tem repercussões consideráveis no exercício do direito à alimentação adequada e saudável (ZIEGLER, 2011, p. 170-1).

A falta de liberdade de escolha dos agricultores e consumidores foi o tema central da minha dissertação de mestrado “Ambientes Obesogênicos: Agroecologia como solução e reivindicação de liberdade de escolha e criação de ambientes saudáveis” (CHIFFOLEAU, 2015). O conceito de liberdade adotado foi o trazido pelo economista e filósofo Amartya Kumar Sen (1933-), prêmio Nobel de economia em 1998, que definiu como liberdade positiva a capacidade de ser ou fazer de uma pessoa, o que não está relacionado com a presença ou ausência de outros que impedem a ação. O economista sinaliza ainda que a liberdade de escolha se refere tanto aos processos de tomada de decisão como às oportunidades para executar os resultados valorados (SEN, 2012, p. 348; 1987, p. 3).

13 Cf. Art. 9º da Lei 11.346/2006 - Lei Orgânica de SAN (LOSAN) “Consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam: ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”.

14 Cf. artigo, disponível em: <http://tinyurl.com/yca3vm8b>. Acesso em: abr. 2017.

Nosso questionamento estava dirigido ao ambiente obesogênico, que diz respeito à influência que as oportunidades e as condições ambientais têm nas escolhas, por parte dos indivíduos, de hábitos de vida que promovam o desenvolvimento da obesidade.

O sociólogo francês Claude Fischler (1947-), ao analisar a modernidade alimentar, aponta três consequências para o que chama de gastro-anomia, ou seja, uma crise nas regras e normas que regulam a alimentação. A primeira é superabundância, com a produção com base em monocultura de larga escala; a segunda diz respeito à diminuição dos controles sociais, face ao crescente poder das corporações, com suas consequentes influências sobre o Estado; e o terceiro ponto trata da multiplicação dos discursos alimentares.

Esse sistema alimentar hegemônico pode ser visto como uma máquina soberana, identificada pelas corporações monopolísticas. Como exemplo, dez empresas – dentre as quais Aventis, Monsanto, Pioneer e Syngenta – controlam 95% do mercado de agrotóxicos. Outras dez empresas, entre elas Cargill, controla 57% das vendas dos trinta primeiros maiores varejistas do mundo e representam 37% das receitas das cem maiores empresas produtoras de alimentos e bebidas. Em certos setores da transformação e comercialização de produtos agrícolas, mais de 80% do comércio do produto agrícola se encontra nas mãos de alguns oligopólios (ZIEGLER, 2011, p. 170-1).

No campo do consumo de massa, encontramos 10 empresas alimentares: *Associated British Foods* (ABF), Coca-Cola, Danone, General Mills, Kellogg, Mars, *Mondelez International* (antes *Kraft Foods*), Nestlé, PepsiCo e Unilever, que controlam quase tudo o que é consumido diariamente, de acordo com o estudo “Por trás das Marcas”, publicado pela ONG OXFAM¹⁵. Parte do êxito das maiores corporações globais tem sido baseado no controle rigoroso das estratégias de marketing, com altos investimentos em publicidade. No mundo dos negócios, há seis décadas, o marketing é uma das mais cobiçadas estratégias da comunicação mercadológica. Em linhas gerais, trabalha-se três grandes disciplinas: gestão de produto, gestão do consumidor e gestão das marcas. Aqui, vamos falar em especial da estratégia de marca ou *branding*.

¹⁵ Cf. artigo, disponível em: http://www.behindthebrands.org/~media/Download-files/Relatorio_PorTrasDasMarcas.ashx. Acesso em: out. 2016.

Desde o final dos anos 80, a informação passou a ser mais acessível devido a uma série de acontecimentos cruciais do ponto de vista da globalização, tais como a entrada dos computadores pessoais no *mainstream* e o nascimento da internet. Os consumidores passaram a se conectar em rede, e com mais informação, os marqueteiros entenderam que era necessário criar um conceito de marketing focado nas emoções humanas para chegar ao coração do consumidor. As marcas deveriam conquistar; nascia assim a gestão de marca, desenvolvida a partir dos anos 1990.

A transformação do sistema alimentar vem sendo acompanhada do desenvolvimento e da evolução do marketing, que entende o alimento como qualquer outro produto para ser vendido a grupos-alvo específicos. O crescimento do consumo em massa teve na industrialização – ou seja, na mudança de alimento para nutriente e nas *commodities* alimentares altamente subsidiadas – a maior aliada para oferecer produtos altamente processados, com grande agregação de valor e conveniência, que inundam hoje as prateleiras das redes varejistas. Uma tendência de alta produção e baixo custo.

Esta realidade gera uma série de tensões bipolares na cadeia de abastecimento internacional, representadas pelos binômios fome/obesidade, sobreprodução/desperdício, saúde/doença e seguridade/risco. Como foi abordado em outro lugar (CHIFFOLEAU, 2015, p. 25), na visão complexa, quando se chega por vias empírico-rationais a contradições, isso não significa um erro, mas o atingir de uma camada profunda da realidade que, justamente por ser profunda, não encontra tradução em nossa lógica (MORIN, 2005, p. 68). Será que essa camada profunda se encontra na mente dos consumidores?

Pensar na mente dos consumidores e nas marcas nos leva a explorar os conceitos de máquina, elaborados pelos filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari, sobretudo no livro “Anti-Édipo: Capitalismo e esquizofrenia” (2014). Na primeira máquina territorial primitiva predominavam a terra e os laços locais. Ferros em brasa marcavam os indivíduos, o pertencimento se dava através de iniciações e circuncisões. Esta marca era uma inscrição territorial e corporal. A máquina territorial primitiva foi destituída pela máquina despótica, ou soberana, caracterizada por se apoderar das territorialidades primitivas com a era das conquistas e colonizações no Novo Mundo. Nesta etapa, as terras conquistadas por cada reino tornaram-se a segunda inscrição e codificação.

A terceira máquina descrita pelos autores é a máquina capitalista civilizada, que se impõe às demais descodificando e desterritorializando as inscrições da máquina soberana, baseando-se na abstração monetária. A marca hoje não é mais física, mas sim subjetiva. As colônias de terras foram substituídas pela colonização da mente do consumidor por meio das estratégias de *branding*. Nesse esquema explicativo, as corporações globais representariam os novos soberanos, pois a sua expansão permite 70% de trocas no mercado internacional entre as próprias filiais destas empresas, conforme os dados que citamos acima. A concentração de marcas em torno de 10 corporações possibilita a sua chegada a cada nicho de mercado.

O que nos interessa ressaltar é a importância da marca, que já não está no corpo, mas na mente. Constitui um elemento fundamental para a liderança global. As empresas se empenham em constituir relações e alianças com os seus consumidores, gerando inscrição e fidelidade através da marca.

Assim, o investimento em comunicação torna-se imprescindível. O esforço na fidelização da marca (*branding*) é um dos grandes requisitos de sucesso, na qual o marketing das emoções é uma das estratégias bem-sucedidas. Posicionar a marca na mente dos consumidores é fundamental. Para ilustrar este modelo de atuação, tomamos como exemplo a terceira marca mais valiosa do mundo¹⁶, a que soube chegar primeiro ao coração do consumidor. A Coca-Cola foi comprada pelo pai de Robert Woodruff, em 1923, num momento em que as vendas estavam caindo.

A empresa deve a Woodruff o fato de ter sido um dos melhores em alcançar as emoções das pessoas nas empresas de consumo de massa. O grupo-alvo da empresa era as crianças, conscientes de que nessa fase são mais vulneráveis diante da persuasão, especialmente nos momentos em que estão felizes. A estratégia consistia em relacionar o consumo da bebida a um momento de felicidade, o que levaria os consumidores a despertarem suas emoções. Baseado em sua própria experiência, Woodruff declarava: “Quando era criança, meu pai me levou ao meu primeiro jogo de baseball, para mim o mais sagrado eram os momentos com o meu pai. O que a gente bebia era uma Coca-Cola bem gelada, que fazia parte desse sagrado momento”. O relato está no livro *Sal, açúcar e gordura*, do jornalista norte-americano Michael Moss (2013, p. 95-8).

¹⁶ Cf artigo disponível em: <http://interbrand.com/best-brands/best-global-brands/2016/ranking/>. Acesso em: jan. 2017.

Moss explica que a ideia era que a bebida deveria estar presente naqueles momentos especiais da vida, criando uma conexão emocional com o contexto vivenciado, exposto na publicidade. Assim, a Coca-Cola converteu-se numa das marcas mais poderosas do mundo, profundamente enraizada nas pessoas, gerando lealdade entre os seus consumidores. Como a maioria das empresas do setor, a Coca-Cola faz altos investimentos em publicidade. Criou a *Coca-Cola Retailing Research Council*, entidade cujo objetivo é guiar os marqueteiros em seus esforços de segmentar seu grupo-alvo com precisão. A proposta é identificar as formas nas quais o grupo-alvo é mais vulnerável para ser persuadido. O conselho conduz um dos principais estudos sobre hábitos de compra, de acordo com Moss.

Capitalismo cognitivo, consumidores sob a lupa

O filósofo francês Gilbert Simondon (1924-1989) observou, nos anos 60 (2014), que as máquinas industriais eram informacionais por bifurcarem a fonte do trabalho mecânico (a energia natural) e a fonte da informação (cartões perfurados). A partir da cibernética, como explica Morin (2003), são os computadores que detêm a informação sobre a produção, fazendo tudo automaticamente, necessitando, deste modo, apenas de energia elétrica e informação.

Em 1972, Deleuze e Guattari (2011) visualizavam esta máquina ao indicar que a cibernética abandonava a fábrica para enervar toda a sociedade. Morin (2003) aponta a originalidade da cibernética como o passo desta para a organização comunicacional e ao aparelho dominador, permitindo a ligação da comunicação e do pedido informacional, onde a informação comunicada se torna “instruções” ou “ordens”. Sob esta compreensão, o aparelho dispõe de poder para transformar informação em programa, ou seja, em imposição organizacional (MORIN, 2003, p. 291-2). De acordo com este autor, o aparelho está computando (tratando a informação) e ordenando (dando ordens, organizando a ordem).

A nutricionista americana Marion Nestle (1936-) especializada em políticas públicas, ressalta no seu livro “*Food Politics*” (2013):

...as empresas devem competir com agressividade por cada dólar gasto em comida. A primeira missão das empresas é vender produtos. As empresas não são agências de saúde ou serviços sociais. A nutrição se converte em um fator que para as empresas

só é considerado se puder ajudar a vender. As opções éticas são muito pouco consideradas” (NESTLE, 2013, p. 1, 2, tradução nossa).¹⁷

Assim, as empresas, para manterem a sua liderança, precisam de informações sobre tendências de mercados que possam transformar em produtos desejados pelos seus consumidores. Esta máquina poderia se reconhecer como a energia mecânica em forma de dinheiro, e a informação, como as tendências de mercado dos consumidores. Esse processo é chamado por alguns autores de capitalismo cognitivo, em que todo o conhecimento social é apropriado pelo capital, com a finalidade de obter lucro.

Quando uma tendência surge, as empresas definem suas estratégias de nicho, considerando que as necessidades desse grupo de consumidores ainda não estão sendo atendidas. Esta é a forma com que uma corporação pode capturar um fluxo que se encontrava fora do mercado.

Um exemplo de captura de fluxos pode ser visualizado na parceria assinada no ano 2016 pelo chefe de cozinha Jamie Olivier com a empresa BRF no Brasil, especificamente com a marca Sadia, a qual gerou polêmicas e questionamentos por todos aqueles que defendem a alimentação saudável. O movimento pela alimentação saudável tem sido considerado uma das grandes tendências alimentares nas últimas décadas. Chefs, cozinheiros, pesquisadores, agricultores e comedores em geral, de celebridades até cidadãos comuns, compreendem que suas escolhas têm certa influência política, ou seja, têm consciência de que, ao escolherem um alimento, estão decidindo qual sistema alimentar querem fomentar: o que prioriza o bem-estar do ser humano ou aquele sistema que visa a valorização do capital.

Justificando sua parceria, Jamie Olivier respondeu para o caderno Paladar, do jornal O Estado de São Paulo¹⁸:

Estou errado? Talvez. Mas, para mim, estar dentro dessa máquina, uma empresa que é responsável por 18% do frango no mundo, é algo positivo. E digo que, certamente, eu poderia estar ganhando mais dinheiro fazendo outra coisa. É claro, estou entrando num ambiente estranho, até incestuoso, complicado. Mas em um ano vamos conversar e eu vou te mostrar o resultado do que fiz.

¹⁷“ (...) the primary mission of Food companies, like tobacco compnies is to sell products. Food companies are not health or social servisse agencies, and nutrition becomes a fator in corporate thinking only when it can help sell food. The ethical choices involved in such thinking are considered all too rarely”.

¹⁸ Cf. artigo, disponível em: <http://paladar.estadao.com.br/noticias/comida,a-revolucao-da-comida-por-jamie-oliver-precisamos-das-grandes-corporacoes,10000061459>. Acesso em: nov. 2016.

Olivier é consciente da máquina. Desta forma, o ato de cozinhar era um fluxo descodificado, um ato revolucionário que se encontra no limiar, na zona fronteira, no cruzamento, trazendo afeto, compartilhamentos, novas composições. É justamente esse fluxo, essa fronteira que pretende capturar a indústria alimentar, associando-se com o prestigiado chef e à atividade culinária. As empresas precisam vender, capturar fluxos, e esta atividade as dinamiza e as fortalece. Se a tendência é dedicar mais tempo ao preparo das refeições, então a indústria busca capturar o que está fora de seu alcance, lançando mão do marketing e da publicidade, trazendo o aval de nomes de prestígio.

No Anti-Édipo, os autores nos lembram da divisão platônica que nos faz escolher entre produção e aquisição. Assim que colocamos o desejo ao lado da aquisição, fazemos dele uma concepção idealista (dialética, niilista) que o determina, em primeiro lugar, como falta, falta de objeto, falta de objeto real. Desta forma, o objeto real só pode ser produzido por uma causalidade e mecanismos externos, mas esse saber não nos impede de acreditar na potência interior do desejo de engendrar seu objeto, mesmo que sob uma forma irreal, alucinatória ou fantasmagórica, e de representar essa causalidade no próprio desejo (DELEUZE e GUATARRI, 2011, p. 41-2).

Se pensarmos em comer aparece, assim, um duelo de forças entre o que a indústria chama de “conveniência” – aquisição do produto alimentar produzido por mecanismos externos – e o reforço de cozinhar – desejo interior de produção da nossa comida.

O atributo conveniência foi definido por Charles Mortimer (1941-), antigo presidente da *General Foods*: são produtos que vêm em uma caixa, que podem permanecer meses numa prateleira, que podem ser comidos no caminho, e que podem ser servidos sem a necessidade de ligar o fogão.

A *General Foods* teve uma grande influência para que o atributo da conveniência ganhasse cada vez mais adeptos. Uma das estratégias de Mortimer foram as aulas de economia doméstica, ensinadas pelos professores nas escolas americanas, incluindo aulas de cozinha e de como evitar a compra de alimentos processados. Ele criou um novo exército de professores de economia doméstica em 1950, pagos pela empresa, e lançou a personagem Betty Crocker com o objetivo de levar ao mercado as virtudes da conveniência.

Michael Moss (1955-), ao investigar sobre a indústria alimentícia, apresenta como Betty Crocker foi levada para a televisão com a finalidade de fazer publicidade. A personagem fictícia foi convidada para os melhores shows de TV, ajudando a construir um novo imaginário da mulher na sociedade americana. Neste novo ideário, a liberação da cozinha era um elemento fundamental. A justificativa proporcionada pela publicidade afirmava que usar alimentos preparados, ou congelados, permitiam à mulher economizar o tempo necessário para realizar outras tarefas importantes como a de “mãe”, “esposa moderna” e trabalhadora.

No cálculo do horizonte de tempo das transações comerciais, dois componentes fundamentais do capitalismo industrial que não poderiam funcionar sem o tempo do relógio: tempo é dinheiro e dinheiro é feito com o passar do tempo (CASTELLS, 2015, p. 81). Nestas condições, a aposta de Mortimer foi bem-sucedida: em 1959, a revista *Time* publicou uma matéria sobre produtos de conveniência, indicando que a pessoa que melhor ilustrava a nova forma de cozinhar era justamente Charles Mortimer (MOSS, 2013, p. 61-5).

A defesa da cozinha como território de uma práxis¹⁹, em que se busca praticar e refletir sobre a nossa alimentação diária, é feita enfaticamente pelo jornalista e ativista norte-americano Michael Pollan (1955-) em seus livros, dentre os quais “Cozinhar: uma história natural da transformação” (2013). Pollan se propõe a investigar os processos culinários do fogo, da água, do ar e da terra para demonstrar a necessidade biológica e cultural que temos de cozinhar nossos alimentos. Em sua visão, as sociedades modernas terceirizaram uma atividade essencial para a indústria alimentícia, gerando uma desestruturação nos hábitos alimentares, e provocando uma sucessão de prejuízos ao meio ambiente.

De acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira, publicado em 2014 pelo Ministério de Saúde, um dos dez passos para a alimentação saudável é desenvolver, exercitar e partilhar habilidades culinárias: “o enfraquecimento da transmissão de habilidades culinárias entre gerações favorece o consumo de alimentos ultraprocessados”. Para colocar em prática essa orientação, o guia sugere:

Se você tem habilidades culinárias, procure desenvolvê-las e partilhá-las, principalmente com crianças e jovens, sem distinção de gênero. Se você não tem habilidades culinárias – e isso vale para homens e mulheres –, procure adquiri-las.

¹⁹ A defesa da cozinha como território de práxis é abordada com profundidade na tese “Cozinhar e Comunicar: uma abordagem ecobiocultural sobre os sistemas de alimentação e comunicação” (DIAS, 2018).

Para isso, converse com as pessoas que sabem cozinhar, peça receitas a familiares, amigos e colegas, leia livros, consulte a internet, eventualmente faça cursos e comece a cozinhar (2014, p. 113)!

A “libertação” da cozinha graças à conveniência pode ser vista no nível mais baixo da interpretação: significa que o objeto real que falta ao desejo remete, por sua vez, a uma produção natural ou social extrínseca, ao passo que o desejo produz intrinsecamente um imaginário que vem duplicar a realidade, como se houvesse “um objeto sonhado atrás de cada objeto real” ou uma produção mental atrás das produções reais (DELEUZE e GUATTARI, 2014, p. 42).

Se pensarmos na conveniência, o desejo já não é um objeto (o produto alimentar) mas uma máquina específica que põe em cena o desejo. Essa máquina é apenas teatral, o desejo aparece como aquilo que produz o fantasma e produz a si próprio, separando-se do objeto, mas também reduplicando a falta, levando-a ao absoluto, fazendo dela uma “incurável insuficiência de ser”, uma falta que é arrumada, organizada, na produção social (Ibid., p. 42, 45). Nessa encenação, a mulher sente falta de realizar outras tarefas importantes como a de “mãe”, “esposa moderna” e trabalhadora, como recalca a personagem da *General Foods*.

Cozinhar é produção. O desejo de conveniência pode ser visto como uma instância de antiprodução, que se assenta sobre as forças produtivas e se apropria delas. Deleuze e Guattari sinalizam essa antiprodução como a arte de uma classe dominante, através da prática do vazio como economia de mercado: organizar a falta na abundância de produção, descarregar todo o desejo no grande medo de se ter falta, fazê-lo depender do objeto de uma produção real que se supõe exterior ao desejo (2011, p. 45).

A publicidade de produtos ultraprocessados²⁰ e de conveniência é sem dúvida uma das grandes causas da hoje denominada epidemia mundial de obesidade, sendo estimado que 500 milhões de adultos são obesos e 1.5 milhões têm sobrepeso (FINUCANE et al, 2011, apud COSTA-FONT, 2013, p. 4). Observamos que o gasto da máquina publicitária global no ano de 2015 foi de 570.650 bilhões de dólares²¹. O grande peso econômico das indústrias alimentares e a sua busca em incrementar cada vez mais a sua participação no mercado tem

20 O Guia Alimentar para a População Brasileira, lançado em 2014 pelo Ministério da Saúde, apresenta as seguintes classificações: alimentos in natura ou minimamente processados, processados e ultraprocessados.

21 Cf. artigo, disponível em: <http://www.marketingdirecto.com/marketing-general/publicidad/la-inversion-publicitaria-medios-crece-lenta-segura> . Acesso em: abr. 2017.

impulsionado o desenvolvimento de certas estratégias que vão além do marketing e que procuram a influência nas políticas de saúde e nutrição dos governos. Estamos falando especificamente do lobby, como problematiza Marion Nestle (NESTLE, 2013, p. 3).

Do outro lado, mas de maneira fracionária, o consumidor recebe mensagens opostas que o incitam a introduzir mudanças notáveis nos seus critérios e hábitos alimentares. Qual é o poder transformador de “baixo para cima” do sistema alimentar, da parte dos movimentos críticos contra a globalização e homogeneização da alimentação? Quais seriam as estratégias de comunicação que poderiam trazer uma contundência emocional para mudar as rotinas alimentares?

Encontramos certos componentes maquínicos, destruidores da autonomia do “cidadão que se alimenta”, que emergem no sistema alimentar hegemônico. Como dito em outro lugar (CHIFFOLEAU, 2015, p. 177), a dinâmica sociopolítica da agroecologia e o relacionamento dos agricultores e consumidores neste modelo traz de volta a verdadeira diversidade de alimentos, permitindo e fomentando a liberdade de escolha. Ao mesmo tempo, sustenta a reivindicação pelas culturas locais e por território. Neste contexto, se faz necessário entender que o consumidor de produtos é diferente do consumidor de alimentos, devendo ser entendido como “cidadão que se alimenta”.

Como sinalizado no documento do congresso do movimento Slow Food²² “A Centralidade do Alimento”, os consumidores de alimentos são uma “não categoria”: as ações que têm por objetivo os consumidores de alimentos são dirigidas a todo o gênero humano (2012, p.5). Por isso são ações políticas por excelência. Esta consideração contempla o entendimento da efetivação do “Direito humano à alimentação adequada”, que não pode ser deixada nas mãos de empresas, uma vez que se trata de um direito constitucional²³ desde o ano de 2010.

22 Slow Food é uma associação internacional sem fins lucrativos fundada por Carlo Petrini em 1986. Atualmente conta com mais de 100.000 membros e tem escritórios na Itália, Alemanha, Suíça, Estados Unidos, França, Japão e Reino Unido, e apoiadores em 150 países. O princípio básico do movimento é o direito ao prazer da alimentação, utilizando produtos artesanais de qualidade especial, produzidos de forma que respeite tanto o meio ambiente quanto as pessoas responsáveis pela produção, os produtores. Cf. site, disponível em: <http://www.slowfoodbrasil.com/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

23 Emenda constitucional 64

"Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Baseada nestas reflexões, surge a necessidade de situar-me como observadora-conceituadora, procurando compreender o sistema alimentar hegemônico como uma máquina. É necessário, como pontua Morin (2003, p. 223-5), “isolar os seres-máquina²⁴ e ao mesmo tempo religá-las, sendo necessário autonomismo e não atomismo, totalismo e não totalitarismo. É necessária a eclosão do conceito complexo de máquina”²⁵. Pretendo, assim, me engajar numa problemática da qual possa entender a minha visão de mundo das máquinas, não sem colocar esta visão de mundo sob suspeita, tentando vislumbrar o que vem da sociedade nesta visão de mundo à maneira de predisposições mentais.

De acordo com Morin, toda organização ativa pode ser concebida como máquina. A partir da cibernética, a máquina é entendida não como produto social ou instrumento material, mas como ser físico organizador:

(...) Certamente, isolando o ser físico da máquina, ele ocultaria dela o ser sociológico; destacando um conceito físico autônomo, ele ocultaria a total dependência da máquina com relação a sociedade que a criou. (...) uma máquina é um ser físico prático, ou seja, efetuando suas transformações, produções ou performances em virtude de uma competência organizacional. (MORIN, 2003, p. 199).

No livro “Técnica e civilização” (1934), o sociólogo, historiador, filósofo, filólogo e urbanista americano, Lewis Mumford (1885-1990) mostra como todas as atividades que eram separadas e inconciliáveis entre si formam atualmente um complexo social. De acordo com o autor, isto foi possível graças à técnica e a uma rede ideológica que permite o surgimento de uma máquina (megamáquina) que é capaz de suportar e ampliar suas operações. Para o autor, é preciso entender esta máquina, para poder reconquistá-la e submetê-la a fins humanos que ficaram esquecidos com progresso tecnológico (1979, p. 24,77).

Mumford nos motiva a caminhar para autonomia, onde um maior desenvolvimento técnico deve apontar para o restabelecimento da harmonia vital em cada estágio do crescimento do homem, incluindo todos os aspectos da personalidade humana, não só aquelas funções que servem aos requisitos técnicos e científicos da megamáquina.

24 “O ser-máquina produz, produção no seu significado pleno e diverso, que conduz ao ser ou à existência, pode significar alternativamente ou simultaneamente: causar, determinar, ser fonte de, engendrar, criar. No ser-máquina, o termo produção guarda em seu significado o caráter genésico das interações criadoras. (...) os seres vivos são seres poiéticos” (MORIN, 2003, p. 200).

25 Ao entender o sistema alimentar hegemônico como máquina, sua principal competência organizacional é a geração de lucro.

Esta tese demonstra que a agroecologia é um caminho privilegiado para diminuir a vulnerabilidade da insegurança alimentar. Ela combate simultaneamente a concentração existente na produção, distribuição, transformação, comercialização e consumo de alimentos, através de um processo social amplo de construção de autonomia. Ademais, demonstra que a práxis da agroecologia restitui a ideia de produção como fonte de criação e emancipação humana, religando os homens com os homens e os homens com a natureza, de forma a produzir uma sociedade planetária mais solidária.

Entendemos a construção da autonomia do indivíduo como uma conexão em rede de indivíduos autônomos para criar outras formas de vida compartilhada (CASTELLS, 2013, p. 101). Como apresentado em outro lugar (CHIFFOLEAU, 2015), a autonomia permite, na verdade, a liberdade de escolha para quem planta e quem produz. Na experiência das redes tecidas na Zona Oeste da cidade de Rio de Janeiro²⁶, encontramos o que a agroecologia pode oferecer como sistema alimentar alternativo, permitindo garantir a alimentação adequada aos agricultores, preservar seus modos de vida, a construção de ambientes saudáveis, e devolver a liberdade de escolha para agricultores e consumidores.

Com base nessas ponderações, o significado de autonomia abordado nesta tese não é possível sem considerar a dependência:

[...] os seres vivos são auto-organizadores que se autoproduzem incessantemente, e através disso despendem energia para salvaguardar a própria autonomia. Como têm necessidade de extrair energia, informação e organização no próprio meio ambiente, a autonomia deles é inseparável dessa dependência, e torna-se imperativo concebê-los como auto-eco-organizadores. O princípio de auto-eco-organização vale evidentemente de maneira específica para os humanos, que desenvolvem a sua autonomia na dependência da cultura, e para as sociedades que dependem do meio geo-ecológico (MORIN, 2003, p. 27-8).

Para esta empreitada, adotaremos como referencial metodológico o materialismo histórico dialético, tendo como fundamentação teórica a complexidade. Analisaremos o sistema alimentar hegemônico a partir de uma perspectiva que nos permita compreender sua influência na mente do consumidor e na mente pública²⁷. O objetivo é perfilar estratégias de

26 Ver “Ambientes obesogênicos: agroecologia como solução e reivindicação de liberdade de escolha e criação de ambientes saudáveis”. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/10/dissert/831895.pdf>. Acesso em: abr. 2017.

27 Mente pública, conjunto de valores e comportamentos que têm uma exposição ampla na sociedade- por meio de uma tecnologia específica: redes de comunicação que organizam a comunicação socializada. Como a mente

comunicação para que objetos complexos, como a agroecologia, possam incitar a produção de mudanças nos sujeitos que ainda não conheçam este sistema alternativo, ou não saibam como fazer parte da sua produção.

Para isto, é necessário entender os componentes maquínicos localizáveis no sistema alimentar, com o intuito de determinar se existe alguma ingerência política das corporações que possa favorecer as decisões do governo para manter esse complexo alimentar hegemônico. De acordo com o sociólogo e economista Manuell Castells (1942-), nossa sociedade é uma sociedade rede, e está construída em torno de redes pessoais e organizacionais, movidas por redes digitais e comunicadas através da *internet* e outras redes de computadores. Nesta sociedade, o poder é exercido não pela exclusão das redes e sim pela imposição das regras de inclusão. O sociólogo sinaliza que pode existir um nível de abertura da rede onde essas regras possam ser negociadas entre seus componentes. Uma vez que as regras forem estabelecidas, elas passam a ser obrigatórias para todos os nós na rede, já que o respeito a essas regras é o que possibilita a existência da rede como uma estrutura comunicativa (2015, p. 89). Estas regras existem no sistema alimentar. Quais são elas e qual a sua origem?

Castells (2015) sinaliza ainda que o poder é uma relação e não um atributo, sendo exercido por coerção e/ou construção de significado com base em discursos. Entretanto, de acordo com o autor, a institucionalização da violência no Estado estabelece o contexto de dominação em que a produção cultural do significado pode ser eficaz (p. 57-8). O objetivo é interpretar a relação do Estado na construção e manutenção da estrutura e funcionamento do sistema alimentar hegemônico. Sendo assim, o primeiro passo é chegar ao entendimento da forma Estado.

Deste modo, o objetivo do primeiro capítulo será apresentar diferentes visões sobre a forma Estado. Começaremos, para tanto, com autores como Istaván Mészáros (1930-): “A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado”, e de Luciano Gruppi (1920-2003): “Tudo começou com Maquiavel”, que apresentam diferentes concepções da formação do Estado e que atendem nossas expectativas.

pública é em última instância, o que influencia o comportamento individual e coletivo, a programação das redes de comunicação é a maior fonte de materiais culturais que alimentam as metas programadas de qualquer outra rede (CASTELLS, 2015, p. 99).

Estes textos serão complementados, ou contrapostos, compondo uma dinâmica mais esclarecedora por autores da história das técnicas que problematizam também a visão do Estado, como o francês Jacques Ellul e o brasileiro Álvaro Vieira Pinto. Isto com o fito de procurar chegar a uma ligação histórica do aparelho do Estado brasileiro com as políticas alimentares neoliberais atuais, e então entender a existência das influências geopolíticas como organizadoras da realidade alimentar brasileira. A fim de vislumbrarmos uma possível relação máquina na realidade das políticas alimentares, consideraremos, complementarmente, as visões de Estado e de sistema de Edgar Morin, bem como a visão de Estado de Deleuze e Guattari e a noção de Estado-rede, posta por Manuel Castells.

No capítulo dois, apresentaremos como possível proposta o Estado plurinacional trazido por Boaventura de Sousa Santos (1940-)– doravante Boaventura de Sousa – que se apresenta como alternativa ao Estado monocultural, cientificista, uninacional e excludente (2010). Ao propor o Estado plurinacional é possível perceber a colonialidade do poder e do saber que abrange o sistema alimentar. Nosso interesse é a relação do Estado monocultural e como este influi na colonização da mente.

Para este diálogo traremos a filósofa e escritora Indiana Vandana Shiva (1952-), que cunhou o termo “monocultura da mente”(2003) para se referir à colonização do poder e do saber, que tem levado o mundo inteiro a subjugar e invisibilizar sistemas agrícolas locais, herdeiros da sabedoria ancestral e milenar da humanidade. Reflexões que encontram sintonia com Porto-Gonçalves (2006), que também adverte como a verdade científica deslocou outras formas de construção de conhecimento, apoiadas pelo Estado, diferente das invocadas como a única “verdade”.

Procuraremos interpretar a comunicação do agronegócio na mente pública e a criação de imagens políticas, que em última instância, por um processo de retroação, influenciam a mente do consumidor. Buscaremos tanto as conexões que têm a invenção do desenvolvimento da “Doutrina Trumam” como projeto expansionista dos EUA – e por extensão do mundo ocidental – quanto entender se esse desejo de “desenvolvimento” pode favorecer a reafirmação do paradigma tecnocrático, entendendo que o progresso tecnológico é o único que pode e deve resolver todos os problemas da humanidade.

Pode o “desenvolvimento” econômico ser um fantasma coletivo? De acordo com Deleuze e Guattari (2014, p. 42), mesmo quando o fantasma é interpretado em toda a sua extensão, não mais como um objeto, mas como uma máquina específica que põe em cena o desejo, essa máquina é apenas teatral, e deixa subsistir a complementaridade do que ela separa. Então, a necessidade é que é definida pela falta relativa e determinada do seu próprio objeto, ao passo que o desejo aparece como aquilo que produz o fantasma e produz a si próprio, separando-se do objeto, mas também reduplicando a falta, levando-a ao absoluto, fazendo dela uma “incurável insuficiência de ser”.

Tentaremos assim compreender o desenvolvimento como caminho traçado, como pontuado por Porto-Gonçalves (2006). A partir da descoberta da América tem se imposto um tempo hegemônico para as civilizações e um conceito de desenvolvimento único. Neste sentido, o sistema mundo moderno colonial, que coloniza o sistema alimentar, segue esse “único” caminho. Sendo importante também conhecer quais tem sido os modelos para comunicar o desenvolvimento.

Estas reflexões nos levaram ao capítulo 3, que analisa a influência da dimensão da política da mídia, que faz com que as mensagens de alguns mensageiros não possam atingir seu público-alvo (CURRAN, 2002, BENNETT, 2007, BOSETTI, 2007, apud CASTELLS, 2015, p.253). E como esta realidade faz com que as narrativas do desenvolvimento econômico para acabar com a fome redundem ao contrário do desejado na violação do Direito Humano à Alimentação Adequada.

De acordo com Castells, a mente é um processo, não um órgão. É um processo material que ocorre no cérebro em interação com o corpo propriamente dito. Dependendo do nível de vigilância, atenção e conexão com o eu, as imagens mentais que constituem a mente podem ou não ser conscientes (2015, p.191-192). O sociólogo ressalta ainda que os cidadãos precisam de informações e de contramolduras para que possam exercer uma escolha em sua interpretação. Para que as contramolduras sejam poderosas o suficiente para desafiar as molduras estimuladas pela elite, elas precisam ser culturalmente ressonantes com o público – ou, pelo menos, das percepções que os jornalistas têm da opinião pública (2015, p.213, 218).

Este percurso nos levava a refletir sobre a visão transmissiva da comunicação, aquela que fala de maneira simplificadora e reducionista, que apresenta separadamente questões como

produção, – na realidade sobreprodução, em campanhas de grande alcance como a de Agro é Pop!²⁸ – desperdício, sem apresentar a obesidade e a complexidade do sistema alimentar, graças às decisões editoriais e ao *gatekeeping*.

Procuraremos assim, no capítulo quarto, pistas sobre outras maneiras de comunicar que permitam gerar contramolduras na mente do consumidor, e que permitam levar para os consumidores o entendimento de objetos complexos como a fome, suas causas e suas múltiplas dimensões. Prestando especial interesse na visão cultural da comunicação. Um autor que utilizaremos para esta análise será o teórico da comunicação americano James Carey (1934-2006), um dos fundadores dos estudos culturais críticos nos EUA. Seu projeto identifica-se com a ideia de que a sociedade é uma forma de comunicação, a partir da qual a experiência é descrita, partilhada, modificada e preservada, orientada para a manutenção da sociedade no tempo e não para a disseminação das mensagens no espaço.

As reflexões de Carey (2009) com relação à visão cultural da comunicação implicam no respeito a tradições e multiculturalidade. Ao traspor esta visão com o tipo de desenvolvimento monocultural, pretendemos explorar a existência de um ponto de encontro entre outras formas de comunicar e o que Boaventura de Sousa (2010) sinaliza como sociologia das emergências e das ausências.

Mergulharemos também na ecologia dos meios, que conta entre os seus precursores com autores da história das técnicas como Lewis Mumford e Jaques Ellul. Encontraremos assim estudiosos dos meios canadenses como Marshall McLuhan (1911) e Harold Innis (1894-1952), que por sua vez inspiraram Manuel Castells. Neste diálogo, articularemos também as perspectivas de comunicação de Humberto Maturana (1946-2001) e Francisco Varela (1928-), que nos permitirão encontrar o fio do pensamento complexo de Morin, uma viagem que nos levará a enlaçar a ecologia dos meios com a proposta da memória biocultural, trazida pelos autores mexicanos Víctor Toledo (1945-) e Narciso Barrera- Bassols (1953-).

28 Partindo da hipótese do Castells de que a forma mais fundamental de poder está na capacidade de moldar a mente humana, a qual passa pela moldagem da mente pública. Não podemos deixar de falar nesta pesquisa sobre a campanha “Agro: a indústria-riqueza do Brasil”. A dita campanha foi lançada setembro de 2016. Abordamos alguns aspectos da campanha relacionados com o nosso objeto de estudo. Esta campanha também é discutida na tese “COZINHAR E COMUNICAR: uma abordagem ecobiocultural sobre os sistemas de alimentação e comunicação” (DIAS, 2018).

A ecologia dos meios é o estudo dos ambientes humanos. Se preocupa em entender como as tecnologias e técnicas de comunicação controlam forma, quantidade, velocidade, distribuição e direção da informação; e como, por sua vez, essas configurações ou preferências da informação afetam as percepções, valores e atitudes das pessoas (POSTMAN, 1979, p.186, apud, 2015, p.137). É o estudo dos meios como meios, que se deduz da famosa frase de Marshall McLuhan (1964), “o meio é a mensagem” (1964, p.7 apud SCOLARI, 2015, p.151). McLuhan se referia a como um peixe não é consciente da água, do ambiente que lhe dá suporte e existência.

Nosso interesse nesse ambiente parte de como o ambiente modeliza. De acordo com Guattari, o capitalismo modeliza o social nos mínimos detalhes, desde os aparelhos do Estado e os equipamentos coletivos até os comportamentos e afetos individuais. Os equipamentos coletivos, os meios massivos, a publicidade, não param de interferir com os níveis mais íntimos da vida subjetiva. Assim, a produção de subjetividade é transmitida aos menores, modelizando sua percepção, seu imaginário e seus valores de referência (2015, p.150, 284).

O ecólogo dos meios Robert K. Logan (1939-) incentiva incluir a biologia no campo da ecologia dos meios. De acordo com o pesquisador, deste modo a ecologia dos meios pode atualizar a ecologia biológica, a evolução e a teoria da complexidade. O ecossistema é meio e também é mensagem. É meio no qual todas as partes constituintes emergem, co-evoluem e interatuam (2015, p.215). Desta forma, o ambiente também modeliza.

As relações trazidas pela ecologia dos meios com a modelização nos levaram a estudar os meios como meios, com o objetivo de refletir o sentido da autonomia e liberdade dos indivíduos e destes com o ambiente, bem como o modo com que as técnicas ou as engrenagens da megamáquina estão influenciando nas percepções que levam os indivíduos a tomarem as decisões, incluindo suas escolhas alimentares.

Neste caminho, chegaremos nas ponderações do engenheiro agrônomo especialista em sociologia agrária Jan Douwe van der Ploeg (1950-), que traz a importância da autonomia no modo de produção camponês e agroecológico. O pesquisador sinalizará ainda (2010) a importância dos processos endógenos de desenvolvimento rural que vão se constituindo neste modo de produção.

Nosso interesse nas possibilidades que um desenvolvimento endógeno traz vem pela nossa procura de outras formas de comunicar outro desenvolvimento, diferente do desenvolvimento econômico que define o agronegócio como o único sistema alimentar possível. Pode o modo de produção camponês e/ou um modelo de desenvolvimento endógeno oferecer aos cidadãos informações e contramolduras fortes, para que os cidadãos possam incrementar suas opções e praticar uma reflexão crítica? São estas contramolduras, culturalmente ressonantes com o público, formadas para produzir mudanças?

Atentemos que a produção camponesa procura organizar a relação com mercados de forma que garanta a autonomia. Desta forma, os camponeses são levados a fazer parte de um conjunto mais amplo de relações que lhes conecta com o mundo ao redor e que lhes permite máxima flexibilidade, mobilidade e liberdade (PLOEG, 2010, p. 54). Estas relações conectam os camponeses com o mundo ao redor. Este movimento acontece dentro de circuitos curtos de produção e consumo, permitindo a criação de novas redes que vinculam os consumidores, permitindo-lhes em muitos casos entender e participar conjuntamente da luta dos agricultores pela autonomia (Ibidem, p. 54, 226).

Chegamos, assim, num ponto fundamental da nossa pesquisa: a agroecologia como processo social amplo de construção de autonomia, o qual aprofundaremos no capítulo cinco, com o intuito de procurar como este processo pode contribuir na mutação de subjetividades. Pode a agroecologia contribuir para desvelar pontos cegos cognitivos? Uma dessas contribuições seria ajudar a observar como o poder capitalista foi deslocado, "desterritorializado" ao mesmo tempo em extensão – expandindo sua influência sobre toda a vida econômica, social e cultural do planeta – e em intensidade, infiltrando-se dentro dos estratos subjetivos mais fundamentais, mais "existenciais" de indivíduos humanos.

De acordo com os biólogos chilenos Humberto Maturana (1946-2001) e Francisco Varela (1928 -), nossas visões de mundo e de nós mesmos não guardam registros de suas origens. As palavras na linguagem (na reflexão linguística) passam a ser objetos que ocultam as coordenações comportamentais que as constituem operacionalmente no domínio linguístico. Por isso, nossos “pontos cegos” cognitivos são continuamente renovados e não vemos, não percebemos que ignoramos. Só quando alguma interação nos tira do óbvio – por exemplo, quando somos bruscamente transportados a um meio cultural diferente – e nos permitimos

refletir, é que nos damos conta da imensa quantidade de relações que consideramos como garantidas (2011, p. 264).

Exploraremos como pode ser o que Guattari e Ploeg apontam como um tipo de resistência difícil de capturar. Está em toda parte, é múltiplo, é atraente, mobiliza, e torna a vincular as pessoas, suas atividades e perspectivas. Se trata de um fluxo constante e inesperado de expressões que uma e outra vez inunda as limitações impostas pelo Império (PLOEG, 2010, p. 379-380). Resistências denominadas por Guattari como “revolução molecular”, a qual diz respeito à relação de grandes grupos sociais com o seu ambiente, com o seu modo de funcionamento econômico, mas também com as atitudes que atravessam a vida individual: a vida familiar, a vida inconsciente, a vida artística, etc. Uma resistência, que não se registra mais nas mesmas superfícies (2015, p. 289)

De acordo com Ploeg ainda, as ditas resistências e respostas camponesas representam uma tentativa de produzir "utopias existentes de fato" (2010, p. 376-8). Pretendemos entender como essa produção pode restituir o significado mais diverso da palavra produção, sendo que este, de acordo com Morin, é fonte, criação, causa, conduz à essência e tem um caráter genésico-poiético (2003, p. 199-202).

Deleuze e Guattari propõem uma análise social militante, que é ao mesmo tempo transcendental e materialista, que procura desfazer o inconsciente expressivo artificial, repressivo e reprimido, para atingir o inconsciente produtivo imediato (2011, p. 135-6). De acordo com estes filósofos, esta análise só pode existir na práxis. Ela pretende cartografar, mapear situações de domínio e captura que se dão numa sociedade ou situação dada para construir e possibilitar linhas de fuga. Máquinas revolucionárias, máquinas artísticas, máquinas analíticas e outras máquinas se convertem em peças e/ou engrenagens de outras, na sociedade-rede.

Nosso interesse é compreender as possibilidades que tem as práxis agroecológicas na mudança da monocultura da mente. Desta forma, aprofundaremos na agroecologia como práxis e sua relação com a produção a partir do ponto de vista do desejo produtor.

De igual forma, seguindo o fio condutor da comunicação, focaremos em relacionar as técnicas participativas da agroecologia com processos de comunicação, procurando conexões com a

visão cultural da comunicação. Tentaremos encontrar como esses processos trabalham elementos fundamentais de comunicação, destinados a impulsionar tanto processos sociais de mudança de longo alcance quanto a promoção da participação do cidadão. Procurando, na agroecologia, um caráter de comunicação para transformação social, buscando as ligações que ela oferece para comunicar outros códigos simbólicos que subvertem a lógica dos sistemas alimentares dominantes, tentando traduzir as ações dos agricultores em desafios simbólicos aos códigos dominantes (MARÍ, 2011, p. 154).

Dentre as referências bibliográficas para pensar na agroecologia como um processo de comunicação para a transformação social, considerando outras formas de comunicar estarão as seguintes obras: “O Poder da comunicação” (2015) de Manuel Castells; “Anti-Édipo” (1972), de Deleuze e Guattari; Ecosofia de Guattari, ;“Tecnopolítica: la potencia de las multitudes conectadas. El sistema red 15M, un nuevo paradigma de la política distribuida” (2013) de Javier Toret, A riqueza das redes: Como a produção social transforma os mercados e a liberdade (2006) de Yochai Benkler e Comunicar para transformar, transformar para comunicar: Tecnologías de la información desde una perspectiva de cambio social (2011), de Víctor Marí Sáez. Nuevos campesinos: Campesinos e imperios alimetarios (Perspectivas agroecológicas) (2010)– Jan Douwe van der Ploeg, La Dinamització Local Agroecològica. Elements d'innovació i estratègia – (2013) Guillen Tendero, Ariadna Pomar, Agroecologia Escolar (2017)- Germán Llerena del Castillo, Mariona Espinet Blanc, assim como a teoria psicopolítica desenvolvida pelo pesquisador brasileiro Evandro Vieira Ouriques que é trabalhada pelo Centro Internacional de Estudos: “Epistemologias de fronteira e Economia Psicopolítica de Cultura”.

Em síntese, a proposta é colaborar para que as temáticas alimentares se juntem às iniciativas que buscam contextualizar o modo de produzir, distribuir, consumir e divulgar alimentos para o centro dos desafios contemporâneos e a complexidade, procurando sinergias. O objetivo é encontrar novos territórios narrativos, analíticos e práticos, para caminhar em direção a uma progressiva consciência social alimentar a partir de processos de transformação social e participação cidadã.

1 ESTADO MONOCULTURAL, SISTEMA-MUNDO MODERNO COLONIAL E COLONIZAÇÃO DO SISTEMA ALIMENTAR

O sociólogo português Boaventura de Sousa (1940-) define como Estado uninacional, monocultural, cientista e excludente o modelo de Estado imposto pelo ocidente por desconhecer os povos indígenas, e estar permanentemente contra eles, processo que tem se agudizado com a globalização neoliberal (2010, p. 9). A partir da aproximação ao Estado monocultural, o sociólogo sinaliza como o eurocentrismo ignora outros saberes sociológicos, comportando-se como uma racionalidade monocultural. Esta racionalidade considera que outras experiências e saberes são ignorantes atrasados ou primitivos. Legitimando a necessidade do colonialismo, o autor afirma que toda forma de vida social ou uso da terra que não segue a produção para o mercado deve ser considerada improdutiva ou estéril (2010, p. 15).

Com o objetivo de compreender as afirmações de Boaventura de Sousa em relação ao Estado, neste primeiro capítulo apresentamos diferentes concepções de Estado, trazidas principalmente por dois autores, que tem estudado e recopilado cuidadosamente diferentes visões de Estado. Um deles, é Luciano Gruppi, em seu livro “Tudo começou com Maquiavel”; o outro é István Mészáros, em seu livro “A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado”.

De acordo com Gruppi, a definição de Estado considera o poder político que se exerce sobre um território e um conjunto demográfico (população ou povo), e é a maior organização política que a humanidade conhece. O autor ressalta a importância de três elementos fundamentais para a existência do Estado: poder político, povo e território.

O foco de Gruppi é apresentar as diferentes concepções de Estado moderno, que nasce na segunda metade do século XV na França, Inglaterra e Espanha. Na Inglaterra, foi fundamental o fato da rebelião de Henrique VIII contra a igreja Católica, que permitiu afirmar o poder absoluto e soberano do Estado, tendo uma identificação absoluta do Estado com o monarca. Assim, um dos pontos ressaltados por Gruppi é sobre a soberania e a distinção entre Estado e sociedade civil no Estado moderno, desconsiderando que ele seja a expressão desta (1997, p. 8-9).

De sua parte, a análise de Mészáros está focada na necessidade de compreender os problemas atuais do capitalismo, para o qual é imprescindível examinar o Estado moderno. O autor pontua a importância desta abordagem pelo fato de ambos terem surgido juntos, no fim da Idade Média, na Europa Ocidental. De acordo com Mészáros, o Estado tornou-se a expressão política do capital, a forma de organizar as forças produtivas, o regime de propriedade privada, as relações entre classes sociais e um intrincado sistema de regras e condutas que viabilizam a economia de mercado (2013, p. 10).

Para este diálogo, trazemos também a visão menos tradicional fundamentada na complexidade, influenciada pela antropologia e pelo materialismo histórico, e a concepção de sistema-mundo, ambas tecidas por Deleuze e Guattari para denominar o Estado como aparelho de captura que se vale de “processos maquínicos”. Neste sentido, o livro do filósofo francês Guillaume Sibertin-Blanc (1977-), “Política e Estado em Deleuze e Guattari: Ensaio sobre o materialismo histórico-maquínico”, pode contribuir na compreensão da existência do mencionado Estado monocultural sinalizado por Boaventura de Sousa, bem como a influência deste nas políticas alimentares nacionais.

1.1 Sobre a formação do Estado, teorizações pseudouniversais

Uma das concepções de Estado que mais tem influenciado historicamente é a de Hegel. Para ele, o próprio Estado é considerado uma realidade histórica substantiva, sem tentativa de esconder a “sociedade civil” antagônica, sobre a qual ele é erigido, como seu elemento constitutivo e base material indefinidamente contínua. O filósofo sintetiza, de uma forma muito paradoxal, tanto o fim quanto um início. Em relação às classes sociais em conflito da época, Hegel tenta reduzir ambas em sua concepção da relação entre a “sociedade civil” e o “Estado ético”.

Encontramos, assim, um Estado idealizado, que na sua opinião está destinado a reconciliar as contradições da sociedade civil. Podemos vislumbrar nesta concepção o equivalente filosófico da “mão invisível” de Smith e do “plano da natureza” providencial de Kant (apud MÉSZÁROS, 2013, p. 73-4, 82).

Com a compreensão de Hegel é possível eternizar a “sociedade civil” sob dominação constante, porque esta não é vista como um sujeito coletivo alternativo capaz de

transformações históricas sustentáveis (MÉSZÁROS, 2013, p. 82). Para o filósofo, é o Estado que funda o povo, e a soberania é do Estado, sendo uma concepção diferente da democrática. Desta forma, o Estado deve garantir as liberdades da iniciativa privada no campo econômico (GRUPPI, 1986, p. 24).

Para desenvolver esta concepção, Hegel começou a explorar com consistência e rigor intelectual os requisitos necessários da operação da formação do Estado projetado em uma dada ordem mundial. Nesse sentido, ele o caracterizou como a única realidade historicamente constituída no mundo, mas dali por diante não transcendível (apud MÉSZÁROS, 2013, p. 78).

Mészáros pontua como, na visão de Hegel, o Estado era inseparável da necessidade de guerras peculiarmente legitimadas, que só poderiam resultar do postulado da “paz perpétua” de Kant, dizendo que “a corrupção em nações seria o produto da paz prolongada, para não dizer da “paz perpétua” (2013, p. 79).

Justificando o “Espírito Absoluto”, Theodiceia ou “Estado ético” que deveria cumprir os caminhos de Deus, Hegel sinalizava que mesmo a guerra era justificada como continuação da política do Estado por outros meios (CLAREDON, 1971 apud MÉSZÁROS, 2013, p. 78, 80).

Ao considerarmos a definição de Estado como o poder político que se exerce sobre um território e um conjunto demográfico (população ou povo), é importante entender o surgimento e cumprimento das leis no contexto desse poder político.

Por este motivo Mészáros critica, por exemplo, a visão de Backer, na qual o Estado é a essência da lei e a lei é a essência do Estado, postulando abstratamente uma realidade ilusória do “Estado cumpridor da lei”, sem se interessar por uma análise crítica da origem, natureza e transformação do “Estado obediente à lei” idealizado (MÉSZÁROS, 2013, p. 54). Posteriormente apresentaremos a importância da compreensão, a partir do ponto de vista de Mészáros, da “Lei” instituída pelas formações estatais do capital na base material antagônica de seus próprios microcosmos constitutivos, que na visão do filósofo funciona somente ao afirmar-se como força – ou “lei do mais forte” (Ibidem, p. 18). A lei, apresentada desta forma, dialoga com a visão complexa de Morin (2003, p. 292), que partindo da analogia do passo da cibernética à organização comunicacional, e do aparelho dominador, afirma que como o ser

humano comanda a natureza e a lei comanda o cidadão, o Estado é entendido como aparelho que dispõe de poder para transformar informação em programa, em imposição organizacional.

Mészáros é enfático ao apontar que é o poder que estabelece o direito e não o contrário, sinalizando ainda que este postulado é compartilhado mesmo por defensores da teoria liberal.

Dentre as definições de Estado “universais” amplamente reconhecidas e de grande influência na atualidade temos a teoria liberal. Um de seus enunciadores e idealizadores foi o filósofo John Locke, que traz uma concepção burguesa teórica do Estado, considerando a revolução liberal inglesa. De acordo com este autor, o homem, que era naturalmente livre, sente a necessidade de colocar limites a fim de garantir sua propriedade, sendo necessário criar o Estado para garantir essa propriedade. Se cria assim um contrato que origina sociedade e Estado, com o surgimento de normas parlamentares, declaração dos direitos, do *habeas corpus*, entre outros (apud GRUPPI, 1986, p. 13-4).

Notemos que para Kant já ficava evidente a relação entre propriedade e liberdade. O filósofo considerava a lei como sagrada e inviolável, que ela deveria se sobrepor à soberania do povo. Kant reafirmava que existiam cidadãos independentes e cidadãos dependentes – servos – os quais não tinham direitos (apud GRUPPI, 1986, p. 16-7).

É importante ressaltar também que dentro da teoria liberal a igualdade só é possível juridicamente, como sinalizado por outro de seus teóricos, o pensador, historiador e escritor francês Tocqueville. Este pensador sublinha que a igualdade para toda a humanidade vai destruir a liberdade. Desta forma, a concepção liberal de Estado precisa da desigualdade. Visão compartilhada pelo também liberal Benjamim Constant, que faz a nítida separação entre Estado e sociedade civil ao distinguir as democracias romana e ateniense. De acordo com a sua concepção, a igualdade proposta por Rousseau destrói a liberdade (apud GRUPPI, 1986, p. 17-22).

Esta concepção burguesa do Estado, democracia burguesa ou do liberalismo, é fortemente criticada por Marx, que afirma que política e Estado são a expressão da sociedade civil e são resultado das relações sociais que nela se instalaram. Marx fornece a teoria fundamental, a partir da qual pode-se construir a teoria econômica que está na base do próprio Estado (apud GRUPPI, 1986, p. 25-8). Marx entende que não foi o Estado que criou a sociedade, e sim que

é resultante de determinada estrutura social e opera numa máquina que está em favor do capital. Para ele foi o capitalismo que estruturou essa forma política específica (apud MASCARO, 2015, p. 20-1).

Observemos que um ponto fundamental com relação à crítica de Marx é trazida por Mészáros, ao observar como a “lei” deve ser definida e alterada em conformidade, a fim de atender às mudanças nas relações de poder e às alterações correspondentes dos antagonismos fundamentais inseparáveis do metabolismo de reprodução social do capital (2013, p. 56-7).

Contra a concepção idealista de Hegel, Marx afirmava:

Minha pesquisa chegou à conclusão de que as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser compreendidas por si só, nem pela assim chamada evolução geral do espírito humano, mas têm suas raízes nas relações materiais da existência – cujo conjunto Hegel inclui no termo de sociedade civil – é a sociedade civil, entendida como o conjunto de relações econômicas que explica o surgimento do Estado, seu caráter, a natureza de suas leis, e assim por diante. Marx afirmava: “O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, isto é, a base real sobre a qual levanta-se uma superestrutura jurídica e política, à qual correspondem formas determinadas da consciência social” (apud GRUPPI, 1986, p. 27).

Marx pontuava, ainda, como a sociedade civil, as relações econômicas, vivem no quadro de um Estado determinado, na medida em que o Estado garante aquelas relações econômicas. Pode-se dizer que o Estado é parte essencial da estrutura econômica, é um elemento essencial da estrutura econômica, justamente porque a garante. Assim, o Estado escravista garante a dominação sobre os escravos, o Estado feudal garante as corporações, e o Estado capitalista protege-as, liberta-as dos laços de subordinação à renda fundiária absoluta (ou renda parasitária), garante a reprodução ampliada do capital, a acumulação capitalista. Portanto, é um elemento que é parte integrante das próprias relações de produção capitalistas e é determinado por estas (apud GRUPPI, 1986, p. 27-8).

De formação marxista, Mészáros (2013, p. 59) coincide com estas afirmações sinalizando como nas nossas sociedades, a base causalmente determinante da violência é o que Marx denomina a ordem sociometabólica do próprio sistema de capital, pontuando que o Estado é parte integrante desse sistema como um modo de controle sociometabólico, e funciona como agente ativo da lei do Estado. É também responsável pela promoção e pelo cumprimento dos imperativos objetivos do sistema do capital.

Assim, Marx e Engels esboçaram as proposições do socialismo científico que seriam definidas de forma mais completa em “O Capital”, em cujos princípios encontramos: o materialismo histórico-dialético (uma interpretação socioeconômica da história), os conceitos de luta de classes, mais-valia, revolução proletária etc. Definiram o conceito de socialismo científico, para diferenciá-lo do de “socialismo utópico”, trazido especialmente por Saint-Simon, Fourier e Owen, os quais já denunciavam as contradições fundamentais da sociedade industrial e delineavam um possível futuro ordenamento social.

As novas doutrinas socialistas procuraram oferecer uma nova perspectiva para além da sociedade capitalista e da condição do trabalhador contemporâneo. Marx e Engels defenderam a união da classe trabalhadora, pois só assim seria possível mudar as relações de conflito e exploração que se faziam no mundo do trabalho e da economia burguesa.

Entretanto, o socialismo não seria a última etapa do processo de transformação do modo de produção econômico. A proposta consistia no posterior fenecimento do Estado. A transcendência do Estado apenas pode ser realizada por meio da instrumentalidade pesadamente condicionante do próprio Estado. Para Marx, era imperativo sair do ponto de vista político para ser verdadeiramente crítico do Estado, porque ele tinha percebido que a contradição entre social e político seria inconciliável (apud MÉSZÁROS, 2013, p. 114-9).

A questão consistia em como transformar o Estado herdado em uma genuína formação transicional da estrutura que se tornou abrangente e necessariamente autoperpetuante no processo do desenvolvimento capitalista. A proposta seria uma “ação espontânea das leis da economia social do trabalho livre associado” mediante um longo processo de desenvolvimento de novas condições, tal como ocorreu com a “ação espontânea das leis econômicas da escravidão” e com a “ação espontânea das leis econômicas da servidão”... (MARX, 1852 apud MÉSZÁROS, 2013, p. 132).

Assim, o socialismo seria uma etapa transitória para se atingir o comunismo. Só então organizaria a sociedade rumo à igualdade plena, onde os trabalhadores seriam os dirigentes e o Estado não mais existiria.

Sem desconsiderar a existência do Estado, mas afirmando a verdadeira igualdade dos indivíduos, incluindo ao mesmo tempo os valores da liberdade e da fraternidade, nascia depois da revolução francesa a concepção democrática do Estado.

De acordo com Morin (2005, p.149), a democracia é uma conquista da complexidade social: quando bem enraizada na história da sociedade, é um sistema de metástase que pode sobreviver a conflitos interiores. No entanto, no século XIX o ideal democrático se fundia com o liberal, onde a concepção de indivíduo é diferente. Para os democratas, os indivíduos são iguais em todos os sentidos; para os liberais, embora sejam considerados iguais em certos aspectos, existe diferença entre os cidadãos, sendo possível a igualdade apenas juridicamente (GRUPPI, 1986, p. 22-3).

Este ponto é esclarecido por Mészáros (2013, p. 12-25), ao trazer a questão da democracia substantiva, para o qual é necessária a igualdade substantiva. De acordo com o autor é preciso ir além de direitos inscritos. A democracia deve existir também sobre os telhados das casas. O filósofo pontua, ainda, como dentro do liberalismo nunca poderia ser defendida uma sociedade equitativa, apenas uma “mais equitativa”, o que sempre significou muito menos do que equitativa. O liberalismo restringiu seus pontos de vista reformatórios e correspondentes esforços práticos estritamente à esfera da distribuição dos bens produzidos, uma vez que sempre fechou os olhos para o fato embaraçoso de que uma melhoria significativa, visando uma sociedade equitativa, só pode resultar de uma mudança fundamental na estrutura da própria produção.

Este ponto, ressaltado por Mészáros, nos leva a pensar nas contradições éticas do atual modelo trazidas por Morin no método 6. O filósofo, citando o Teorema Arrow-Debreu, descreve a impossibilidade de aumentar a utilidade de uma pessoa sem diminuir a de outra, ou, dito de outra forma, os mecanismos do mercado não podem se melhorar de tal maneira que aumente a utilidade de todo mundo. O autor sinaliza assim a presença da pluralidade de finalidades éticas, sendo necessário complexificar as estratégias para poder cumprir com os postulados de liberdade, igualdade e fraternidade (2011, p. 48-9, 57). De qualquer forma, como tem sido exposto, para os teóricos liberais igualdade e liberdade são contraditórias, o que pode favorecer a desconsideração de soluções complexas para os problemas atuais.

Outro dentre os filósofos que influenciaram a teoria política liberal é o filósofo e jurista inglês Bentham, fortemente criticado por Mészáros devido aos seus pressupostos apologéticos ao Estado. Bentham enunciava uma teoria liberal/utilitarista inquestionável, que impedia uma investigação crítica necessária que procurasse o início da cadeia. Na visão de Mészáros, é preciso sair da própria cadeia ao invés de aceitar os seus pressupostos, declarando-os como constituintes do “início necessário da cadeia”. O filósofo ressalta ainda que nenhuma formação de Estado concebível pode assumir-se como permanentemente dada e eternamente sustentável, em virtude dos vínculos que escolheu com a cadeia (2013, p. 70-1).

Para Engels, ao contrário, é de suma importância encontrar o início da cadeia, motivo pelo qual ele procura entender a conexão histórica entre família, propriedade e Estado, com o intuito de identificar a origem do Estado. O filósofo sinaliza que a tribo não reconhecia a propriedade privada: nas tribos a descendência era entendida a partir da linha materna. De acordo com suas pesquisas, a propriedade nasce com a criação de gado, que também afirma a descendência pela linha paterna, subordinando a mulher.

Desta forma, o Estado se faz necessário a partir de certo desenvolvimento econômico, e se transforma num corpo separado, convertendo-se num processo pelo qual a classe economicamente mais forte – a que detém os principais meios de produção – afirma seu poder sobre a sociedade inteira. O Estado como corpo separado permite a institucionalização da sua dominação econômica e política com estruturas jurídicas, forças repressivas etc. (apud GRUPPI, 1986, p. 28-31).

Encontramos, nas visões de Estado expostas, alguns pontos-chave contraditórios. Uma concepção idealista de Estado ético, cumpridor da lei, sendo o Estado separado da sociedade civil a sua única possibilidade de existência. Esta concepção tem sido contestada, ao considerar que a sociedade civil deva ser entendida como um conjunto de relações econômicas que determina o surgimento do Estado, não podendo ser considerados corpos separados, que permite e vislumbra o fato de que são as relações de poder que estabelecem as leis e não o contrário.

Hoje são vivenciadas crises e contradições nos Estados. A democracia como conquista da complexidade social deveria permitir a existência da liberdade, igualdade e fraternidade, sendo que liberdade e igualdade são contraditórias dentro do liberalismo. Mesmo que o

Estado em crise já não se apresente como uma entidade soberana (APPADURAI, 1996; NYE e DONAHUE, 2000; JACKEUET et al., 2002; PRICE, 2002; BECK, 2005 e FRASER, 2007 apud CASTELLS, 2015, p. 85-6), ele não desaparece, mas se transforma para se adaptar ao novo contexto. Para compreender esta transformação, visitaremos na continuação a visão de Estado como aparelho de captura dentro de um processo maquínico, trazida por Deleuze e Guattari.

1.1.1 Política e Estado para Deleuze e Guattari

O filósofo francês Guillaume Sibertin-Blanc apresenta a visão do Estado segundo Deleuze e Guattari no seu livro “Política e Estado para Deleuze e Guattari: um ensaio sobre o materialismo histórico-maquínico” (2013). Sibertin-Blanc parte da hipótese de Deleuze e Guattari do capital como axiomática mundial, na qual eles chegaram ao destrincharem a macropolítica a partir de seus entendimentos filosóficos, epistemológicos e políticos, a teoria da forma-Estado como desidealização do Estado capitalista keynesiano, e a existência do “*Urstaat*”.

O *Urstaat* é um Estado apresentado no Anti-Édipo como horizonte comum do que vem antes e do que vem depois, que condiciona a história universal com a condição de estar não fora dela, mas sempre ao lado, o monstro frio que representa a maneira como a história está na “cabeça”, no “cérebro”, o *Urstaat* (DELEUZE e GUATTARI, 2014, p. 292), que lhe permite estar na mente do cidadão, na mente pública.

De acordo com o filósofo francês, Deleuze e Guattari fazem uma tradução conceitual do programa da crítica à economia política, trazendo uma atualização de como o capitalismo mundial utiliza as técnicas predatórias de acumulação primitiva, levando à precarização interior nos países centrais, o que ele vai denominar endoviolência (SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 11).

O ponto fundamental para Deleuze e Guattari, como sinalizado por Sibertin-Blanc, é refutar a separação da objetividade histórica ao plano de desejo “subjetivo” ou “psíquico”, diferente de substituir as relações de interiorização ou de projeção que pressupõem a exterioridade dos termos, apresentando assim uma relação de co-constituição, coprodução do real histórico pela formação social e as formações do desejo.

Esta hipótese se abre assim sobre uma teoria da forma-Estado que procura elucidar os modos de efetividade e eficácia simultâneas na produção social e na produção do inconsciente. Esta forma combina um aparelho de poder e uma posição transindividual do desejo, um sistema institucional complexo e um sistema de subjetivação coletiva (SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 17).

A análise do fenômeno estatal para Deleuze e Guattari se coloca sobre o terreno de um debate com o freudo-marxismo reichiano e com o Freud da psicologia de massas, assim como com o tratado teológico-político de Spinoza, que encontra seu ponto culminante na construção do conceito de “Estado original”, operador de uma captura do poder nos cenários fantasmáticos nos quais se ajustam as identificações coletivas e os modos de subjetivação dos indivíduos sociais (SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 17).

1.1.1.1 Aporias da origem do Estado: gênese impossível e começo não encontrado

No livro *Anti-Édipo* e no *Platô 13 de Mil Platôs* (2012), Deleuze e Guattari sinalizam como já no ano 7000 antes de Cristo existiam aparelhos de captura, o que interpela um problema antropológico-histórico da origem do Estado, sendo necessário um diálogo com disciplinas etnológicas e de arqueologia que descrevem, cada uma à sua maneira, o problema das condições de emergência de um aparelho de poder separado das formações sociais que não as conformavam. Ora, este diálogo conduz a um duplo impasse na resolução simplesmente empírica do problema da origem: é impossível chegar na gênese da forma-Estado e o seu começo histórico é inassinável.

O problema da origem do Estado fica como um “mistério” irreduzível, como tinha sinalizado o antropólogo francês Pierre Clastres. De acordo com Clastres, não corresponde a explicações genéticas ou evolucionistas atingir um umbral estatal. Assim, a aporia da origem do Estado se movimenta sobre um plano filosófico e especulativo: ela é trazida sobre a materialidade do Estado e mais exatamente sobre a impossibilidade de identificar a forma-Estado com os seus aparelhos materiais (SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 19).

De um lado, Deleuze e Guattari mantêm a necessidade do Estado a partir das condições socioeconômicas, que podem explicar a disparidade de formações históricas concretas e a

pluralidade de vias de suas transformações. Por outro lado, as aporias de explicação evolucionistas de aparição de Estado obrigam a problematizar a eficácia do movimento pelo qual a forma-Estado parece pressupor ela mesma, e “produzir”, dela mesma, as condições materiais de seus próprios aparelhos institucionais (SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 19).

Fazendo uma releitura da tese antropológico-política de Clastres sobre os “mecanismos de conjuração”, as instituições das sociedades de linhagem, em virtude de um certo “pressentimento” ou de intencionalidade sociológica implícita, bloqueariam a constituição de um órgão de poder separado do corpo social (Ibidem, p. 19-20).

Com Marx e Gordon Childe é preciso supor um desenvolvimento prévio das forças produtivas das comunidades para constituir um estoque de Estado, situação que os antropólogos objetam, pelo fato de ter sido demonstrado que um grande número sociedades ditas primitivas mostraram um interesse ativo, diretamente a cargo das suas infraestruturas, evitando ao mesmo tempo o desenvolvimento de forças e meios técnicos de produção que justifique tal diferenciação política (Ibidem, p. 20).

Por este motivo Deleuze e Guattari refutaram a tese clastriana: eles consideram uma articulação tipológica e topológica de categorias histórico-maquínicas. Os autores pontuam que nenhuma formação social é em realidade autárquica ao ponto que possa se negar as relações de “coexistência extrínseca” ou de interação que ela tem com outras formações sociais. Porém, estas relações só são efetivamente determinantes na medida em que eles sejam reenviados a relações de coexistência intrínseca entre formas de potência elas mesmas. Desta forma, eles sugerem que o Estado pode se apropriar ele mesmo dos “mecanismos de antecipação-conjuração” das sociedades de linhagem, sendo que o Estado mesmo muda quando é capturado e subordinado a uma potência de englobamento ecumênico como o mercado capitalista mundial (apud SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 42-3).

Neste ponto, achamos importante descrever formalmente o processo maquínico “ecumênico” e sua potência de englobamento, como é trabalhada por Deleuze e Guattari. Atentemos que para os autores não é o capitalismo mundial que permite definir um processo maquínico de englobamento, mas ao contrário:

Os conjuntos internacionais (...) não aguardaram o capitalismo para se formar: desde o neolítico, incluso desde o paleolítico, encontramos vestígios de organizações ecumênicas que testemunham um comércio de longa distância e que atravessaram simultaneamente formações sociais diversas (DELEUZE e GUATTARI, 2014, p. 136).

Como exposto em Mil platôs:

Uma organização internacional ecumênica não procede de um centro imperial que se impõe a um meio exterior para homogeneizá-lo; ela não se reduz às relações entre formações da mesma ordem, por exemplo entre Estados (FMI, ONU...). Contrariamente, ela constitui um meio intermediário entre as diferentes ordens coexistentes. Da mesma forma ela não é econômica ou comercial exclusivamente, ela pode ser religiosa, artística, etc. É nesse sentido que chamaremos organização internacional todas aquelas que possam passar por formações sociais diversas, simultaneamente, Estados, cidades, desertos, máquinas de guerra, sociedades primitivas. (...). Uma organização ecumênica não parte de um Estado, mesmo que este seja imperial, o Estado imperial só faz parte, e faz parte de seu jeito, que consiste em capturar tudo o que ele pode (DELEUZE e GUATTARI, 2014, p. 136).

Este raciocínio encontra eco nas reflexões de Morin sobre a máquina social, trazidas pelo filósofo no Método 1, no qual faz um breve histórico sobre como as transformações ligadas à agricultura e à guerra, marcadas também pelo desenvolvimento da máquina linguagem, permitiram a aparição do aparelho de Estado, da cidade, da divisão do trabalho, das classes sociais hierarquizadas, com a elite do poder e do saber no topo, e na base a massa de escravos reduzidos ao estado de ferramentas vivas, ou seja, máquinas escravizadas.

Esta noção é considerada inicialmente por Lewis Mumford, que entendeu “a organização social faraônica” de construção de pirâmides como a primeira megamáquina (MUMFORD, 1973, p. 251 apud MORIN, 2003, p. 211). Como era de se esperar, as cidades-Estado mais bem-organizadas e mais poderosas ao longo do vale do Nilo conquistaram e submeteram as mais fracas (J. VERCOUTTER, 1987 apud MAZOYER, 2010, p. 193).

Morin (2003, p. 215) sinaliza que é desta forma que a organização escravista das primeiras megamáquinas históricas se prolonga e se desenvolve sobre, na, e pela organização do ser físico que é a máquina artificial, o que faz surgir o problema da dominação.

O autor pontua ainda:

(...) no devir das sociedades históricas, essas megamáquinas a um só tempo homeostáticas e úbricas (cidades, nações, impérios), comandadas por aparelhos

dominadores em todas as acepções deste termo, produzindo enormes trabalhos, atravessadas pelos desregramentos e pelas violências, se consagrando à entre destruição, que as regulações (que se instalam a partir de impulsos antagônicos) (...) a partir da segunda metade do século XX a megamáquina da sociedade industrial, consegue sacrificar e subordinar todos os desenvolvimentos que não sejam os tecnoeconômicos, degradando e ameaçando de morte os ecossistemas vivos e, por retroação, a própria humanidade (2003, p. 273).

Na reflexão de Morin encontramos, assim, uma espécie de processo que implica uma sequência de fatos e de operações, fazendo parte do processo histórico. De acordo com Deleuze e Guattari, estas operações conduzem às “modernas” funções do Estado, que na realidade são frequentemente artificiais, residuais, arcaicas; só que são arcaísmos com uma função perfeitamente atual, nossa maneira moderna de ladrilhar, de esquadrihar, de reintroduzir fragmentos de código, de ressuscitar antigos, de inventar pseudocódigos ou jargões. Neoarcaísmos, segundo a fórmula de Edgar Morin (2014, p. 341).

Pensar este processo de englobamento ecumênico nos leva a refletir em como esse processo era feito e na existência das redes na antiguidade. Castells pontua como, em termos de estrutura social, arqueólogos e historiadores da antiguidade nos lembram que os registros históricos mostram a difusão e relevância das redes como a espinha dorsal das sociedades, há milhares de anos atrás, nas civilizações antigas mais avançadas, em várias regiões do planeta. O sociólogo sinaliza, em relação à geografia do mundo antigo, e levando em conta as tecnologias de transporte disponíveis, como este poderia ser considerado um processo de globalização na antiguidade (2015, p. 67).

Uma vez esclarecido em que consiste o processo de englobamento ecumênico para Deleuze e Guattari, fica faltando resolver a aporia da origem do Estado. Os autores se apoiam sobre a formulação clastriana e a reforçam e radicalizam: o “mistério da origem” fica relativo a um problema evolucionista. Ao mesmo tempo em que estabelece a impossibilidade formal e transcendental da aparição do Estado a partir das sociedades sem Estado, Clastres mantém um esquema de uma passagem destas para aquelas, da autarquia das comunas primitivas ao grande Leviatã (apud SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 20).

A neutralização deste esquema motiva Deleuze e Guattari em direção a pesquisas arqueológicas, postas paradoxalmente ao serviço de uma suspensão do ponto de vista de uma sucessão cronológica:

A arqueologia descobre o Estado por todas partes, frequentemente recoberto pelo esquecimento, no horizonte de todos os sistemas ou Estados, não só na Ásia, mas na África, América, na Grécia, na Roma. Urstaat imemorial, desde o neolítico, e pode ser mais antigo ainda (...) não temos terminado de ir para trás no tempo, na origem de estes Estados neolíticos (...) existe a conjectura de impérios quase paleolíticos... (DELEUZE e GUATTARI, 2014, p. 124-7).

O que ocupa este horizonte, ao limite das positivities históricas, etnológicas e arqueológicas, é precisamente o que Deleuze e Guattari chamam de *Urstaat*:

Somos sempre enviados a um Estado que nasce adulto e que surge de nada, “Urstaat incondicionado” – incondicionado porque a ele pertencem suas próprias condições, ou em termos hegelianos, de ter ele mesmo seus próprios pressupostos (DELEUZE e GUATTARI, 1980, p. 478, 532 apud SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 25, tradução nossa).

Os Estados têm sempre a mesma composição; se existe uma verdade na filosofia política de Hegel, é que “todo Estado tem em si os momentos essenciais de sua existência”. (...). Por esta razão as teses sobre a origem do Estado são sempre tautológicas. Assim que se invoquem fatores exógenos, ligados à guerra e à máquina de guerra; assim como outros fatores endógenos, que fariam nascer a propriedade privada, a moeda, etc.; assim como enfim fatores específicos que determinam a formação de “funções públicas”. Encontramos frequentemente as três teses em Engels, seguindo uma concepção da diversidade das vias da dominação. Mas elas supõem o que está em questão. A guerra não produz um Estado, a menos que uma das duas partes seja um Estado anteriormente; e a organização da guerra não é um fator de Estado que se ela lhe pertence (...). De igual forma a propriedade privada supõe uma propriedade pública do Estado, ela flui através de seu elemento constitutivo; a moeda supõe o imposto. E vemos mais difícil como as funções públicas podem preexistir ao Estado que elas implicam. Sempre somos reenviados a um Estado que nasce adulto e que surge de nada, Urstaat incondicionado (DELEUZE e GUATTARI, 2012, p. 123-4).

Sibertin-Blanc ressalta que estamos nos enfrentando não simplesmente com a fixação de uma invariante trans-histórica, mas com a elucidação da estrutura temporal, que toma esta invariância nas formações históricas: estrutura de esquecimento – desaparecimento ou latência – e de retorno, que faz aparecer cada Estado concreto como uma reatualização, sob condições históricas variáveis, de um paradigma abstrato que forma o horizonte preexistente.

O problema não é o da anterioridade do tempo cronológico, mas de uma cisão de tempo que define o reporte de Estado à sua própria historicidade, de maneira que cada Estado aparece na reatualização de um Estado originário latente e pressuposto, já requerido pelo seu próprio começo histórico, ainda ao horizonte de evoluções históricas posteriores, exaurindo um efeito de eternização que faz corpo com seu ser-objetivo na história das sociedades (SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 29).

Sibertin-Blanc (2013, p. 29) realça, ainda, como no nível da teoria do Estado a alternativa entre o idealismo hegeliano e o materialismo marxiano foi impossível de decidir, como se a estrutura de suposição de si, na qual se fundamenta a forma-Estado como ela é, tornasse impossível ela mesma, este corte filosófico não localizável.

A ruptura enunciativa que se inscreve na aporia do Estado tem que ver com a cadeia guattaro-deleuziana da ontologia maquínica exposta no *Anti-Édipo*, na qual os autores inscrevem o problema do *socius* na codificação dos fluxos do desejo. Nesta concepção, as máquinas devem inscrever e registrar os fluxos, de forma que nenhum corra sem ser tamponado, canalizado ou regulado.

Partindo desta compreensão maquínica, Deleuze e Guattari definem uma primeira máquina territorial primitiva onde predominavam a terra e os laços locais, na qual ferros em brasa marcavam os indivíduos, a pertença se dava através de iniciações e circuncisões. Esta marca era uma inscrição territorial e corporal. A máquina territorial primitiva foi destituída pela máquina despótica ou soberana, caracterizada por se apoderar das territorialidades primitivas, com a era das conquistas e colonizações no Novo Mundo.

Nesta etapa, as terras conquistadas por cada reino tornaram-se a segunda inscrição e codificação. A máquina despótica instaurou uma espécie de sobrecodificação. Mas a máquina capitalista, à medida que se estabeleceu sobre as ruínas mais ou menos longínquas de um Estado despótico, encontra-se numa situação totalmente nova: a descodificação e desterritorialização dos fluxos. A máquina capitalística enfrenta essa situação vivendo dela, e nela encontra tanto a sua condição como a sua matéria, impondo-a com toda a sua violência. É este o preço da sua produção e repressão soberanas. Assim, a máquina capitalística chega descodificando, desterritorializando e axiomatizando os fluxos, para deles extrair a mais-valia. Seus aparelhos anexos, burocráticos e policiais reterritorializam a força, enquanto vão absorvendo uma parte crescente de mais-valia.

Estado não se forma progressivamente, mas nasce tudo armado, *Urstaat* original, eterno modelo do que todo Estado deseja ser e é desejado. A produção asiática, com o Estado que o exprime ou constitui o movimento objetivo, não é uma formação distinta, é a formação de base...o Estado despótico original não é um corte como os outros. De todas as instituições, é talvez a única a surgir completamente armada no cérebro daqueles que a instituem... Eis porque no marxismo não se sabia muito bem o que fazer com essa instituição, uma vez que ela não entra nos cinco períodos, comunismo primitivo, cidade antiga, feudalidade, capitalismo, socialismo... O que o

Estado despótico corta, sobrecorta ou sobrecodifica, é o que antes a máquina territorial, que ele reduz a estado de tijolos, de peças trabalhadoras submetidas desde então à ideia cerebral. Neste sentido o Estado despótico é certamente a origem, mas origem como abstração que deve compreender sua diferença em relação ao começo concreto (DELEUZE e GUATTARI, 2014, p. 290).

Com tal característica maquínica, não se trata o Estado nem como conceito nem como aparelho. Eles percebem a forma-Estado como um fantasma original e como a ideia inicial. Sibertin-Blanc destaca, assim, a antinomia entre a concepção idealista e materialista do Estado, o que exprime uma dupla impossibilidade: o desenvolvimento das condições materiais do Estado pressupondo a existência da forma-Estado, enquanto esta não pode identificar o auto-movimento de sua ideia sem que a sua emergência seja temporalmente não localizável.

Ela impõe uma compreensão mais complexa de que a forma-Estado, para poder entender o seu excesso, ele mesmo duplo, sobre a sua própria materialidade (seus aparelhos), e sobre a sua própria idealidade (sua ideia ou auto-movimento de seu conceito).

A tese de Deleuze e Guattari impõe o rompimento com a leitura evolucionista e com a leitura funcionalista. Implica, ao contrário, que a forma-Estado não existe nunca em estado puro, mas sempre se encontra dentro de complexos de potência heterogêneos que conferem ao Estado, seus aparelhos e seus modos de dominação, significações políticas irredutivelmente ambivalentes. Isso torna necessário o diagnóstico deleuze-guattariano da realidade estatal dentro da axiomática geopolítica e geoeconômica da acumulação do capital, precisando da avaliação dos meios para enfrentar as dominações e sujeições ligados a ela (SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 32-3).

Esta reflexão difere da análise marxiana, que afirma que o Estado não é ocasionalmente e sim necessariamente capitalista. De acordo com o doutor em filosofia e teoria geral do direito Alysson Leandro Mascaro (1976-), ao analisar a obra de Marx, outros modos de produção têm outros modos de organização política, mas não são estatais. O autor sublinha que Marx trabalha com o Estado em uma referência ao que ele era naquele momento, sem fazer uma investigação mais detalhada sobre o Estado na história (2015, p. 24).

Nosso interesse na axiomática capitalista proposta por Deleuze e Guattari é compreender a relação entre poder e Estado, e o papel da comunicação – leis vistas como ordens e comandos

– para conseguir a dominação e a sujeição. Castells (2015, p. 62) sinaliza que o poder não está localizado em uma esfera social ou instituição específica, mas está distribuído por toda a esfera da ação humana. No entanto, o sociólogo ressalta que existem expressões concentradas de relações de poder em certas formas sociais que condicionam e forjam a prática do poder na sociedade como um todo ao reforçar a dominação. Uma forma particularmente relevante de dominação foi, em toda a história, o Estado em suas diferentes manifestações (POULANTZAS, 1978; MULGAN, 2007 apud CASTELLS, 2015). Portanto, a quantidade de poder que eles mantêm depende da estrutura social total em que operam.

Partindo da hipótese de que a forma mais fundamental de poder está na capacidade de moldar a mente humana, Castells (2015, p. 21) analisa a comunicação como um dos elementos críticos para a dominação, pelo fato de que é através da comunicação que a mente interage com seu ambiente social e natural. Desta forma, o autor sublinha que o poder está baseado no controle da comunicação e da informação. Visto isto, a capacidade de construir consentimento, ou de pelo menos instilar medo e resignação em relação à ordem existente, é essencial para fazer cumprir as regras que governam as instituições e as organizações da sociedade.

1.1.1.2 Limite e captura: por um conceito de acumulação primitiva de Estado

Como vimos no ponto anterior, para Deleuze e Guattari não existem sociedades com e sem Estado, o que existe é o limite interior e o limite exterior. O Estado é a soberania, mas a soberania só reina sobre o que ela pode interiorizar e se apropriar localmente (apud SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 37).

Desta forma, são percebidos limites de formas não capitalistas que são fluxos descodificados que se apresentam como limite real. Os autores sinalizam a existência de limites, real, relativo e absoluto, de acordo com categorias consistentes filosófica e epistemologicamente, no momento em que é determinado pela potência e pela tipologia que diferencia formas qualitativas (apud SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 46).

Sob esta concepção não binária – Estado sem Estado – Deleuze e Guattari analisam alguns vetores de estatização e chegam ao sentido da dívida e às implicações indissociavelmente antropológicas, cosmológicas e econômico-políticas de sua circulação. Corroboram, assim,

uma das teses clastrianas na qual se especifica que só há uma mutação política através da transformação de semiologias²⁹, simbologias e cosmologias indígenas (apud SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 46-8).

Deleuze e Guattari cunharam, assim, uma categoria denominada “geofilosofia”, que Sibertin-Blanc vai denominar materialismo histórico-maquínico, uma vez que a análise dos modos de produção e formação sociais se encontram redefinidos. Para Deleuze e Guattari as formas sociais se definem por processos maquínicos e não por modos de produção (apud SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 39).

Nós definimos as formações sociais por processos maquínicos, e não por modos de produção (que dependem, ao contrário, de processos). Assim, as sociedades primitivas se definiram por mecanismos de conjuração-antecipação; as sociedades com Estado se definiram por aparelhos de captura; as sociedades urbanas, por instrumentos de polarização; as sociedades nômadas, por máquinas de guerra; as organizações internacionais, ou ecumênicas, se definiram pelo englobamento de formações sociais heterogêneas. Ora, é precisamente porque estes processos são variáveis de coexistência que fazem objeto de uma topologia social, que as diversas formações correspondentes coexistem. E elas coexistem de duas maneiras, uma extrínseca e outra intrínseca. De uma parte, as sociedades primitivas não conjuram a forma de império ou de Estado sem antecipar, e não antecipam sem que ela não esteja lá, fazendo parte do seu horizonte. Os Estados não operam a captura que se esta não coexiste, não resiste dentro das sociedades primitivas, ou não vaza sobre novas formas, cidades, máquinas de guerra (...).

Não há só coexistência externa das formações, também há coexistência intrínseca de processos maquínicos. Por isto que cada processo pode funcionar também sobre outra “potência” que a sua própria, ser retomado por uma potência que corresponde a um outro processo. O Estado como aparelho de captura tem uma potência de apropriação; mas justamente, esta potência não consiste só no que ele captura, tudo o que ele pode (...). O aparelho de captura se apropria também da máquina de guerra, dos instrumentos de polarização, e dos mecanismos de antecipação-conjuração (DELEUZE E GUATTARI, 2012, p. 135-8).

Deleuze e Guattari tentam determinar o umbral estatal ao nível dos modos de codificação materiais de existência. É dentro desse agenciamento pratico-cognitivo, dentro do tratamento ideativo, prático e perceptivo da matéria obra que os vetores da estatização se deixam determinar (...) De acordo com os autores, “Os aspectos fundamentais do aparelho de Estado são a territorialidade, o trabalho ou trabalhos públicos, a fiscalidade”, e os aparelhos de captura correspondentes: Renda, Lucro e Imposto (SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 49-50, tradução nossa).

Renda, lucro e imposto são precisamente as formas de constituição material de um estoque, como forma orgânica da existência mesma de um Estado como aparelho material, do qual dependem os poderes repressivos e ideológicos. Como sinaliza Sibertin-Blanc (2013, p. 49-50), o argumento de partida dos autores consiste em ressaltar que são estas três suposições

29 Semiologias ou “regimes coletivos de signos” são para Deleuze e Guattari agenciamentos espaço-temporais, configuradores do espaço-tempo (apud SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 31).

que são bloqueadas pelos códigos sociais primitivos, que não param de heterogeneizar ao contrário os territórios investidos, as atividades e as transações. Em função de matérias de obra, de circunstâncias e de suas qualificações complexas, de significações extra-econômicas e de formas de expressão de atividades, de práticas, assim como suas coordenadas espaço-temporais, são mantidas na heterogeneidade qualitativa que impede a aparição de uma superfície de inscrição antropológica capaz de homogeneizar os territórios, as atividades, as trocas e as entidades trocadas.

Para Deleuze e Guattari é o imposto que constitui o umbral de mudança, ou dito de outra forma, o grau zero do novo sistema. Sendo que a arrecadação fiscal se opera sobre um componente excedente do valor de troca, que se representa na objetividade comparável do sistema de preço como valor fiscal adicional. Mas o excedente constitui também um elemento de base que permite a objetivação do preço. O imposto constitui, assim, a primeira camada de um preço objetivo, o ímã monetário ao qual os outros elementos do preço, lucro e ganho vêm se agregar, se aglutinar, convergir dentro do mesmo aparelho de captura (apud SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 57).

Consideramos importante lembrar, neste momento, que o precursor dos impostos foram os tributos. De acordo com o biólogo americano Jared Diamond, estes começaram a ser cobrados nas tribos centralizadas, nas quais surge a necessidade de haver um chefe, ao qual era atribuído o exercício do monopólio sobre o direito de usar a força.

Para Diamond, uma das consequências da agricultura e do modo de vida sedentário foi permitir a estocagem dos excedentes alimentares. Desta forma, a evolução das sociedades passa de mais igualitárias a uma maior complexidade e burocracia. De acordo com Diamond, ainda, para estocar alimentos necessitava-se de uma elite política que tivesse o controle da comida produzida por outros, além de criar taxas, etc. (2008, p. 88, 267-8).

A grande população de uma tribo centralizada em uma área reduzida precisava de muita comida. O excedente de alimentos gerados por algumas pessoas, relegadas à classe plebeia, era usado para alimentar os chefes, suas famílias, os burocratas e os artífices. Desta forma, aparecem os tributos pagos em espécie (DIAMOND, 2008, p. 273-6).

Pouco a pouco, as cidades-Estados mais bem-organizadas e mais poderosas – por exemplo as ao longo do vale do Nilo – conquistaram e submeteram as mais fracas. O vale podia alimentar, no melhor dos casos, de 4 a 5 milhões de habitantes. Essa estimativa corresponde ao máximo da população que teria atingido o Egito nos seus períodos de maior prosperidade (VERCOUTTER, 1987 apud MAZOYER, 2010, p. 193).

No Egito, o tributo era coletado sob o rígido controle dos escribas e armazenados nos numerosos celeiros do Estado. Impostos e trabalhos eram tão pesados que não deixavam nenhuma sobra aos camponeses, nenhuma possibilidade de enriquecer e de investir a título privado para melhorarem os seus meios de produção. Esta era uma sociedade despótica, burocrática e clerical baseada numa economia camponesa pouco diferenciada, submetida ao pagamento de pesados tributos em trabalho. De certa forma, uma sociedade estatal e tributária. O papel do Estado, ao mesmo tempo, era o de controlar a divisão do produto agrícola entre as diferentes categorias sociais e manter a segurança alimentar de todos, em caso de necessidade (MAZOYER, 1997, p. 195-7).

Esta historicidade trazida por Diamond e Mazoyer é exposta como processo maquínico no Anti-Édipo:

E o que conta não é a pessoa do soberano, nem mesmo sua função que pode ser limitada. É a máquina social que mudou profundamente: em vez da máquina territorial, há a “megamáquina” de Estado, pirâmide funcional que tem o déspota no cume como motor imóvel, que tem o aparelho burocrático como superfície lateral e órgão de transmissão, que tem os aldeões na base e como peças trabalhadoras. Os estoques são objeto de uma acumulação, os blocos de dívida devem uma relação infinita sob forma de tributo (DELEUZE e GUATTARI, 2014, p. 258).

Citando Lévi-Strauss, Deleuze e Guattari sublinham como o antropólogo fechou a questão da dívida com uma resposta categórica, enunciando que a dívida é apenas uma superestrutura, uma forma consciente onde se converte em moeda a realidade social inconsciente da troca. À vista dessa análise, os autores concluem como o dinheiro e a circulação do dinheiro, se tornam um meio de tornar a dívida infinita (2011, p. 245, 262),

Uma destruição combinada de todas as codificações primitivas ou, pior ainda, sua irrisória conservação, sua redução ao nível de peças secundárias da nova máquina e novo aparelho de recalçamento. O que era essencial na máquina de inscrição primitiva, os blocos de dívidas móveis, abertos e finitos, “parcelas do destino”, tudo isto é capturado numa engrenagem imensa que torna a dívida infinita e forma uma única e mesma fatalidade esmagadora (DELEUZE e GUATTARI, 2014, p. 255).

A reflexão de Deleuze e Guattari sobre a forma-estoque e do seu processo de captura, traz assim uma luz materialista sobre a estrutura de presunção a si (e sobre o “pressuposto natural ou divino” de Marx). Esta não caracteriza mais a forma-Estado considerada globalmente; ela depende do funcionamento semiótico dos aparelhos materiais do Estado, dentro das suas dimensões respectivas e das suas ações convergentes (SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 57).

Observemos que a capacidade de construir consentimento e significados são fundamentais para manter a ordem existente e fazer cumprir as regras que governam as instituições e as organizações da sociedade. Castells (2015, p. 57) define poder como a capacidade relacional que permite a um ator social influenciar assimetricamente as decisões de outros atores sociais, de forma que favoreçam à vontade, aos interesses e aos valores do ator que detém o poder. De acordo com o sociólogo, o poder é exercido por meio de coerção e/ou pela construção de significados, com base em discursos por meio dos quais os atores sociais orientam suas ações.

Encontramos, assim, que o Estado contribui com a produção da objetividade social, onde a construção de significado em nome de valores específicos desempenha um papel fundamental (CASTELLS, 2015, p. 57-8). A objetividade social, quando está submetida ao controle e à apropriação do Estado, ela mesma ganha uma necessidade absoluta, no interior desta objetividade onde seu constrangimento se incorpora, e ao limite onde aparece como a ordem das coisas. Compreendemos, desta forma, como a estrutura de pressuposição a si determina um funcionamento muito singular do monopólio (SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 58).

Se os monopólios de Estado (não só a “violência legítima”, mas a arrecadação fiscal, as fronteiras territoriais e as normas últimas da residencialidade etc.) não são fenômenos monopolistas entre outros e sim o paradigma de todo monopólio, que aparece não como possibilidade exterior, mas como uma propriedade interna (Ibidem, p. 58). Quanto maior for o papel desempenhado pela construção de significado em nome de valores específicos, menor é a necessidade do recurso a violência. Entretanto, a institucionalização da violência no Estado estabelece o contexto de dominação em que a produção cultural do significado pode ser eficaz (CASTELLS, 2015, p. 57-8).

Isto posto, Sibertin-Blanc (2013) ressalta como, sobre o plano da construção intelectual da relação entre violência e direito, dentro do que podemos chamar monopolização estatal da soberania, a estrutura do monopólio estatal está expressa pela análise da forma-estoque.

O que retém o interesse de Deleuze e Guattari é a relação particular que Marx apresenta entre o poder do Estado, seu uso da violência e do direito, e sua transformação no estabelecimento histórico do modo de produção capitalista. O processo de acumulação primitiva do capital precedente e o condicionamento histórico necessitam de uma ação específica do Estado e do direito que não se opõe ao “uso da força brutal”, mas ao contrário a promove, com a expropriação dos agricultores, a privatização de bens comunitários, as legislações e representações anti-vagabundagem, leis de diminuição de benefícios salariais, a inserção forçada nos circuitos de endividamento, a colonização (SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 66).

O que importa correlativamente é o exercício não equitativo da violência massiva direta sobre as linhas de força da economia-mundo onde se encontram, como um processo constante da reprodução ampliada do capital à escala mundial. Desta forma, esta lógica impera também na posição dos Estados na divisão internacional do trabalho e na integração de seus mercados interiores ao mercado mundial. Assim, os mecanismos de acumulação primitiva do capital: seu cortejo de proletarização dos homens e sua espoliação dos recursos coletivos, da destruição das relações sociais não capitalistas e da socialização forçada dentro das relações do capital, a submissão das lógicas socioantropológicas das territorialidades coletivas, as lógicas contraditórias da mobilidade e da fixação da força de trabalho etc., são manifestações do direito concedido ao Estado.

Notemos que na divisão mundial do mercado, os Estados, apesar de suas crises não desaparecem, são transformados. Sua transformação pragmática é o que realmente muda a paisagem da política e da elaboração de políticas na sociedade global em rede, como denominada por Castells, que pode ser uma metáfora da economia-mundo.

De acordo com Castells (2015), os Estados respondem às crises por meio de três mecanismos principais:

1. Eles se associam e formam redes de Estados, algumas delas com objetivos múltiplos e de soberania compartilhada, tal como a União Europeia.

2. Os Estados construíram uma rede cada vez mais densa de instituições internacionais e organizações supranacionais para tratar das questões globais de desde instituições com objetivos gerais (como as Nações Unidas) até as especializadas (como a OIT, FMI, Banco Mundial, etc.).
3. Em muitos países, os Estados se envolveram em um processo de delegação do poder a governos regionais e a governos locais, ao mesmo tempo em que abriram canais de participação com as ONGs, na esperança de fazerem cessar sua crise de legitimidade política e estabelecerem uma conexão com a identidade do povo (2015, p. 85-6).

A crise de legitimidade é apontada por Mészáros (2013, p. 17) como o paradigma da sobreposição alienada, no qual o metabolismo do capital tem influenciado no processo de tomada de decisão global das formações estatais. Assim, o filósofo identifica um corpo alienado com órgãos separados/alienados de um controle político global, onde prima a lei do mais forte, perdendo toda a legitimidade a lei do próprio Estado. Em seguida tentaremos compreender se “a Lei” instituída pelas formações estatais, seja no plano doméstico ou no internacional, pode ou não realmente funcionar.

1.2 Violência do Estado, a lei do mais forte

Pensar no poder do Estado, seu uso da violência e do direito, e sua transformação no estabelecimento histórico do modo de produção capitalista, nos faz citar duas concepções de Estado apresentadas por Gruppi (1986). Na teoria sobre a formação do Estado trazida por Maquiavel, se explica que o Estado faz política e segue sua técnica e suas próprias leis. Maquiavel ressaltava como o Estado moderno se funda no terror, com a justificativa de que os homens têm mais escrúpulo de ofender a quem eles temem do que a quem eles amam (apud GRUPPI, 1986, p. 10-12).

A outra visão que nos faz pensar na violência é a de Thomas Hobbes, que nos séculos XVII-XVIII apontava que os homens primitivos, no estado natural, são selvagens e movidos pelo desejo de poder, riquezas e propriedades. Estes sentimentos levaram a sinalizar que o “homem é o lobo do homem”, sendo necessário estabelecer um contrato para se proteger, contrato que constitui o Estado com poder absoluto para conservar-se e não se destruir (apud GRUPPI, 1986, p. 12-3).

Atentemos que a violência indicada na análise marxiana se refere à violência do Estado, e que o Estado, assim como todas as instituições, estão conformados por homens. Seríamos, assim, incapazes de superar a violência, ficando encapsulados na suposta essência hobbesiana: o indivíduo e os grupos experimentam uma sociedade que reitera todo o tempo a impossibilidade da convivência solidária (OURIQUES, p. 19, 2016).

O axioma hobbesiano e a irracionalidade que o funda, e que continua desde 1651 a ser naturalizado pela teoria social e a filosofia hegemônica como a “essência do humano” ao ter cristalizado o desejo e o corpo (a “matéria”) como inimigos do pensamento, suspende a capacidade de julgar e marca profundamente o psiquismo e as instituições. Daí as

campanhas para fazer da segurança o principal problema da sociedade e para converter a cada indivíduo em delator. Sempre será a instância superior disciplinadora e emissora do discurso da verdade, ante a qual os indivíduos acodem para saber como é sua vida e para pedir proteção (...) É uma guerra para destruir sujeitos, para despersonalizar o outro, o externo ao sujeito dominante, pode ser controlado ou destruído através de sua objetivação: o é incorporado como objeto funcional ao que é assinado tarefas ou papéis, suplantando seu sujeito, o bem é considerado como objeto de destruição por ser supérfluo ou por ser rebelde, raro, anormal, inadaptado³⁰ (CECEÑA, 2006, p. 35 apud OURIQUES, 2016, p. 13, tradução da autora).

Encontramos, desta forma, um tipo de violência que deve ser combatida. De acordo com Habermas, a legitimidade depende do consentimento obtido pela construção de significado compartilhado. O exercício democrático do poder depende da capacidade institucional de transferir o significado gerado pela ação comunicativa no significado na coordenação funcional da ação organizada no Estado sob princípios do consenso institucional (apud CASTELLS, 2015, p. 59). Esse significado compartilhado justifica também a violência do Estado para fins de desenvolvimento econômico, como é o caso da espoliação dos recursos coletivos, e da destruição das relações sociais entre outros.

Considerar a continuidade da violência marxiana para Deleuze e Guattari não permite simplesmente reintroduzir a forma-Estado dentro de uma perspectiva histórica que se cria

³⁰ “Esta visión es ampliamente difundida con las campañas para hacer de la seguridad el principal problema de la sociedad y para convertir a cada individuo en un delator. Siempre estará la instancia superior disciplinadora y emisora del discurso de verdad, ante la cual los individuos en su pequeñez acuden para saber cómo es su vida y para pedir protección.

(...) Es una guerra por destruir sujetos, por despersonalizar. Lo otro, lo externo al sujeto dominante, puede ser controlado o destruido a través de su objetivación: o bien es incorporado como objeto funcional al que se le asignan tareas o roles, suplantado en su subjetividad, o bien es considerado como objeto de destrucción por ser superfluo o por ser rebelde, raro, anormal, inadaptado”.

suspensa; ela corrobora, ao contrário, o campo de análise dentro do qual a forma-Estado toma seu sentido desde o início: um campo de análise “histórico-maquínico” de novas formas de distribuição dos pólos de violência de Estado.

A perspectiva de violência poderia dialogar com o raciocínio de Mészáros de reduzir os problemas do Estado a teorias de lei e direito. O autor ressalta a relação necessária entre ilegalidade do Estado enquanto tal e a afirmação da lei do mais forte como a modalidade prática de tomada de decisão política global sob o domínio do capital.

Mészáros sinaliza, ainda, que as formações estatais historicamente dadas do sistema do capital devem se afirmar como executoras eficazes das regras necessárias para a manutenção da ordem sociorreprodutiva estabelecida. Consequentemente, a “lei” deve ser definida e alterada em conformidade, a fim de atender às mudanças nas relações de poder e às alterações correspondentes dos antagonismos fundamentais, inseparáveis do metabolismo de reprodução social do capital. Em outras palavras, a lei do mais forte e a ilegalidade do Estado são, em certo sentido, sinônimos, em vista de sua correlação necessária (2013, p. 56-7).

...“a Lei” instituída pelas formações estatais do capital na base material antagonica de seus próprios microcosmos constitutivos, seja no plano doméstico ou no internacional, não pode funcionar e realmente não funciona. Ela funciona de facto somente ao afirmar-se como força – ou “lei do mais forte”... “a Lei” se impõe ao decretar categoricamente a viabilidade constitucional de si mesma em sua simbiose com a relação estabelecida de forças, e continua a fornecer sua legitimação pelo Estado com a mesma afirmação categórica enraizada na força, até que haja uma grande mudança na relação das próprias forças (2013, p. 18).

Mészáros (2013, p. 59) apresenta, desta forma, a violência como ordem sociometabólica³¹ do próprio sistema de capital, no qual o Estado tem a responsabilidade pela promoção e pelo cumprimento dos imperativos objetivos deste sistema.

No argumento de Mészáros podemos entrever uma analogia destes imperativos do sistema capitalista, vistos por Deleuze e Guattari como a captura do Estado, e como este se submete também a formas de potência de outros processos maquínicos, como os processos de polarização urbana dominados pelas “cidades-mundo” capitalistas, e os processos de “englobamento” da formação capitalista mundial ela mesma.

³¹ Mészáros sinaliza que o Estado, tal como nós o conhecemos, está fundado numa determinada ordem sociometabólica capitalista. Sendo que ele em si não pode refazer a ordem social reprodutiva do capital porque é uma parte integrante dela.

Ao falar da sociedade-rede, Castells (2015, p. 65) pontua como, sob as condições da globalização, o Estado se torna apenas um nó (por mais importante que ele seja) de uma rede específica: a rede política, institucional e militar, que se sobrepõe a outras redes importantes na construção da prática social. O autor sugere que, em muitos casos, os detentores do poder são as próprias redes. Não redes abstratas e inconscientes, ou autômatos: elas são humanos organizados em torno de seus projetos e interesses. Mas não são atores únicos (indivíduos, grupos, classes, líderes religiosos, líderes políticos), já que o exercício do poder na sociedade em rede requer um conjunto complexo de ações associadas que vai além das alianças para se tornar uma nova forma de sujeito (Ibidem, p. 91).

Fica a questão de analisar como, em função das relações atuais entre redes, se encontram e funcionam processos maquínicos. Como os Estados mantêm seus três aparelhos de captura: os modos de definição de territórios e determinação da residencialidade e exploração da terra; suas maneiras de determinar as condições e as normas de sobretrabalho, e de intervir na imposição tendencial da forma trabalho no conjunto das atividades humanas; suas práticas bancárias e monetárias, e suas maneiras de articular a captura fiscal a uma economia da dívida infinita, convertida ela mesma em instrumento de potência da formação de englobamento capitalista (SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 69).

A seguir, pretendemos compreender a axiomática capitalista mundial proposta por Deleuze e Guattari e sua vigência atual dentro do que Manuel Castells denomina a sociedade-rede, a partir da visão do sistema-mundo moderno colonial trazida pelo geógrafo brasileiro Carlos Walter Porto-Gonçalves.

1.3 Sistema-Mundo moderno colonial

Para refletir sobre as funções atuais de processos maquínicos, a captura do Estado e como este se submete também a formas de potência de outros processos maquínicos, vamos trazer a análise do geógrafo brasileiro Carlos Walter Porto-Gonçalves, na obra “A globalização da natureza e a natureza da globalização” (2006).

Fundamentado na situação dos países da América Latina e Caribe, África e Ásia, o geógrafo denomina sistema-mundo moderno colonial a manutenção simultânea de características de um

mundo moderno e colonizado. O autor busca explicar que o período de colonização foi superado pela colonialidade do saber e do poder. O colonialismo e o imperialismo não deixam de existir sob a globalização neoliberal. “A modernidade é inseparável da colonialidade” (2006, p. 49).

O argumento de Porto-Gonçalves versa sobre como o processo de globalização tem sido influenciado pelas relações de poder. Para ele, o começo da globalização acontece com a descoberta da América no ano 1492, o que deu origem à crença da existência de raças inferiores que podiam ser dominadas, impondo um tempo hegemônico para as civilizações e um conceito de desenvolvimento único.

O geógrafo sinaliza que este padrão de desenvolvimento foi, e segue sendo considerado como o ideal, encontrando hoje uma sobrevalorização do mesmo na escala global. Quando a liberdade e igualdade deveria ser considerada, só o modelo europeu era o parâmetro a seguir, o que permitiu a expansão do capitalismo com uma missão civilizatória, a qual é apoiada pelos organismos multilaterais como o Banco Mundial (BM), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Estes se valem da escala globalizada, trazendo como resultado uma grave degradação ambiental e a perda de diversidade biológica e cultural, que são uma consequência, segundo Porto-Gonçalves, do fato de que a dominação da natureza é a base do imaginário moderno colonial.

A noção de um sistema mundial é trabalhada por autores como o sociólogo e cientista social americano Immanuel Wallerstein (1930-). Em seus estudos é possível subentender que este sistema é uma composição de elementos em articulação, ligações que indicam a importância de se ater a questões globais e internacionais do próprio sistema capitalista, para um melhor entendimento de suas particularidades atuais.

Para Wallerstein (2001), só existe um mundo articulado por um complexo sistema de trocas econômicas — uma economia mundial ou sistema mundial — caracterizado pela dicotomia entre capital e trabalho e a acumulação de capital entre agentes em concorrência (nomeadamente os Estados-nação), num equilíbrio sempre ameaçado por antagonismos internos. Esta abordagem constitui a teoria do sistema mundial. Ademais, o autor afirma que o sistema mundial capitalista é muito heterogêneo em termos culturais, políticos e econômicos,

abarcando grandes diferenças de desenvolvimento civilizacional, acumulação de capital e poder político.

Esta reflexão sobre heterogeneidade cultural encontra eco na análise da sociedade-rede de Castells, que sinaliza o desenvolvimento de uma

multiplicidade de cenários culturais produzidos pela história de cada contexto. A sociedade rede é global na sua estrutura, mas com um movimento duplo de semelhança e singularidade que tem duas consequências principais no nível cultural (...) as identidades culturais específicas passam a ser comuns de autonomia e às vezes trincheiras de resistência para grupos e indivíduos que se recusam a desaparecer na lógica das redes dominantes. Em vez do surgimento de uma cultura homogênea global, se observa a diversidade cultural histórica como a principal tendência comum: fragmentação, ao invés de convergência (2015, p. 83).

Ao contrário de teorias positivistas da modernização e desenvolvimento capitalista, Wallerstein não atribui estas diferenças a um atraso de certas regiões face a outras, que a própria dinâmica do sistema tenderia a apagar, mas à própria natureza do sistema mundial. Diz que a consequência da expansão é a contínua mercantilização das coisas, incluindo o trabalho humano e os alimentos. Recursos naturais, terra, trabalho e relações sociais são gradualmente espoliados do seu valor intrínseco e transformadas em mercadorias cujo valor de troca é determinado no mercado.

Ao coincidir com a visão de sistema-mundo na sua análise, uma das principais conclusões de Porto-Gonçalves, situa o desafio ambiental no centro das contradições do mundo moderno colonial.

As ricas reflexões do geógrafo nos levam a interpelar sobre a proposta de Morin no Método 1 (2003), que nos incita a interrogar a natureza dos sistemas. Para Morin, tudo o que era unidade elementar virou sistema.

Assim, a natureza se apresenta como concentrações, agregados de sistemas. Fluxos inorganizados de objetos organizados: um universo organizado polissistêmico: imbricando uns sobre os outros, uns entre outros, uns contra os outros, concentrando-se, fluindo, flutuando, envolvendo.

Desta forma, o sistema tomou lugar do objeto simples e substancial e ele é rebelde à redução em seus elementos: o encadeamento de sistemas rompe com a ideia de

objeto fechado e autossuficiente. Sempre se trataram os sistemas como objetos: trata-se de agora em diante de conceber os objetos como sistema (MORIN, 2003, p. 120).

Foram as ideias do biólogo e filósofo austríaco Karl Ludwig von Bertalanffy (1901-1972) a respeito de “sistema”, apresentadas em seu livro *Teoria Geral de Sistemas* (1973), que foram retomadas e aprofundadas por Morin (2003). Uma das ideias retomadas pelo socioantropólogo é associar à ideia de sistema os predicados de unidade de diversidade, que em princípio se repelem e se excluem. Enfatiza que o sistema possui algo a mais que seus componentes considerados de maneira isolada ou justaposta. Atenta para o fato de que o todo é maior do que a soma das partes, mas é impossível conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes, e sustenta de maneira recorrente sua argumentação em Blaise Pascal (1623-1662), físico e filósofo francês ao constatar que:

Uma vez que todas as coisas são causadas e causadoras, ajudadas e ajudantes, mediatas e imediatas, e todas estão presas por um elo natural e imperceptível, que liga as mais distantes e as mais diferentes, considero impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, tanto quanto conhecer o todo sem conhecer, particularmente as partes (PASCAL, 1979 apud MORIN, 2000, p. 35).

No sistema observamos uma organização, a própria unidade global, e qualidades novas emergindo da organização e da unidade global, a qual chamamos de emergências (pela novidade em relação às propriedades ou às qualidades dos componentes).

Para Bertalanffy (1973), todo sistema contém uma organização. O que a física definia como elemento simples, hoje sabemos que contém uma organização, como átomo, molécula, astro, vida, sociedade. Mas em Bertalanffy não se encontra uma discussão sobre o que vem a ser organização. Morin (2003) identifica essa ausência e propõe a tarefa de construir uma teoria organizacional. Um conceito importante é o de inter-relação. Trata-se de uma noção necessária e crucial. É um cruzamento entre a ideia de ordem e desordem; transformação e organização.

Para Morin (2003), a organização é o encadeamento de relações entre componentes ou indivíduos que produz uma unidade complexa ou sistema, dotada de qualidades desconhecidas quanto aos componentes ou indivíduos. A organização liga de maneira inter-relacional os elementos, acontecimentos ou indivíduos diversos, que desde então se tornam os componentes de um todo. Asseguram solidariedade e solidez, relativas a estas ligações,

viabilizando ao sistema uma certa possibilidade de duração, apesar das perturbações aleatórias. A organização transforma, produz, mantém.

Morin propõe associar as ideias de sistema e organização que estão ligadas, segundo ele, pela de inter-relação. Há uma reciprocidade circular entre esses termos: inter-relação, organização e sistema. Por sua vez o encadeamento de sistemas rompe com a ideia de objeto fechado e autossuficiente, o que nos faz refletir sobre o limite, uma membrana que permite a comunicação e inter-relação entre os sistemas.

Esta membrana apresentada por Morin dialoga com a importância que tem o limite como categoria filosófica para Deleuze e Guattari, no caso limites de formas não capitalistas vistos como fluxos descodificados e limite real.

De sua parte, Castells (2015, p. 63) ressalta como as próprias noções de Estado e sociedade dependem dos limites que definem sua existência em um determinado contexto histórico. De acordo com o sociólogo, nosso contexto histórico é caracterizado pelos processos contemporâneos de globalização e pelo surgimento da sociedade em rede, ambos dependentes das redes de comunicação que processam o conhecimento e as ideias para criar e destruir a confiança, a fonte decisiva de poder. Daí a importância das noções de inter-relação, organização e sistema.

Castells (2015, p. 65,67) sublinha que é difícil conceber uma sociedade sem limites, mas as redes não têm limites estabelecidos; elas são ilimitadas e têm várias bordas, e sua expansão ou contração depende da compatibilidade ou competição entre os interesses e valores programados nas redes com os quais elas entram em contato em seu movimento de expansão. O autor aponta ainda que as redes são estruturas complexas de comunicação construídas em torno de um conjunto de metas, funcionam com lógica binária (inclusão/exclusão), são programadas e ao mesmo tempo autoconfiguráveis.

Outro raciocínio trazido por Morin, que encontra eco nas reflexões guattariano-deleuzianas e a visão da sociedade rede de Castells, tem a ver com o passo da cibernética à organização comunicacional e ao aparelho dominador, enunciados por Morin. De acordo com o autor,

a comunicação constitui uma ligação organizacional que se efetua pela transmissão e pela troca de sinais. Assim, os processos reguladores, produtores, atuantes, podem ser acionados, controlados, verificados por emissões/recepções, trocas de sinais ou informações (...). Ela permite a construção de uma organização extremamente flexível, adaptável, atuante, oportunista. Portanto, a comunicação não estende somente o campo de existências e de competências da organização, ela permite desenvolvimentos múltiplos (2003, p. 289).

Morin (2003, p. 291-2) destaca como a originalidade da cibernética foi a ligação da comunicação e do pedido informacional, fazendo com que a informação comunicada se torne “instruções” ou “ordens”, ressaltando de maneira análoga as características de comando que tem a lei sobre o cidadão. Sob esta ótica, o Estado, ao comandar a sociedade, se entende como informação reinando sobre organização.

De acordo com esta compreensão de Morin (2003, p. 293), o aparelho dispõe de poder para transformar informação em programa, ou seja, em imposição organizacional. Visto isto, o aparelho está computando (tratando a informação) e ordenando (dando ordens, organizando a ordem). O aparelho capitaliza, monopoliza e programatiza a informação. Entendemos, assim, como o aparelho assegura o seu papel-chave de organizador da práxis.

Morin (2003, p. 87) ressalta, assim, a dominação artificial, para o qual traz a ideia de servomecanismo, dispositivo que corrige a correção e re-regula a regulação em função das perturbações que coagem a modificar a ação, ao mesmo tempo em que permite a máquina ajustar eficazmente sua ação. O servomecanismo domina inteiramente para execução da ação, o que significa para o comando do aparelho. A este respeito, Vieira Pinto (2005, p. 87) declara abertamente que as classes poderosas sempre tiveram servomecanismos ao seu dispor.

Citando Albert Ducrocq (1963, p.110 apud Morin), é importante entender que na afirmativa “dominar um sistema é comandá-lo sem sofrer sua reação”, não se trata de anular a resposta. Ao contrário, trata-se de utilizá-la e integrá-la para corrigir. Porém, a reação não deve modificar a execução da ordem dada, nem questionar a competência da dominação e da organização do sistema. Por conseguinte, as comunicações funcionam entre o dominador e o dominado, mas o dominador impõe seus fins, em e por esta comunicação (MORIN, 2003, p. 293).

Desta forma, o aparelho é simultaneamente o que está a serviço de um todo organizado, ou seja, a serviço de seu funcionamento, de suas práxis, de sua proteção, de sua existência, e ele

é o que comanda este todo organizado. O aparelho é ao mesmo tempo o cérebro-mecanismo, origem da emancipação, e ele impõe o servomecanismo, origem da dominação. Morin (2003, p. 294-5) nos incita, assim, a ficarmos atentos quando considerarmos a máquina artefato no conjunto antropossocial do qual ela faz parte: precisamos entender que o aparelho se tornou instrumento de comando, o que o faz dependente com relação ao homem, sendo necessário interrogar o comando em sua dimensão antropossocial.

Ao observar este raciocínio, considerando a sociedade-rede e a questão do poder, ponderamos pertinente trazer a análise de Castells (2015, p. 91). O sociólogo sinaliza que existem novas formas de dominação e determinação que são críticas para moldar a vida das pessoas independente de sua vontade. Há relações de poder em ação com novos tipos de atores que seguem a lógica de poder criar redes. O autor sinaliza que existem dois tipos de atores em posição de poder: os programadores e os comutadores. Os programadores têm a capacidade de criação de redes, programá-las e reprogramá-las em termos das metas atribuídas a elas. De seu lado, os comutadores têm a capacidade de se conectar e garantir a cooperação de várias redes, por meio de compartilhamento de metas comuns e associação de recursos, ao mesmo tempo em que afastam a competição por parte de outras redes, por meio do estabelecimento de uma cooperação estratégica.

Tendo em mente a concepção de sistema-mundo, o domínio e controle desse sistema, e vislumbrando o processo de globalização como um processo maquínico, encontramos a interessante reflexão de Porto-Gonçalves (2006, p. 23-31) sobre as quatro etapas do processo de globalização que se solapam e se encontram até hoje:

1) colonialismo e implantação da moderna colonialidade 2) capitalismo fossilista e o imperialismo 3) capitalismo de Estado fossilista, influenciada pelos bancos de desenvolvimento, a dívida externa é incrementada, consolidação da sociedade de consumo de massa, favorecendo grandes corporações multinacionais e precarização do emprego 4) globalização neoliberal, imposições de planos de ajuste estrutural para os países devido à grande dívida externa.

Podemos intuir que estas etapas se solapam até hoje pela existência de um limite, limiar, membrana, onde um sistema interage com outro, onde processos maquínicos interagem dentro de um processo de englobamento?

De acordo com Deleuze e Guattari (2011, p. 53, 326), quanto mais a máquina capitalista desterritorializa, descodificando e axiomatizando os fluxos para deles extrair a mais-valia, mais os seus aparelhos anexos, burocráticos e policiais reterritorializam à força, enquanto vão absorvendo uma parte crescente de mais-valia. O que o capitalismo descodifica com uma das mãos, axiomatiza com a outra (...) uma axiomática mundial que opõe sempre novos limites interiores à potência revolucionária dos fluxos descodificados.

1.3.1 Axioma capitalista, violência e dívida infinita

De acordo com Sibertin-Blanc (2013, p. 151), o capitalismo é uma economia que destrói as possibilidades antropológicas das coletividades; desta forma o capitalismo é uma aneconomia, ele se apresenta como economia negando todas as economias sociais não capitalistas. Assim, o capital não domina as “relações sociais” sem mudar o sentido das relações e a maneira como estas se dão na sociedade, começando por destruir uma relação-limite com a possibilidade de uma antropologia econômica, o que constitui em si o “mais profundamente negativo”, “a negação de todas as formações sociais” nas quais é impossível ele encontrar um lugar.

O ponto de vista estrutural da transformação não é desqualificado, mas ele deve ser cortado e posto em tensão com o ponto de vista da destruição, onde o conceito chave será o de descodificação, que é uma reinterpretação do conceito marxiano de acumulação primitiva (SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 152).

Encontramos, na visão de Deleuze e Guattari, processos diversos de descodificação por privatização de fatores produtivos sobre os meios de produção e comunitários. Primeiro sobre os dois que são “instrumentos de todo instrumento”, que são a terra e o corpo mesmo; processos diversos de descodificação pela abstração de valor, por diferentes vias históricas de signos monetários, por diferentes vias de expansão de mercados, generalização da forma mercadoria, e objetivação do “trabalho abstrato” ou “quantidade de trabalho social”; processo de desterritorialização, sobre os produtores (expropriação, êxodos rurais...), mas também sobre os capitais de mercado, mesmo como simples formas ou “metamorfoses” de uma potência de investimento, independente dos objetivos particulares da riqueza; processos de

descodificação da potência estatal ela mesma, de seu controle de territórios, de intercâmbios de mercado e de fluxos monetários, de mecanismos de fiscalidade e dívida (Ibidem, p. 152-3).

É sobre a propriedade privada, depois sobre a produção de mercadorias, que o Estado se torna fulminante. A terra entra na esfera da propriedade privada e na forma mercadoria. As classes aparecem, as dominantes não se confundem mais com o aparelho do Estado, mas são determinações diferentes que se servem deste aparelho transformado. Primeiro adjacente à propriedade comum, depois componente ou condicionante, depois cada vez mais determinante, a propriedade privada se converte numa interiorização da relação credor – devedor nas relações de classes antagonistas (DELEUZE E GUATTARI, 2014, p. 280-4).

Sibertin-Blanc alerta que a descodificação de fluxos não é suficiente para cristalizar um modo de produção ou mesmo uma relação de produção capitalista:

Os capitalistas surgiram sobre uma série que funda uma espécie de criatividade histórica, tempo histórico de um novo corte criativo” (...) seu corte é indeterminável, tempo esquizoide fazendo do capital um eterno “nearcaísmo” (2013, p. 153-4, tradução nossa).

Vale a pena ressaltar, com relação à terra que dita criatividade, que foi observada durante as décadas de 1850 e 1860, momento em que a agricultura inglesa floresceu com base no chamado *high farming*. Este termo era usado para indicar um sistema intensivo, com altos *inputs* e altos *outputs*, acompanhado de uma nova onda tecnológica (DA VEIGA, 2012, p. 34, 38). Devido ao êxito econômico do *high farming*, no século XVIII agrônomos ingleses e franceses começaram a definir e formular os princípios da nova agricultura e a fazer publicidade dela. Junto com os economistas, contribuíram na difusão de novas ideias, inspirando leis que facilitaram amplamente o desenvolvimento da revolução agrícola, incluindo o uso da propriedade privada. Eles esboçaram uma análise científica, agrônômica, econômica e social da agricultura, de suas transformações e de seu lugar na economia, além de uma análise das políticas e de outros meios que permitiam influenciar o desenvolvimento agrícola.

Pode se entender que foram lançadas, assim, as bases de uma verdadeira economia política da agricultura. Esses agrônomos economistas participavam do vasto movimento intelectual das luzes, contribuindo assim para preparar o terreno aos políticos reformistas e revolucionários

que, em seguida, facilitariam o desenvolvimento da economia de mercado e do capitalismo (MAZOYER, 1997, p. 390-4). Desta forma, o movimento das luzes poderia se encaixar no que Castells (2015, p. 30) pontua como influência na modelagem de mentalidade, que resulta ser uma forma mais decisiva e duradora de dominação do que a subordinação de grupos por meio da violência. Para este processo a comunicação é fundamental.

De acordo com Deleuze e Guattari (2011, p. 306), se o capitalismo funciona como uma axiomática, “é porque ele não tem para si um limite exterior, mas só interior, que é o capital, ele mesmo, e que ele não encontra, mas que ele reproduz deslocando-o sempre”, ou seja, diferindo sem fim a sua própria saturação.

Agora vamos ver porque, sob a visão deleuze-guattariana, se trata de uma axiomática. Para os autores, o que distingue uma axiomática de todo tipo de códigos, sobrecodificações e recodificações:

É que a axiomática considera diretamente elementos e relações puramente funcionais nos quais a natureza não é especificada e que se realizam imediatamente em domínios muito diversos, enquanto que os códigos são relativos a estes domínios, enunciam relações específicas entre elementos qualificados, que não podem ser levados a uma unidade formal superior (sobre código) que por transferência direta. Ora a axiomática imanente, neste sentido, encontra dentro dos domínios que ela atravessa tantos modelos ditos de realização (...) Não são por tanto os diferentes setores que servem eles mesmos de modelos de realização, são os Estados, onde cada um agrupa e combina vários setores, de seus recursos, sua população, sua riqueza, seu equipamento, etc. Com o capitalismo, os Estados não se anulam, mas mudam de forma e tomam um outro sentido: modelo de realização de uma axiomática mundial que os sobre passa (DELEUZE e GUATTARI, 2014, p. 164-6).

Examinemos a forma como é aprofundado o conceito de axiomática capitalista pelos autores, visitando uma analogia com axiomáticas lógicas:

...a “axiomática do capital” não se apoia sobre uma comparação de dois termos, que representa o capitalismo globalizado assemelhando-o a de uma axiomática logico-dedutiva, mas sobre uma analogia, quer dizer como relação de relações: entre os problemas aos quais se colidam os empreendimentos de axiomatização e as práticas que respondem de uma parte, os problemas que geram a acumulação de capital a escala mundial e as práticas políticas que se enfrentam e se assignam a seu cuidado de outra parte. A analogia se funda sobre este ponto de vista, não dentro da similitude imaginaria de um sistema econômico a um sistema logico, mas dentro de uma confrontação entre uma política interior aos campos científicos que incluem relações de forças e de poder levando suas próprias operações e seus próprios fatores (fluxos físicos e semióticos), e uma política interior à economia capitalista, que não se aplica depois mas que determina constitutivamente seus próprios fatores (fluxos

físicos de territórios, de populações e de mercadorias, fluxos semióticos monetários, comerciais, de crédito e financeiro), e que faz com que o “capitalismo tenha sempre necessidade de uma nova força e de um novo direito de Estado para realizar-se, tanto ao nível de fluxo de trabalho quanto ao nível de fluxo de capital” (SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 168, tradução nossa).

Se a hipótese da axiomática capitalista desemboca sobre um conceito da política capitalista, esta não tira desta nenhum prestígio de univocidade lógica e de rigor dedutivo, mas, ao contrário de contingência e de indecisão, de decisão e de incerteza, que trabalham os processos de axiomatização lógica eles mesmos (SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 169).

Uma axiomática em ciências não é nulamente uma potência transcendente, autônoma e decisória, que se opõe à experimentação e à intuição. De uma parte, ela tem experimentações, modos de intuição que são próprios. Os axiomas são independentes os um dos outros, podemos adicionar axiomas, e até que ponto (sistema saturado? Retirar axiomas, e até que ponto (sistema “debilidado”?) De outra parte, pertence a axiomática de se bater a proposições ditas não decidíveis, ou de afrontar potências necessariamente superiores que ela não pode gerir. Finalmente, a axiomática não constitui um ponto da ciência, mas muito mais que um ponto de parada, uma posta em ordem que não impede aos fluxos semióticos descodificados, matemáticos e físicos, de fluir de todas partes. Os grandes axiomáticos são homens de Estado na ciência que entopem as linhas de vazamento frequentes em matemáticas, que pretendem impor um novo *nexum*, mesmo provisório e fazem uma política oficial da ciência. (DELEUZE e GUATTARI, 2012, p. 173-4).

Visto isto, a hipótese do capitalismo mundial como axiomática visa manter aberto o problema de que as representações dominantes atuam como um curto-circuito (que seja por meio de “gritos de guerra – do capitalismo – contra o Estado, não só em nome do mercado, mas em virtude de sua desterritorialização superior”, ou pela projeção paranoica de um supra-governo mundial requerido para gerenciar os fluxos capitalistas): o problema de relação entre a sistematicidade especial da acumulação capitalista mundial e os Estados, que diferentemente, desigualmente, senão contraditoriamente, tomam parte (SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 170).

Pode ser vista também nesta hipótese a exposição de uma forma de “tipologia de Estados modernos (juntando-se) a uma metaeconomia”, apta a expor linhas de diferenciação estatais-políticas pelas quais o capitalismo mundial faz sistema (o que Guattari chama de “Capitalismo Mundial Integrado”) (Ibidem, p. 173). Quais são as relações de poder que vislumbram nessa metaeconomia?

No livro *O Poder da Comunicação*, Castells (2015, p. 22) propõe uma nova abordagem para a compreensão do poder na sociedade rede, o que considera um objetivo ambicioso. O autor concentra seus esforços em estudar os atuais processos de expressão do poder e de

contrapoder político, enfatizando que o poder político é apenas uma dimensão do poder, uma vez que as relações de poder são construídas em uma interação complexa entre esferas múltiplas da prática social. O sociólogo estimula uma perspectiva semelhante para o estudo do poder em outras dimensões. Assim, nosso interesse se centra na compreensão das relações de poder no seio do mercado mundial de alimentos e como a produção e consumo de comida está sendo afetada dentro dessa axiomática capitalista.

A axiomática do capital está em função da “existência de um só e único mercado mundial exterior que resulta ser o fator decisivo, além mesmo das relações de produção das quais ele resulta” (SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 181, tradução nossa). A este respeito, vale a pena ressaltar os chamados Planos de Ajuste Estruturais (PAE) exigidos pelas instituições financeiras internacionais para os países com dificuldade no pagamento da dívida externa.

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional recomendam, como condição de negociação da dívida externa, a reestruturação de economias frágeis através de linhas de livre mercado, onde os primeiros alvos foram os setores agrícolas. Desta forma, a agricultura dos países endividados deveria ser reconfigurada para tornar-se muito eficiente, sendo necessária uma maior especialização, ou seja, a produção de *commodities* para exportação. Lembremos que o objetivo é melhorar a balança comercial e poder honrar a dívida.

As recomendações do Banco Mundial exigem ainda uma interdição para subsidiar a pequena agricultura por ser considerada ineficiente, assegurando-se de que todas as políticas para produção devem estar concentradas no benefício das *commodities* para exportação (ROBERTS, 2009, p. 128-9).

Com o argumento da vantagem comparativa, os EUA e outros governos do Ocidente, que meio século antes rejeitavam o mercado como o meio para gerir o fornecimento de alimentos nos seus países, promovem o mercado como o único instrumento para garantir a segurança alimentar a nível global. Foi desta forma estabelecido em setembro de 1986, durante as negociações da Rodada do Uruguai (Ibidem, p. 129-130).

Se as heterogeneidades das relações de produção “englobadas” dentro do mercado mundial definem uma heteromorfia de modelos de realização, Deleuze e Guattari os distinguem de uma polimorfia, como correlação de uma bipolaridade da geografia do capital que registra os

dados de dependência e de trocas desiguais, e mais particularmente as transformações de formas diferenciadas de exploração e de apropriação de benefícios, através dos movimentos de descolonização e de novas formas de dominação pós-colonial. Equivale a dizer em efeito que “a distinção (movimentada) do centro e da periferia da economia-mundo corresponde também a uma distribuição geográfica e político-cultural de estratégias de exploração” (SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 181, tradução nossa)³².

A este respeito, Mészáros (2013, p. 34) aponta como, com pretextos democráticos formais de dominação neocolonial disfarçados de generosidade, a “democracia” vai avançando. Trata-se, na verdade, de Estados-nação hipócritas colonizadores e exploradores. Assim, ao contrário do desejado, aparecem anacronismos históricos destrutivos, que demonstram a necessidade de mudanças substantivas que permitam uma mudança substancial da hierarquia enfatizada.

O autor sinaliza ainda, que

...se trata do metabolismo do capital influenciado no processo de toma de decisões global das formações estatais no capital, o que ele denomina o paradigma da sobreposição alienada. Mészáros identifica um corpo alienado com órgãos separados/alienados de um controle político global, onde prima a lei do mais forte, perdendo toda legitimidade a lei do próprio Estado (2013, p. 17).

Até o momento, temos percorrido algumas concepções de Estado. Algumas procuram a origem material do Estado e outras partem de visões idealistas. Do mesmo modo apresentamos a visão complexa de Deleuze e Guattari na qual não existe essa separação, porque para o desenvolvimento da sua hipótese é a existência de um limite que determina a forma Estado. Desta maneira, sob a análise deleuze-guattariana, o limite é apresentado entre as nações que tinham Estado e as que não tinham, o que permite chegar na explicação de um processo maquínico, que pode ser interpretado como a releitura da violência para acumulação primitiva trazida por Marx.

Com relação à concepção deleuze-guattariana, convidar para este diálogo as reflexões de Porto-Gonçalves (2006) sobre o sistema-mundo moderno colonial e como as etapas do “desenvolvimento” se solapam no tempo, resulta esclarecedor sobre o modo de funcionamento de um processo maquínico de englobamento econômico.

³² “C’est dire en effet que la distinction (mouvante) du centre et de la périphérie de l’économie-monde correspond aussi à une distribution géographique et politico-culturelle des stratégies d’exploitation”.

Nosso interesse, agora, é fazer um recorte sobre o nosso objeto de pesquisa: o sistema alimentar hegemônico e, neste sentido, as considerações de Porto-Gonçalves sobre o modelo agrário/agrícola. De acordo com o autor, este sistema que se apresenta como o que há de mais moderno, sobretudo por sua capacidade produtiva, atualiza o que há de mais antigo e colonial em termos de padrão de poder ao estabelecer uma forte aliança oligárquica entre as grandes corporações financeiras internacionais; as grandes indústrias-laboratórios de adubo, fertilizantes, herbicidas e sementes; as grandes cadeias de comercialização ligadas aos supermercados; os grandes latifundiários exportadores de grãos (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 243).

Neste sentido, concentrados no Brasil, pretendemos chegar a uma compressão de possíveis ligações históricas do aparelho do Estado brasileiro com as políticas alimentares neoliberais globais atuais, visando entender a existência das influências geopolíticas como organizadoras da realidade alimentar brasileira.

2 COLONIALIDADE DO SISTEMA ALIMENTAR: A LEI DO MERCADO E A LEI DO MAIS FORTE

Escrevo esta pesquisa num momento crítico da democracia brasileira. Este não é um fato inédito, mas recorrente na história do país. Diversas iniciativas da sociedade civil e academia estão se mobilizando e denunciando as perdas de direitos.

O direito humano à alimentação adequada e saudável, direito constitucional a partir do ano 2010³³, também se encontra ameaçado, como foi apresentado na análise de conjuntura do encontro “Diálogos sobre a Alimentação Adequada e Saudável: nenhum direito a menos: ameaças e desafios à Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional”. O evento aconteceu em 25 de julho de 2016 e reuniu três representantes do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), seus dois antigos presidentes: Renato Maluf, coordenador do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional; e Chico Menezes, consultor da ONG *Action Aid* e do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e Maria Emília Pacheco a atual presidente.

Dentro dos pontos sinalizados por Menezes, foi a política conservadora e antidemocrática do governo (naquele momento) interino que anunciava que a Constituição não cabe no orçamento. Na opinião do economista, a face mais perversa do congelamento dos gastos públicos por um período de 20 anos é a desvinculação destes gastos sem destinar um percentual de verbas para a saúde e a educação, sem contar a privatização dos serviços públicos.

Nessa nova proposta de governo, que Menezes afirma ser o retorno da política da década de 90, o agronegócio assume uma posição destacada e assumida, uma marca permanente de nossa história, como bem declarou o historiador brasileiro Caio Prado Junior (1907-1990) em seu livro “A Formação da cultura brasileira”:

Se vamos à essência de nossa formação veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante; depois, algodão e, em seguida, café para o comércio europeu. Nada mais do que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a

33 Cf. Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país (1961, p. 31).

Prado Junior entendia a lógica de funcionamento da economia colonial submetida à lógica da acumulação mundial, sendo as suas formas de produção dominadas pela esfera do capital comercial europeu. A questão agrária foi colocada como elemento de estudo e combate político.

Aponta três elementos constitutivos da organização agrária – grande propriedade, monocultura e trabalho escravo – que se conjugam num sistema de produção típico: a grande exploração rural. O resultado de uma vasta empresa comercial, conforme promovida no Brasil, teve como intuito principal a exploração de seus recursos naturais, de onde decorreram fatores de instabilidade e falta de continuidade no decurso histórico do país. A grande exploração aqui foi gerida por largos ciclos de produção de gêneros tropicais.

Dialogando com Prado Junior, Menezes (2006, p. 65) nos faz lembrar a continuidade do sistema mundo moderno colonial apresentado por Porto-Gonçalves. Com relação ao agronegócio, que é visto pelo geógrafo como o patrocínio de agentes que se afirmam em escala global, como as oligarquias financeiras e industriais com suas empresas sediadas no Primeiro Mundo, aliadas a importantes setores das burguesias nacionais desenvolvimentistas do Terceiro Mundo e das oligarquias latifundiárias, foi possível a colonização por meio da Revolução Verde dos espaços agrários da América Latina, Ásia e África.

Reforçada por Deleuze e Guattari ao anunciar esta realidade como axiomas periféricos que operam a integração capitalista do mercado mundial dos Estados pós-coloniais, a subsunção não passa mais pela subjugação direta, mas política, permitindo continuar a assegurar o incremento relativo de benefícios no centro. Desta forma, a periferia é obrigada a ter o rol de fornecedor dos produtos para os quais eles têm uma vantagem natural (matérias primas, produtos agrícolas e minério), acabando com as possibilidades de desenvolver indústrias autôcentradas (apud SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 182).

Será um grande erro crer que as exportações da periferia vêm de setores tradicionais ou de territorialidades arcaicas: eles provêm ao contrário de indústrias e plantações modernas, geradoras de forte mais-valia, ao ponto que não são os países desenvolvidos que fornecem capitais aos países subdesenvolvidos, mas o contrário (DELEUZE e GUATTARI, 2014, p. 307-8).

Esta lógica foi reiterada no encontro por Renato Maluf, que apontou como as políticas macroeconômicas estão destinadas aos setores mais ricos, alinhadas com o funcionamento dos mecanismos do mercado internacional. Nesse sentido, os governos Lula e Dilma mantiveram o mesmo modelo com relação ao agronegócio no Brasil, exportando matérias-primas agrícolas, as *commodities*. As políticas favorecidas estavam dirigidas para o agricultor familiar que pode atingir o patamar do agronegócio.

Encontramos aqui como a lei do mercado se apresenta como a lei do mais forte, representada pela força imperiosa do agronegócio. Esta lei deve tudo mover a fim de que ninguém possa perturbar o seu funcionamento.

Uma constituição que não cabe no orçamento demonstra como políticas de austeridade ameaçam o ‘direito à alimentação adequada e saudável’ de todos os brasileiros. A este respeito, é pertinente trazer o pensamento do teólogo francês Jacques Ellul sobre o Estado técnico, no qual o político acha-se em situação de menoridade pela magnitude das técnicas à disposição do Estado. Desta maneira, as decisões políticas são tomadas em virtude das técnicas, o país é visto como um negócio a gerir, e conseqüentemente não prevalecem os interesses gerais, uma vez que os interesses particulares são mais eficazes.

Visto isto, o Estado não pode recusar os meios mais eficazes, pouco importando as discussões no parlamento, as reticências dos teóricos ou os protestos dos humanitários. De acordo com o teólogo, ainda, o Estado técnico aumentou seu poder e tornou-se um organismo técnico, cujas técnicas devem ser adotadas, não interessando se é governo socialista: ainda assim ele deve adotar os princípios técnicos do capitalismo (ELLUL, 1968, p. 203-251, 283). No caso, a lei do mais forte, a lei do mercado.

Esta realidade protege a ordem estabelecida pelo neoliberalismo, independente da existência dos perigos para o futuro da sobrevivência da humanidade. As políticas dominantes dentro deste tipo de gestão do Estado no mundo agrícola afetam enormemente o meio ambiente; a monocultura afeta profundamente a biodiversidade e a qualidade química da terra, bem como a qualidade dos alimentos. As massivas produções alimentares trazem problemas novos de armazenamento e transportes, que são faceados com novos problemas de insegurança alimentar. O uso de agrotóxico para possibilitar grandes produções – como os biofortificados

com o seu coirmão, os transgênicos – trazem novamente as questões técnicas e tecnológicas inerentes à produção alimentar.

Como apresentado na introdução, no sistema alimentar hegemônico encontramos hoje uma concentração tão importante que as duzentas primeiras sociedades agroalimentares controlam aproximadamente um quarto dos recursos produtivos mundiais. Como foi dito e recordado, estas empresas dispõem de recursos financeiros superiores a muitos dos países em que estão implantadas. Exercem um monopólio de fato no complexo alimentar, da produção à distribuição, passando pela transformação e comercialização de produtos. Este controle crescente das corporações transnacionais nos setores da produção e do comércio alimentar internacional tem repercussões consideráveis no exercício do direito à alimentação adequada e saudável. Muitos consumidores não reagem diante dessa realidade, permitindo que a forma como comemos, o lugar onde compramos e o que comemos seja determinado pela iniciativa privada.

Este fato nos interpela sobre a colonização do sistema alimentar e sua relação com a colonização da mente. Para este raciocínio, trazemos a filósofa e escritora Indiana Vandana Shiva (1952-), reconhecida ativista a favor da agroecologia e da biodiversidade, que cunhou o termo “monocultura da mente” para se referir à colonização do poder e do saber, que tem levado o mundo inteiro a subjugar e invisibilizar sistemas agrícolas locais, herdeiros da sabedoria ancestral e milenar da humanidade. Vandana ressalta no seu livro “Monoculturas da mente: Perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia” (2003) que a monocultura, antes de ser semeada no solo, precisa ocupar a mente.

A Indiana ressalta que a monocultura da mente se trata, na realidade, do controle ideológico, sociocultural e econômico, feito através do saber científico dominante, que valida somente a epistemologia ocidental. Os valores resultantes pela imposição forçada desta epistemologia promovem uma só realidade possível, e são transferidos aos consumidores e produtores, realizando em cada um a colonização monocultural da mente.

Em sintonia com estas considerações, Porto-Gonçalves também adverte como a verdade científica deslocou outras formas de construção de conhecimento, apoiadas pelo Estado que as invoca como a única “verdade”.

Deste modo, outras verdades são impedidas de se apresentarem aos cidadãos da polis, demonstrando-se uma relação de poder por meio do conhecimento, o que se torna de especial importância para dominar a natureza, como mandam os fundamentos da sociedade moderno-colonial. (2006, p. 81)

De acordo com o autor, é preciso que se domine os homens (e mulheres), sem o qual a natureza não pode ser dominada. Para que a natureza possa ser submetida, numa sociedade fundada na propriedade privada na natureza, é preciso que haja um conjunto de técnicas que faça com que cada um aceite essa ideia como natural, como por exemplo, sacerdotes ou juristas dizendo que a propriedade privada é sagrada ou é natural, existindo para isso técnicas, no caso, técnicas jurídicas e técnicas pedagógicas (Ibidem, 2006, p. 81).

A propriedade privada também pode ser considerada um valor. De acordo com Castells (2015, p. 73-4), valor é aquilo que as instituições dominantes da sociedade decidem o que é. Portanto, se o capitalismo global molda o mundo, e a acumulação de capital pela valorização de ativos financeiros nos mercados financeiros globais é o valor supremo, esse será valor em todos os casos já que, sob o capitalismo, a obtenção do lucro e sua materialização em termos monetários podem, em última instância, adquirir todo o resto. O sociólogo também ressalta que a fonte mais importante de influência no mundo atual é a transformação da mente das pessoas, sendo os meios de comunicação redes-chave pelo fato de que, organizados em conglomerados globais e suas redes distributivas, são fontes primordiais de mensagens e imagens que atingem a mente das pessoas.

Retornemos ao ponto de partida do primeiro capítulo, no qual nos propúnhamos compreender as afirmações de Boaventura de Sousa com relação à existência do Estado uninacional, monocultural, cientificista e excludente. Há um modelo de Estado imposto pelo Ocidente, que desconhece os povos indígenas, que está permanentemente contra eles, especialmente a partir da globalização neoliberal (2010, p. 9). Contraopondo as análises trazidas por Vandana Shiva, Porto-Gonçalves e Castells, nos questionamos sobre o efeito da “monocultura da mente” dos indivíduos na legitimação do Estado monocultural, uninacional, cientificista e excludente. Que luta poderia ser efetiva contra a colonialidade do poder e do saber, quando estamos enfrentando um processo de construção material da mente capitalista?

Contra o Estado monocultural, Boaventura de Sousa propõe a refundação do Estado na América a partir das epistemologias do Sul³⁴. Como poderiam outros saberes serem valorizados a favor de políticas públicas alimentares soberanas?

Ao sublinhar a importância sobre como a mente humana processa mensagens e como esse processamento se traduz na esfera política, Castells pontua:

só o poder da sociedade civil global atuando sobre a mente pública por meio das redes de mídia e de comunicação pode acabar vencendo a inércia histórica dos Estados, e assim levá-los a aceitar a realidade de seu poder limitado em troca de um aumento de sua legitimidade e eficiência (2015, p. 88).

Nosso interesse é demonstrar, a partir da proposta do Estado plurinacional, a possibilidade comunicar sobre a “mente pública” valores sobre políticas alimentares social e ambientalmente justas.

2.1 Estado Plurinacional e epistemologias do Sul

O objeto de estudo do sociólogo Boaventura de Sousa no livro “A refundação do Estado na América Latina a partir das epistemologias do Sul” (2010), é o questionamento dos povos indígenas ao modelo de Estado imposto pelo Ocidente.

A partir desta aproximação, o autor sinaliza como o eurocentrismo ignora outros saberes sociológicos, comportando-se como uma racionalidade monocultural, legitimando a necessidade do colonialismo, afirmando que toda forma de vida social ou uso da terra que não siga a produção para mercado deve ser considerada improdutiva ou estéril (2010, p. 15).

Dentro deste contexto, contra o Estado monocultural emergem os Estados plurinacionais, que são a expressão política do bem viver. Este raciocínio tem posto em questão dogmas da teoria do direito do Estado, que tem sido contestado por movimentos sociais, movimentos de mulheres, de indígenas, camponeses, etc. O Estado plurinacional reconhece que a democracia representativa não é a única forma de governo, existindo também a participativa, comunal, direta (Ibidem, p. 10-11). Atualmente, existem alguns instrumentos internacionais que

³⁴ Para Boaventura Santos (2010, p. 43), falar de epistemologias do Sul se refere não ao conceito geográfico e sim a uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo e colonialismo na escala global, e da resistência para superá-lo ou minimizá-lo. Se trata de um Sul anticapitalista, anticolonial e anti-imperialista, um Sul que existe também no Norte global, na forma de populações excluídas, silenciadas e marginalizadas.

favorecem a construção de estados plurinacionais, como o convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho³⁵ (OIT) e a Declaração sobre Direitos dos Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas (ONU)³⁶.

Boaventura traz uma interpretação da racionalidade monocultural a partir do que ele denomina de sociologia das ausências. O autor insta à superação da ignorância de outros saberes e conhecimentos a partir de uma sociologia transgressiva que recupere o ignorado. A sociologia das ausências entende como o que “não existe” pode ser uma alternativa ao que existe. Se trata de tornar objetos impossíveis, capturados pela racionalidade monocultural, em objetos possíveis (2010, p. 15-6, 37).

Ao trazer essa “não existência” ao pensamento deleuze-guattariano, encontramos uma analogia com o que estes autores expõem como “relações de códigos”, que dentro da axiomática capitalista retiram as prestações e contraprestações sociais, assim como outros elementos não-circulantes, não-intercambiáveis e não-consumíveis, que fazem parte do objeto, mas que sem princípio de equivalência permitiriam trocas ilimitadas. Tudo isto deve ser retirado da transação, emergindo assim uma forma simples de valor.

A operação de axiomatização de uma relação social se define pelo seu conceito síntese. Desta forma, uma pluralidade de determinações que correspondem ao modo de produção e ao modo de circulação do capital, e que estão articuladas entre elas, mas que não são dedutíveis umas às outras por uma gênese teórica linear (...) destrói códigos extraeconômicos, ou os relega ao rango subordinado de condições para a reprodução de relações sociais (SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 157, tradução nossa).

A destruição desses códigos extraeconômicos se evidencia em tudo o que nos rodeia, mesmo na comida. Dentro do sistema alimentar moderno, o alimento é considerado um produto mais para ser comercializado. No entanto, de acordo com o historiador italiano Massimo Montanari (1949-) a comida se define como uma realidade deliciosamente cultural, não apenas em relação à sua própria substância nutricional, mas também às modalidades de apropriação dos sentidos e de tudo aquilo que gira em torno do comer junto. O ato de comer torna-se, para o ser humano, a realização da sua autopreservação com valor semântico intrínseco, inseparável (2008, p. 158).

35 Cf. o site, disponível em:

http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C169. Acesso em: nov. 2016.

36 Cf o site, disponível em: http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf . Acesso em: nov. 2016.

Infelizmente, considerando uma racionalidade monocultural, dentro da sociologia das ausências e/ou da axiomática capitalista, o alimento não passa de um simples produto alimentar. Para entender melhor a diferença entre alimento e produto alimentar, vamos partir da definição de sistema alimentar do sociólogo francês Jean Pierre Poulain (1956-) que o define como “um conjunto de estruturas tecnológicas e sociais que, desde a colheita até a cozinha, e passando por todas as etapas da produção-transformação, permitem que o alimento chegue até o consumidor e seja reconhecido como comestível” (CONTRERAS e GARCIA, 2011, p. 30, 166).

Com base neste conceito podemos buscar uma noção para produto alimentar,³⁷ que seria aquele reconhecido como comestível pelo consumidor após passar por processos industriais de transformação. Assim, dentro desse sistema alimentar global e hegemônico, o alimento teria sido esquecido, ficando o produto alimentar em seu lugar.

A construção capitalista da subjetividade apoiada pela publicidade está posicionando esta realidade nas mentes dos consumidores. Deste modo, dimensões organizacionais e existenciais inseparáveis do alimento como cultura, identidade, território e natureza, foram superadas e substituídas pela universalidade absoluta, ou seja, por produtos homogeneizados, de conveniência, que precisam ser inócuos. As operações diárias nessa realidade fenomenológica correspondem à nossa cotidianidade (KOSIK, 1976, p. 65-72).

De acordo com o filósofo Karel Kosik (1926-2003), é na cotidianidade que o mundo fenomênico se manifesta e ao mesmo tempo se esconde. Este mundo cotidiano nos leva cada dia a comprar produtos alimentares no supermercado, obedecendo à significação que as indústrias, através do *marketing*, nos levam a reconhecê-los como comestíveis. De acordo com esta percepção, as coisas e os homens são aparelhos, objetos de manipulação, e só assumem um sistema de significados de todas as coisas relacionadas com todo o resto (Ibidem, p. 65-72).

³⁷ O Guia Alimentar para a População Brasileira, lançado em 2014 pelo Ministério da Saúde apresenta as seguintes classificações: alimentos in natura ou minimamente processados, processados e ultraprocessados. Os dois últimos podem ser considerados como produtos alimentícios, pois são formulações industriais.

A reflexão de Kosik está em sintonia com a do filósofo brasileiro Vieira Pinto. De acordo com este, o homem, em lugar da natureza, acha a obra de outros homens, sendo que cada vez mais têm somente acesso aos fenômenos do mundo pela mediação social das coisas que necessita. Em vez de entender o fenômeno das coisas da natureza, se depara com o comportamento de outros homens (PINTO, 2005, p. 220, 224). Não encontra mais a natureza, porém não percebe as máquinas. O ser humano distancia-se das máquinas, ignora-as porque cada vez está mais perto delas, dos produtos que produzem (Ibidem, p. 103).

Retomando a interpretação de Boaventura de Sousa sobre a produção de ausência, este sociólogo pontua como os povos indígenas demandam ser reconhecidos não só como culturas diversas senão como nações, justificando o fracasso demonstrado pelas crises causadas pelos programas de ajuste estrutural e políticas neoliberais. Emergem assim o reclamo pela recuperação de antigos direitos sociais, bem como por novos direitos sociais e coletivos como água, soberania alimentar³⁸ e bem viver (2010, p. 12-3).

Ainda de acordo com o sociólogo, na América Latina a teoria eurocêntrica de partido e sindicato não é aplicada pelos grupos sociais de indígenas, mulheres, afrodescendentes, etc. Eles estão forjando lutas próprias, expressas em suas línguas, trazendo conceitos sem tradução nos termos do socialismo, direitos humanos, democracia ou desenvolvimento. O autor sinaliza que estamos falando de bases ontológicas sobre o ser e a vida diferentes do individualismo eurocêntrico; são cosmovisões não ocidentais, precisando de uma tradução intercultural para serem compreendidas (2010, p. 31-3).

Contemplemos, assim, que os povos indígenas possuem ontologias e epistemologias diferentes, fundadas na consciência da natureza. Os direitos indígenas reconhecem, além do direito individual o coletivo, sendo um horizonte pluralista de vital importância para o bem comum.

³⁸ De acordo com a declaração de Nyéléni, a soberania alimentar é “o direito de cada povo para definir suas próprias políticas agropecuárias e em matéria de alimentação, a proteger e regulamentar a produção agropecuária nacional e o mercado doméstico com o fim de ser autossuficientes, a impedir que seus mercados se vejam inundados pelos produtos excedentes de outros países que os vendem ao mercado internacional mediante a prática do “dumping”...”. A soberania alimentar não nega o comércio internacional, mas defende a opção de formular políticas e práticas comerciais que melhor sirvam aos direitos da população a dispor de métodos e alimentos nutritivos e ecologicamente sustentáveis. Cf. o site, disponível em: <https://nyeleni.org/spip.php?article291>. Acesso em: abril de 2017.

Um bem comum é um recurso específico que pertence e é gerido em comum por uma comunidade, beneficiando a todos seus membros (SANDEL, 2009, apud VIVERO-POL, 2014 p. 6). De maneira geral, são recursos materiais ou imateriais desenvolvidos e mantidos por uma comunidade ou sociedade, compartilhados de acordo com regras definidas pela comunidade, independentemente do seu modo de produção (privado, público ou comunitário), porque eles beneficiam a todos e são fundamentais para o bem-estar da sociedade.

Pensar no bem comum nos leva às reflexões do papa Francisco trazidas na encíclica *Laudato si*, na qual incita a todos, católicos e não católicos, a tomarem cuidado com a nossa casa comum. A encíclica faz um chamado para a importância de cuidar e preservar a natureza, lembrar a sua importância se contrapondo à existência da indústria como produtora e como única realidade.

De acordo com Castells (2015, p. 99), projetos e valores alternativos que têm como objetivo reprogramar a sociedade precisam passar pelas redes de comunicação para transformar a consciência e as visões da mente das pessoas, a fim de desafiar os poderes constituídos. O bem comum pode ser considerado um valor importante para reprogramar a sociedade.

Lembrando o raciocínio de Porto-Gonçalves (2006), os fundamentos da sociedade moderno-colonial exigem o domínio da natureza, na qual é submetida à propriedade privada mediante um conjunto de técnicas que faça com que cada um aceite essa ideia como natural. Como dito anteriormente, o valor supremo no capitalismo global é a acumulação de capital pela valorização de ativos financeiros, para o qual tem sido fundamental a aceitação da formamercadoria como algo familiar e natural, e que ninguém vê mal nisso.

Para se contrapor a este valor supremo que se encontra respaldado na lei do mercado, um valor a ser contemplado emerge nas reflexões do filósofo alemão Hans Jonas (1903-1993): a defesa da integridade das leis da natureza. No livro “O princípio da responsabilidade” (1979, p. 48-9), o filósofo apresenta uma nova ética, necessária para a era tecnológica, na qual as ações humanas podem ameaçar a vida futura da Terra. Jonas sinaliza: “Aja de tal modo que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a terra”, ou então “Aja de modo a que os efeitos da tua ação não sejam destrutivos para a possibilidade futura de uma tal vida”.

Jonas nos chama a adotar o sim, a vida como um imperativo ético sendo este o princípio de responsabilidade que se demonstra alinhado com a consciência da casa comum que nos traz o *Laudato si*. Pensar no cuidado da casa comum nos leva pensar no bem comum e na nossa responsabilidade com esse bem comum. Ao pensar em nosso objeto de estudo, o sistema alimentar hegemônico, aprofundaremos as reflexões sobre a comida como um bem comum.

2.1.1 Sociologia das emergências, comida como bem comum

O alimento tem evoluído como uma *commodity* no mercado global de consumo de massa. Durante séculos foi cultivado em comum e considerado um elemento mitológico ou sagrado. Foi durante os séculos XIX e XX que evoluiu de um recurso comum local a uma *commodity* transnacional (CHIFFOLEAU, 2013). Mecanismos de privatização de bens comuns através de legislação têm limitado o acesso à comida, desconhecendo suas múltiplas dimensões e sua característica de bem comum, negando assim seus atributos não econômicos.

A industrialização e commoditificação³⁹ da comida incrementaram enormemente o acesso à comida para milhões de pessoas, porém também têm sido promotores de mais desigualdade, ineficiência e insustentabilidade. As corporações transnacionais que dominam o sistema alimentar têm sido consideradas as maiores responsáveis pela má nutrição e degradação ambiental, pelo fato de basearem suas operações em calorias de baixo teor nutricional e maximização de lucro das empresas, ao invés de nutrição e dos benefícios da saúde para todos (CAMPOS 2014; CHIFFOLEAU 2016; MONTEIRO 2011 et al., apud VIVERO-POL, 2015, p. 7).

Comida, ar e água são essenciais para a vida. O ar é considerado um bem comum. A água tem sido capturada pelo sistema do capital, passando de bem público a privado, não sem gerar fortes contestações durante este processo, revertendo esta privatização em alguns países (ver “guerra da água”⁴⁰). O alimento, ao contrário, é considerado maioritariamente como um bem privado.

O pesquisador e ativista contra a fome José Luís Vivero-Pol (1972-) propõe que o alimento seja “re-comonitificado”, ou seja, reconhecido novamente como bem comum. O ativista

³⁹ Alimentos considerados commodities.

⁴⁰ Cf site, disponível em: <http://democracyctr.org/investigaciones-sobre-bolivia-água/>. Acesso em: nov. 2016.

sinaliza que existem diferentes aproximações e concepções do que é um bem comum. A definição política considera a diversidade dos arranjos sociais; a histórica descreve uma diversidade institucional. Há também as definições legal e econômica, entendidas como reducionistas pelo pesquisador. Do mesmo modo uma definição ativista, na qual se juntam a teoria e a prática, chegando a uma visão contra-hegemônica e alternativa ao capitalismo.

Aprofundando na definição econômica, o bem comum representa um bem público. Esta definição se encontra ancorada nas características de não-rivalidade e de não-exclusão. A não-rivalidade se entende como o fato de que o uso de um recurso, por parte de alguma pessoa, não reduz sua disponibilidade para outros.

A característica de não exclusão implica que ninguém pode ser excluído do seu uso (SAMUELSON, 1954; VER EECKE, 1999, apud VIVERO-POL, 2014, p. 6). Os bens públicos globais devem ser governados de maneira comum porque eles beneficiam toda a humanidade (KAUL, 2010; KAUL E MENDONZA, 2003 apud VIVERO-POL, 2014, p. 1). O grau de exclusão e rivalidade depende de natureza do bem, para o qual direitos de propriedade, regulações e sanções são utilizados para proscriver o uso do bem.

Vivero-Pol pontua que o alimento não deveria ser considerado rival nem excludente. Justifica a não rivalidade a partir do exemplo de uma cereja que foi consumida por alguém: mesmo que essa cereja não esteja mais disponível para outra pessoa, as cerejas continuam a ser produzidas pela natureza. Ou, se cultivadas através de produção sustentável e contínua, a cereja poderia ser considerada um recurso ilimitado e renovável. Sobre a característica de não exclusão, o pesquisador ressalta que alguém que é excluído de comer pode morrer em menos de 40 dias (2014, p. 6). Desta forma, o ato de comer torna-se para o ser humano a realização da sua autopreservação.

Notemos que, de acordo com o exemplo de Vivero-Pol, para que as cerejas cumpram a característica da não rivalidade, a produção sustentável é um requisito primordial. Para constituir a vida, todos os seres vivos metabolizam e transformam o que está em seu entorno, modificam-no, e isso faz parte do viver. Porém, as modificações causadas pelo humano, embora algumas vezes tenham causado colapso em determinadas sociedades, não tiveram uma extensão global, tendo sido assim durante os poucos milhões da presença do ser

humano sobre a terra. No entanto, o impacto de suas intervenções foi discreto, comparado às forças da natureza, e apenas referenciadas ao último século.

Já a partir do século XX as transformações realizadas na Terra foram ciclópicas, proporcionadas pela intervenção da tecnologia respaldada pela ciência, e acopladas à presença de um extraordinário número de pessoas, que transformaram a escala do nosso impacto, de localizado e regional para global. Com esta transformação, passamos a mexer nos sistemas fundamentais que sustentam a vida (COLBORN, 1996, p. 269).

Estamos falando da ciência e tecnologia respaldadas pelo saber científico dominante, que valida somente a epistemologia ocidental, o que nos leva a refletir sobre o que Morin apresenta como “patologia do saber” ou “inteligência cega”. De acordo com o socioantropólogo, estas categorias são o resultado do paradigma da simplificação, que surge com a proposta de Descartes da separação entre ciência e filosofia. A partir dessa disjunção, o conhecimento científico e a reflexão filosófica são raramente encontrados juntos, impedindo à ciência a possibilidade de se conhecer a si própria.

Morin sinaliza ainda que “a ciência tornou-se cega em sua incapacidade de controlar, prever, e até mesmo conceber o seu papel social” (2005, p. 51). Trata-se de todo um corpo de princípios que rejeita com violência e despreza como “não científico” tudo o que não corresponde ao modelo. O autor ressalta também que o fracasso deste modelo enquanto sistema de compressão é mascarado por seu sucesso, correlativo, enquanto sistema de manipulação (Ibidem, p. 52).

O socioantropólogo pontua que desta forma estamos nos aproximando de uma mutação inaudita no conhecimento, o qual é cada vez menos feito para ser refletido e discutido pelas mentes humanas, e cada vez mais feito para ser registrado em memórias informacionais manipuladas por forças anônimas, em primeiro lugar os Estados.

Observemos que foi dentro do contexto do conhecimento cego e fragmentador, exposto por Morin, que aconteceu a maior transformação no modo de cultivar, do tradicional para a grande escala. Esta mudança levou os economistas de Harvard, Ray Goldberg e John Davis, a proporem a substituição do termo agricultura pelo de “agronegócio” (ROBERTS, 2009, p. 20).

Culturas, como o milho e a soja, foram selecionadas pela sua alta produtividade e absorção de energia do sol como *commodities*. O conceito quase místico da fertilidade do solo, com a vasta complexidade biológica do húmus passou a ser representado por NPK (Nitrogênio, Fósforo, Potássio), o que corresponde ao método científico reducionista ao máximo. Complexas qualidades de vida são reduzidas a simples quantidades (POLLAN, 2006, p. 146-7). Tudo em nome da produtividade.

Perseguindo ganhos de produtividade, algumas regiões e culturas têm sido privilegiadas. O incremento da produção de cereais tem tido como consequência o incremento em produção de carnes, especialmente frango e porco, mudando os hábitos alimentares para um maior consumo de carnes e regimes alimentares menos diversos, e afetando negativamente os ecossistemas (LAPPÉ, 1991; POLLAN, 2006; ROBERTS, 2009).

Devemos atentar ao fato de que a capacidade de melhoramento e incremento dos cultivos tem alcançado o nível máximo de produtividade em algumas das áreas mais produtivas do mundo (CASSMAN et al., 2010; LOBELL et al., 2009 apud VIVERO-POL, 2014).

Jonas (2006) alerta como, na era tecnológica, as ações humanas podem ameaçar a vida futura da terra. De acordo com o filósofo, o ser humano é a obra finalista da natureza que pode continuar ou destruir a sua obra, entendendo esta obra como o complexo ecossistema da natureza interconectado. Assim, o autor sinaliza que "a simples autopreservação de cada ser, como impõe a natureza, representa uma intervenção constante no equilíbrio constante da vida" (JONAS, 2006, p. 230). Lembremos que na ética da responsabilidade do filósofo o imperativo é o sim à vida.

A contradição do sim à vida se apresenta cada dia, como sinaliza o sociólogo suíço Jean Ziegler (1934-), ex-relator Especial da ONU para o direito humano à alimentação:

Hoje não existe falta de alimentos, o que existe é falta de acesso. As cifras são as seguintes: a cada 5 segundos, uma criança de menos de 10 anos morre de fome. No mundo, 56 mil pessoas morrem de fome por dia. E 1 bilhão de pessoas são permanentemente subalimentadas. O relatório da FAO mostra que o número de vítimas cresce, mas que a agricultura mundial poderia alimentar normalmente, com uma dieta de 2,2 mil calorias por dia, 12 bilhões de pessoas. Então, uma criança que morre de fome hoje é assassinada. Fome não é mais morte natural. É massacre criminoso, organizado. O número de mortes no mundo, por ano, corresponde a 1%

da população do planeta. Isso significa que no ano passado 70 milhões de pessoas morreram. Desses 70 milhões, 18,2 milhões morreram de fome ou de suas consequências imediatas. A fome é de longe a causa de mortalidade mais importante e o mundo transborda de riquezas (ZIEGLER, 2013, p. 336).

Tudo isto acontece no mundo que o sistema alimentar hegemônico prega ser a solução contra a fome. O mais preocupante, ao pensarmos em produção sustentável, é que podemos inferir que não são só as pessoas que não têm os meios para comprar ou produzir alimentos que estão em risco: o modelo promovido pelo agronegócio pode estar minando as possibilidades das gerações futuras.

O sistema alimentar é responsável por 48% do uso da terra, 70% do uso da água e 33% das emissões de efeito estufa (IVANOVA et al., 2015; CLAPP, 2012 apud VIVERO-POL, 2014). Este sistema dominado pelo agronegócio é responsável por efeitos negativos como a erosão do solo, o desmatamento das florestas, a sobrepesca, a diminuição da biodiversidade, a contaminação da água. O setor agroalimentar é responsável por 54% dos contaminantes orgânicos da água⁴¹, repercutindo nas mudanças climáticas.

Alguns procedimentos necessários para a monocultura, como o uso de agrotóxicos, tem a produtividade como justificativa. No entanto, esse motivo refere-se somente ao volume, ou quantidade por área, não se importando com a qualidade e com as perspectivas futuras: o desequilíbrio químico do solo com o uso de agrotóxicos resulta em uma produção marginal decrescente. A "eficiência" nesses moldes é enganosa. A química do solo tem uma história de tempo profundo. O fato é que já se observa sua degradação. Num primeiro momento foi extraordinário, a "Revolução Verde". Agora, porém, tal produtividade, mesmo em sentido limitado, é decrescente (ROBERTS, 2009, p. 213). De fato, a capacidade de melhoramento e incremento dos cultivos tem alcançado o nível máximo de produtividade em algumas das áreas mais produtivas do mundo (CASSMAN e al., 2010; LOBELL et al., 2009 apud VIVERO-POL, 2014).

Vale a pena ressaltar que o modelo do agronegócio também traz enormes consequências sociais, tirando de cena os agricultores familiares e produtores de pequena escala, os quais foram e continuam sendo deslocados de suas terras por governos e empresas em busca de

41 Cf. site, disponível em: https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/bp166-behind-the-brands-260213-pt_2.pdf. Acesso em: set. 2016.

solos férteis, que não só deslocam as famílias para terras de baixa qualidade, mas geram um novo ciclo de erosão dos solos mais férteis.

A proposta de Vivero-Pol de considerar de novo o alimento como bem comum poderia ser considerada uma emergência. O pesquisador sublinha como alguns dos elementos materiais e não-materiais do alimento são considerados ainda bens comuns:

- a. Conhecimento agrícola tradicional
- b. Conhecimento agrícola moderno baseado na ciência, produzido por instituições públicas nacionais e internacionais (GARDNER e LESSER, 2003 apud VIVERO-POL, 2014).
- c. Receitas de cozinha nacional e gastronomia, sendo um exemplo de bem comum em ação (BARRERE et al., 2012; HARPER e FACCIOLI, 2009 apud VIVERO-POL, 2014).
- d. Plantas comestíveis e animais produzidos naturalmente (estoques de peixes, frutas silvestres e animais).

Um ponto fundamental trazido por Vivero-Pol é justamente que para os movimentos que apregoam a soberania alimentar, o alimento é considerado um bem comum, e sempre tem sido considerado um bem comum. Encontramos, desta forma, no raciocínio de Vivero-Pol uma conexão com a sociologia das emergências, proposta por Boaventura de Sousa.

Sousa (2010, p. 43-5) sinaliza que todos os conhecimentos têm limites internos e externos. Os internos se restringem a intervenções no mundo real. Os externos reconhecem as intervenções alternativas e outras formas de conhecimento. As formas hegemônicas só entendem os limites interiores. A utopia do interconhecimento é aprender outros conhecimentos sem esquecer o próprio. Esta é a ideia da prudência, subjacente na ecologia de saberes.

Lembremos a importância do limite como categoria filosófica para Deleuze e Guattari. De acordo com os autores, se o capitalismo é o limite exterior de toda a sociedade é porque ele, por sua vez, não tem limite exterior, mas tão somente um limite interior que é o próprio capital. Limite que ele não encontra mas reproduz, deslocando-o sempre (DELEUZE e GUATTARI, 2014, p. 306).

Encontramos assim, nesse limite exterior, nessa borda, nessa membrana, como estes fluxos ainda não capturados pela axiomática capitalista tentam emergir. Trazendo para esta reflexão

a recomendação de Morin (2003, p. 137) de associar as ideias de sistema e organização – as quais, de acordo com sua visão, já estão ligadas pela inter-relação – vemos que isso é o que permite compreender as emergências no sistema, definidas pelo sociólogo como qualidades ou propriedades do sistema que apresentam caráter de novidade com relação a componentes isolados.

Procurando compreender a proposta do Estado plurinacional, temos encontrado pontos-chave, sendo por exemplo a categoria “limite” fundamental, assim como as emergências que se contrapõem às ausências e a proposta de um diálogo de saberes que implica a comunicação e inter-relação entre diversas formas de conhecimento como estratégias de fuga da monocultura da mente. Na próxima seção pretendemos compreender a construção de um sistema alimentar contra-hegemônico, à luz da plurinacionalidade e da ecologia de saberes.

De acordo com Boaventura de Sousa (2010, p. 27-8), o conceito de plurinacionalidade se apresenta como um processo político de horizonte amplo. O autor atenta para não confundir este conceito com o de comunidade, mesmo quando é dentro dos grupos sociais onde domina a cultura comunitária que está sendo demandada. A plurinacionalidade reforça esta cultura comunitária e mostra também seus limites. Ela incorpora transformações políticas, culturais, de mentalidades e subjetividades. Na continuação, exploraremos as políticas alimentares consideradas num Estado plurinacional.

2.2 Estado plurinacional, políticas alimentares soberanas e agroecologia

Neste ponto apontaremos algumas leis, programas e políticas brasileiras que desafiam o sistema alimentar hegemônico e que propõem uma visão transdisciplinar da segurança alimentar e nutricional. Nosso interesse é entender os processos de articulação, comunicação e as micropolíticas de emergência e resistência que têm permitido uma contestação aos interesses do mercado do Estado monocultural neoliberal.

Como exposto anteriormente, os povos indígenas demandam ser reconhecidos não só como culturas diversas mas como nações, justificando o fracasso demonstrado pelas crises, causadas pelos programas de ajuste estrutural e políticas neoliberais. Emergem, assim, reivindicações pela recuperação de antigos direitos sociais por novos sociais e coletivos. A

plurinacionalidade se apresenta como um processo político que capacita os movimentos sociais a usarem, de modo contra-hegemônico, instrumentos e conceitos hegemônicos.

No Equador e na Bolívia, nas últimas décadas, aparece um reconhecimento à diversidade cultural e ao pluralismo jurídico interno, reconhecendo novos direitos indígenas e o bem viver. Para os indígenas, o bem viver é a produção da vida, sobretudo da vida coletiva. Uma produção da vida no sentido mais amplo, que inclui a mãe terra e seus ciclos vitais (SANTOS, 2010, p. 123).

Os indígenas expressam suas lutas em suas línguas nacionais. Quando suas demandas são traduzidas nas línguas coloniais, não emergem os termos familiares do socialismo, direitos humanos, democracia ou desenvolvimento, senão dignidade, respeito, território, autogoverno, bem viver e mãe-terra. Porque suas concepções ontológicas sobre o ser e a vida são muito diferentes das do individualismo ocidental (SANTOS, 2010, p. 31).

As Constituições do Equador e da Bolívia estabeleceram o bem viver (*Sumak Kawsay* ou *Suma Qamaña*) como princípio orientador da organização econômica, política e social. Recorrem a um dispositivo conceitual e normativo híbrido, que junta o texto jurídico matricial da modernidade ocidental – a Carta Política – com recursos linguísticos e conceituais não coloniais e ocidentais. No entanto, mesmo com constituições que proclamam o Estado plurinacional, por causa do neoliberalismo tem sido permitida a entrada de empresas em terras indígenas, sendo por enquanto a lei do mercado, a lei do mais forte, que dominam a realidade destes países (SOUSA, 2010, p. 12-3, 65).

Boaventura de Sousa (2010, p. 104) adverte que a plurinacionalidade não é um fim em si mesmo. É um instrumento valioso para lutar contra o colonialismo, o capitalismo e o racismo. Os fins políticos de largo alcance são o controle dos territórios ancestrais, dos recursos naturais, da relação privilegiada com a mãe terra, o direito próprio. O autogoverno e a soberania alimentar, bem como a sua justificação, fazem parte do novo marco civilizatório protagonizado pelos povos indígenas, que vêm conquistando cada vez mais aliados.

Pensar na conquista de mais aliados nos leva a refletir na agroecologia a partir deste ponto de vista. Ela conta atualmente com o respaldo de um número significativo de especialistas na comunidade científica e de agências e organizações internacionais, tais como a Organização

das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) e a Biodiversidade Internacional (*Biodiversity International*). A agroecologia está ganhando terreno em países tão diversificados quanto os Estados Unidos, Brasil, Alemanha e França (SCHUTTER, 2014, p. 17).

Agroecologia pode ser definida como uma nova ciência em construção, um novo paradigma de cujos princípios e bases epistemológicas nascem a convicção de que é possível reorientar os cursos alterados dos processos de uso, de forma a ampliar a inclusão social, reduzir danos ambientais e fortalecer a soberania e a segurança alimentar com a oferta de alimentos saudáveis para todos (CAPORAL, 2009 apud CAMPOS, 2014, p. 267). Sem desautorizar os achados do método científico clássico, a agroecologia reivindica e valoriza o conhecimento popular e tradicional, o que pode explicar algumas das suas conquistas no campo político.

Refletir a agroecologia a partir da disputa no campo político nos leva ao projeto *Buen conoecedor-FLOK society*⁴²: *Free/Libre Open Knowledge*, iniciado no Equador em 2012 com o objetivo de operacionalizar o “Plano Nacional do Bem Viver 2013-2017”. O desenvolvimento do projeto é descrito de maneira resumida no site como a criação colaborativa de “inteligência coletiva significativa” numa simbiose entre saberes, conhecimentos e desafios de vanguarda, e materialização de outras realidades, contextualizadas às realidades cotidianas locais.

O resultado do projeto é apresentado no livro “Modelos sustentáveis e políticas públicas para uma economia social do conhecimento comum e aberto do Equador”⁴³, onde é exposta uma maneira de chegar à geopolítica do comum a partir de conexões de códigos de povos da Amazônia com vizinhos equatorianos, com acadêmicos da América e Europa, movimentos de ocupação urbana e pessoas de distintas instituições equatorianas e outros Estados latino-americanos, além de hackers, ativistas, comunicadores, formando uma rede de mais de mil e quinhentas pessoas discutindo política para fortalecer o processo de transição a uma economia social do conhecimento comum e aberto.

No documento, a agricultura é estudada como um de tantos campos onde o capitalismo cognitivo impõe sua força e estratégia para dominar e consolidar o seu poder. Assim, o

⁴² Cf. site, disponível em: <http://flokociety.org/>. Acesso em: nov. 2016.

⁴³ Cf. site, disponível em: <http://book.flokociety.org/ec/>. Acesso em: out. 2015.

documento considera a possibilidade e consequências de definir a alimentação como um bem comum, sendo a agroecologia a saída exposta para contrastar ao modelo do agronegócio.

Considerar a agroecologia e seu processo político no Brasil nos remete à criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em 2002, que tem promovido marcos importantes. No ano de 2004, foi fundada a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), que reúne técnicos e pesquisadores. Existe, a partir desse momento, uma espécie de programa político comum da agroecologia, capitaneada pela ANA e ABA. Trata-se, então, de um movimento social com uma plataforma política de defesa da sustentabilidade, de um outro modelo de produção e de consumo.

Observemos que o tema do IX Congresso Brasileiro de Agroecologia que aconteceu em Belém, em outubro de 2015, estava em total sintonia com a construção equatoriana para a construção do bem comum: “Diversidade e Soberania na Construção do Bem Viver”.

A carta política⁴⁴ elaborada no evento sublinha que a construção do bem viver depende da ação coletiva do local ao global e ressalta a importância da soberania dos povos e comunidades de decidirem sobre seus meios e modos de vida, fundamento político orientador das lutas sociais.

No país, na última década, por influência de preocupações internacionais, surgiram políticas públicas, organizações não governamentais, conselhos, grupos de estudos e instituições destinadas a pensar, planejar e promover o desenvolvimento comprometido com a sustentabilidade. Nesse aspecto, no espaço rural, podemos destacar a criação, em 1999, do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Observemos que o MDA foi extinto em maio de 2016 pelo governo de Michel Temer, numa ação impopular fortemente contestada.

Em nota de repúdio⁴⁵ contra a extinção, foi ressaltado que essa situação representa um retrocesso indiscutível para a pauta do desenvolvimento agrário e agrícola do Brasil, denotando a falta de prestígio desses temas na agenda política do governo que assumia a presidência da República após o processo de *impeachment*.

⁴⁴ Cf. site, disponível em: <http://aba-agroecologia.org.br/wordpress/?wpdmpro=carta-agroecológica-de-belem>. Acesso em: nov. 2015

⁴⁵ Cf. site, disponível em: <http://www.cnater.gov.br/cnater/?q=noticias/nota-de-rep%C3%BAdio-%C3%A0-extin%C3%A7%C3%A3o-do-mda-condraf>. Acesso em: mai. 2016.

Na situação que levou à extinção do MDA pode ser percebida a fragilidade de políticas de caráter estruturante nas que se relacionavam à segurança alimentar e ao combate à pobreza. Observemos que estas articulavam ações estruturantes (voltadas para combater as causas da fome), ações específicas (visando garantir o acesso direto à alimentação) e ações locais (que tinham o objetivo de garantir o abastecimento alimentar no âmbito municipal) (IPEA, 2007 apud CAMPOS, 2014, p. 253).

Algumas das políticas encampadas pelo agora extinto MDA foram, por exemplo: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e demais políticas voltadas para obtenção de crédito; as políticas de proteção da produção, como o Garantia Safra; a política de assistência técnica e extensão rural (Ater), voltada para as necessidades dos agricultores e das agricultoras familiares; o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); a reforma agrária. Ressaltamos ainda a importância do MDA para o lançamento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) (BRASIL, 2013).

2.2.1 Comunicação de políticas alimentares soberanas

Nesta seção tentaremos entender processos de articulação, comunicação e micropolíticas de emergência, que permitiram levar certos temas para a agenda política. Assim, a partir do meu lugar de fala de especialista de *marketing* e comunicação, pretendo vislumbrar as ações políticas a favor da agroecologia ou do agronegócio como um movimento político-comunicativo. Lembremos, como pontua Castells, da capacidade da comunicação de moldar a mente humana e de construir consentimento, ou de pelo menos instilar medo e resignação em relação à ordem existente, o qual é essencial para fazer cumprir as regras que governam as instituições e as organizações da sociedade (2015, p. 21).

Nossa reflexão vai nos levar a enxergar a comunicação realizada pelo sistema alimentar hegemônico, de modo a poder fazer uma ponderação com a comunicação que tem emergido dos movimentos sociais de maneira contra-hegemônica.

Vieira Pinto pontua que se o homem de ciência e o técnico não percebem o papel que lhes incumbe de participação na transformação da sociedade, eles podem com efeito ser

divinizadores das tecnologias do país desenvolvido, tornando-se agentes alienadores do contexto nacional (2005, p. 296-9). A alienação impede as emergências, enunciadas por Morin (2003, p. 146) como qualidades de comunicação do sistema. A este respeito, o socioantropólogo alerta como as emergências podem ser empobrecidas pelas imposições, que podem ser sutilmente colocadas como “índices de desenvolvimento”, tal como Vieira Pinto sinaliza: estes índices podem se apresentar como sofismas para manterem a hegemonia (2005, p. 288).

Tomando o agronegócio como sistema alimentar hegemônico, vale ressaltar de que forma a Revolução Verde foi apresentada como solução para garantir a segurança alimentar – ligada exclusivamente à produção agrícola – e como foi utilizado de forma ampla como orientador para políticas públicas a partir da crise de escassez de alimentos de 1972-1974 e da Conferência Mundial de Alimentos de 1974, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) (MALUF, 2007; MENEZES, 2001 apud CAMPOS, 2014, p. 32).

Menezes (2001, p. 3 apud CAMPOS, 2014, p. 32) relata que esse contexto favoreceu a realização de um lobby agressivo pelas empresas de agroquímicos para disseminar a “Revolução Verde”, processo que tinha como objetivo convencer o mundo de que “[...] o flagelo da fome e da desnutrição no mundo desapareceria com o aumento significativo da produção agrícola de grandes propriedades monocultoras e emprego maciço de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos)”.

Notemos que Ellul, ao falar de técnica e Estado, apontava o lobby como a invasão do progresso técnico ao Estado. Nas palavras do filósofo, o ser humano político acha-se em situação de minoridade pela magnitude das técnicas à disposição do Estado (ELLUL, 1968, p. 259, 283).

Assim, a Revolução Verde, técnica totalmente adotada no Brasil, nos leva a pensar em uma das maiores preocupações trazidas por Vieira Pinto, que consistia em elucidar como um técnico pode chegar a divinizar a técnica e o que emerge do pensamento divorciado da prática que o leva também a se converter em um adulator do “governo dos técnicos” (2005, p. 291-4).

Atentemos para uma das estratégias de comunicação dirigida aos consumidores – na realidade comedores de alimentos, ao entender que o consumidor de produtos é diferente do consumidor de alimentos; conforme pontuado na introdução, os consumidores de alimentos são uma “não categoria”, e as ações que têm por objetivo os consumidores de alimentos são dirigidas a todo o gênero humano. Esta estratégia reforça o modelo do agronegócio: é o caso da campanha "Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo"⁴⁶, concebida pelas gerências de marketing e comunicação da Rede Globo. Desde 2016 e até 2018, a cada 15 dias, um novo tema foi apresentado ao público, no qual é mostrada a cadeia de produção de um alimento, sua utilização em diferentes indústrias, a capacidade de exportação e o faturamento anual que gera para o país. Entre os temas já exibidos estão: milho, café, maçã, banana, uva, arroz, feijão, cacau, frango, orgânicos e mandioca. Também foram desenvolvidos filmes-conceito para explicar o tema da campanha: o que é agro, tech e pop.

Observemos que o próprio Robert Schmidt, diretor de marketing da Globo, na sua palestra proferida no painel sobre “Percepções dos consumidores sobre o agronegócio”⁴⁷ -3ª edição do *Global Agribusiness Forum* (doravante GAF)⁴⁸ -, ressaltou que o objetivo da campanha é conectar o consumidor com o produtor rural e ao mesmo tempo desmistificar a produção agrícola aos olhos da sociedade urbana. De qual tipo de produção agrícola está falando a campanha?

No mesmo evento, o publicitário brasileiro Nizan Guanaes (1958-), com a proposta de desvendar a percepção do consumidor sobre o que é o agronegócio brasileiro, desafiou o setor a se comunicar⁴⁹. Para ele, já é momento do Brasil se posicionar no mercado mundial como marca: "é preciso colocar uma coisa na cabeça do mundo: o Brasil é igual a comida, assim

46 Cf. site, disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/2016/10/agronegocio-e-valorizado-em-campanha-da-rede-globo.html>. Acesso em: nov. 2016.

47 Cf. vídeo, disponível em : <https://tinyurl.com/ybyekc52> . Acesso em jul. 2017.

48 O Global Agribusiness Forum é realizado pela SRB (Sociedade Rural Brasileira), em conjunto com a ABRAMILHO (Associação Brasileira de Produtores de Milho), representante oficial do Brasil na International Maize Alliance (MAIZALL), a ABCZ (Associação Brasileira dos Criadores de Zebu), a CITRUSBR (Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítrico), Forum Nacional Sucrenergético, entidade que reúne todos os sindicatos e associações dos setores de açúcar e etanol no Brasil, MAIZALL, cujo objetivo principal é o de colaborar em uma base global e abordar as principais questões relacionadas com a segurança alimentar, biotecnologia, gestão, comércio e imagem do produtor, e a DATAGRO, uma das maiores empresas de consultoria agrícola do mundo. O tema da terceira edição foi “Agropecuária do Amanhã: fazer mais com menos – disseminando as bases do desenvolvimento sustentável”.

49 Cf. site, disponível em: <http://www.globalagribusinessforum.com/es/detalle-noticia/o-agronegocio-brasileiro-precisa-falar-com-o-mundo> . Acesso em: abr. 2018

como comida é igual a Brasil". O mercado de alimentação está passando por uma revolução e, além de se comunicar, o setor precisa ficar atento para onde está indo o desejo do consumidor.

Lembremos que Deleuze e Guattari sinalizavam que o desejo é produtor, e ele só pode sê-lo na realidade, e de realidade. Daí a importância da captura do desejo: o que interessa para os publicitários é que coloquemos o desejo ao lado da aquisição, fazer dele uma concepção idealista (dialética, niilista). O objeto real só pode ser produzido por uma causalidade e por mecanismos externos, mas esse saber não nos impede de acreditar na potência interior do desejo de engendrar o seu objeto (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p. 41-2).

Ao reforçar o slogan da campanha “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo”, está sendo descarregado todo o desejo do consumidor no grande medo de se ter falta. Se “Agro é tudo”, ao exterior do agro não há nada, tudo depende de uma produção real que se supõe exterior ao desejo.

Reparemos ainda que na estratégia de *branding* escolhida pela Globo, existe uma estratégia de captura do prefixo “Agro”: se o “Agro é tudo”, do ponto de vista linguístico esconde contradições e ambiguidades. “Agro” é prefixo de agronegócio e também de agroecologia. Assim, do ponto de vista linguístico é tudo sim, os dois modelos de produção existentes.

De acordo com Maturana Varela (2011, p.264), as palavras na linguagem (na reflexão linguística) passam a ser objetos que ocultam as coordenações comportamentais que as constituem operacionalmente no domínio linguístico. Por isso, nossos “pontos cegos” cognitivos são continuamente renovados e não vemos, não percebemos que ignoramos. As palavras correspondem à nossa intuição sobre a “realidade” porque nossos propósitos ao utilizar elas estão alinhadas com nossa existência física no mundo e nossas ações nele (WINOGRAD E FLORES, 1986, p. 61).

Por este motivo, a campanha apresenta com tranquilidade uma suposta paridade entre sistemas agrícolas convencional e orgânico, no vídeo “Orgânico”:

O orgânico é agro. No cultivo de orgânicos, o adubo e os nutrientes são retirados da própria natureza. As pragas e as doenças são controladas por inimigos naturais. O orgânico vai além das frutas, verduras e legumes. Quase todos os produtos têm sua versão orgânica. Vinho, algodão, café, açúcar, azeite, soja, ovo, leite, carne bovina e até pasta de dente. O mercado de orgânicos cresce rapidamente no mundo todo. No

Brasil, já temos mais de 15 mil produtores. Em 2016, o faturamento do mercado interno chegou 3 bilhões de reais. Orgânico é economia sustentável. Orgânico é agro. Agro é tech. Agro é pop. Agro é tudo.

Se o objetivo da campanha é o de desmistificar a produção agrícola aos olhos da sociedade urbana, é necessário uma modelização totalitária e hegemônica, como pontuava Guattari. A produção de subjetividade já não procede só de grandes conjuntos, senão por uma programação mais molecular sobre as estruturas moleculares nervosas e psíquicas – desde o berço são transmitidos esquemas pilotos pela televisão que modelizam tanto sua percepção, seu imaginário como seus valores de referência (GUATTARI, 2015, p. 284).

Sob esta mesma ótica encontramos a célebre frase “o meio é a mensagem”, cunhada pelo filósofo canadense Marshall McLuhan (1911-1980), na qual mostrava como poucas vezes somos conscientes de nossa relação com a totalidade (RONCALLO E MAZORRA, 2015, p. 268). Mensagem/modelização, são ações que ocorrem na mente do consumidor.

Encontramos assim o poder hegemônico da mídia hegemônica a favor do agronegócio, reforçando o que Guattari denominou fabricação capitalística da subjetividade (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 139).

Ao transpor essa perspectiva para a comunicação de outros saberes, existe uma evidente lacuna ao refletir sobre comida. Sobretudo quando o publicitário co-fundador do Grupo ABC⁵⁰ insta o Agronegócio a comunicar: "É preciso colocar uma coisa na cabeça do mundo: o Brasil é igual a comida, assim como comida é igual a Brasil". O consumidor se encontra entre forças desiguais que reclamam critérios alimentares antagônicos. As mensagens da indústria estão focadas em manter confiança no sistema hegemônico e preservar os critérios atuais. Por outro lado, o comedor de alimentos recebe mensagens opostas, as quais chegam de maneira fracionária.

Qual é o poder transformador “de baixo para cima” do sistema alimentar, por parte de movimentos críticos contra a globalização e homogeneização da alimentação? Quais podem ser as estratégias de comunicação que permitiriam trazer uma contundência emocional capaz de mudar as rotinas alimentares?

50 Holding que reúne 18 empresas nas áreas de publicidade, marketing, conteúdo e entretenimento. Hoje o Grupo ABC faz parte do Grupo Omnicom.

No livro *o Poder da Comunicação*, Castells pontua que “se o poder opera atuando sobre a mente humana por meio de mensagens comunicativas, precisamos entender como a mente humana processa essas mensagens e como esse processamento se traduz na esfera política” (2015, p. 24). O autor sinaliza ainda que esse tipo de análise política está apenas começando a aliar determinação estrutural com processos cognitivos. Sua escolha de pesquisa se decantou pela inteligência afetiva e outras obras de comunicação política que fornecem uma ponte necessária entre estruturação social e processamento individual das relações de poder, que partem de bases científicas apoiadas nas descobertas da neurociência cognitiva.

O antropólogo norte-americano Sidney Mintz (1922-2015) explica que os hábitos alimentares são veículos de profunda emoção. Para o autor, a comida e o comer são centrais no aprendizado social por serem atividades vitais e essenciais, embora rotineiras. As atitudes em relação à comida são aprendidas cedo e bem. Na visão de Mintz, esse comportamento alimentar é nutrido por adultos afetivamente “poderosos”, que conferem um poder sentimental duradouro. Podemos perceber a importância de afetos e emoções para o domínio e controle do sistema alimentar.

Seguindo o pensamento de Mintz, os adultos afetivamente poderosos são substituídos pela engenharia de alimentos, laboratórios e processos industriais, massageando e modelizando a mente dos comedores de alimentos. No capítulo 3 nos debruçaremos na mente do consumidor. Na seção seguinte procuraremos interpretar a comunicação do agronegócio na mente pública, e criação de imagens políticas que em última instância, por um processo de retroação, influenciam a mente do consumidor.

2.3 Monocultura da mente pública, o triunfo do agronegócio

Vandana Shiva expõe em seu livro “*Monoculturas da mente: Perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*” (2003), como a monocultura, antes de ser semeada no solo, precisa ocupar a mente. Por sua vez, Boaventura de Sousa fala sobre a sociologia das ausências, ao entender que o que “não existe” pode ser uma alternativa ao que existe, trazendo de volta os objetos capturados pela racionalidade monocultural (2010, p. 37).

O sociólogo menciona cinco modos de produção de ausência ou não existência que encontramos na racionalidade atual:

1) ignorante: declarar ignorante tem a ver com a monocultura do saber e rigor do saber, 2) retrasado: tem a ver com a monocultura do tempo linear 3) inferior: classificação social, 4) local ou particular: lógica de escala dominante, 5) improdutivo ou estéril: monocultura de critérios de produtividade capitalista

Pensar na racionalidade monocultural a partir do ponto de vista apresentado por Boaventura de Sousa e na “monocultura da mente” cunhada por Vandana Shiva, nos leva a refletir sobre o funcionamento de um processo maquínico a partir da criação de subjetividades. Todos os cidadãos de um Estado monocultural, cientificista e excludente – técnicos e cientistas (gestores públicos) e comedores de alimentos (cidadania em geral) – se encontram expostos aos conteúdos que os grandes meios de comunicação, privados e governamentais, querem lhes apresentar. Geralmente, conteúdos dissonantes com a lógica de poder são marginalizados, sem contar que a educação desde cedo reforça as “escolhas” do Estado.

Lembremos que Deleuze e Guattari ressaltam como o processo maquínico tem potência de englobamento, observável nos conjuntos internacionais. Os autores descrevem a máquina capitalista civilizada como aquela que não precisa mais fazer uma marca física, mas sim subjetiva. Onde as colônias de terras foram substituídas pela colonização da mente, para o qual é necessária a captura do desejo. Qual foi a mensagem ou marca que conseguiu o grande sucesso de capturar globalmente o desejo?

A marca (*branding*) é a dimensão cultural do mercado global e o processo pelo qual os indivíduos atribuem significado ao seu consumismo (BANET-WEISER, 2007 apud CASTELLS, 2015, p. 173). A criação de marcas (comerciais ou não), se torna mais eficiente sob a condição de integração de produtos na mídia, facilitada pela globalização e pela formação de indústrias culturais (CASTELLS, 2015, p. 180).

De acordo com o economista equatoriano Alberto Acosta (1948-), o fantasma do “desenvolvimento” foi institucionalizado no dia 20 de janeiro de 1949, data em que o presidente dos Estados Unidos Harry Truman inaugurava o seu segundo mandato com um discurso no Congresso que definia a maior parte do mundo como “áreas subdesenvolvidas”, assim como um potente mandato ideológico. Truman propôs:

Nosso propósito teria de ser o de ajudar os povos livres do mundo para que, através de seu próprio esforço, produzam mais alimentos, mais vestimentas, mais materiais para suas casas e mais potência mecânica para aliviar suas cargas (...) Tem de ser um esforço global para obter paz, plenitude e liberdade. Com a cooperação das empresas, do capital privado, da agricultura e da mão de obra deste país, este programa pode aumentar a atividade industrial em outras nações e melhorar substancialmente seus padrões de vida. (...) O velho imperialismo – exploração para benefício estrangeiro – não tem lugar em nossos planos. O que vislumbramos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma relação limpa e democrática (TRUMAM apud ACOSTA, 2015, p. 44).

Desta forma, os Estados Unidos e outras nações industrializadas estavam “no topo da escala social evolutiva”, sendo que todas as outras sociedades teriam que percorrer a mesma trilha, aspirando a um só objetivo – “o desenvolvimento” – afirmando as bases conceituais de outra forma de imperialismo (ACOSTA, 2016, p. 45).

De acordo com o acadêmico espanhol e doutor em jornalismo Víctor Manuel Marí Sáez (1970-) – doravante Marí Sáez, citado como MARÍ, 2011 – a invenção do desenvolvimento que se levou a cabo no marco da Doutrina Trumam faz uma conexão com o projeto expansionista dos EUA e por extensão do mundo ocidental, no intento de frear as potências do Bloco do Leste (MARÍ, 2011, p. 163). O pesquisador sinaliza ainda que a racionalidade do projeto outorgava um papel salvador à transferência de tecnologia com destino ao “terceiro mundo”, de maneira que os engenheiros sociais desenhavam o futuro das nações subdesenvolvidas.

Marí Sáez ressalta também o apontamento do sociólogo francês Armand Mattelart (1936-), que indica uma menção precedente ao conceito de desenvolvimento considerado pela maioria de autores na data do discurso do Truman. No seu livro “A comunicação-mundo, História das ideias e as estratégias” (1993), Mattelart sinaliza que em 1918 o presidente americano Wilson faz referência à incapacidade de certos povos para gerirem-se eles mesmos e atingirem o bem-estar, sendo necessário confiar a tutela destes povos às nações *desenvolvidas* (1993, p. 175 apud MARÍ, 2011, p. 163)

Para Deleuze e Guattari, o fantasma sempre é de grupo. Assim, o fantasma do “desenvolvimento” poderia ser considerado como um fantasma coletivo:

...o fantasma nunca é individual; é fantasma de grupo, como soube mostrar a análise institucional. E se há dois tipos de fantasmas de grupo, é porque a identidade pode

ser lida em dois sentidos, conforme as máquinas desejantes sejam apreendidas nas grandes massas gregárias que elas formam (...) entre as máquinas desejantes e as máquinas sociais técnicas, nunca há diferença de natureza. Há certamente uma distinção, mas apenas uma distinção de regime, segundo relações de grandeza (2011, p. 48).

Para falar em fantasma os autores trazem Kant, indicando que o objeto real só pode ser produzido por uma causalidade e mecanismos externos. Neste caso, o “desenvolvimento”. Mas esse saber não nos impede de acreditar na potência interior do desejo de engendrar o seu objeto, mesmo que sob uma forma irreal, alucinatória ou fantasmática, e de representar essa causalidade no próprio desejo (DELEUZE e GUATTARI, 2014, p. 42).

Visto isto, podemos inferir que a ciência e a tecnologia dos países subdesenvolvidos estão ao serviço do “desenvolvimento”. Consideremos, por exemplo, o modo como Vieira Pinto sinaliza que todos os povos têm tecnologia, sendo esta porém afogada pelas descobertas científicas, que dão um caráter empírico ao que não vem do Ocidente, até o ponto de as invenções locais serem consideradas folclore (2005, p. 268).

Porto-Gonçalves vai mais longe falando da ciência, ao advertir que “podemos dizer que a ciência ocidental moderna se encontra, hoje, numa situação análoga à religião durante o período do Iluminismo” (2006, p. 109). Lembra ainda que “a ética do campo científico implica no livre curso das ideias, assim como a manutenção do seu caráter de patrimônio comum da humanidade, lógica essa que o mundo empresarial, regido pelo interesse privado, contradiz com o segredo comercial ” (Ibidem, p. 116).

Vieira Pinto considera que a tecnologia deveria ser patrimônio comum. O autor ressalta que

O conceito de técnica mostra que esta deve ser patrimônio da espécie. Sua função consiste em ligar os homens na realização das ações construtivas comuns. Constitui um bem humano que, por definição, não conhece barreiras ou direitos de propriedade, porque o único proprietário dele é a humanidade inteira (2005, p. 267).

Ao fazermos Porto-Gonçalves dialogar com Vieira Pinto, encontramos como a ciência e a tecnologia aparecem capturadas dentro de processos maquínicos. As relações de poder, por meio da tecnologia atual, tende a fazer perder o caráter democrático da ciência e da tecnologia. Porto-Gonçalves sublinha, por exemplo, como as inovações biotecnológicas são lideradas pelas empresas farmacêuticas e alimentícias, que dominam a agenda de pesquisa

com interesses econômicos, consolidam assim a ciência e a tecnologia como forças produtivas do capital (2006, p. 108).

Os dois autores são cientes de que a alienação se consegue atingindo de alguma forma territórios mentais. Porto-Gonçalves pontua que

...é preciso considerar que a concentração de capital e seu poder no setor de remédios e alimentos tem um enorme significado cultural (...) ela atinge um dos pilares de qualquer cultura que o modo como cada um cuida do corpo, da saúde e, ainda do modo como cada um se alimenta (...) é na cozinha que se transforma o cru em cozido, a natureza em cultura (...) em cada sabor há, sempre, saber e, assim, a imposição de um único modo de comer por meio das grandes cadeias de supermercados e lanchonetes põe em risco um dos maiores patrimônios da humanidade: sua diversidade cultural (2006, p. 108).

Vieira Pinto (2005, p. 258-288) destaca como a tecnologia de forças hegemônicas pode ser um instrumento de dominação, ao tratar-se de um processo não só material, mas que atua na consciência dos povos. Analisa também como sofismas os “índices de desenvolvimento” que são utilizados para manter a hegemonia.

Desta forma, o desejo de “desenvolvimento” pode favorecer a reafirmação do paradigma tecnocrático, entendendo que o progresso tecnológico é o único que pode e deve resolver todos os problemas da humanidade. De acordo com Deleuze e Guattari (2014, p. 42), mesmo quando o fantasma é interpretado em toda a sua extensão, não mais como um objeto, mas como uma máquina específica que põe em cena o desejo, essa máquina é apenas teatral, e deixa subsistir a complementaridade do que ela separa. Então, a necessidade é que é definida pela falta relativa e determinada do seu próprio objeto, ao passo que o desejo aparece como aquilo que produz o fantasma e produz a si próprio, separando-se do objeto mas também reduplicando a falta, levando-a ao absoluto, fazendo dela uma “incurável insuficiência de ser”.

No livro “Micropolíticas: Cartografia do desejo” (2013), Guattari e Rolnik falam da cultura de massa como elemento fundamental da produção de subjetividade capitalística, a qual vai mesmo para uma produção da subjetividade inconsciente.

Para explicar a cultura de massas, Guattari parte de três concepções de cultura. A primeira, que ele chama de “cultura-valor”, corresponde a um julgamento de valor que determina quem

tem cultura e quem não tem. Outro sentido é a “cultura-alma coletiva”, sinônimo de civilização. Por último está o sentido de “cultura-mercadoria”, na qual não existe nem julgamento de valor nem territórios coletivos.

É na “cultura-mercadoria” que, de acordo com Guattari se encontram todos os bens, os equipamentos, as referências teóricas e ideológicas relativas a esse funcionamento, tudo o que contribui para a produção de objetos semióticos (tais como livros e filmes), difundidos no mercado (2005, p. 26). É gerado assim uma cultura com vocação universal, que tem como objetivos a confecção da força coletiva de trabalho, e a confecção que o autor denomina a força coletiva de controle social.

Em sintonia com esta visão, Alberto Acosta (2015, p. 81) sublinha a perda de diversidade observada na simplificação planetária da arquitetura, da indumentária e dos objetos da vida diária. Entretanto, o eclipsamento paralelo de linguagens, costumes e gestos diversificados, é menos visível; e a homogeneização de desejos ocorre profundamente no subconsciente das sociedades. O mercado, o Estado e a ciência articulados têm sido grandes potências universalizantes: publicistas, especialistas e educadores expandiram seu reino implacavelmente.

Acosta (2015, p. 81) sinaliza ainda que “o espaço mental em que as gentes sonham e atuam está ocupado hoje em grande medida pelo imaginário ocidental. Os vastos sulcos da monotonia cultural que herdamos são, como em toda monocultura, tanto estéreis como perigosos”.

A cultura, o simbolismo e o significado, quando estão ligados a bens mercantis se tornam importantes focos de publicidade e gestão da demanda. Marcas como Coca-Cola, Nike ou Apple comunicam primordialmente o seu significado não só as qualidades dos serviços ou produtos ofertados. As campanhas publicitárias levam assim um significado cultural que tenta generalizar as práticas na sociedade onde se lançam, com o objetivo de modelar o gosto. Nem os economistas teóricos nem os executivos têm o menor interesse em fazer com que a cultura seja transparente ou editável.

Não existe motivo nenhum para facilitar os consumidores a compreenderem os símbolos culturais ou a debaterem o seu significado. Se existe uma razão comercial para intervir na

cultura, é a de tentar modelar o significado cultural de um objeto ou de uma prática com o fim de modelar a sua demanda, ao tempo que se mantém oculto o papel da cultura e se garante o controle sobre a cuidadosa coreografia dos símbolos associados à empresa.

De fato, o congresso americano promulgou, em 1995, uma nova lei sobre as marcas: a Lei Federal Antidiluição da Marca Registrada, para proteção de qualquer uso que possa diluir o significado associado a uma marca. A lei de marcas passou de ser uma lei de proteção dos consumidores, orientada a assegurar que estes possam fiar-se na coerência dos bens marcados de um determinado jeito a serem um direito das empresas, orientado para controlar o significado dos símbolos que quer cultivar (BENKLER, 2015, p.337).

A partir de diferentes autores, chegamos ao que a Vandana Shiva denomina monocultura da mente. De acordo com a ativista, a monocultura, antes de ser semeada no solo, deve ser semeada na mente. Nesse sentido, podemos considerar o agronegócio como agricultura “desenvolvida”, a qual, graças à técnica – pacote tecnológico da Revolução Verde – foi apregoada como solução para o problema da fome. Trazendo de novo a campanha “Agro é tech. Agro é pop. Agro é tudo”; a tecnologia é valorizada em primeiro lugar. Retomando a palestra de Schmidt, proferida no GAF, ao se referir a “Agro é tech” ele sinaliza que isto nem precisa de explicação, só que o consumidor precisa saber que o produto que consome está carregado de tecnologia.

Ellul, no seu livro “A Técnica e o desafio do século” (1968) já questionava a substituição dos valores morais pelos técnicos, e no livro “Propagandas” (2008) mostrava preocupação com o poder persuasivo das imagens frente às tradicionais formas de comunicação baseadas na palavra e confrontação discursiva. Apreciamos assim, como nos filmes produzidos para a campanha, imagens das máquinas, mecanização, e tudo o que demonstra o desenvolvimento da agricultura. Incluída no vídeo da agricultura familiar, galinhas que não estão em liberdade, o que pode ser uma falta de curadoria ou uma imagem expressa de criação em espaços confinados, ressaltando o agricultor familiar que tem se tornado empresário, “desenvolvido”.

O “desenvolvimento” como meta a alcançar, exposto no discurso de Harry Trumam, também apresentava a preocupação com a miséria e a alimentação inadequada dos países subdesenvolvidos:

Devemos embarcar em um novo programa que disponibilize os benefícios de nossos avanços científicos e nosso progresso industrial para a melhoria e o crescimento das nações subdesenvolvidas. Mais da metade da população mundial está vivendo em condições que se aproximam da miséria. Sua alimentação é inadequada. Elas são vítimas de doenças. Sua vida econômica é primitiva e estancada. Sua pobreza é um lastro e uma ameaça tanto para eles mesmos quanto para as regiões mais prósperas (...). O que temos em mente é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de trato justo e democrático (...) produzir mais é a chave para a paz e a prosperidade. A chave para produzir mais é uma aplicação maior e mais vigorosa do conhecimento técnico e científico moderno (ACOSTA, 2016, p. 46; MARÍ, 2011, p.163).

Sob esse contexto, vislumbra-se na Revolução Verde o caminho insofismável para reverter esse quadro, tendo em vista o potencial de inovações tecnológicas, químicas e mecânicas, capazes de incrementar exponencialmente a oferta de alimentos e de matérias-primas. A rigor, esse movimento teve início nos anos de 1950 nos Estados Unidos, espraiando-se pelos demais continentes no decorrer das duas décadas subsequentes (CAMPOS, 2014, p. 128).

A persistência dos quadros de desnutrição mundial, na década de 1980, apesar dos níveis de produtividade obtidos pela Revolução Verde, fez com que se recrudescesse o debate sobre o processo de determinação e persistência da insegurança alimentar em nível mundial, processo que teve reflexo também no Brasil. As sequelas da modernização conservadora da agricultura já vinham sendo registradas, em função dos elevados contingentes das famílias rurais migrando do campo para a cidade. Consequências, principalmente, de uma mais intensa mecanização da agricultura (Ibid., p. 136).

A Revolução Verde processou-se no Brasil capitaneada pelas grandes multinacionais e sustentada pelo regime militar, por meio da propagação da ideia de que as técnicas produtivas dos povos tradicionais, construídas no decorrer de milhares de anos, eram primitivas, rudimentares e insuficientes para atender à crescente demanda de alimentos no mundo (ELICHER, 2008 apud CAMPOS, 2014, p. 389).

Esta questão é recorrente ainda hoje. Não é objeto desta pesquisa aprofundar nas reais possibilidades da agroecologia para alimentar a população mundial. No entanto, gostaríamos de pontuar que de acordo com diversos pesquisadores, como Emile Frison⁵¹, é possível sim o

51 Expert em conservação e agrobiodiversidade, tem trabalhado a maior parte de sua profissão como pesquisador internacional focado em temas de agricultura para o desenvolvimento. Confronte no site, disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Emile_Frison. Acesso em: 03 fev. 2019.

que tem sido argumentado, uma vez que existem numerosos estudos que o demonstram. Frison fez estas declarações no II Simpósio Internacional de Agroecologia⁵² organizado pela FAO em Roma, em abril de 2018. Esta visão é compartilhada e reforçada pelo professor de agroecologia da universidade de Berkeley Miguel Altieri (1950-), que entre outros acadêmicos defendem as possibilidades reais da agroecologia para alimentar o mundo de maneira soberana, sustentável e resiliente.

A partir da década de 1960, houve uma transformação profunda do espaço agrário brasileiro, com o abandono das formas tradicionais de produção e a migração de grande contingente de trabalhadores e pequenos produtores do campo para a cidade, dando espaço aos grandes latifúndios de monocultura. Os pequenos produtores que permaneceram no campo foram obrigados a se render às grandes empresas produtoras dos insumos agrícolas, que passaram a fornecer-lhes o pacote fechado necessário à nova técnica de cultivo (sementes híbridas, agrotóxicos e adubos químicos) (CAMPOS, 2014, p. 389).

O modelo de produção mecânico-químico, com o seu elevado custo social, humano e ambiental, desvelou a sua face mais perversa. O “moderno” revelou o seu caráter mais primitivo e autofágico, extremamente predatório e mantenedor de um sistema de injustiças latentes, no qual alguns lucram de forma vertiginosa à custa da fome de muitos (CAMPOS, 2014, p. 291). Ou seja, o seu lado moderno- colonial.

Vale a pena lembrar que, embora a produção mundial de alimentos tenha crescido consideravelmente, esse fato não garantiu o desaparecimento da fome e da desnutrição. Essa observação concorre para o entendimento de que tais mazelas são decorrentes não da falta de alimentos, mas dos problemas atinentes ao acesso (CAPORAL, 2002).

A implantação da Revolução Verde teve um alcance global. Percebemos, assim, a potência do que Deleuze e Guattari denominam processo maquínico de englobamento ecumênico, sendo que uma das premissas, por ser um processo, é contínua e se reproduz. Desta forma, a Revolução Verde, implementada na década de 50, adquire uma nova dimensão nos anos 90: a revolução genética, unindo a biotecnologia e a engenharia genética, e promovendo

52 Cf. no site, disponível em: <http://www.fao.org/about/meetings/second-international-agroecology-symposium/es/>. Acesso abril 2018.

significativas transformações na agricultura mundial. Tudo isto reforçando a crença e valorizando a técnica, como é tornado público pelo “Agro é Tech!”.

A primeira e a segunda Revolução Verde trazem consigo a justificativa do confronto da fome, de como solucionar o problema alimentar no mundo. Neste novo contexto, renasce a crença de que é preciso viabilizar a segunda Revolução Verde para solucionar a fome que se configura no momento e no futuro. Esse enfoque é largamente utilizado em defesa e justificativa da biotecnologia e da engenharia genética (FONTES, 1998; PINAZZA e ALIMANDRO, 1998 apud CAMPOS, 2014, p. 211).

A biotecnologia e engenharia genética, como novas tecnologias para a cadeia produtiva, em particular para as companhias oligopólicas desse mercado, são propagadas sob o argumento de não agredirem o ambiente e contribuírem para a saúde, inclusive por contribuírem para o fim do uso de pesticidas e da fome no mundo (CAMPOS, 2014, p. 211).

Grande parte destas discussões ficam, inicialmente, na esfera de especialistas técnicos, tecnocratas do governo:

Assim, os fundamentos da Política Agrária do governo brasileiro, ao longo dos últimos anos, estão diretamente associados aos pressupostos dos grandes conglomerados transnacionais agro-químico-alimentar-financeiros, ao mercado externo ou das exportações, em detrimento de alternativas factíveis para fortalecerem o mercado interno, a fixação dos trabalhadores e suas famílias na terra, assim como a priorização da produção familiar camponesa, e uma política efetiva de reforma agrária (THOMAZ JÚNIOR, 2010, p. 2 apud CAMPOS, 2014, p. 434).

Desta forma, os alimentos geneticamente modificados, bem como a biotecnologia, estão ao mesmo tempo sustentados pela disputa entre as corporações do mercado internacional e pelos produtos oriundos destas tecnologias, procurando o controle específico das cadeias agroalimentares do cenário mundial.

A população em geral percebe só certo tempo depois como estas tecnologias afetam o meio ambiente (condições do solo, flora, fauna, ar, biodiversidade e outros), e põem em risco a saúde humana e todos os recursos necessários para o seu funcionamento. As revoluções verde e genética, através da inserção dos insumos químicos e sementes híbridas, representam inaceitável usurpação da cultura e saberes populares e tradicionais.

Fundamentalmente, é preciso considerar que a modernização da agricultura brasileira piorou drasticamente as condições da população rural, mostrando a falácia das teorias econômicas e sociológicas que propunham a modernização como forma de elevar a renda agrícola e, por consequência, elevar os padrões de vida (ELICHER, 2008 apud CAMPOS, 2014, p. 392).

Estas questões nos interpelam sobre as reflexões de Ellul com relação ao utilitarismo científico. Como aponta o filósofo, historicamente a técnica antecedeu a ciência, mas é só após a invenção da ciência que a técnica recebeu o seu impulso histórico. De igual forma, toda pesquisa científica precisa da técnica para avançar, assim como de grandes investimentos, na maioria de vezes do Estado, seja diretamente ou através de parcerias público-privadas, o que permite que o intervalo de aplicação de novas técnicas seja cada vez menor (ELLUL, 1968, p. 6-17).

Lembremos que para o teólogo, o Estado tornou-se um organismo técnico, cujas técnicas devem ser adotadas, não interessando se é governo socialista: ainda assim ele deve adotar os princípios técnicos do capitalismo (ELLUL, 1968, p. 203-251, 283). No entanto não queremos perder de vista a compreensão mais complexa da forma-Estado, trazida por Deleuze e Guattari, que considera a sua própria materialidade (seus aparelhos), e a sua própria idealidade (sua ideia ou auto-movimento de seu conceito) dentro da axiomática geopolítica e geoeconômica da acumulação do capital (SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 32-3).

Desta forma, quando Truman sinaliza no seu discurso

O que temos em **mente** é um programa de *desenvolvimento* baseado nos conceitos de trato justo e democrático (...) produzir mais é a chave para a paz e a prosperidade. A chave para produzir mais é uma aplicação maior e mais vigorosa do conhecimento técnico e científico moderno (Truman apud ACOSTA, 2015, p. 44)

Vemos o caminho do desenvolvimento traçado, como pontuado por Porto-Gonçalves (2006), a partir da descoberta da América. Deste então tem se imposto um tempo hegemônico para as civilizações e um conceito de desenvolvimento único. Neste sentido, o sistema-mundo moderno-colonial que coloniza o sistema alimentar segue esse “único” caminho. A pergunta agora é se nesta estrada o fantasma coletivo do desenvolvimento tem se esquecido da fome em favor do produzir por produzir, pois lembremos que a justificativa da Revolução Verde era justamente acabar com a fome.

Deleuze e Guattari (2011) apontam como os fluxos descodificados, que passam pela conjunção da máquina social, assentam todos os fluxos descodificados sobre a produção, num “produzir por produzir” que reencontra as conexões primitivas do trabalho, mas com a condição de conectá-las ao capital como ao novo corpo pleno desterritorializado.

Para os autores, o capitalismo só começa, a máquina capitalista só está montada, quando o capital se apropria diretamente da produção e quando o capital financeiro e o capital mercantil nada mais são do que funções específicas, correspondentes a uma divisão do trabalho no modo capitalista da produção em geral. Aparece então a produção de produções, a produção de registros, a produção de consumos. Mas, precisamente, reencontramos isso tudo na conjunção de fluxos descodificados que faz o capital o novo corpo pleno social (DELEUZE e GUATTARI, 2014, p. 299 - 301).

2.3.1 Produção e desenvolvimento: divisão do trabalho no sistema-mundo moderno colonial

Pensar no corpo pleno social com os pés fincados no Brasil, refletindo sobre o fantasma do desenvolvimento e a realidade de um sistema alimentar moderno colonial, nos remete a citar o caso da monocultura da soja para exemplificar e vislumbrar a conjunção de fluxos descodificados que faz o capital em nome do desenvolvimento.

De acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio ⁵³, em termos de produtos exportados o Brasil teve, em 2016, ocupando o primeiro lugar, a “soja mesmo triturada”, respondendo por 10,44% das exportações. No ano 2017, ocupa o terceiro lugar depois de minérios de ferro e seus derivados e óleos brutos do petróleo.

A soja é a commodity⁵⁴ que vem crescendo globalmente em ritmo mais acelerado nas últimas décadas, estimulada pelo forte aumento do consumo de carnes, principalmente nos chamados países emergentes. Estima-se que 90% da soja produzida no mundo tenha como destino a fabricação de farelo, utilizado em rações animais como fonte de proteínas.

53 Cf. site, disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano?layout=edit&id=3056>. Acesso em: 18 abr. 2018.

54 Mercadoria destituída do seu valor de uso, pensada, segundo Marx, enquanto propriedades físicas e intrínsecas ao objeto.

O cultivo da soja é concentrado em um pequeno número de países. Estados Unidos, Brasil e Argentina respondem por 80% da produção e 85% das exportações mundiais, segundo dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). A China é o maior importador. Suas compras representam 63% de todo o comércio mundial. A União Europeia vem em segundo lugar, com 12%. O Brasil alterna com os Estados Unidos, nos últimos anos, a posição de maior exportador de soja em grãos.

A comercialização também é fortemente concentrada em pequeno número de empresas. No caso de Mato Grosso, as exportações de apenas cinco delas responderam por 51,7% do valor total das exportações do setor agropecuário do estado em 2013: as multinacionais Bunge, ADM, Cargill e Dreyfus e a brasileira Amaggi⁵⁵.

Ao fazer um recorte mais fino sobre as empresas produtoras, focaremos na empresa brasileira Amaggi, criada em São Miguel do Iguazu (PR) em 1977. Inicialmente, a empresa limitava-se à produção de sementes e à comercialização de safras. As atividades logo foram expandidas e deram início a um contínuo e consistente processo de evolução, que passou pela aquisição de terras no estado de Mato Grosso e permitiu o incremento da produção de soja logo no início da década de 80, tendo tido um crescimento expressivo.

Atualmente a empresa tem 300.000 hectares no Mato Grosso e é uma das maiores companhias da América Latina no ramo do agronegócio, sendo formada por quatro grandes áreas de negócio: Commodities, Agro, Navegação e Energia. A empresa foi fundada por André Antônio Maggi, sua esposa Lúcia Maggi, e o filho Blairo Maggi.⁵⁶

Encontramos assim que o ex Ministro de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, é também o fundador de uma das principais empresas de agronegócio do país. Antes de ser ministro, Maggi foi governador do estado do Mato Grosso e senador da República pelo mesmo Estado, de 2003 a 2010.

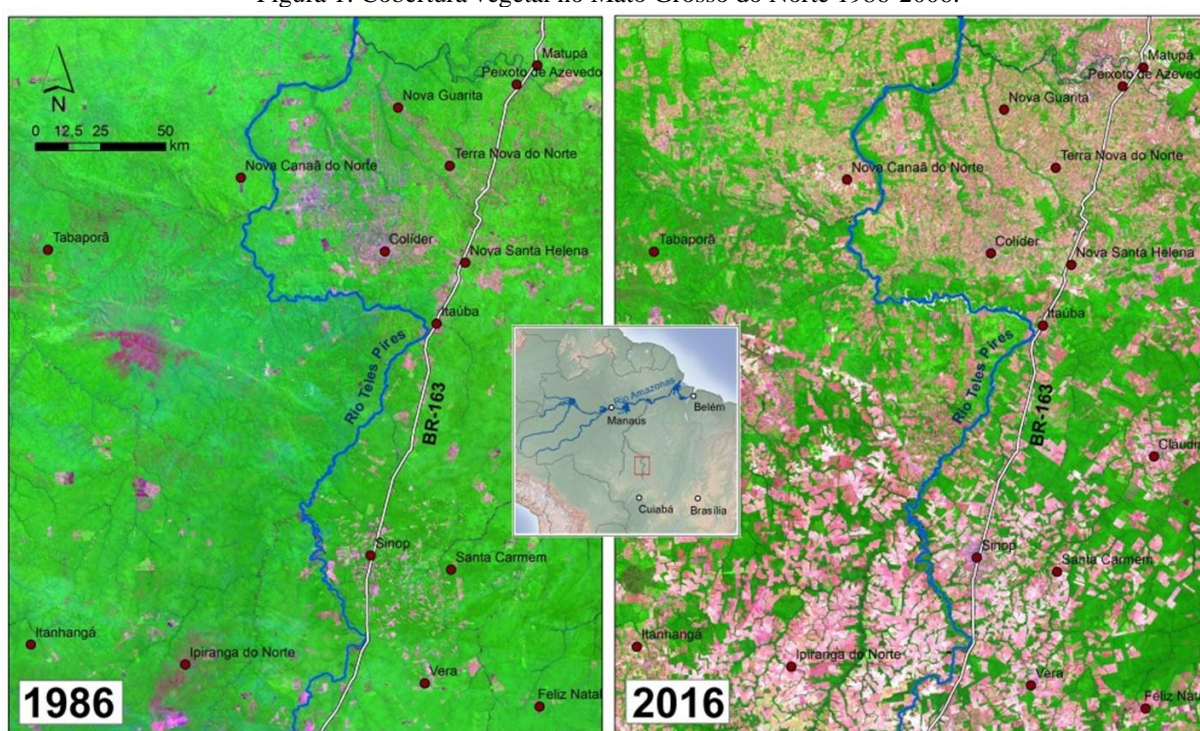
55 Cf. site, disponível em: <http://www.navegadormt.com/noticia.php?codigo=27673&categoria=Agronegocio> . Acesso em: 18 abr. 2018.

56 Cf. site, disponível em: <http://amaggi.com.br/sobre/historia/>. Acesso em: 24 abr. 2018

Quando era governador do estado, Blairo Maggi ressaltava que "se não fosse a soja, Mato Grosso ainda estaria em uma situação de atraso"⁵⁷. Atraso no sentido do tempo hegemônico de aquilo que não segue o caminho do desenvolvimento único. Ou como menciona Boaventura de Sousa, ao falar na sociologia da ausência, tem a ver com a monocultura do tempo linear, que leva a considerar como improdutivo ou estéril o que não segue os critérios de produtividade capitalista.

Visualmente, este tipo de desenvolvimento pode ser apreciado na diminuição da cobertura vegetal em apenas 30 anos no Mato Grosso do Norte (Figura 1).

Figura 1: Cobertura vegetal no Mato Grosso do Norte 1986-2006.



Fonte: The Intercept.com⁵⁸

O estado de Mato Grosso é o maior produtor de soja do país, com uma área de 8,4 milhões de hectares na safra 2013/2014, representando mais de 28% da área ocupada pela soja no Brasil, e um acréscimo de 7% em relação ao ano anterior. O Mato Grosso do Sul é o quinto maior produtor, e a área da safra de 2013/2014 foi de 2,1 milhões de hectares, 5,1% superior à safra de 2012/2013 (Conab, 2014).

57 Cf. site, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/45223-contradicoes-marcam-o-progresso-de-mato-grosso.shtml>. Acesso em: jan. 2017.

58 Disponível em: <https://theintercept.com/2017/02/14/soja-destroi-a-amazonia-e-chantageia-o-pais/>. Acesso em: 08 fev.2019.

A produção brasileira de soja na safra 2016/2017 foi recorde, 232 milhões de toneladas, sendo que o maior produtor é ainda o estado de Mato Grosso com 58 milhões de toneladas; em segundo, o Paraná com 41,5 milhões; em terceiro, o Rio Grande do Sul, com 35,3 milhões; finalmente, em quarto lugar, Goiás, com 22 milhões de toneladas.⁵⁹

Nessa perspectiva, o vídeo da campanha sobre a soja, é apresentado da seguinte maneira:

Soja é agro. A soja coleciona recordes. O Brasil é hoje o maior exportador mundial, em 2016 as vendas geraram 25 bilhões de dólares. Soja é mais do que ração animal, ela é também ingrediente garantido na mesa dos brasileiros. Tá no óleo de cozinha, o shoyu, o leite de soja, a margarina, a salsicha, biodiesel, cosméticos e até a tinta e vernizes têm soja na composição.

Do campo à indústria, a soja emprega mais de um milhão de pessoas, nas fazendas em 2016 foram 117 bilhões de faturamento. Soja é campeã, soja é agro, Agro é tech. Agro é pop. Agro é tudo. Tá na Globo.

Observemos que, como foi mencionado anteriormente, a comercialização da soja é fortemente concentrada, e que no caso de Mato Grosso 51,7% das exportações é realizada por apenas cinco empresas, dentre as quais a Amaggi.

No livro “Propaganda” (1928) – considerado a bíblia da manipulação – o agrônomo, periodista, publicitário e inventor da teoria das relações públicas Edward Bernays (1891-1995), baseando-se nas pesquisas do seu tio Sigmund Freud, sinalizava as possibilidades de modelizar a mente das massas, sendo a propaganda – publicidade, quando se fala em fins comerciais – o braço executor de um certo governo invisível (BERNAYS, 2010, p. 28). Ao centrarmos na soja produzida e comercializada pela Amaggi, a publicidade e a propaganda se encontram imbricadas completamente, considerando que um dos fundadores da empresa é o ex ministro de Agricultura Pecuária e Abastecimento.

De acordo com Bernays, o objetivo do seu livro era descrever a estrutura do mecanismo que controla a mente pública e como é possível conseguir a aceitação do público para determinada ideia ou artigo de consumo. A simplificação e a organização do caos permitem que aceitemos que um “governo” invisível filtre os dados e ressalte os assuntos mais destacados, de modo que nosso campo de eleição permaneça reduzido a umas proporções práticas. Desta forma,

⁵⁹ <http://www.agricultura.gov.br/noticias/tecnologia-no-cultivo-de-soja-estimulou-mecanizacao-de-outras-culturas> acesso 18 de abril de 2018

destaca o autor, aceitamos dos nossos guias um código estandardizado de conduta social, ao qual nos ajustamos a maioria das vezes (BERNAYS, 2010, p. 26).

O publicitário sinaliza ainda que para evitar confusão, a sociedade reduz as possibilidades de eleição, ideias e objetos que se apresentam ao público, sendo o objetivo em todo momento capturar nossas mentes em benefício de alguma política, artigo ou ideia (BERNAYS, 2010, p. 26). Um ponto chave a se considerar é como Bernays realiza uma apologia ao “simplificador” da realidade moderna: para ele, o propagandista/publicitário é um simplificador, que pretende explicar às pessoas de modo simples o que é e o que não é. Para isso, é necessário rastrear verdades íntimas e essenciais que comovam.

Visto isto, encontramos a importância do reducionismo e da simplificação na transmissão das mensagens publicitárias, sem esquecer a necessidade da organização do caos. Todas estas questões vão na contramão da complexidade. Na obra “O Método”, trabalho desenvolvido ao longo de 30 anos por Edgard Morin, a complexidade é entendida como um tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico (2007, p. 13). Também está ligada à ordem e à desordem, mas não se reduz à incerteza. No entanto, é a incerteza no seio de sistemas ricamente organizados. Sua perspectiva é transdisciplinar, ou seja, indisciplinar (Ibidem, p. 51).

Ao contrapor a visão simplificadora como requisito de uma mensagem publicitária, apresentada por Bernays, com a campanha Agro é pop, encontramos como são apresentadas cadeias produtivas que deixam sem suspeita a riqueza gerada pelo agronegócio, que faz parte integral do lema da campanha, “Agro indústria riqueza do Brasil”. Ao ser interrogado sobre críticas à campanha, Roberto Schmidt (2017) menciona como “uma fatiazinha dos *black blocs* da comunicação” não concorda com as maravilhas apresentadas nos filmes produzidos pela Globo.

Sob esta perspectiva, questões-chave como o fato de que a área ocupada com soja no Brasil seja de 33,2 milhões de hectares, equivalente a uma área territorial 3,6 vezes maior do que Portugal, 4,2 vezes maior do que a Escócia e 10,9 vezes maior do que a Bélgica (BOMBARDI, 2017, p. 26), são desconsideradas. Além disso observamos que, sob o paradigma simplificador, não é possível observar, no mesmo quadro, como o fato de que as áreas de cultivo de arroz, feijão, trigo e mandioca somadas correspondem à metade da área

ocupada com a soja – próximo a 8,5 milhões de hectares – e que isto pode ser causa da necessidade de importação destes alimentos básicos, sendo que no ano 2015 o Brasil importou 850 mil toneladas de arroz, 150 mil de feijão e 6 milhões de toneladas de trigo (Ibidem, p. 28).

Parece que nos encontrarmos frente a uma realidade onde a correlação de áreas de cultivo para alimentos e para as commodities passa despercebida para a opinião pública. Atentemos que a campanha Agro é Pop também tem produzido filmes para o arroz, feijão e trigo, só que não estão sendo considerados dentro de uma visão complexa e sim simplificadora, cada um separadamente, cada um na sua cadeia de produção, ou seja, cada um separadamente é tudo: Agro é tudo!. Desta forma poderiam ser explicados os reveladores dados da “Pesquisa inédita: cidade tem orgulho do Agro”⁶⁰ no qual 96% dos 1022 entrevistados sente “orgulho” ao ser questionado sobre o seu sentimento, no caso de o Brasil assumir internacionalmente sua vocação de país do agronegócio.

Questões inquietantes como as sinalizadas pela pesquisadora brasileira Larissa Bombardi no “Atlas do Agrotóxico”, como os dados do SINDIVEG (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Vegetal) em 2015, apontam que a soja ocupou o primeiro lugar como destino do total das vendas de agrotóxicos no país (52%), graças à grande expansão dos cultivos transgênicos, sendo que 96,5% da produção de soja é transgênica – correspondendo a uma área de 32,7 milhões de hectares transgênicos – e fica fora do radar da opinião pública (2017, p. 33-34).

Começamos esta seção falando sobre a monocultura da mente, termo cunhado por Vandana Shiva, trouxemos autores como Porto-Gonçalves e Boaventura de Sousa, que concordam com aspectos da monocultura da mente e do tempo hegemônico, da mesma forma que enunciam a ciência e a tecnologia como ocidentais e como o único caminho para o desenvolvimento. Ao trazer a ciência e a tecnologia, dialogamos com Jaques Ellul e Vieira Pinto, encontrando explicações de como no sistema alimentar hegemônico a monocultura, os agrotóxicos e transgênicos, são apresentados como o único caminho possível, sendo a trilha definida pelo fantasma do desenvolvimento, aquele que permite permear da mente pública a mente do

⁶⁰ Cf. site, disponível em: <http://plantproject.com.br/novo/2017/11/pesquisa-inedita-percepcao-do-campo-na-cidade-tem-orgulho-do-agro/>. Acesso em: mai. 2018.

consumidor, para o qual temos nos apoiado nos autores Deleuze e Guattari, Eduardo Acosta e Edward Bernays.

Na seguinte seção aprofundaremos a relação entre desenvolvimento, modelos de desenvolvimento, e a comunicação dos ditos modelos de desenvolvimento.

2.4 Modelos de desenvolvimento e modelos de comunicação para o desenvolvimento

De acordo com o economista espanhol Alfonso Dubois (1943-), no seu artigo “Um conceito de desenvolvimento para o século XXI” (2015), o desenvolvimento é um conceito histórico, o que quer dizer que não tem definição única e fechada, senão que este tem evoluído de acordo com o pensamento e valores da sociedade. Desta forma, o desenvolvimento, como é entendido atualmente, é muito diferente de como tem sido exposto há quarenta anos.

Dubois sinaliza ainda que cada sociedade e cada época tem sua própria formulação do que é desenvolvimento, dando resposta às convicções, expectativas e possibilidades que predominam nelas. Seguindo com esta reflexão, o pesquisador pontua que o desenvolvimento deve ser entendido como uma categoria de futuro. Ao ocultar esta dimensão, se dá a entender que o desenvolvimento vem determinado por leis externas; posição que pode ser defendida por aqueles que acabam favorecidos pelo atual estado das coisas e não têm interesse na mudança do status quo.

Desta forma, o autor ressalta que a determinação do futuro não pode ser exclusiva de poucos, porque pensar no desenvolvimento é pensar no futuro que deseja ser construído, sendo que este conceito se relaciona com a ideia de futuro que cada sociedade se propõe como meta para o coletivo humano (DUBOIS, 2015, p. 4).

Sob estas considerações, a definição de desenvolvimento tem sido objeto de contínuo debate, com aproximações diferentes, e em muitos casos divergentes. Por este motivo, no estudo do desenvolvimento, é importante seguir os vestígios da sua construção conceitual, realizar uma genealogia do termo, para então analisar as formas nas quais as diferentes etapas do sistema-mundo capitalista têm ido cristalizando as sucessivas capas, nas quais é possível encontrar o dito sistema (DUBOIS, 2007, p.74 apud MARÍ, 2011, p.161)

O contexto em que surge o conceito de desenvolvimento tem marcado decisivamente os seus conteúdos até nossos dias, e dá por sentado a experiência dos países desenvolvidos como ponto de referência para os outros, novos países independentes, antigas colônias com fracas estruturas económicas, quando seria necessário que estes países encontrassem a senda do desenvolvimento, que se converteu no pilar da reconstrução da ordem internacional. No entanto, tiveram mais importância as considerações estratégicas e os interesses das potências do que os interesses dos países que precisavam desse desenvolvimento (DUBOIS, 2015, p. 5).

Esta ideia de desenvolvimento se focaliza na situação vivenciada pelos países desenvolvidos nos anos cinquenta e sessenta, décadas de grande prosperidade econômica, sendo mesmo conhecida como “idade de ouro”. O crescimento da renda per capita e da produção fez com que as sociedades dos países industrializados entrassem na era do consumo de massas (DUBOIS, 2015, p. 5).

Encontramos, nesta nova, era o papel ativo e performativo dos imaginários construídos em torno do desenvolvimento. Notemos que foi durante estas décadas que o economista, ensaísta e analista de varejo americano Victor Lebow pronunciou a sua celebre frase:

A nossa enorme economia produtiva exige que façamos do consumo a nossa forma de vida, que tornemos a compra e o uso de bens em rituais, que procuremos nossa satisfação espiritual e a satisfação do nosso ego no consumo. Precisamos que as coisas sejam consumidas, destruídas, substituídas e descartadas a um ritmo cada vez maior (apud LEONARD, 2010, p. 160).

O consumo exige produzir por produzir, mercadorias muitas vezes supérfluas. O importante é gerar lucro (valorizar o capital) sem se atentar aos resíduos, tampouco preocupar-se com a degradação da natureza e dos ambientes de nossa existência. Daí o porquê de as mercadorias deverem ser consumidas, destruídas, substituídas e descartadas. Esta era a referência a imitar, o desenvolvimento, identificado com o modo de vida ocidental. O desenvolvimento na mente pública instava os países a alcançarem o nível de vida dos países desenvolvidos. Na mente do consumidor, a captura do desejo se fazia apelando ao bem-estar da vida e à cultura ocidental.

Notemos que este conceito de desenvolvimento transformou todos os setores, incluindo o sistema alimentar, onde o consumo de massas passa pela compressão do alimento como qualquer outro produto para ser vendido a grupos-alvo específicos, conforme dito em outro lugar (CHIFFOLEAU, 2015, p. 124). O desenvolvimento do consumo em massa teve na

industrialização – ou seja, na mudança do alimento para nutriente e nas commodities altamente subsidiadas – os maiores aliados para oferecer produtos altamente processados, com grande agregação de valor e conveniência, que inundam hoje as prateleiras das redes varejistas.

Desde a percepção do desenvolvimento ocidental – monocultural – grande parte da cooperação ao desenvolvimento se limitou a cumprir tarefas assistenciais, estratégias que mostraram suas carências nos dois grandes temas que não eram capazes de resolver: a pobreza e a desigualdade, fatores que sustentam a fome no mundo.

Observemos que é nesse período que acontece um lobby agressivo por parte das empresas de agroquímicos para disseminar a “Revolução Verde”, ressaltando as qualidades que esta teria para acabar com o flagelo da fome e da desnutrição no mundo. Pensando ainda no sistema alimentar e no fato de produzir por produzir, é importante ressaltar a criação de subsídios para a produção agrícola nos EUA. Esta política impedia os agricultores de obterem sinais de quando parar a sua produção, pois só ganhariam mais caso produzissem mais (ROBERTS, 2009, p. 117-118). Começou a partir daí um período de sobreprodução, expansão e intensificação, que continua até os dias de hoje.

No seu livro “Dieta para um pequeno planeta”, publicado em 1971, Francis Moore Lappé sinalizava o fato dos grandes *traders* dos EUA terem um grande poder de influência no governo ganhando, entre outros benefícios, acesso ao apoio fiscal. O fortalecimento nos mercados internacionais de muitas empresas americanas se deu, em grande medida, ao financiamento do USDA através do Serviço de Agricultura Estrangeira, permitindo expandir os mercados e levar o sistema alimentar americano a outros países. Vale a pena lembrar que a necessidade de outros mercados era uma necessidade do governo também, pelo fato de que as políticas dirigidas à agricultura tinham provocado sobreprodução, necessitando de mercados para escoar estes produtos (LAPPÉ, 1991, p. 47).

Lappé expõe claramente como foram criados mercados para escoar essa sobreprodução. Um dos mercados citados pela autora foi a produção de gado confinado. De acordo com Lappé, já em 1985 o gado consome a metade dos grãos produzidos no mundo. A exportação da sobreprodução foi uma estratégia visada pelo governo, e acabava sendo também desejável

exportar os hábitos de consumo americanos, notavelmente um maior consumo de carne (LAPPÉ, 1991, p. 89).

Assim, desde o início dos anos 1950 a ajuda oficial tinha como objetivo desenvolver mercados comerciais. Os oficiais americanos tinham compreendido que esta poderia ser um bilhete de entrada para mudar paladares de nações necessitadas. Podemos considerar que os resultados demonstram o sucesso da ação. Depois da ajuda, os países se tornaram dependentes do sistema americano, sendo que ainda continuam importando certas commodities, devido ao fato de que a ajuda, muitas vezes, desarticulou as já frágeis agriculturas dos países em desenvolvimento.

Parte dos programas desenvolvidos pela cooperação americana consistia em empréstimos feitos em moeda local. Estes foram usados para pagar a ajuda alimentar fornecida aos países a uma baixa taxa de interesse, os quais deviam pagar as corporações americanas. Desta forma, mais de 400 corporações foram beneficiadas. Algumas empresas, como a Cargill e a Purina, puderam instalar suas operações de fornecimento de grãos para criação de gado e frangos em outros países, visando instaurar ao mesmo tempo o regime de consumo de carne dos consumidores americanos (LAPPÉ, 1991, p. 92).

Em benefício das empresas também, o *Foreign Agricultural Service* (FAS), do departamento de agricultura, oferecia para as indústrias serviços que incluíam inteligência de mercados, serviços de comércio e promoção de produtos. Estes serviços incluíam aulas, para ensinar nas escolas como cozinhar com trigo nos países onde este não é um alimento tradicional. Foram assim moldados paladares, fazendo com que outros consumidores dependessem de produtos que antes não tinham utilizado (LAPPÉ, 1991, p. 93).

Sob esta realidade podemos perceber as leis do mercado influenciado geopoliticamente, de acordo com o ponto de vista de Mészáros sinalizado no primeiro capítulo, com relação à ordem sociometabólica do próprio sistema de capital. O Estado é parte integrante desse sistema o qual o torna responsável pela promoção e pelo cumprimento dos imperativos objetivos do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2013, p. 59).

Os Estados subdesenvolvidos não podem recusar os meios mais eficazes, pouco importando as discussões no parlamento, as reticências dos teóricos ou os protestos dos humanitários. O

Estado técnico como organismo técnico deve adoptar os princípios técnicos do capitalismo (ELLUL, 1968, p. 203-251, 283). No caso, a lei do mais forte, a lei do mercado. Na realidade, poderíamos perceber que de certo modo a “lei do mercado” e as políticas públicas americanas têm muito a ver com o interesse desse país pelo “desenvolvimento” das outras nações.

2.4.1 Revisão da abordagem do desenvolvimento

Na década de 70 foi produzida uma revisão crítica dos planeamentos ortodoxos e se abriu um espaço de abordagem entre diferentes enfoques. Os resultados de desenvolvimento esperados anunciados pelas propostas oficiais não se produziam. Ao contrário, a pobreza aumentava em muitos países, o que questionava os argumentos dos organismos internacionais baseados exclusivamente no crescimento econômico.

A partir dos países com problemas para melhorar, se expôs a reivindicação de uma nova ordem econômica internacional que os possibilitaria acessar os mercados internacionais e conseguiriam abrir um debate Norte-Sul para estudar conjuntamente as grandes questões do desenvolvimento.

Desta forma, as instituições internacionais promoveram estratégias onde a preocupação pela redistribuição surgia como um aspecto olvidado do crescimento, mas que era necessário vislumbrar como objetivo para conseguir um verdadeiro desenvolvimento social. No entanto, se estas preocupações marcaram só os anos 70, na década seguinte se produziu uma mudança de enfoque, retornando aos objetivos econômicos de crescimento e ao equilíbrio macroeconômico como a prioridade da estratégia do desenvolvimento, sob o denominado “Consenso de Washington”⁶¹, o pensamento comum das organizações internacionais, especialmente do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) que enfatizavam a dimensão econômica do desenvolvimento (DUBOIS, 2015, p. 6).

Lembremos que para Deleuze e Guattari organizações como o BM e o FMI são organizações de “englobamento ecumênico”, que se definem pelo englobamento de formações

⁶¹ O Consenso de Washington é o decálogo de políticas e estratégias defendidas a partir dos anos setenta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM), e aplicadas aos países em desenvolvimento e emergentes. Foi formulado pelo economista John Williamson. Confronte o site, disponível em: <http://www.lne.es/economia/2011/05/22/decalogo-consenso-washington-fmi-bm/1078297.html>. Acesso em: 3 fev. 2019.

heterogêneas, na quais há também uma coexistência intrínseca de processos maquínicos, o que dialoga com os historiadores da economia-mundo (SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 40).

Recordemos também que para os autores, a máquina capitalista civilizada não precisa mais fazer uma marca física, mas sim subjetiva. Por este motivo, nosso interesse é aprofundar os modelos de comunicação que sustentaram um único modelo de desenvolvimento, que influenciaram na adoção do sistema-mundo moderno colonial no que tange ao sistema alimentar.

No último capítulo do seu livro “Comunicar para transformar, transformar para comunicar: Tecnologias da informação a partir de uma perspectiva de mudança social” (2011), o pesquisador espanhol Víctor Manuel Marí Sáez faz uma leitura de diferentes autores, sintetizando as diferentes etapas e modelos desenvolvimento, bem como quais foram os modelos de comunicação predominantes nesses períodos, e estabelecendo um vínculo entre eles.

Usando Servaes (2003) como referência, Marí (2011, p. 165-173) apresenta uma divisão em três grandes períodos de desenvolvimento:

1. Foco na modernização (de 1945 até 1965)

O paradigma da modernização aponta como a origem da pobreza o isolamento dos países do terceiro mundo com relação aos valores e ao bem-estar social característicos das sociedades avançadas. A base é a transferência de tecnologia e de cultura sociopolítica das sociedades desenvolvidas para as sociedades tradicionais.

O desenvolvimento é considerado como um processo unidirecional e evolutivo, onde o subdesenvolvimento é observável e medível em termos quantitativos, fazendo referência aos desequilíbrios entre as sociedades pobres/tradicionais e as ricas/modernas (MARÍ, 2011, p.165).

Lembremos que Boaventura de Sousa menciona cinco modos de produção de ausência na racionalidade atual, duas das quais se enquadram com este paradigma modernizador: a monocultura do tempo linear e a classificação social, que envolve pobreza e tradição.

Ao relacionar estas reflexões com a comunicação, Marí Sáez ressalta que as tecnologias da informação são um meio para a difusão de inovações. Desta forma, ajudam para que as mensagens desenhadas nos países do Norte sejam disseminadas entre o público, o qual é persuadido a adotar determinadas estratégias de desenvolvimento, especialmente no campo da agricultura e na educação para a saúde (MARÍ, 2011, p. 167).

2. Foco na dependência (de 1965 até início dos 80)

Foram os países do denominado “Terceiro Mundo”, a periferia do sistema-mundo dominante, que identificaram as contradições dos processos de modernização que construíram desenvolvimento no centro, a partir da exportação de subdesenvolvimento na periferia (MARÍ, 2011, p.170).

Como foi mencionado anteriormente, a década dos 70 marca o fracasso das políticas do desenvolvimento impulsionadas até o momento. Por sua vez, a comunicação para o desenvolvimento é confrontada a partir da América Latina. Foram os pesquisadores destes países os primeiros a questionar o modelo de comunicação que qualificaram de não democrático (CHAPARRO, 2002, p. 58 apud MARÍ, 2011, p.172).

Estas pesquisas originaram um processo social e acadêmico de reformulação do paradigma comunicativo, concretizado no que o pesquisador espanhol Francisco Sierra Caballero (1969-) denomina o giro terceiro-mundista da UNESCO⁶².

Conforme Marí Sáez, os novos estados independentes da África e da Ásia, assim como os movimentos populares e socialistas de Cuba, China e Chile e outros países, facilitaram horizontes para a autodeterminação política, econômica e cultural. Estas nações compartilharam a ideia de ser independentes a despeito das grandes potências e se organizaram para formar o grupo dos Países não alinhados (PNA): esta coalizão define o desenvolvimento como luta política (SERVAES, 2002 apud MARÍ, 2011, p. 173).

O grupo propôs a articulação de uma Nova Ordem Econômica Internacional e a Constituição de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC), no qual a reflexão

⁶² Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura

com relação à comunicação faz parte de um projeto mais amplo de transformação social. As reuniões que vão se celebrar situam as estratégias de comunicação ao serviço do desenvolvimento a partir de uma política nacionalista orientada para a emancipação social (SERVÁEZ, 2002 apud MARÍ, 2011, p.173).

A conclusão dos processos de mudança em busca de novos modelos de desenvolvimento, e a superação dos desequilíbrios estruturais Norte-Sul, no que se refere ao plano comunicativo, foi a elaboração do informe McBride (1993).

A título de exemplo, o informe denuncia o caráter progressivamente capitalista da comunicação, assim como a sua progressiva concentração e controle em poucas mãos. O informe destaca ainda:

- A importância de dar passos significativos na democratização da comunicação.
- Uma comunicação menos paternalista do terceiro mundo.
- O estabelecimento de políticas de comunicação que relacionem as estratégias de desenvolvimento com os processos comunicativos.
- As referências ao papel decisivo que jogam os meios comunitários

Existem múltiplas menções no informe, referentes aos modelos alternativos de desenvolvimento e da comunicação democrática, como o destacado neste fragmento:

O desenvolvimento deve proceder do crescimento humano, da confiança do povo nas suas próprias forças e da justiça social. Se se aceitam tais considerações, o processo de desenvolvimento chegará a ser progressivamente endógeno e autodependente, ao supeditar os imperativos do capital e a tecnologia aos interesses do povo, e ao facilitar a maior participação possível dos cidadãos na adoção das decisões. Este modelo de desenvolvimento necessita de uma percepção diferente da função da comunicação. As perguntas devem vir de baixo, o qual sugere a necessidade de interessar-se mais por uns meios de comunicação modestos, controlados no plano local. A comunicação horizontal, que permite o diálogo e a relação direta, terá a prioridade sobre a comunicação vertical e descendente, mantendo, no entanto vínculos estreitos entre uma e outra (MARÍ, 2011, p. 177).

Pensar em um desenvolvimento endógeno e autodependente nos remete ao pensamento complexo, no que Morin sinaliza como a relação complexa de dependência e autonomia. Para o socioantropólogo, a democracia é uma conquista da complexidade social. Morin, em Métodos 6 (2007, p. 149) ressalta que a complexidade democrática, quando bem enraizada na

história de uma sociedade, é um sistema de metástase, que lhe permite sobreviver aos conflitos interiores, às inovações e aos acontecimentos imprevistos.

O autor pontua ainda que o civismo é uma virtude sociopolítica, e que requer solidariedade e responsabilidade e participação na vida da cidade; e que a não participação do cidadão, apesar do caráter democrático das instituições, leva à agonia da democracia (MORIN, 2007, p.149).

Reparemos que nos trabalhos de investigação de Herman McChesney (1999) foi estabelecida uma regra proporcional inversa entre o crescimento dos meios e a democracia. Desta forma, à medida que se incrementa o poder e a concentração dos meios, a vitalidade da democracia e a capacidade de decisão da cidadania diminui (MARÍ, 2011, p. 30).

Assim, ao relacionar democracia e comunicação, a pesquisa de McChesney coincide com o que pontua Morin com relação à perda do saber, que ainda é muito mal compensada pela vulgarização da mídia, trazendo o problema histórico da democracia cognitiva. As reflexões de Morin relacionam, assim, cognição, comunicação e democracia. Nos incita a uma tomada de consciência da urgência em trabalhar por uma democracia cognitiva, que leve a repensar o processo tecnocientífico atual, processo, de resto, cego que escapa à consciência e à vontade dos próprios cientistas, e que conduz a uma forte regressão da democracia (MORIN, 2007, p. 152-153).

O informe McBride foi aprovado na conferência da UNESCO em Belgrado (1980). Como esperado, contou com críticas e elogios. No caso do bloco ocidental, o informe foi interpretado como um ataque contra a liberdade de empresa e o modelo de mercado capitalista. Já o bloco socialista não gostou das críticas aos monopólios informativos e à censura pública utilizada pelos estados (CHAPARRO, 2002, p.65 apud, MARÍ, 2011, p.178)

Quando o informe completou 25 anos, foram editados diversos trabalhos sobre os resultados conquistados, a maioria apontava para o fato de que muitas das suas 82 recomendações nunca foram aplicadas (Ibidem, p. 178). Um dos motivos foi a mudança de enfoque do desenvolvimento que voltava a considerar os objetivos econômicos e de crescimento como a prioridade e o único caminho.

Essa percepção dominante se concretizou nos Programas de Ajuste Estrutural (PAE's) impulsados pelos organismos internacionais, os quais foram se implantando progressivamente, na maioria em países em desenvolvimento. Os PAE's concedem o protagonismo máximo ao setor privado, com a conseguinte redução do papel do Estado e umas políticas macroeconômicas estritas. Citando alguns dos autores que foram trabalhados no capítulo 1 para pensar na redução do papel do Estado, podemos vislumbrar, a partir de Mézáros, como a “lei do mais forte” dita o caminho a seguir nos países em desenvolvimento.

No caso de Morin, poderíamos perceber o servomecanismo que domina inteiramente para execução da ação, complementado pelo que Vieira Pinto declara abertamente sobre como as classes poderosas sempre tiveram o servomecanismos ao seu dispor. Trazemos ainda a definição de Castells do poder como uma relação e não como um atributo, sendo exercido por coerção e/ou construção de significado, com base em discursos, ou seja, na comunicação.

Atentemos ainda que ao entender a sociedade como uma sociedade rede, como trabalhado por Castells, o poder é exercido não pela exclusão das redes e sim pela imposição das regras de inclusão. Essas regras podem ser vistas como os PAE's, as quais uma vez estabelecidas, passaram a ser obrigatórias para todos os nós na rede, já que o respeito a essas regras é o que possibilita a existência da rede como uma estrutura comunicativa (CASTELLS, 2015, p. 89).

Lembremos, conforme exposto no capítulo 1 também, que a condição de negociação da dívida externa era o livre mercado, onde os primeiros alvos foram os setores agrícolas: foi exigido da agricultura dos países endividados uma maior especialização, ou seja, a produção de *commodities* para exportação (ROBERTS, 2008, p. 128-9).

Os custos humanos dos ditos programas de ajuste foram extremadamente graves da perspectiva social, e suas consequências foram rapidamente sentidas e denunciadas pelas organizações que trabalham com os setores menos favorecidos. Os pressupostos do crescimento econômico como único caminho começam a se quebrar, o contexto mundial está afetado por múltiplas crises (econômicas, financeiras, sociais, políticas, morais, ecológicas), como é apresentado por Beck em seu livro “Sociedade de Risco” (1986). Surge assim a terceira classificação realizada por Servaes, o enfoque da multiplicidade.

3. Foco na multiplicidade (dos anos 80 até a atualidade):

O novo conceito de desenvolvimento põe a ênfase na identidade cultural e na multidimensionalidade, que parte da percepção de que a natureza não permite qualquer modalidade de desenvolvimento, e que se faz necessário ter em conta essa referência fundamental no momento de marcar os objetivos e as políticas para alcançá-los.

Embora a primeira chamada de atenção neste sentido tenha sido feita em 1972 pelo clube de Roma, que apresentava o informe “Os limites do crescimento”⁶³, a existência dos limites da natureza só é considerada ao final da década dos oitenta, a partir do relatório “O nosso futuro comum” (1989), que serviu de base para a Conferência de Desenvolvimento e Meio Ambiente, celebrada no Rio de Janeiro em 1992.

Nesta conferência foi definido o Desenvolvimento Sustentável, apresentando que o uso dos recursos naturais permita a todos alcançarem níveis satisfatórios de bem-estar e que o seu uso não afete as gerações futuras. Mesmo que apareça um novo debate sobre as exigências da sustentabilidade, esta definição traz um componente importante que não tinha sido considerado anteriormente (DUBOIS, 2011, p.10).

Neste mesmo período, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), acunha o conceito de desenvolvimento humano, situando o fundamento do desenvolvimento no processo pelo qual se expandem as capacidades das pessoas para que elas possam eleger o seu modo de vida. A visão excessivamente economicista e reducionista do conceito é questionada, o que encontra eco nos trabalhos de 2012 de Amartya Sen (1933-) que entende o desenvolvimento como um processo que deve expandir as liberdades das pessoas (MARÍ, 2011, p. 180).

Outra classificação apresentada por Marí Sáez, que permite complementar e localizar historicamente a divisão de Servaes, é a estabelecida por Sierra Caballero no modelo do sistema mundial de informação, como segue à continuação:

⁶³ Relatório que modelou as consequências do crescimento rápido da população mundial considerando os recursos naturais limitados, comissionado pelo Clube de Roma. Seus autores foram Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows, Jørgen Randers, and William W. Behrens III.

1. Etapa diplomática (1945-1973), está marcada pela concessão dos meios de comunicação como suportes estratégicos da política exterior dos Estados Unidos, e como componentes da doutrina de segurança nacional na defesa dos interesses e do modo de vida americano.
2. A crise do sistema mundial da dependência, também denominada como giro terceiromundista (1973-1980), na qual os países do Sul questionaram a ordem mundial da comunicação e seus desequilíbrios em relação às necessidades de desenvolvimento social dos países menos favorecidos.
3. A reestruturação da hegemonia americana (1980-1991), liderada pelo movimento conservador iniciado na Inglaterra e EUA por Margaret Thatcher e Ronald Reagan, os quais impõem a doutrina do livre fluxo de informação.
4. A era da Nova Ordem Mundial da Globalização Capitalista (de 1991 até os dias atuais), uma nova infraestrutura da informação é impulsada por Al Gore⁶⁴ e assumida pelo G7 – Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido, que juntos representam mais de 64% da riqueza global – como marco doutrinário de construção de uma rede mundial de telecomunicações (2004, p. 94-95, 163 apud MARÍ, 2011, p. 164-165).

Durante a etapa da reestruturação americana, Reagan adota decisões contrárias ao giro tomado pela UNESCO em matéria de comunicação na década dos 70. Em 1983, os EUA anunciam a sua retirada desta instituição, retornando a ser um Estado membro no ano 2003, atitude seguida pelo Reino Unido, que havia retornado a ser um Estado membro no ano 1997 pouco tempo depois. Os motivos para justificar o abandono focaram no suposto ataque do organismo à liberdade de imprensa (MORAGAS, 2005 apud MARÍ, 2011, p. 181).

O processo de reestruturação contínuo tem como novo ponto de inflexão o relevo do diretor geral da UNESCO, o espanhol Federico Mayor Zaragoza, que toma posse deste cargo com o apoio das principais potências ocidentais. Neste período, associa-se a cultura ao princípio liberal capitalista do fluxo de livre informação, permitindo o livre comércio da indústria transnacional da cultura. Uma das consequências diretas foi a marginalização do NOMIC em todos os programas da UNESCO. Foi o eclipse definitivo do movimento por uma nova ordem

⁶⁴ Albert Arnold Al Gore, Jr. é um político americano que foi vice-presidente de Bill Clinton, de 1993-2001. Candidato presidencial pelo Partido Democrata, perdeu contra George Bush apesar de ganhar o voto popular. É um reconhecido autor e ativista social, e recebeu o Nobel da Paz pelo seu ativismo sobre a mudança climática.

internacional da comunicação, justo quando os temas que deram origem ao informe McBride precisavam de uma resposta mais urgente do que nunca (SIERRA CABALLERO, 2002, p.161 apud MARÍ, 2011, p. 181-182).

As políticas neoliberais e o receituário do Consenso de Washington – redução do gasto público, liberalização das taxas de interesse, privatização, desregulação etc. – tiveram sua tradução, no campo das telecomunicações, nos processos de privatização, desregulação e concentração da mídia, que se intensificam até nossos dias (Ibidem, p. 181-2).

No Brasil, apenas seis famílias controlam as principais empresas no país, e 90% da receita publicitária pública é privada, repetindo o processo de globalização e concentração das empresas de mídia por meio da formação de conglomerados e redes.

Como pontuado por Guattari e Rolnik no livro “Micropolíticas: Cartografia do desejo” (2013), a cultura de massa é o elemento fundamental da produção de subjetividade capitalística, a qual vai mesmo para uma produção da subjetividade inconsciente.

Por sua parte, no seu livro “A riqueza das Redes: como a produção social transforma os mercados e a liberdade” (2006), o doutor em direito e professor da Universidade de Harvard Yochai Benkler expõe como, durante mais de 150 anos, as novas tecnologias da comunicação têm tendido a concentrar e comercializar a produção e o intercâmbio de informação, ao passo que expandiram o alcance geográfico e social das redes de distribuição de informação. (...) À medida que aumentava a audiência, assim como a sua dispersão geográfica e social, o discurso público desenvolveu um modelo cada vez mais unidirecional. As informações e opiniões mais difundidas que conformavam o fundamento compartilhado da discussão política e das relações sociais amplas fluem, dos produtores comerciais e profissionais cada vez mais dependentes de inversões de capital, até os consumidores passivos e indiferenciados. A estrutura de custos levou a produção cultural à produção com elevados custos fixos a audiências mais amplas para poderem ser repercutidos. Devido a estas características econômicas, o modelo de produção e transmissão de informação de informação e cultural próprio dos meios massivos se converteu na forma preponderante de comunicação pública no século XX (BENKLER, 2015, p. 65-6).

Como pontua Castells, a batalha fundamental pela definição das normas da sociedade e a aplicação dessas normas no cotidiano giram em torno da formação da mente humana, na qual a comunicação é essencial. O sociólogo sinaliza ainda que o processo de comunicação opera segundo a estrutura, a cultura, a organização e a tecnologia de comunicação em uma sociedade determinada (CASTELLS, 2015, p. 21).

Castells também ressalta, como o faz Benkler, a conexão das redes de mídia com o capital, assinalando que estas não existem em um vácuo. Seu sucesso depende de sua capacidade de promover conexões vantajosas com outras redes essenciais no mundo das finanças, da tecnologia, das indústrias culturais, das indústrias de publicidade, de fornecedores de conteúdo, de agências regulatórias e dos círculos políticos de modo geral. A conexão com redes financeiras é um componente essencial das redes comerciais de mídia (CASTELLS, 2015, p.146).

Nosso interesse é relacionar as normas que vêm comandadas pelos Estados que têm interpretado e adotado o desenvolvimento centrado no crescimento econômico como via única, utilizando a comunicação para assentar esta mensagem na mente pública; com a influência dessa mensagem na captura do desejo da mente humana – mente de consumidor – por esse desenvolvimento, representado pela cultura de massa. Assim, o desejo de bem-estar só pode ser adquirido no consumo. Com este objetivo, exploraremos nas seções seguintes o denominado enquadramento da mídia, que representa um processo de várias camadas que começa com uma negociação entre atores políticos ou grupos de interesse importantes e a mídia, antes de atingir a mente dos cidadãos (CASTELLS, 2015, p. 215).

Como foi apresentado nesta seção, durante os anos 1950 até o nosso tempo, as propostas de desenvolvimento experimentaram evoluções. As quais foram caracterizadas por um certo ir e vir na ênfase sobre o crescimento econômico como objetivo central, ou em algumas ocasiões pela necessidade de estabelecer metas de distribuição para assegurar as necessidades das pessoas, prevalecendo as propostas focadas no crescimento econômico.

Por outra parte, as estratégias desenhadas para alcançar essas metas tiveram interpretações muito diversas. A consideração daqueles que eram os agentes principais das políticas (o Estado e o setor privado) e o papel do mercado. Desta forma, as diferenças têm sido notáveis no momento de estabelecer os fatores que condicionam a situação dos países no seu caminho

em direção ao desenvolvimento, entre aqueles que destacavam os fatores externos, especialmente as posições de privilégio e dominação dos países ricos como a causa dos obstáculos para o desenvolvimento, e quem sinalizava aos fatores locais, sobretudo as estruturas sociais e políticas ancoradas e ineficazes de cada país (DUBOIS, 2011, p. 7).

A concentração da mídia pode ser vista dentro de todo este processo como um processo maquínico de acumulação de capital, que afeta todos os setores, do qual o sistema alimentar não pode escapar. Ao pensar na realidade brasileira e mundial com relação à monopolização da comunicação, percebemos como os processos maquínicos deixam fora de foco as responsabilidades das políticas agrícolas, comerciais e financeiras globais nas causas estruturais da fome. As causas climáticas e meioambientais têm se convertido em elementos universais para despolitizar a fome, porém grandes nomes de pesquisadores como Josué de Castro, Amartya Sen, Jean Ziegler e Oliver de Schutter, entre outros, têm demonstrado que a fome é o resultado da combinação de fatores climáticos e da aplicação de políticas públicas.

Como referido na p.114, o mercado, o Estado e a ciência articulados têm sido grandes potências universalizantes, os quais tem atingido o espaço mental em que as gentes sonham a partir das mensagens de publicitários, especialistas e educadores. (ACOSTA, 2016, p. 81).

Na continuação, interpelaremos como é despolitizada a fome a partir desse emaranhado de comunicação, tentando interpretar como os processos de enquadramento da mídia e *agendas-settings* filtrados pelas elites políticas podem fornecer molduras para o público, para serem ativadas na mente das pessoas (CASTELLS, 2015, p. 215-216), conseguindo, em última instância, a homogeneização de desejos que ocorre profundamente no subconsciente das sociedades, com o desejo de bem-estar alcançado pelo desenvolvimento.

3 PASSANDO FOME APESAR DO “DESENVOLVIMENTO”

O relatório do Estado da Fome e da Nutrição no mundo 2017⁶⁵, estudo realizado a cada ano pela FAO, apresenta como, depois de 15 anos de diminuição constante, a fome tem aumentado em mais de 38 milhões de pessoas com relação ao ano anterior. Desta forma, 815 milhões de pessoas sofrem com a fome e milhões de crianças estão ameaçadas de malnutrição. No site oficial da FAO, a explicação para o dito aumento é que ele se deve, em grande parte, à proliferação de conflitos violentos e mudanças climáticas. Segundo explica o estudo, 489 milhões famintos do planeta vivem em países afetados por conflitos.

Desta forma, a proliferação de conflitos violentos e mudanças climáticas são as principais causas de acordo com o informe. A responsabilidade das políticas agrícolas, comerciais e financeiras globais não são sinalizadas. Guerras e conflitos, junto com causas climáticas e meioambientais, têm se convertido em elementos universais para despolitizar a fome, que pode fazer pensar na fome como uma fatalidade.

No prólogo do relatório é pontuado que “na última década, o número de conflitos tem aumentado de forma dramática e tornaram-se mais complexos e insolúveis pela natureza”, afirmação feita pelos representantes da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), do Programa Mundial de Alimentos (PMA) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), em prólogo conjunto publicado no relatório.

No entanto, os dirigentes da ONU apontam que é necessário considerar todos fatores que prejudicam a segurança alimentar e a nutrição no mundo para mudar essa situação. Os especialistas indicam que, além da violência que sofrem algumas regiões, as secas ou inundações – ligadas em parte ao fenômeno El Niño – assim como a desaceleração econômica mundial, também colaboraram para o agravamento mundial da segurança alimentar e da nutrição.

Ao ver os dados de famintos distribuídos por regiões, encontramos o seguinte:

⁶⁵ Cf. no site, disponível em: <http://www.fao.org/state-of-food-security-nutrition/es/> Acesso em: 12 mai. 2018.

- Na Ásia: 520 milhões
- Na África: 243 milhões
- Na América Latina e no Caribe: 42 milhões

As antigas colônias do mundo colonial, com a mesma lógica moderno-colonial que vem comandando o processo de globalização, apresentam os quadros mais críticos de fome. Poderíamos vislumbrar o processo maquínico comandado pela geopolítica mundial e seus avassaladores resultados do presente. Notemos que foram estes países os primeiros a receber os “conselhos” dos Planos de Ajuste Estrutural para conseguir o seu caminho para o desenvolvimento. Como citação poética e certa, Eduardo Galeano (1940-2015) escreveu: “o subdesenvolvimento não é a infância do desenvolvimento, não é uma etapa do desenvolvimento. O desenvolvimento de muitos países é a consequência histórica do desenvolvimento de uns poucos” (apud MARÍ, 2011, p. 170).

Observemos que de acordo com o historiador brasileiro Henrique Carneiro (2003, p.61), a população americana alcançava um total de cerca de 100 milhões de habitantes na época da chegada de Colombo, mantidas alimentadas basicamente pelo cultivo do milho, da batata, da batata-doce e da mandioca. A agricultura pré-colombiana extensiva foi desarticulada pelos colonizadores, gerando fome e mortes. Os novos países foram colonizados pela necessidade de terras cultiváveis, uma vez que a especialização, a concentração e o foco no lucro tinham levado a um êxodo rural. Acrescida à estratificação social acelerada na Europa, este processo tinha submetido imensos setores da população camponesa à desnutrição crônica.

Se como apontam os dirigentes da ONU – que é necessário abordar todos os fatores que prejudicam a segurança alimentar por esta organização internacional ecumênica-(utilizando os termos de Guattari) – existe uma visão da fome como problema complexo e de múltiplas dimensões. Pretender resolvê-lo só através de maior quantidade de produção de alimentos, como foi apresentada pela mesma FAO em décadas precedentes, como única solução para garantir a segurança alimentar, tem ocasionado graves consequências, que vão desde a má qualidade dos alimentos até os graves problemas ambientais causados pela agricultura intensiva.

Ao pensar de maneira complexa, encontramos no sistema alimentar hegemônico uma série de tensões bipolares na cadeia de abastecimento internacional, representadas pelos binômios

fome/obesidade, sobreprodução/desperdício, saúde/doença e seguridade/risco. Na visão complexa, quando se chega por vias empírico-rationais a contradições, isso não significa um erro, mas o atingir de uma camada profunda da realidade que, justamente por ser profunda, não encontra tradução na nossa lógica (MORIN, 2011, p.68).

Se focarmos no binômio sobreprodução/desperdício, observamos que a mesma FAO aponta, com preocupação, dados críticos referentes ao desperdício de alimentos:

- 1 bilhão 400 hectares, equivalentes a 28% da superfície agrícola do mundo, são utilizados para produzir alimentos que se desperdiçam.
- As perdas e o desperdício anual no mundo alcançam aproximadamente 30% para os cereais, entre 40 e 50% para o cultivo de raízes, frutas e hortaliças; 20% para cultivos oleaginosos, carne e produtos lácteos; e 35% para o peixe.
- Nos países em desenvolvimento, 40% das perdas acontecem nas etapas de pós-colheita e processamento.
- Com os alimentos que se desperdiçam na América Latina poderiam se alimentar 300 milhões de pessoas. O mesmo acontece na África. Inclusive, se evitássemos um quarto das perdas e desperdício de hoje, seria possível alimentar a 870 milhões de pessoas famintas de todo o mundo.

De fato a FAO, baseada nestas cifras, tem criado uma iniciativa mundial chamada “*Save the Food*”⁶⁶, que tem como objetivo incentivar a redução da perda, a partir do entendimento das causas e apontando algumas questões a serem consideradas para a prevenção. Mesmo que o relatório apresente dados que são a chave do desperdício, as causas e prevenção apontadas não aprofundam em questões geopolíticas, nas quais uma visão complexa poderia contribuir.

3.1 Fome e desperdício no Brasil: visão simple ou complexa?

No dia 13 de novembro do 2017 foi realizado um seminário online promovido pela FAO⁶⁷ no Brasil. Esta instituição apoiou, a partir de setembro de 2016, a criação do Comitê Técnico da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). O objetivo do organismo foi desenvolver uma estratégia comum para enfrentar o problema do desperdício.

⁶⁶ Cf. site, disponível em: <http://www.fao.org/docrep/016/i2697s/i2697s00.htm> Acesso em: 13 mai. 2018.

⁶⁷ Cf. site, disponível em: <https://nacoesunidas.org/fao-30-de-toda-a-comida-produzida-no-mundo-vai-parar-no-lixo/> Acesso em: 13 mai. 2018.

O seminário apontava a importância da luta contra o desperdício ao considerar a meta nº 3 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 12, que prevê a redução pela metade do desperdício per capita mundial até 2030. De acordo com a fala do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) presente no evento, ainda não existe clareza sobre a quantidade do desperdício. O representante do IBGE sinalizou:

vamos reunir os especialistas brasileiros para começar a pensar uma proposta e apoiar o IBGE na quantificação das perdas e desperdício de alimentos no país. Primeiro temos que saber o quanto é perdido e desperdiçado para depois conseguirmos dizer se nós alcançaremos esse objetivo até 2030⁶⁸.

Ao pensar no Brasil, nosso interesse é perceber a partir de uma visão complexa como se entrelaçam políticas, comunicação e as leis do mercado. Procurando vislumbrar especialmente o processo político-comunicativo, que permitiu levar a fome para a agenda política, e como este processo comunicativo tem influenciado na população geral e não somente nos setores ativistas, militantes e de controle social. Visitaremos a evolução do conceito de segurança alimentar estabelecido no Artigo 9º da Lei Orgânica de SAN (LOSAN) 11.346/2006 que é considerado uma conquista de mobilização social.

Segurança Alimentar e Nutricional “Consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam: ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”.

Francisco Sierra (2006, p. 27) sintetiza os enfoques alternativos das práticas comunicativas da América Latina e a ampla e fecunda comunidade, que desde meados do século XX tem pensado a comunicação na sua definição de Comunicação para o Desenvolvimento. Para o autor, esta consiste na

investigação aplicada que tem por objeto o estudo, análise e planejamento das políticas e modelos de comunicação para a mudança social, a partir da integração dos sistemas de informação e comunicação públicos, assim como os recursos tecnológicos e as culturas populares, na ação e a gestão comunitária local, socializando os recursos de expressão e identificação grupais e coletivos das redes sociais. (apud MARÍ, 2011, p. 8)

⁶⁸ Ibidem.

De acordo com Sierra Caballero ainda, se ao pensar e planejar a comunicação do espaço público e solidário, se faz a partir da lógica de gabinete de comunicação ou a partir de uma visão marqueteira da comunicação, nos deparamos com uma visão reducionista da comunicação como transmissão de informações aplicando estratégias que copiam estratégias empresariais e comerciais orientadas a “vender a organização” o serviços que esta presta, descuidando de elementos fundamentais como os da comunicação orientada a dinamizar processos sociais de mudança de largo alcance ou a comunicação enfocada a fomentar a participação social (apud MARÍ, 2011, p. 9).

Se o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional é considerado uma conquista dos movimentos sociais, seria esta conquista compartilhada pelo resto da população que não é militante? No dia 16 de outubro do 2017, data em que se comemora a criação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO), e que tem sido decretada como dia mundial da alimentação, um fato gerava grande mobilização nas redes físicas e virtuais daqueles engajados na realização do Direito Humano à Alimentação Saudável: o lançamento, uma semana antes, de um produto ultraprocessado chamado “farinata”.

O produto foi apresentado como projeto de lei 550/2016, sancionado pelo então prefeito de São Paulo, João Dória Junior. O dito programa estabelecia diretrizes para a Política Municipal de Erradicação da Fome. Segundo o artigo 9º da dita lei, empresas doadoras de insumos poderiam receber da prefeitura isenção de impostos e outros incentivos fiscais. Doria afirmou na ocasião que

o produto passará a ser distribuído a entidades como igrejas e templos ainda no mês de outubro, além da prefeitura. Cerca de 50 toneladas do produto já estão em estoque e devem ser incluídas nas cestas básicas distribuídas pelos Centros de Referência de Assistência (Cras) para famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, segundo o comunicado da prefeitura⁶⁹.

A “farinata” é uma farinha feita com alimentos perto da data de validade vencida, que seriam descartados por produtores ou revendedores. O produto serve de base para o granulado alimentar, na ocasião divulgado diretamente pelo prefeito. O lançamento do produto foi feito com grande alvoroço, e contou com uma enorme divulgação na mídia que apresentava o prefeito orgulhoso com o produto. Esta grande difusão permitiu ao Conselho de Segurança

69 Cf. site, disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/alimento-para-pobres-elogiado-por-doria-nao-e-completo-em-nutrientes/> Acesso em: 09 fev.2018.

Alimentar (CONSEA), Conselho Regional de Nutricionistas (CRN) e outros organismos de controle social terem conhecimento do produto e dos planos de implementar o dito projeto como uma política pública, inicialmente na cidade de São Paulo e depois no país.

Figura 2: Prefeito João Dória promovendo a farinata



Fonte: Internet⁷⁰

Figura 3: O granulado farinata



Fonte: Internet⁷¹

⁷⁰ Disponível em: <http://bemblogado.com.br/site/nem-completo-nem-nutritivo-especialistas-rejeitam-comida-para-pobres-de-doria/>. Acesso em: 09 fev.2019.

⁷¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/conselho-federal-de-nutricionistas-critica-composto-alimentar-da-prefeitura-de-sp-retrocesso-21987034> Acesso em: 09 fev 2019.

O que não aconteceu nos anos prévios ao grande lançamento, o projeto foi apresentado inicialmente na Câmara dos Deputados no dia 3 de dezembro de 2013, pelo deputado federal Arnaldo Jardim (PPS-SP). Nessa ocasião, o deputado apresentou o projeto de lei nº 6867, de 2013, que institui e estabelece diretrizes para a Política Nacional de Erradicação da Fome e Promoção da Função Social dos Alimentos, fundamentada em uma sociedade fraterna, justa e solidária, que tem como meta ainda o combate ao desperdício.

Estes quase quatro anos do projeto de lei sendo discutido em diferentes instâncias nos levam a pensar no processo comunicativo com relação à fome. Especialmente neste momento, que depois de anos de luta e resultados visíveis, ressaltados a nível mundial graças a políticas públicas dentro do marco do programa Fome Zero, permitiram a saída do Brasil do mapa da fome. Momento em que entidades da sociedade civil têm alertado a ONU as possibilidades do país entrar de novo no mapa da fome⁷². Outro fato muito expressivo foi a campanha de arrecadação de alimentos feita pela Ação da Cidadania no mês de dezembro de 2017, sendo que a última ação desse tipo realizada pela organização tinha ocorrido no ano de 2005.

Para falar sobre o histórico do conceito de segurança alimentar nutricional (SAN) do ponto de vista comunicativo, começaremos justamente falando da Ação da Cidadania, movimento lançado oficialmente em 8 de março de 1993, que tinha como objetivo "Mobilizar, e acima de tudo sensibilizar a sociedade para a necessidade de mudanças fundamentais e urgentes capazes de transformar a realidade econômica, política e social do país que leva à exclusão, à fome e à miséria" (CONSEA, 1995, p. 12 apud VASCONCELOS, 2004).

3.2 Campanha Fome como problema cultural

No Brasil, desde meados dos anos 1980, uma série de estratégias de combate à fome foi sendo idealizada por intelectuais do campo da alimentação e nutrição. Exemplo disso era a máxima "Alimentação como direito de todos e dever do Estado", aprovada no decorrer da Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, em 1987 (MS/MPAS, 1987). Entretanto, foi no decorrer de 1992, diante do agravamento da crise ética no interior do campo político brasileiro, que o chamado Movimento pela Ética na Política, graças à aprovação do histórico *impeachment* do então presidente Collor de Mello, sai vitorioso em sua batalha inicial contra a corrupção e a

⁷² <https://oglobo.globo.com/economia/fome-volta-assombrar-familias-brasileiras-21569940> acesso 13 de maio de 2018

impunidade no Brasil. Desta forma, originou-se uma outra cruzada ética: a constituição do movimento social Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida (1993, p. 1).

A Ação da Cidadania, munida dos slogans "A fome tem pressa" e "Fome: não dá para esquecer", iniciou o processo de formação dos chamados Comitês de Combate à Fome. De abrangência local, municipal e/ou estadual, os comitês poderiam ser formados por amplos e diversificados setores da sociedade (sindicatos, universidades, igrejas, organizações não-governamentais, intelectuais, artistas, estudantes, empresários, funcionários públicos, políticos etc.), denotando assim o caráter de pluralidade do movimento.

No decorrer de 1993, constatou-se que havia sido inegável o impacto da sensibilização que o apelo à solidariedade no combate à fome conseguira concretizar no interior da sociedade brasileira, tanto por meio das ações emergenciais, como por aquelas de pressão sobre a opinião pública. De acordo com dados oficiais, foram constituídos mais de cinco mil comitês em todo o país (VALENTE et al., 1993 apud VASCONCELOS, 2004).

No âmbito político, a Ação da Cidadania conseguiu sensibilizar o então presidente da República Itamar Franco, que em 18 de março de 1993 assumiu o compromisso de implantação da proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar (SILVA et al., 1991 apud VASCONCELOS, 2004), apresentada pelo então presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) Luiz Inácio Lula da Silva. Em 18 de abril de 1993, foram lançados o Plano de Combate à Fome e à Miséria (IPEA, 1993b apud VASCONCELOS, 2004) e a proposta de criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). Este último, criado por decreto presidencial em 26 de abril de 1993 e constituído por nove ministros de Estado e 21 representantes da sociedade civil, era definido como: "uma forma inovadora de parceria entre o governo e a sociedade para buscar alternativas, formular propostas e implementar ações em busca de soluções para o problema da fome e da miséria no Brasil" (CONSEA, p. 15, apud VASCONCELOS, 2004).

O impacto da campanha foi bastante contundente, baseado num discurso que procurava a indignação em torno da questão da fome, apelando a um comportamento humano, solidário e ético, em que cada indivíduo (cada brasileiro), deveria se sentir responsável ou corresponsável pelo perfil de fome do país e sua consequente superação.

(...) Morrem 300 mil crianças no Brasil, por ano, de mortes que poderiam ser totalmente evitáveis. Nossas crianças, antes de completar um ano, morrem de diarreia, pneumonia e outras doenças que não as matariam se estivessem alimentadas e vivendo em lugares dignos.

A cada dia aproximadamente mil crianças estão sendo mortas. No momento em que você estiver lendo este texto, muitas estarão morrendo. Mas se são mortes evitáveis, quem poderia evitá-las? Quem é responsável por isso? A resposta é uma só: NÓS (AÇÃO DA CIDADANIA, 1993, p. 2)

A Ação da Cidadania insiste na emergência e apela pela ética:

... É este o clamor ético dos nossos tempos. Essa deve ser a prioridade da sociedade e do Estado. Esta é a obrigação de cada um de nós: das entidades da sociedade civil, dos trabalhadores e empresários, das igrejas, escolas e universidades, dos partidos, sindicatos e dos meios de comunicação. De todos mesmo.

... precisamos unir nossa ação em favor dos necessitados com a descoberta e a aplicação de um novo modelo de desenvolvimento humano, solidário e ético (AÇÃO DA CIDADANIA, 1993, p. 2).

Finalmente, em segundo plano, aponta elementos que levam ao entendimento de que a fome tem a ver com o processo de produção e distribuição de alimentos no país:

... O Brasil produz alimentos suficientes para alimentar toda a sua população e mais outros países da América Latina. Sobra comida no Brasil segundo mostram os estudos técnicos. Porém falta comida no prato do brasileiro!

O governo anunciou que se perdem 20% da produção de grãos entre a colheita e o transporte. Joga-se fora alimento que seria suficiente para alimentar 18 milhões de brasileiros. Isso sem falar no irresponsável sistema de armazenamento que faz o país perder milhares de toneladas de alimentos, porque apodrecem e se deterioram antes da distribuição. Uma verdadeira indústria da fome (AÇÃO DA CIDADANIA, 1993, p. 2).

Este último parágrafo parece fundamental ao pensarmos na relação que existe com o desperdício de comida. Como foi informado na seção anterior, o IBGE trabalhara na pesquisa desses dados para definir as estratégias de combate ao desperdício, focados na consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável. A diminuição do desperdício foi a justificativa utilizada pela empresa Plataforma Sinergia para a produção do ultraprocessoado farinata, do qual aprofundaremos mais para frente quando falarmos do processo de *agenda-setting*.

Vale a pena ressaltar também a relação direta da fome com o processo histórico e a consequente necessidade de políticas públicas, não só as emergenciais para o combate da fome, expostas na Cartilha com apontamentos para ajudar a formar comitês locais:

Existe muita coisa que pode ser feita. Desde o tratamento emergencial das questões que nos abalam, desde o repartir o pão, até a mudança de rumo de nosso desenvolvimento. Não se trata apenas de dar comida a quem tem fome. É importante, sim, muitas vezes vital, resolver o problema emergencial. Mas é preciso pensar no futuro, pensar a longo prazo e organizar a sociedade em busca de soluções permanentes para o fim da miséria, da recessão, do desemprego.

Finalmente, reconhecendo as limitações de 'repartir o pão' com os 32 milhões de famintos existentes no país, segundo dados do Ipea (1993a), a Ação da Cidadania (ibidem, p. 3) aponta para a dimensão política que o movimento deveria ter, visando à consecução dos seus objetivos:

A campanha de combate à fome só poderá ter êxito se se tornar 'incontrolável', ou seja, se as iniciativas espontâneas e originais de milhares de grupos criarem aquele clima de opinião pública que leva as autoridades públicas a tomar decisões que o povo considera indispensáveis. Foi assim com as Diretas-Já e com o impeachment. Precisa ser assim com o combate à fome, sob pena de que esse problema se arraste interminavelmente e anule toda possibilidade de inserção do nosso país no círculo dos países realmente civilizados. (AÇÃO DA CIDADANIA, 1993, p. 3)

Encontramos nessas linhas claramente a compreensão de que a contundência da campanha só poderia ser medida através do cumprimento de metas focalizadas em reprogramação de valores, como a ideia do combate à fome sendo algo indissociável da necessidade de pensar no rumo do nosso desenvolvimento. Os comitês funcionariam como redes, que teriam como programa atribuído a criação de políticas públicas de combate à fome. Ao pensar esta campanha em termos de redes que processam fluxos, a Ação da Cidadania pretendia instalar um novo programa de fora do governo, a fim de trazer “novos” valores e interesses. Um bom resultado permitiria decretar novas leis, programas e políticas, que ao final se convertem em instruções (CASTELLS, 2015, p. 66).

Vale a pena ressaltar que graças a um comitê da campanha formado por publicitários, a Ação da cidadania recebeu um forte apoio da mídia. Diversas emissoras de TV veicularam os comerciais e programas gratuitamente (Globo, Bandeirantes, Manchete e TV Educativa). A Bandeirantes chegou a organizar grandes shows para arrecadação de alimentos e a TV Educativa veiculou programas semanais de 30 minutos em horário nobre gratuitamente. Também houve o apoio de jornais e revistas como a Folha de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil e Veja. Este apoio da mídia foi fundamental já que, segundo o IBOPE, das pessoas que conheciam a Campanha Contra a Fome, 85% o tinham feito através da TV. Este dado do IBOPE acaba sendo de vital importância ao considerar a falta de democratização dos meios de comunicação.

Se pensarmos em termos “marqueteiros”, encontramos duas ações comunicativas para grupos-alvo diferentes. Um primeiro grupo de pessoas em geral, e por isto um forte apelo à solidariedade; já no segundo grupo, pessoas mais politizadas. A campanha contra a fome ganhou as ruas em 1993 e chegou ao final daquele ano com total aprovação da sociedade: 96% de concordância, segundo o Ibope.

O segundo grupo de pessoas, as mais politizadas, continuaram seu caminho de levar à agenda política a necessidade de políticas estruturantes. Não faz parte deste estudo nos aprofundar nas políticas públicas estabelecidas, entretanto ressaltaremos como o relatório das Nações Unidas, divulgado no mês de maio de 2015, anunciava a saída do Brasil do mapa da fome, destacando o protagonismo do país no seu combate.

O relatório global foi intitulado “Estado da Insegurança Alimentar 2015 ”⁷³. Segundo o relatório, a proteção social pode estabelecer um círculo virtuoso de progresso envolvendo o aumento da renda, do emprego e dos salários das pessoas mais pobres. O documento cita como exemplo os programas “Fome Zero” e “Bolsa Família”, que segundo a agência da ONU foram “cruciais para alcançar um crescimento inclusivo no país”.

O Programa Bolsa Família, acrescenta, chegou a quase um quarto da população, principalmente às mulheres, com a transferência de recursos financeiros por mês para cada família, desde que elas mantenham seus filhos na escola e preencham outros requisitos, incluindo a área de saúde.

Se este tipo de políticas têm sido valorizadas por instituições como a ONU e reconhecidas por governos e outras organizações a nível mundial, no Brasil um setor importante da população tem se demonstrado altamente crítico com relação às políticas, estratégias e ações do Programa Fome Zero, chegando a culpabilizar e criminalizar os usuários do bolsa de família, como apresentado nos seguintes “memes” viralizados na internet.

⁷³ Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4646e.pdf> Acesso em: 09 fev.2019.

Figura 4: Memes contra o Bolsa Família



Fonte: Internet⁷⁴

O grande sucesso da campanha da Ação da Cidadania permite perceber como as ações de tipo emergencial – ações aqui e agora – são aceitas pelas pessoas menos politizadas, realizando doações no momento da arrecadação. No entanto, as medidas que envolvem políticas públicas são muitas vezes rejeitadas. Os profissionais de mídia, todos os dias, fabricam “inimigos” e correspondentes “justiçamentos” ininterruptamente, este desdobramento inevitável da construção do “outro” (CASTRO-GOMEZ, 2005 apud OURIQUES, 2017, p. 384) como exterioridade absoluta, para que as audiências simbolicamente expurguem o que está e continua impregnado em todos, de maneira a simular a eliminação da ameaça contra a comunicação, contra a inclusão no diálogo que é a vida social (OURIQUES, 2017, p. 384).

O inimigo é tudo aquilo que está contra o desenvolvimento, o incremento do PIB, as leis do mercado, que na lógica capitalista permite alcançar o bem-estar. Aqueles que alcançam o bem-estar podem ser solidários, doar para uma campanha de arrecadação não é problema, não são políticas públicas para aqueles que reclamam direitos, como o Direito Humano à Alimentação. Lembremos que uma vez no poder, o presidente interino Michael Temer anunciava que a Constituição não cabe no orçamento, para justificar o congelamento dos gastos públicos por um período de 20 anos.

A campanha de Ação da cidadania apelava tanto a questões emergenciais como a políticas para gerar mudanças e decidir o tipo de desenvolvimento para o país. O público geral adotou a chamada de arrecadação. Encontramos assim o que os neurocientistas denominam de ativação dos neurônios – espelho em nosso cérebro (GALLESE E GOLDMAN, 1998; GALLESE et al., 2004; RIZZOLATTI E CRAIGHERO, 2004 apud CASTELLS, 2015, p. 198).

⁷⁴ Cf. site, disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-10-26/reeleicao-de-dilma-gera-nova-onda-de-preconceito-nas-redes-sociais.html> . Acesso em: 09 fev 2019.

De acordo com a neurociência, um modo como a exposição à comunicação pode influenciar o comportamento é através da ativação dos chamados neurônios-espelho, os quais representam a ação de outro sujeito. Eles permitem processos de imitação e empatia, bem como a identificação com estados emocionais de outros indivíduos, um mecanismo subjacente à cooperação em animais e em humanos (Ibidem, p. 198).

A ativação de nosso cérebro por meio de padrões neurais, estimulados pelos neurônios-espelho, permite a identificação com narrativas na televisão, no cinema ou na literatura, e até com as narrativas políticas de partidos e candidatos – ou da rejeição de todas elas. Como afirma Lakoff (2008, p. 40 apud CASTELLS, 2015, p. 199), o uso da mesma estrutura neural para a experiência e para a representação da experiência tem “consequências políticas enormes”. Nas palavras de Westen, “a persuasão política está relacionada a redes e narrativas” (2007, p. 12 apud CASTELLS, 2015, p. 199) porque “o cérebro político é um cérebro emocional”(2007, p. xv apud CASTELLS 2015, p. 199). É por esse motivo que “os estados que realmente determinam as eleições são os estados mentais dos eleitores” (WESTEN, 2007, p. 4 apud CASTELLS, 2015, p.199).

Poderíamos interpretar, assim, que os neurônios-espelho foram ativados, foi gerada empatia a quem se imitava, que era aos artistas e celebridades sensibilizadas pelo problema da fome. Era o momento de se doar e de doar, o fator emergencial estava pedindo esta generosidade. Parte da população ficou nesta camada da realidade. No entanto, outros atores sociais compreenderam o sentido da mudança, continuaram com o objetivo da mudança política, movimentos sociais que foram determinantes para a conquista da definição do SAN e a incorporação do DHAA como direito constitucional no ano 2010.

Ao tentar decifrar a atitude dos generosos nos momentos de arrecadação de alimentos, mas que se apresentam como críticos ao considerar as políticas públicas de mudança social, encontramos explicação nas denominadas molduras. De acordo com Castells (2015, p. 191-192), a mente é um processo, não um órgão. É um processo material que ocorre no cérebro em interação com o corpo propriamente dito. Dependendo do nível de vigilância, atenção e conexão com o eu, as imagens mentais que constituem a mente podem ou não ser conscientes.

As imagens mentais, como as ideias, são geradas pela interação entre regiões específicas do cérebro, e o corpo respondendo a estímulos internos e externos. O cérebro constrói padrões neurais dinâmicos pelo mapeamento e armazenamento das atividades e das reações que elas provocam (Ibidem, p. 192).

A mente humana é caracterizada por sua capacidade de pensar o futuro, que é sua habilidade de relacionar eventos previsíveis com os mapas do cérebro. Para que o cérebro conecte esses mapas com eventos externos, deve ocorrer um processo de comunicação. Em termos simples, a mente humana é ativada pelo acesso aos mapas do cérebro através da linguagem. (CASTELLS, 2015, p. 195)

Para que essa comunicação ocorra, o cérebro e suas percepções sensoriais precisam de protocolos de comunicação. Os protocolos de comunicação mais importantes são as metáforas. Nosso cérebro pensa em metáforas, que podem ser acessadas pela linguagem, mas que são estruturas físicas do cérebro (LAKOFF e JONHSON, 1980; LAKOFF, 2008 apud CASTELLS, 2015, p. 195).

As metáforas são essenciais para conectar a linguagem (e assim a comunicação humana) e os circuitos cerebrais. É por meio das metáforas que as narrativas são construídas. As narrativas são compostas de molduras (*frames*), que são as estruturas correspondentes às estruturas do cérebro formadas a partir da atividade cerebral ao longo do tempo. Esses *frames* são redes neurais de associação que podem ser acessadas a partir da linguagem por meio de conexões metafóricas. O enquadramento (*framing*) significa ativar redes neurais específicas. Na linguagem, as palavras são associadas em campos semânticos. Esses campos semânticos se referem a molduras (*frames*) conceituais. Assim, a linguagem e a mente se comunicam por molduras que estruturam narrativas que ativam as redes no cérebro.

As estruturas das molduras não são arbitrárias. São baseadas na experiência, e emergem da organização social que define papéis sociais na cultura, e então ficam ligadas nos circuitos cerebrais. Assim, a família patriarcal está baseada nos papéis do pai/patriarca e da mãe/dona de casa, originários da evolução biológica e da experiência elaborada na cultura (CASTELLS, 2015, p. 196). Não seria acaso porque nesses papéis sociais da cultura, o papel do rico é dar doações ao pobre que passa fome? Dentro da moldura, o rico não estaria para mudar os seus privilégios, mas para demonstrar sua empatia através da doação? Uma outra moldura da

criação capitalística da subjetividade não seria que o pobre é pobre porque não trabalha? De acordo com a meritocracia, todas as possibilidades são possíveis, pois o capitalismo sinaliza a culpa sobre o sujeito.

Os veículos de notícias estruturam suas narrativas com base na indexação, que favorece aquelas questões e molduras que se originam no círculo de poder para influenciar o público (CASTELLS, 2015, p. 213). De acordo com Castells, a política da mídia não está restrita às campanhas eleitorais: deve-se conseguir influenciar as notícias cotidianamente, o que é uma das tarefas mais importantes dos estrategistas políticos.

O sociólogo ressalta ainda que os cidadãos precisam de informações e de contramolduras para que possam exercer uma escolha em sua interpretação. Para que as contramolduras sejam poderosas o suficiente para desafiar as molduras estimuladas pela elite, elas precisam ser culturalmente ressonantes com o público – ou, pelo menos, das percepções que os jornalistas têm da opinião pública (CASTELLS, 2015, p. 213, 218).

Para refletir sobre as contramolduras e narrativas realizadas a partir do ano 1993 com a campanha de Ação da Cidadania com relação ao combate da fome, apresentaremos, na continuação, o processo histórico da definição do conceito de SAN, para refletir se esse processo tão rico de mobilização social e política tem ficado só em pessoas politizadas, organismos de controle social e acadêmicos. Que processo de comunicação tem sido levado para o público geral no caminho dessa construção?

3.3 Segurança Alimentar e Nutricional a construção de um conceito

Os pesquisadores concordam que o significado primeiro de segurança alimentar advém de uma noção de segurança nacional própria dos Estados europeus do século XX pós-guerra, que tinha dizimado a população europeia e destruído os campos e cidades. O sentido de humanidade que definia comportamentos éticos e morais nos conflitos do passado, que já haviam experimentado abalos nas guerras napoleônicas, se estilhaçou. A bipolaridade, nos seus primórdios, reforçava ainda mais, para ambos os lados, o uso do alimento e da garantia de acesso a ele por parte de todos, como uma fantástica arma (CLAUSEWITZ, 1979, p. 73 apud CAMPOS, 2014, p. 120).

O abastecimento alimentar adquiria um significado de segurança nacional, apontando para a necessidade de formação de estoques “estratégicos” de alimentos, fortalecendo a ideia de que a soberania de uma nação dependia de sua capacidade de auto provisão de alimentos e de matérias-primas. Portanto, o termo segurança alimentar, e não o fato em si, foi primeiramente de origem militar e vinculava a questão alimentar exclusivamente à capacidade de produção.

As políticas do governo dos Estados Unidos da América (EUA) e de países desenvolvidos da Europa, referentes ao sistema agroalimentar, estiveram focalizadas no incremento da produção. Depois da crise de 1920, o governo de Franklin Delano Roosevelt cria os primeiros subsídios para a produção agrícola. Esta política impedia aos agricultores de terem sinais de quando parar a sua produção, pois só ganhariam mais caso produzissem mais (ROBERTS, 2009, p. 117-118). Começou a partir daí um período de sobreprodução, expansão e intensificação de certas culturas como o milho e a soja, consideradas, pela sua alta produtividade e absorção de energia do sol, como commodities. Este modelo pode ser considerado a peça precursora de toda a política agrícola contemporânea, política de extensão e pesquisa em culturas que atendiam bem o desenvolvimento tecnológico, a qual foi posteriormente seguida em todo o mundo capitalista (VEIGA, 2012, p.191).

Anos depois, mais uma guerra açoitava o mundo. A publicação das obras do médico e geógrafo brasileiro Josué de Castro encontrava-se sintonizada com o momento do cenário internacional caracterizado pelo período do pós-guerra, quando a geopolítica mundial encontrava-se num processo de reconfiguração de forças (CAMPOS, 2014, p. 121). Nesse momento da história mundial, o tema da segurança alimentar entrou na agenda internacional, sobretudo em função das experiências de privação de alimentos e de embargos, vivenciados durante a guerra (1939-1945).

Percebemos como, nestes primeiros anos, o conceito de segurança alimentar está focado na quantidade de alimentos a serem produzidos. As soluções foram encaminhadas para incrementar a produção com as consequências que este cerne reducionista trouxe para os países produtores, especialmente os EUA, maior produtor agrícola daquele momento, que precisava de novos mercados para evitar o desperdício. O problema da fome não foi resolvido. No entanto, as soluções que tinham como centro o incremento da produção, continuaram recebendo maior atenção por parte de governos e organismos internacionais.

No seu livro “*Meals to come*” (2006) o historiador Warren Belasco apresenta lucidamente três escolas de pensamento que tem evoluído historicamente, uma delas originada nas ideias de Nicolas de Condorcet (1743-1794). Desde o início do século XIX, suas ideias a respeito do abastecimento alimentar propagavam que com tecnologia e ciência os problemas da fome e da subnutrição poderiam ser vencidos (BELASCO, 2006, p. 7).

Em Condorcet, portanto, encontramos uma verdadeira cornucópia, que caracteriza uma escola de pensamento bastante otimista com relação à produção alimentar. Nos dias atuais, tal visão é representada por corporações que defendem o desenvolvimento tecnológico como única via para produzir alimentos em quantidades suficientes. Tanto no que se refere às máquinas agrícolas quanto aos relativos à biotecnologia, especificamente aos transgênicos, e mais recentemente os biofortificados. No jogo de poder, recursos e lobbys acabam por levar os Estados a partilharem dessas ideias como solução de alimentação da população. As instituições internacionais e as grandes multinacionais adotam esse ponto de vista como modelo para vencer as previsões pessimistas que Malthus enunciava no “Ensaio sobre o princípio da população” (1798).

Foi sob esse contexto que a Revolução Verde foi apresentada como solução para garantir a segurança alimentar – ligada exclusivamente à produção agrícola – conforme exposto no item 2.2.

Graças à Revolução Verde, foi ampliada substancialmente a produtividade de alimentos. No entanto, liquidou a diversidade de culturas e expulsou para as cidades intermináveis cordões de agricultores familiares despossuídos. Além de uma nova agricultura moderna e eficiente, o objetivo era poder gerar todos os excedentes necessários à recomposição de estoques mundiais para poder intensificar as ajudas humanitárias (CAMPOS, 2014, p. 126). A FAO torna-se o principal órgão internacional relacionando ao enfrentamento do problema da insegurança alimentar mundial e da fome, em que esta assume papel destacado. Neste enfoque, a fome passa a ser explicada como uma consequência da produção de alimentos em pequena escala, ocorrendo, sobretudo, nos “países do Terceiro Mundo”.

É nessa perspectiva que os governos envolvidos, órgãos internacionais, entre eles a própria FAO, assim como multinacionais detentoras de tecnologias de setor agropecuário, procurou justificar a introdução do processo de modernização da agricultura em vários países do

hemisfério Sul, nas décadas de 1950, 60, 70, como solução para eliminação da fome (GALBRAITH, 1976; HOBDELINK, 1990; LANG; BARLING; CARAHER, 2009 apud CAMPOS, p. 122-123). Todas fundamentadas na ideia de que o desenvolvimento material, precisamente o técnico-científico, é o responsável pelo crescimento e pelo progresso, que se confundem com o desenvolvimento social e econômico e o bem-estar. Mas, na realidade, essa política produziu uma concentração de riquezas e de terras em decorrência do êxodo rural.

3.3.1 Novos descritores para o conceito de Segurança Alimentar

Desde a I Conferência Mundial de Alimentação, realizada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), realizada em 1974, houve a incorporação de novos elementos ao conteúdo da segurança alimentar. Cabe ressaltar que um dos avanços foi balancear as questões de disponibilidade e acesso com as preocupações na qualidade do alimento em si, denominado em inglês de *safety food*. A partir daí, começa-se a amalgamar a importância das questões relacionadas às formas de acesso por parte do conjunto da população (produção e distribuição) – ou o que se conhece, também em inglês, como *food security* – com as questões de *safety food* (CAMPOS, 2014, p 128).

Atentemos que já se fala em falta de acesso e não só falta de produção. De fato, o contexto do livre mercado e a adoção de novas tecnologias forçou os agricultores a pedalarem o denominado cilindro do *treadmill*. O *treadmill* mostra como o progresso promove uma redistribuição dos ativos, fazendo com que a produção comercial se concentre cada vez mais em fazendas cada vez maiores, em um processo canibalíssimo que gera cada vez mais sobreprodução de maneira continuada. (VEIGA, 2012, p. 113-115; ROBERTS, 2009. p. 26; ABRAMOVAY, 2007, p. 266).

Esta forma de produção traz como consequência perdas de alimentos entre a produção e o consumo, um grande desperdício. Hoje a insegurança alimentar não se deve a uma falta de alimentos, senão à falta de acesso. Desta forma, um dos maiores desafios do sistema alimentar global é o desperdício, o qual atinge um terço do total da produção mundial.

Notemos que desde este momento aparece claramente o binômio sobreprodução/desperdício. No entanto, na estratégia de *agenda-setting*, à luz das campanhas e iniciativas a nível mundial, se concentra no desperdício. A questão decisiva é se a *agenda-setting* e o conteúdo do

enquadramento de textos e seus efeitos para a audiência se encaixam em padrões persistentes e politicamente relevantes. De acordo com Castells (2015, p. 214), atores poderosos dedicam recursos massivos para promoverem seus interesses, precisamente ao imporem tais padrões nas comunicações mediadas.

O processo de *agenda-setting* é filtrado pelas elites políticas ou elites estrangeiras até alcançar a mídia, que fornece as molduras para o público com base nas mensagens recebidas dessas elites políticas. As molduras se espalham pela mídia e pelas redes interpessoais, e são ativadas na mente das pessoas (CASTELLS, 2015, p. 215-216).

Na luta pelo desperdício e sua desvinculação do sistema alimentar hegemônico gerador de sobreprodução se encontra a iniciativa *Save Food* da FAO⁷⁵, que pretende colaborar com organismos internacionais, o setor privado e a sociedade civil, para permitir que os sistemas alimentares reduzam a perda e o desperdício de alimentos.

Observemos que a Plataforma Sinergia, empresa produtora do ultraprocessado “farinata”, anunciava no seu site ter parceria com a FAO no programa *Save Food*. Estas informações foram desmentidas pela própria FAO no dia 21 de outubro de 2017, conforme informado pela CBN⁷⁶ ao entrevistar a secretária de Direitos Humanos da gestão Doria Eloisa Arruda, que saiu em defesa da farinata depois da polêmica gerada pelo ultraprocessado. A secretária afirmou que o produto tinha ganhado um concurso mundial feito pela FAO e que, portanto, já foi reconhecido pela ONU.

Esse alimento foi submetido a um concurso mundial que foi feito pela FAO. Concorreu com 170 compostos nutricionais, e ele ganhou o prêmio. Foi considerado o melhor do mundo para suprir carências nutricionais. Ele já foi reconhecido pelas Nações Unidas. É um alimento que foi testado e tem aprovação de uma agência internacional da ONU.

Observemos que a pesquisa sobre *agenda-setting* descobriu que a consciência pública de questões, especialmente de questões políticas ou sobre políticas públicas, está intimamente relacionada com o nível de cobertura das questões na mídia nacional (IYENGAR e KINDER, 1987; McCOMBS E ZHU, 1995; KINDER, 1998 apud CASTELLS, 2015, p. 212). Além

⁷⁵ Cf. site, disponível em: <http://www.fao.org/food-loss-and-food-waste/es/> Acesso em: 13 mai. 2018.

⁷⁶ Cf. site, disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/sao-paulo/2017/10/21/ONU-DESMENTE-GESTAO-DORIA-E-NEGA-APOIO-A-FARINATA.htm> Acesso em: 21 out. 2017.

disso, a *agenda-setting* é particularmente relevante quando está relacionada com a vida cotidiana dos leitores/espectadores (ERBRING et al., 1998 apud CASTELLS, 2015, p. 212). Assim, as visões políticas, tanto das elites quanto das pessoas em geral, parecem ser em grande parte moldadas pela informação disponibilizada pela mídia de massa. O consumidor/cidadão está levado a pensar nos seus atos cotidianos com relação ao desperdício, acabando com a possibilidade de enxergar uma visão global para o entendimento de onde vem esse desperdício.

Podemos ver também como a *agenda-setting* recorre ao que o publicitário Bernays ressaltava como necessário para evitar confusão na sociedade sobre as ideias e objetos que se apresentam ao público, ao se referir à apologia do simplificador. Fundamental para o propagandista/publicitário que pretende explicar às pessoas de modo simples o que é e o que não é, para o qual é necessário rastrear verdades íntimas e essenciais que comovam (BERNAYS, 2010, p. 26).

Neste sentido, a outra cara do binômio sobreprodução/desperdício passa despercebida, especialmente quando a sobreprodução vem do modelo agrícola proposto pelo desenvolvimento, por meio da Revolução Verde reconhecida como agronegócio. Neste sentido, pensando na apologia do simplificador, vale lembrar os dados do grande sucesso da campanha “Agro é pop”, apresentados pelo mesmo Schmidt na sua palestra do GAF talks 2017. Até esse momento, a campanha tinha impactado 179 milhões de brasileiros, com um total de 650 inserções. De acordo com o marqueteiro, cada filme da campanha tem um alcance da campanha de 62%. Desta forma, até esse momento, 89% da população brasileira tem sido alcançada.

O alcance ou cobertura mede a audiência da mídia ou suporte. Consiste na proporção de pessoas do grupo-alvo que esteve exposta pelo menos uma vez ao anúncio. No caso da campanha “Agro é pop”, um único filme alcança 60%, o equivalente a 124 milhões de espectadores. O número de vezes ou exposições ou impactos recebidos pelas pessoas alcançadas se denomina frequência.

Outros dados-chaves a considerar são os apresentados no *Media Onership Monitor Brasil*⁷⁷ (MOM-Brasil)⁷⁸. Publicado em outubro de 2017, o estúdio mapeou 50 veículos em quatro segmentos (TV, rádio, mídia impressa e online). A concentração de audiência no Brasil está, sobretudo, no tipo de mídia mais consumido no país: a televisão. A audiência nacional da TV está em 71,1%, concentrada nos quatro maiores veículos: Grupo Globo/Rede Globo (36,9%), Grupo Sílvio Santos/SBT (14,9%), Grupo Record/Record TV (14,7%), Grupo Bandeirantes/Band, 4,1%.

Adicionalmente, é importante ter em conta que conforme os dados de 2016 da Pesquisa Brasileira de Mídia⁷⁹, a televisão é o principal veículo de comunicação do país, sendo assistido por 95% da população. Desse total, 79% assistem TV para se informar. A internet ficou em segundo lugar, com 42%; e, em relação aos motivos para utilizá-la, estão empatadas as atividades de se entreter e informar com 67% cada. Em terceiro lugar, está o rádio com 46%. A informação também responde por 63% dos objetivos dessa audiência.

Se considerarmos os dados apresentados por Schmidt com os do MOM-Brasil, assim como os da Pesquisa Brasileira de Mídia, conjuntamente com os assinalamentos de Benkler e Castells, não é surpreendente o resultado da “Pesquisa inédita: Cidade tem orgulho do Agro”⁸⁰. De acordo com as primeiras conclusões da pesquisa, apresentadas no dia 8 de novembro de 2017, durante o painel “Agronegócio, a marca do Brasil”, 96% dos 1022 entrevistados sente “orgulho” ao ser questionado sobre o seu sentimento no caso de o Brasil assumir internacionalmente sua vocação de país do agronegócio.

O consumidor recebe “pressão” a partir de sentimentos e emoções. Notemos que a campanha “Agro é pop” apresenta o Agro como a indústria riqueza do Brasil, nas palavras do próprio Schmidt -GAF Talks- um dos objetivos da campanha é justamente que o consumidor sinta orgulho de fazer parte do setor que movimenta a economia, porque de fato as histórias

⁷⁷ O MOM é uma ferramenta de mapeamentos com a finalidade de gerar uma base de dados acessível publicamente e atualizada constantemente sobre os proprietários dos meios de comunicação relevantes de um país (mídia impressa, rádio, televisão e online). O projeto foi criado e lançado pela seção alemã da organização internacional de direitos humanos Repórteres Sem Fronteiras (RSF). O financiamento é feito pelo Ministério da Economia, Desenvolvimento e Cooperação da Alemanha (BMZ, na sigla em alemão). No Brasil, a pesquisa foi realizada pelo Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social. Disponível em: <http://www.mom-rsf.org/>. Acesso em: 10 abr. 2018.

⁷⁸ Disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/br/>. Acesso em: 10 abr. 2018.

⁷⁹ Disponível em http://pesquisademidia.gov.br/files/E-Book_PBM_2016.pdf. Acesso em: 10 abr. 2018.

⁸⁰ Cf. site, disponível em: <http://plantproject.com.br/novo/2017/11/pesquisa-inedita-percepcao-do-campo-na-cidade-tem-orgulho-do-agro/> Acesso em: 10 abr. 2018.

contadas em cada filme reforçam a conexão do consumidor com o segmento agro no qual está imerso.

Ainda, à maneira de piada no GAF Talk, Schmidt falou para a audiência: “vocês vão sair hipnotizados, repetindo o mote da campanha”. Isto pelo fato que apresentou três dos filmes produzidos e veiculados pela Globo durante a sua palestra. Notemos que a máquina publicitária global fez um investimento de 570.650 bilhões de dólares⁸¹ no ano 2015. Grandes orçamentos permitem às corporações anunciarem produtos para cada segmento e classe social da população. Como exemplo, a Nestlé⁸² tem cerca de 8.500 marcas distribuídas em 80 países. Não só produtos são anunciados, também segmentos o são seguindo a norma publicitária do paradigma simplificador, como no caso do “Agro é pop”, posicionando o agronegócio na mente dos consumidores como “orgulho da riqueza do Brasil”.

Voltando para a construção do conceito SAN, encontramos como novos descritores vão sendo incorporados, contrariamente às premissas de simplificação apontadas por Bernays. No início dos anos de 1980, novos temas reclamam renovada atenção, particularmente os que afetam as vinculações entre produção agroalimentar, desenvolvimento rural e desenvolvimento agrícola. Percebe-se, adicionalmente, que a fome não é tanto uma consequência de uma produção alimentar insuficiente, mas sim da marginalização econômica de certas populações (CHONCHOL, 2005, p. 3 apud CAMPOS, 2014, p. 128).

Em 1986, o Banco Mundial definiu segurança alimentar como “o acesso por parte de todos, durante todo o tempo, em quantidade suficiente de alimentos para viver uma vida ativa e saudável”. Dessa forma, mais do que a disponibilidade de alimentos, a capacidade de acesso por parte dos povos assume o status de questão crucial para a segurança alimentar. A partir de então, ela aparece associada à garantia de poder aquisitivo da população, crescimento econômico, redistribuição de renda e redução de pobreza (VALENTE, 1995 apud CAMPOS, 2014, p. 128).

No ano de 1992, a FAO e a Organização Mundial da Saúde (OMS) acrescentam outros descritores relativos à qualidade dos alimentos: qualidade nutricional, biológica, sanitária e

⁸¹ Cf. site, disponível em: <http://www.marketingdirecto.com/marketing-general/publicidad/la-inversion-publicitaria-medios-crece-lenta-segura> . Acesso em: mai. 2017.

⁸² Cf. site corporativo, disponível em:

http://www.nestle.com.my/AboutUs/Nestle_Worldwide/Pages/history_of_nestle.aspx. Acesso em: set. 2013.

cultural. Tais componentes foram consolidados na primeira Conferência Internacional de Nutrição, promovida, pelas referidas organizações (VALENTE, 2002 apud CAMPOS, 2014, p. 132). Ao mesmo tempo, entram em cena as questões de equidade, justiça e relações éticas entre a geração atual e as futuras, quanto ao uso adequado e sustentável dos recursos naturais, do meio ambiente e do tipo de desenvolvimento adotado, sob a égide da discussão de modos de vida sustentáveis. A questão do direito à alimentação passa a se inserir no contexto do direito à vida, da dignidade, da autodeterminação e da satisfação das necessidades básicas. (VALENTE, 2002, p.41 apud CAMPOS, 2014, p.132).

Em 1996, dez anos após essa definição, mais de 182 nações participaram da Cúpula Mundial da Alimentação em Roma, na Itália. Os países se comprometeram em diminuir pela metade, até o ano 2015, o índice de pessoas subnutridas no mundo. Foram concebidos dois grandes documentos: a Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial, listando sete compromissos que os governos participantes iriam assumir para elevar o nível de segurança alimentar; e o complementar Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação, listando objetivos específicos para alcançar as metas consubstanciadas na declaração. Todas as nações envolvidas concordaram e subscreveram a declaração, coincidindo em relação à urgência na adoção de medidas, devendo-se para isso programar ações nas distintas esferas de atuação (local, regional, comunitária). Essas ações implicam iniciativas relacionadas, no âmbito educativo e político, ao combate à fome e à insegurança alimentar (CAMPOS, 2014, p. 127). Enfatiza-se os aspectos do acesso, qualidade e suficiência, valorizando os hábitos alimentares adequados, ao mesmo tempo em que situa a segurança alimentar e nutricional como condição basilar de cidadania (BELIK, 2003 apud CAMPOS, 2014, p. 127).

Como podemos observar, aspectos de acesso e valorização de hábitos alimentares adequados já estavam claramente estabelecidos desde os anos 90. Transpor esta evolução do termo ao anúncio de um produto ultraprocessado como a “farinata”, a ser incorporado dentro das políticas de SAN, fere anos de pesquisas, trabalho, mobilização e conhecimentos que têm sido expresso em políticas nacionais de SAN, assim como os compromissos internacionais assumidos pelo país.

O papel do Brasil ao longo do processo preparatório para a Cúpula Mundial de Alimentação foi fundamental. Contribuições brasileiras foram emanadas por meio do Comitê Nacional de Segurança Alimentar e da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, realizada em 1994

em Brasília (DF), que constituíram a base do relatório sobre a situação da Segurança Alimentar e da Fome no Brasil (BRASIL, 1996). Tal documento foi entregue pelo governo brasileiro por uma comissão tripartite (formada pela sociedade civil, governo e iniciativa privada). Nele, Segurança Alimentar e Nutricional foi conceituada, como segue:

Segurança Alimentar e Nutricional consiste em garantir a todos condições de acesso a alimentos básicos seguros e de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, contribuindo assim para uma existência digna em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentável” (CONSEA, 2004, p.1).

3.4 A Fome é política

A afirmação “A fome é política” foi a base para a construção do projeto FAM, a qual é uma iniciativa transmídia⁸³ desenvolvida na Espanha pela Fundação Quepo⁸⁴ e por El Diario.es, que tem como objetivo abordar a complexidade do problema da fome a partir de uma variedade de narrativas e ferramentas dirigidas a múltiplas audiências.

Um dos aspectos trabalhados pelo projeto FAM é o tratamento da informação com relação à fome nas coberturas jornalísticas, que faz com que a fome não seja reconhecida como problema de ordem mundial. Também se pretende acabar com os estereótipos da fome, onde quem padece de fome é apresentado como desvalido, sem nenhum conteúdo cultural ou social positivo, pelas suas carências e não pelas suas ideias ou capacidades, inspirando sentimentos de caridade por cima da co-responsabilidade e espírito crítico.

Se por um lado o projeto FAM está centrado em romper os estereótipos da África especialmente, este projeto nos faz pensar que sentido tem criar um produto ultraprocessado como a farinata, na existência da fome e sobretudo de certos estereótipos dentro do país. Neste sentido, são especialmente delicadas as declarações que o prefeito de São Paulo João

⁸³ O conceito de transmídia foi introduzido inicialmente por Henry Jenkins em um artigo publicado em Technology Review no ano 2003, no qual afirmava “temos entrado numa nova era de convergência de meios que torna inevitável o fluxo de conteúdos através de múltiplos canais”. Cada meio faz um aporte a construção do mundo narrativo, assim uma história pode ser introduzida no cinema, expandir-se na televisão, novelas e cômicas, e este mundo pode ser explorado e vivenciado através de um videogame (SCOLARI, 2015, p. 23-24).

⁸⁴ Fundação de ativistas da comunicação, tem como missão criação, produção e difusão com foco na sensibilização e emancipação. Entendem a comunicação como ferramenta de impacto social e como um processo comunitário. Procurando apropriar-se novamente do sentido da comunicação como espaço do procomum. Disponível em: <http://www.quepo.org/es/nosotros/>. Acesso em: mai. 2017.

Doria Junior fez no ano de 2011, enquanto era apresentador de um reality show. Chegou a dizer, que pessoas pobres não têm hábitos alimentares: "Hábitos alimentares? Você acha que gente humilde, pobre, miserável, lá vai ter hábito alimentar? Você acha que alguém pobre, humilde, miserável infelizmente pode ter hábito alimentar? Se ele se alimentar, ele tem que dizer graças a Deus" ⁸⁵, disse na ocasião.

Notemos que o ex prefeito de São Paulo além de político é também empresário e publicitário, tendo começado no mundo da propaganda bem cedo. No ano de 1992, funda o Grupo Doria de Comunicação e Marketing, composto por empresas que atuam nas várias plataformas de conteúdo e relacionamento. Podemos inferir que o bem-sucedido empresário tem grande experiência no que Bernays (2010, p. 26) denomina de apologia do simplificador, fundamental para o propagandista/publicitário que pretende explicar as pessoas de modo simples verdades íntimas e essenciais que comovam.

Como foi dito anteriormente, no Brasil a fome tem sido politizada desde meados dos anos 1980, a partir de diversas estratégias de combate à fome idealizadas por intelectuais do campo da alimentação e nutrição. Neste contexto, é de grande importância o movimento liderado por Betinho e lançado em 1993, que chegou a sensibilizar o então presidente da República Itamar Franco.

Por este motivo, o caminho que tem sido consolidado durante anos de luta não deixou passar o lançamento da farinata sem fazer críticas, ressaltando como um produto desse tipo fere o direito humano à alimentação adequada. Como resposta a estas críticas, Doria convocou uma roda de imprensa no dia 18 de outubro de 2017⁸⁶, na qual anunciava o uso do produto para os alunos da rede municipal. Ao lado de Doria estava o cardeal dom Odilo Scherer, arcebispo de São Paulo.

Don Odilo lamentou que a farinata tenha sido classificada por algumas publicações na imprensa e nas redes sociais como ração humana: "eu fico ofendido quando comparam isso a ração para ser dada aos pobres, com desprezo ao pobre. Desprezo ao pobre é lhe negar o alimento, é a fome, é o acinte da insensibilidade diante da possibilidade de ele se alimentar

⁸⁵ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/1928300-doria-ignora-secretario-estudos-e-regras-em-anuncio-de-farinata-a-alunos.shtml> . Acesso em: mai. 2017.

⁸⁶ <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/1928046-doria-agora-quer-incluir-farinata-na-merenda-de-alunos-da-rede-municipal.shtml> acesso 18 de outubro de 2017

quando o alimento existe e é descartado”, enfatizou, pedindo que haja uma avaliação serena sobre a proposta. “Quando se fica politizando a fome em vez de socorrer o pobre em sua fome, isso sim é ofensa ao pobre, à sua dignidade”.⁸⁷

Considerar o ultraprocessado farinata como alimento para dar aos pobres, como declara Don Odilio, é uma narrativa que reforça as molduras (*frames*) que fazem a associação da linguagem com conexões metafóricas. O pobre precisa ser ajudado com doações de alimentos. Lembremos que as estruturas das molduras não são arbitrárias. São baseadas na experiência, e emergem da organização social que define papéis sociais na cultura: no caso, o papel dos ricos empresários é “doar” o desperdício à Plataforma Sinergia para fazer o ultraprocessado, que vai quitar a fome dos pobres.

Recordemos ainda que os veículos de notícias estruturam suas narrativas favorecendo as questões e molduras originadas no círculo de poder para influenciar o público (CASTELLS, 2015, p. 213). No caso da farinata, ressalta-se como os resíduos e seu poder nutricional são aproveitados evitando o desperdício. Com relação ao desperdício, vale a pena ressaltar que bancos de doações de alimentos já fazem parte de trabalhos de limpeza e corte de itens que estão por vencer e fazem a distribuição sem descaracterizar os produtos. A grande novidade apresentada pela Plataforma Sinergia é o processo de liofilização, processo conhecido como desidratação em frio e que começou a ser desenvolvido em 1905. Foi utilizado comercialmente na Segunda Guerra Mundial para preservar plasma de sangue e penicilina.⁸⁸

Na realidade, quem se beneficia do “*core business*” do projeto da farinata são as empresas “doadoras”, que poderão receber incentivos econômicos e isenção de impostos por doarem sobras. Como consultora bem relacionada na área da alimentação, a proprietária da Sinergia Rosana Perrotti não pretende se incomodar com o incômodo processo de produção. A empresária declarou que para produzir a “farinata” poderia ser considerado o modelo de licenciamento.

⁸⁷ Cf. no site, disponível em: <http://www.osaopaulo.org.br/noticias/prefeitura-plataforma-sinergia-e-arquidiocese-esclarecem-acao-para-combate-a-fome>. Acesso em: 18 out. 2017.

⁸⁸ Cf. no site, disponível em: <https://www.thoughtco.com/freeze-dried-food-4072211> Acesso em: out. 2017.

A empresária Perrotti ajudou as empresas geradoras de desperdícios a desenharem um projeto, que articulado politicamente se apresenta como uma solução para o problema da fome, achando um mercado para estes desperdícios.

No início da década de 2000, o indiano Coimbatore Krishnarao Prahalad (1941-2010), professor de estratégia corporativa do programa de pós-graduação em administração da universidade de Michigan, nos Estados Unidos da América (EUA), entendeu que a Base da Pirâmide (BDP), como denominou o setor dos consumidores mais pobres, representava um mercado potencial de bilhões de dólares a ser explorado. Este tipo de “capitalismo inclusivo” poderia gerar uma solução favorável para as partes: as empresas e os consumidores da BDP poderiam acessar bens e serviços, antes não disponíveis, sinalizava o professor, também conhecido como C.K Prahalad (2005).

De acordo com o relatório “Descobrimo oportunidades na base da pirâmide em América Latina e o Caribe”⁸⁹, elaborado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no ano 2015, existem amplas oportunidades em diversos setores para este mercado, sendo o setor de alimentos o mais importante, com um volume anual de US\$209 milhões, em paridade de poder aquisitivo.

Uma das vantagens sinalizadas pelo relatório é a oportunidade de fazer alianças não convencionais, tais como trabalhar com governos, com organizações não governamentais e outros grupos de interesse, com o objetivo de reduzir custos das transações e alcançar objetivos sociais. É possível trabalhar em conjunto com os programas de subsídio dos governos e acessar financiamento de fundos de inversão social.

Encontramos no projeto da Plataforma Sinergia como são orquestradas “soluções” contra a fome, a partir de um plano de negócios que utiliza como argumentos de venda políticas públicas de combate à fome e o programa nacional de resíduos sólidos (PNRS). Um mercado que chamava muito a atenção para os produtores da farinata eram as escolas da rede pública municipal. Por isto, foi anunciado pelo prefeito Dória que até o final do mês do outubro de 2017 seria incorporado no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

⁸⁹ Cf. no site, disponível em: [https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/6992/Un_Mercado_Creciente_de_US\\$750_mil_millones.pdf](https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/6992/Un_Mercado_Creciente_de_US$750_mil_millones.pdf) . Acesso em: mai. 2018.

O valor que é transferido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para as secretarias estaduais e municipais de educação é de R\$ 316,6 milhões.⁹⁰ Doria fez o anúncio da incorporação da farinata ao PNAE inicialmente na rede de escolas de São Paulo sem a participação do secretário municipal de Educação, Alexandre Schneider, que como era de se esperar se mostrou contra a medida. O ex prefeito teve que recuar, uma vez que a alimentação escolar é orientada por legislação específica, de âmbito municipal e federal.⁹¹

Na ocasião, a Codae (Coordenadoria de Alimentação Escolar), ligada à secretaria, e incumbida de planejar e executar as atividades relativas ao abastecimento de gêneros alimentícios, além de planejar os cardápios que sejam condizentes com a necessidade nutricional das crianças. Nenhum alimento é distribuído para os alunos sem que sejam cumpridos os trâmites necessários e obrigatórios.

O Doria confirmou que a Codae seria consultada para deliberar sobre o assunto: segundo a gestão do tucano, o produto só seria distribuído após análise e aprovação. Frente ao anúncio do lançamento da farinata e a todas as irregularidades do mencionado projeto, a presidência da República solicitou, em nota, que a prefeitura de São Paulo enviasse “documentos oficiais e técnicos sobre este programa”. No documento, o Consea convocou a população a analisar “o atendimento aos princípios da dignidade humana e realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da Segurança Alimentar e Nutricional nesta ação”.⁹²

De igual forma, o Ministério Público abriu procedimento para apurar o granulado anunciado por Doria. Foi anunciado que a promotoria iria avaliar valor nutricional do alimento a ser distribuído nas escolas e nos centros de acolhida.⁹³

90 Cf. no site, disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33209>. Acesso em: 20 mai. 2018.

91 Cf. nos sites, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/1928300-doria-ignora-secretario-estudos-e-regras-em-anuncio-de-farinata-a-alunos.shtml>, e disponível em: <http://gcn.net.br/noticias/363184/brasil-e-mundo/2017/10/doria-agora-quer-incluir-farinata-na-merenda-de-alunos-da-rede-municipal> Acesso em: 18 out. 2017.

92 Cf. no site, disponível em: <https://apublica.org/2017/10/truco-alimento-para-pobres-elogiado-por-doria-nao-e-completo-em-nutrientes/> Acesso em: out. 2017.

93 Cf. no site, disponível em: <https://apublica.org/2017/10/truco-alimento-para-pobres-elogiado-por-doria-nao-e-completo-em-nutrientes/> Acesso em: out. 2017.

No ponto seguinte falaremos do valor nutricional a partir de uma visão não reducionista, como é apresentada no Guia Alimentar para a população Brasileira. Como temos visto na evolução do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, a fome está relacionada não só com a produção de alimentos e a expansão da agricultura, senão também com o funcionamento de toda a economia – inclusive em termos mais globais – e com o funcionamento das instituições políticas e sociais, que podem influir direta ou indiretamente na capacidade dos indivíduos de adquirir alimentos, gozar de saúde e alimentar-se. É importante conjugar o papel do Estado com o funcionamento eficiente de outras instituições econômicas e sociais, que vão desde o comércio e os mercados até o funcionamento ativo dos partidos políticos, as ONGs e as instituições que sustentam e facilitam o debate público, incluídos os meios de comunicação eficientes (SEN, 2012, p. 201).

3.5 Alimentos são mais do que nutrientes

Lançado em 2014, o Guia Alimentar para a População Brasileira é a referência do Ministério de Saúde. De acordo com o guia, a ciência da nutrição surge com a identificação e o isolamento de nutrientes, presentes nos alimentos, e com os estudos do efeito de nutrientes individuais sobre a incidência de determinadas doenças. Esses estudos foram fundamentais para a formulação de políticas e ações destinadas a prevenir carências nutricionais específicas. Entretanto, o efeito de nutrientes individuais foi se mostrando progressivamente insuficiente para explicar a relação entre alimentação e saúde.

Vários estudos mostram, por exemplo, que a proteção que o consumo de frutas ou de legumes e verduras contra doenças do coração e certos tipos de câncer não se repetem com intervenções baseadas no fornecimento de medicamentos ou suplementos que contêm os nutrientes individuais presentes naqueles alimentos.

Essas pesquisas indicam que o efeito benéfico sobre a prevenção de doenças advém do alimento em si e das combinações de nutrientes e outros compostos químicos que fazem parte da matriz do alimento, mais do que de nutrientes isolados.

O Guia tem sido elogiado mundialmente porque ele é coerente com seu tempo. Agora estamos no tempo de maior consumo de produtos ultraprocessados, com alto teor de publicidade. Por sua vez, as empresas estão ajustando a estratégia de suas ofertas de produtos para se

adequarem às demandas da população por alimentos saudáveis. As estratégias de comunicação das empresas focam na promoção do consumo de nutrientes, pois são atributos de venda, expostos na embalagem e nas etiquetas, conforme explica a nutricionista norte-americana e especialista em políticas públicas Marion Nestle.

Ao falar sobre a farinata, a pesquisadora da USP Renata Levy, que integrou a equipe que elaborou o Guia Alimentar, ressaltou que um dos princípios do guia é que a alimentação saudável é justamente a que prioriza o consumo de alimentos in natura e evita os ultraprocessados. A farinata é um produto liofilizado, que passa por processo de desidratação.⁹⁴

A primeira diretriz do Guia Alimentar da População Brasileira trata justamente da relação entre a ingestão de nutrientes e os produtos consumidos na alimentação. Segundo o documento, a suplementação não tem os mesmos efeitos que o consumo de produtos in natura.

Os nutrientes existem como conceito desde o início do século XIX. Foi o doutor e químico inglês William Prout que identificou os três principais constituintes dos alimentos – proteína, gordura e carboidratos – que foram chamados de micronutrientes. Sobre esta descoberta, o cientista alemão Justus Von Liebig adicionou um par de minerais aos três grandes micronutrientes e declarou que o mistério da nutrição animal estava revelado. No entanto, Liebig passou longe das vitaminas. Estas foram descobertas no início do século XX, quando o bioquímico polaco Casimir Funk, remetendo-se, em 1912, às antigas ideias vitalistas dos alimentos, denominou de “vitaminas” – “vita” por vida e “aminas” porque são componentes orgânicos organizados em torno do nitrogênio – o primeiro conjunto de micronutrientes (POLLAN, 2006, pp. 19-21).

As vitaminas eram a nova obsessão do século XX, tendo sido quase classificadas de invenção e não de descoberta. Foram consideradas como postulado pouco antes da Primeira Guerra Mundial pelos cientistas envolvidos na busca alquímica pelo “princípio da vida” – o ingrediente essencial que faria com que o alimento mantivesse a vida. As vitaminas começaram como ciência e viraram mania. O betacaroteno, que existe em abundância nas

⁹⁴ Cf. no site, disponível em: <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/racao-humana-da-prefeitura-de-sao-paulo-e-inaceitavel-afirma-pesquisadora-da-usp/> Acesso em: 18 out. 2017.

cenouras, teve que ser adicionado à margarina, embora a deficiência dessa vitamina fosse praticamente desconhecida. Na Grã-Bretanha e nos EUA, o processamento de alimentos, que diminuía as vitaminas nos produtos comestíveis, tornou-se um foco de ansiedade na década de 1930. Em 1939, a Associação Médica Americana recomendou que os alimentos processados fossem injetados com um número suficiente de nutrientes para fazer com que voltassem aos seus “altos níveis naturais” (ARMESTO, 2004, p. 87-8).

Vale ressaltar que a ansiedade pelas vitaminas na década de 1930 se deve também às devastadoras epidemias de pelagra e beribéri que resultaram dos processos de refinação da farinha. O processamento dos alimentos, por exemplo no caso do trigo, consiste em remover o farelo da semente, esmagando o gérmen que contém os óleos que são ricos em nutrientes, eliminando os “problemas” com o gérmen, que tem, dentre os seus efeitos, o de deixar a farinha amarela cinza (amarela por causa do betacaroteno), reduzir sua vida útil na prateleira do supermercado devido ao óleo (que uma vez exposto ao ar se oxida, virando rançoso), sendo um estado pouco desejável para as indústrias. Assim, a farinha branca, depois de 1930, começou a ser fortificada com vitamina B, e a partir de 1966 tornou-se obrigação incluir o ácido fólico também (POLLAN, 2009, p.107-109).

A história do refinamento leva o jornalista Michael Pollan a falar em reducionismo da ciência da nutrição. Para o jornalista, o reducionismo, quando se aplica a algo tão complexo como comida, traz resultados totalmente indesejáveis. A conveniência deste reducionismo para a indústria é inegável, pois permite, por exemplo, que a Coca Cola possa vender refrigerantes fortificados com vitaminas (POLLAN, 2009, p. 109,111). Os nutrientes e atributos nutricionais incluídos nos produtos são divulgados em termos positivos. Desta forma os marqueteiros estão conseguindo transformar o “*junk food*” em comida saudável (NESTLE, 2013, p. 300, 336).

Ao falar no reducionismo, encontramos como ecoam as palavras do publicitário simplificador que Bernays define. No entanto, o propagandista ressalta a importância de compreender a estrutura de grupos da sociedade e os princípios da psicologia de massas. Ao falar justamente em alimentos, Bernays (2010, p. 69) explica a importância de se perguntar: “Quem influi nos hábitos alimentícios das pessoas?”, tendo como resposta clara: “os médicos”. Desta forma, de acordo com o publicitário, são os médicos que devem afirmar publicamente se um determinado produto é saudável ou não.

A engenharia de alimentos, desde sua criação, procura facilitar a duração dos alimentos. Por exemplo, o café instantâneo foi criado para ser transportado pelas tropas durante a segunda guerra mundial. Os aditivos são necessários no processamento para reparar o dano causado durante o processo de elaboração dos produtos. A agregação de valor por meio do processamento permite gerar maior faturamento para as empresas, as quais devem competir por cada real gasto pelos consumidores. Desta forma, a elaboração de produtos ultraprocessados precisa recriar sabores utilizando cada vez as commodities mais baratas como o xarope de milho (ROBERTS, 2009, p. 33-45).

Porém para serem atrativos e percebidos como nutritivos, a publicidade é fundamental. Bernays sinaliza, por exemplo, a dependência psicológica que existe entre os homens e seus médicos para seguirem conselhos de saúde (2010, p. 69). Entendemos assim como outros atributos e apelos aparecem no contexto de promoção de produtos ultraprocessados, como os produtos *lesser-evils*, nicho de mercado que nasce a partir do um clamor importante por produtos saudáveis. Sendo suficientemente grande para sacrificar o prazer, as empresas produzem fórmulas baseadas no slogan “melhor para você”, como cervejas ou batatas com baixas calorias, sorvetes baixos em gordura etc. (MOSS, 2013, p. 245; POLLAN, 2009, p. 55). Aparecem também os produtos funcionais e os nutracêuticos. Existindo de fato uma premissa que associa comida e saúde, as empresas, por sua vez, fazem os maiores esforços para fazerem deste um mercado cativo.

Grande parte da pesquisa em alimentos funcionais está focada em criar gorduras e azeites que reduzam a indesejável gordura saturada ou as gorduras trans, ou enriquecidas, na desejável gordura monossaturada ou ômega-3. Desde os anos 90, o ômega 3 está sendo utilizado em grande quantidade de produtos, fórmulas para crianças, margarinas, bebidas, ovos, etc. Na realidade, os alimentos funcionais têm mais a ver com marketing do que com saúde. Assim, o alimento foi se transformando em medicamento, e a alimentação já não responde à necessidade de satisfazer à fome ou à necessidade de energia, mas sim à “fome de saúde” (CONTRERAS, 2011, p. 411).

O que se torna verdadeiramente perturbador neste tipo de produto é a sugestão de que os alimentos sejam medicinais. De acordo com a nutricionista Joan Gussow, eles convertem o prazer de comer na ideia de se estar tomando medicamentos. Marion Nestle afirma que comer

saudável não é complicado, não consome muito tempo e não é um castigo, daí a não precisarmos de novos produtos para isto (2013, p. 356). Por sua vez, Michael Pollan sinaliza que a forma como as pessoas comem é uma das mais poderosas formas nas quais elas se expressam e preservam a sua identidade cultural, daí que fazer escolhas mais científicas neste quesito implica em esvaziá-los de seu conteúdo étnico e histórico (POLLAN, 2009, p. 58).

Porém, os nutracêuticos e outros apelos de saúde abrem todo um mundo de possibilidades de comercializar produtos. Kellogg foi a primeira empresa a utilizar um apelo de saúde na embalagem de seus produtos. Trabalhando junto com o Instituto Nacional do Câncer, informava aos consumidores que comer comida rica em fibra como o cereal All-Bran poderia ajudar a prevenir o câncer. Restrições que tinham sido impostas pela FDA para impedir os apelos de saúde foram assim burladas em 1984, convertendo-se, a partir desse momento, em parte das estratégias de comunicação das marcas (NESTLE, 2013, p. 240-1).

Em 1996 a Kelloggs tinha mais de 50 de seus produtos certificados como favoráveis para prevenir doenças do coração, incluindo o selo da Associação Americana do Coração nas embalagens. Dentro dos produtos estavam os Sucrilhos, conhecidamente um cereal com grande conteúdo de açúcar (NESTLE, 2013, p. 124). Também, graças a uma aliança realizada entre a Associação Americana de Dietética, os cereais Kelloggs se anunciavam como fortificados com vitaminas B6 e B12, reivindicando que com os seus produtos era possível ter o 100% do ácido fólico requerido diariamente (NESTLE, 2013, p. 128).

Hoje em dia, dificilmente se encontram nas prateleiras dos supermercados produtos que não tenham apelos de saúde, adição de nutrientes, vitaminas e todas as outras estratégias, que graças ao lobby e ao marketing das indústrias, permitiram converter os produtos reconhecidos como comestíveis, numa “diversidade” de alimentos para o consumo cotidiano. Assim, nos supermercados nos deparamos com nutrientes e não com alimentos, o que não é a mesma coisa. Atualmente encontramos nas prateleiras apelos científicos com termos como “colesterol”, “fibra” e “gordura saturada”. Mais importante do que os alimentos é a presença ou ausência destas substâncias indivisíveis, às quais são conferidos benefícios para a saúde dos que os consomem.

Neste sentido, é realmente preocupante considerar que a “farinata” possa utilizar, além de alimentos in natura fora de padrão para a venda em supermercados, alimentos que estão perto

da data de vencimento, ou seja, produtos ultraprocessados, como tem sido informado pela empresa Plataforma Sinergia. Seguindo a lógica reducionista, no site da Plataforma Sinergia são ressaltadas as virtudes nutritivas da farinata como solução para acabar com a fome.

Um ponto importante a considerar neste momento é que o acesso à mídia é fornecido por *gatekeepers* (CURRAN, 2002, BENNETT, 2007, BOSETTI, 2007 apud CASTELLS, 2015, p. 253). Essa dimensão da política da mídia é essencial, porque sem esse acesso às mensagens os mensageiros não podem atingir seu público-alvo. No caso da comida de verdade, comida in natura e as recomendações do Guia Alimentar Brasileiro ficam longe de alcançar a população brasileira.

Castells aponta a existência de quatro componentes de *gatekeepers*: (1) o controle organizacional supervisor tanto de entidades governamentais quanto de empresas; (2) decisões editoriais; (3) as escolhas das equipes de jornalismo; e (4) a lógica do desempenho adequado da tarefa atribuída ao veículo

Ao considerarmos o ponto um, quanto mais independente for a mídia do controle governamental, seja por meio de transmissão pública independente e estatutária ou por propriedade privada, mais o acesso será influenciado por interesses comerciais, publicidade como uma função da quota de audiência (CASTELLS, 2015, p. 254). Será difícil, assim, levar mensagens contrárias aos ultraprocessados, que por sua vez possuem altos níveis de publicidade.

No artigo “Análise da publicidade televisiva de alimentos no contexto das recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira”⁹⁵, apresentado na Universidade Federal de Minas Gerais, foi gravada a programação dos quatro canais mais populares de televisão no mês de janeiro de 2014 por dois dias não consecutivos. Do total de 2.732 comerciais identificados, a publicidade de alimentos e bebidas representou a terceira maior categoria anunciada, com 10,2%. Nessa categoria, os alimentos ultraprocessados corresponderam a 60,7% dos anúncios, e os alimentos in natura ou minimamente processados a cerca de 7%. A realidade evidenciada se opõe às recomendações do guia alimentar.

⁹⁵ Cf. no site, disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v33n4/1678-4464-csp-33-04-e00209115.pdf> Acesso em: 23 mai. 2018.

Embora a obesidade não seja objeto deste estudo, queremos ressaltar que a importância que o Guia Alimentar dá à definição de alimentos ultraprocessados se deve à sua identificação como causantes de obesidade. A obesidade é uma doença crônica de etiologia complexa e com múltiplos fatores associados, tais como hábitos de vida, características socioambientais e susceptibilidade genética/biológica (WHO, 2011 apud MENDES, 2012). Pode ser vista como uma epidemia mundial, sendo estimado que 500 milhões de adultos são obesos e 1.5 milhões têm sobrepeso (FINUCANE e al, 2011 apud COSTA-FONT, 2013, p. 4). Pela primeira vez na história da humanidade a população com sobrepeso é maior do que a população com fome (POPKIN, 2007 apud COSTA-FONT, 2013, p. 4).

Os especialistas atribuem essa epidemia a mudanças no padrão alimentar da população em geral, que nas últimas quatro décadas trocou a alimentação tradicional de cada país – composta principalmente por cereais, verduras e carnes – por alimentos ultraprocessados. Um estudo realizado no Centro de Pesquisa em Obesidade e Comorbidades (OCRC) mostrou que essa alteração no padrão alimentar tem consequências na região cerebral que regula a fome.⁹⁶

De acordo com Licio Velloso, professor do Departamento de Clínica Médica da Unicamp e coordenador do OCRC, “a ingestão de gordura saturada gera uma inflamação no hipotálamo, a região do cérebro que controla a saciedade, e os neurônios começam a não regular tanto a fome”. A boa notícia é que essa inflamação pode ser revertida. “Da mesma forma que o ácido graxo saturado inflama, o insaturado reverte”, disse. Por isto a importância do guia de recomendar os alimentos in natura como base da nossa alimentação⁹⁷.

Por sua vez, o professor da Faculdade de Saúde Pública da USP Carlos Monteiro, coordenador do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (Nupens) e idealizador da classificação de alimentos do atual Guia Alimentar e quem cunhou o termo de ultraprocessados, ressalta que se para a obesidade, individualmente, a genética é importante, explicar essa epidemia global com uma causa genética fica difícil. A epidemia é atribuída a um fator ambiental⁹⁸.

⁹⁶Cf nos sites, disponível em: <http://blogdomoreira.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Coluna-15042018.pdf> e disponível em:

http://agencia.fapesp.br/estudofeito_na_unicamp_permite_tracar_o_roteiro_da_obesidade/26184/ Acesso em: 24 mai. 2018.

⁹⁷ Cf. no site, disponível em: <https://blogdomoreira.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Coluna-15042018.pdf> . Acesso em 10 fev 2019.

⁹⁸ Ibid.

Chegamos desta forma à mesma reflexão que Marion Nestle, e que foi apresentada na introdução desta pesquisa:

...as empresas devem competir com agressividade por cada dólar gasto em comida. A primeira missão das empresas é vender produtos. As empresas não são agências de saúde ou serviços sociais. A nutrição se converte em um fator que para as empresas só é considerado se puder ajudar a vender (2013, p. 2).

Começamos esta seção refletindo sobre a existência da fome apesar do desenvolvimento, com nosso interesse em entender a influência da comunicação na mente pública e na mente do consumidor, procurando vislumbrar como é semeada a monocultura na mente das pessoas, utilizando os termos de Vandana Shiva. Assim, seguindo com a lógica da monocultura, o Estado monocultural segue um só caminho de desenvolvimento, que considera inútil qualquer tipo de uso da terra que não seja o produtivo, que como temos visto gera uma grande sobreprodução e desperdício. O sistema hegemônico, com seu objetivo de produzir commodities baratas, faz com que estas sejam a base da maioria dos produtos ultraprocessados que encontramos nas prateleiras dos supermercados, os quais são apresentados como uma alta variedade de escolha, graças à publicidade, dialética entre “liberdade” e modelos normatizados.

Essa monocultura da mente poderia ser a rede ideológica da megamáquina social citada por Mumford. Para o filósofo, é preciso entender a megamáquina para poder reconquistá-la e submetê-la a fins humanos que ficaram esquecidos com progresso tecnológico, o que nos permitiria caminhar para autonomia (MUMFORD, 1979, p. 24,77).

No percurso desta seção, apresentamos também como a Campanha contra a Fome e pela vida liderada por Betinho trouxe à luz, e especialmente à agenda política, a importância de resolver este flagelo. A campanha somou forças com outras mobilizações, permitindo a criação de políticas públicas efetivas do combate à fome, que redundaram na saída do Brasil do mapa da fome no ano de 2014. De acordo com Castells (2015, p. 264), uma vez que as diretrizes e estratégias políticas são formuladas, a política da mídia entra em uma nova fase de operação: a identificação dos valores, crenças, atitudes, comportamento social e comportamento político para segmentos da população, identificados segundo a sua distribuição demográfica e espacial. Foram os valores, crenças, atitudes, e os comportamentos social e político,

identificados na população com o objetivo de conseguir o apoio na luta contra a fome a partir de políticas públicas?

De acordo com Castells (2015, p. 208, 278), ainda, as pessoas tomam suas decisões, inclusive suas decisões políticas, com base em imagens e informações que, de um modo geral, são processadas pela mídia, inclusive a internet. Esse é um processo contínuo. Desta forma as campanhas, eleitorais ou não, operam nas predisposições armazenadas na mente das pessoas pela sua prática na vida cotidiana e são os valores que moldam as decisões dos cidadãos com mais frequência do que seus interesses. Assim, as notícias da mídia são formatadas de maneira que atraiam o espectador médio, de modo que possam estabelecer a conexão entre as predisposições das pessoas e sua avaliação das questões, que são a essência da vida política.

O boliviano Luis Ramiro Beltrán (1930-2015), um dos autores fundamentais no campo da comunicação para o desenvolvimento, ao analisar o modelo de comunicação de Laswell, o mais extenso nas escolas de comunicação e que segue a lógica da persuasão, questiona a validade destes paradigmas, modelos e teorias comunicativas no campo da comunicação social. O teórico da comunicação conclui que existem grandes contradições ao utilizar este tipo de enfoque comunicacional quando a perspectiva é a de impulsar processo de mudança sociocultural e participação cidadã (MARÍ, 2011, p. 11).

O autor ressalta a capacidade dos teóricos sul-americanos de atuarem, seguindo a expressão bejaminiana, como “visionários do fogo”, como aqueles que cedo identificaram as contradições do modelo dominante de comunicação. No contexto do capitalismo global, parece que termos como informar e comunicar, sob o ponto de vista da lógica hegemônica, são só transmissivos (Ibidem, p. 11, 15).

Embora as políticas públicas tenham permitido tirar milhões de brasileiros da fome, o sinal amarelo de voltar ao mapa da fome foi aceso. Índícios como a volta da campanha de arrecadação de alimentos “Natal sem Fome”, realizada em dezembro de 2017, confirmam esta realidade. Na matéria intitulada “O Ronco da Fome” da revista Radis⁹⁹, Francisco Menezes pontuava que “a fome está muito associada à pobreza extrema, e temos preocupação sobre políticas de restrições orçamentárias que estão sendo implementadas”, ao se referir a medidas

⁹⁹ <https://agencia.fiocruz.br/radis-destaca-risco-do-brasil-voltar-ao-mapa-da-fome> acesso 24 de maio de 2018

como a Emenda Constitucional 55, que congela os gastos públicos por 20 anos, e cortes em programas como o Bolsa Família, que teve 1,1 milhão de benefícios cancelados ou bloqueados pelo governo.

Como citamos no item 3.2., a maioria das pessoas apresenta uma atitude generosa nos momentos de arrecadação de alimentos, constatada uma vez mais na campanha de Ação da Cidadania do Natal de 2017. No entanto, também tem sido apresentado e ressaltado pelos movimentos sociais que além das medidas de urgência são necessárias medidas políticas para resultados a longo prazo. Lembremos que, de acordo com Castells (2015, p. 213, 218), só uma reprogramação de valores na sociedade, assim como contramolduras suficientemente poderosas para desafiar as molduras estimuladas pela elite, podem produzir uma verdadeira mudança.

Ao refletir sobre as campanhas de arrecadação de alimentos, sua aceitação e o tipo de comunicação utilizada, podemos ver que este tipo de campanhas pode estar seguindo a lógica transmissiva da informação sinalizada por Beltrán. Porém, de acordo com o autor, outro tipo de comunicação deve ser utilizado para poder gerar processos de mudança social e participação cidadã. Consideremos ainda a apologia do simplificador sinalizada por Edward Bernays, tão necessária para transmitir mensagens e persuadir os consumidores.

Nos encontramos, assim, frente a grandes contradições: a fome tem múltiplas causas, é um objeto complexo, a comunicação transmissiva que fala de maneira simplificadora e reducionista apresenta separadamente questões como produção – em realidade sobreprodução, em campanhas de grande alcance como a de Agro é Pop! –, desperdício, e quando as decisões editoriais e o *gatekeeping* o permitem, se fala de fome ou obesidade, assim como dos outros binômios (saúde/doença e seguridade/risco) constituídos e reforçados pelo sistema alimentar dominante .

No capítulo seguinte procuraremos pistas sobre outras maneiras de comunicar que permitam gerar contramolduras na mente do consumidor, e que permitam levar para os consumidores o entendimento de objetos complexos como a fome, suas causas e suas múltiplas dimensões.

Um autor que utilizaremos para esta análise será o teórico da comunicação americano James Carey (1934-2006), um dos fundadores dos estudos culturais críticos nos EUA. Seu projeto

identifica-se com a ideia de que a sociedade é uma forma de comunicação, a partir da qual a experiência é descrita, partilhada, modificada e preservada, orientada para a manutenção da sociedade no tempo e não para a disseminação das mensagens no espaço, que ele denomina visão ritual. Esta pode se contrapor à visão transmissiva da comunicação, modelo que consiste na disseminação das mensagens à distância, e se encontra mais difundida nas culturas industriais, vinculando-se a noções como “enviar”, “transmitir” ou “dar informação aos outros”.

De acordo com Carey, a visão transmissiva sobrevaloriza o individualismo obsessivo e desvaloriza o significado das atividades humanas que não seja prática e orientada para o trabalho produtivo. Na sua perspectiva, a cultura é diminuída por parte do pensamento social nos EUA devido à separação da ciência do universo da cultura.

O autor apresenta, assim, uma ciência sem cultura. Lembremos que Morin, por sua vez, fala em ciência sem filosofia, resultado do paradigma da simplificação que surge com a proposta de Descartes. Morin enfatiza, ainda, que “a ciência tornou-se cega em sua incapacidade de controlar, prever, e até mesmo de conceber o seu papel social” (2011, p. 51).

Na visão transmissiva da comunicação, as qualificações complexas relativas à cultura, e de formas de expressão de diversidade de atividades, de práticas, assim como suas coordenadas espaço-temporais, são mantidas na sombra, no umbral, no limite, longe da superfície onde não consigam impedir a homogeneização, os territórios, as atividades, as trocas e as entidades trocadas.

Carey (2009, p.xviii) apresenta uma segunda visão de comunicação que reflete as raízes do termo comunicação com palavras como comunidade, comum e comunhão. Neste sentido, a comunicação promove a tradição, a continuidade e os laços. O autor chama este tipo de visão como comunicação ritual ou cultural. Argumentando que a “visão ritual de comunicação não se concentra na extensão de mensagens no espaço, mas em manter a sociedade no tempo; não no ato de dar informações, mas no compartilhamento de crenças.

As reflexões de Carey com relação a uma visão cultural implicam o respeito a tradições e à multiculturalidade. Ao traspor esta visão com o tipo de desenvolvimento monocultural que temos analisado até o momento, pretendemos explorar a existência de um ponto de encontro

entre outras formas de comunicar e o que Boaventura de Sousa sinaliza como sociologia das emergências e das ausências.

De acordo com o sociólogo, existe um significado profundo das emergências que pode ser detectado nas diferentes tradições culturais, sendo que na filosofia ocidental quem melhor o tratou foi o filósofo alemão Ernst Bloch (1885-1977), que trouxe o conceito de “ainda-não” (*Noch Nicht*), que preside a sociologia das emergências. Dizer não é dizer sim a algo diferente. O ainda-não extrai o que existe como latência, portanto é complexo. Subjetivamente, é a consciência antecipadora esquecida por Freud. A subjetividade, ressalta o autor, depende da qualidade de sua dimensão subjetiva. É a consciência cosmopolita e o inconformismo ante o desperdício da experiência. Bloch (1995, p. 241 apud SANTOS, 2010, p. 40) falava em conceitos fundamentais, os quais não são acessíveis sem a teoria das emoções. Estas emoções estão presentes no inconformismo, como tem sido teorizado por Manuel Castells (2013).

Boaventura de Sousa propõe substituir o vácuo do futuro de acordo com o tempo linear, tempo monocultural. O ainda-não é uma capacidade que pode ser relacionada com potência, e é possibilidade, ou seja, potencialidade. Nesta construção, nos debruçaremos na denominada ecologia dos meios e refletiremos sobre a visão transmissiva da comunicação, assim como a visão cultural que tem sido levantada como uma visão alternativa. Com o objetivo de buscar outras maneiras de comunicar, visando processos de transformação social e participação cidadã.

4 ECOLOGIA DOS MEIOS: A METÁFORA ECOLÓGICA

As metáforas surgem espontaneamente para concretizar uma informação, qualificar alguém ou cristalizar um saber sob a forma de provérbio. (MORIN, 1999, p. 170). As metáforas são dispositivos cognitivos básicos da comunicação e da cultura humana (LAKOFF E JOHNSON, 1991; ORTONY, 1979; LIZCANO, 2006 apud SCOLARI, 2015, p. 27). Elas são fundamentais para entender o mundo que nos rodeia, e ocupam um papel central na nossa concepção das tecnologias¹⁰⁰. Muitos novos paradigmas ou modelos teóricos nasceram ou se representam através das metáforas. As teorias da comunicação não são exceção.

Na conferência inaugural da Convenção da Associação da Ecologia dos Meios, no mês de junho de 2000, Neil Postman (1931-2003) pontuava: um meio é uma tecnologia dentro da qual cresce uma cultura; o que quer dizer que modela essa cultura, sua organização social e suas formas de pensar habituais.

A metáfora biológica da ecologia tem seu primeiro uso no seu significado moderno pelo zoólogo alemão Ernst Haeckel, que utilizou a palavra para referir-se às interações entre os elementos do nosso entorno natural, dando especial ênfase em como estas interações possibilitam um entorno equilibrado e saudável. A intenção de por a palavra “meios” ao lado da palavra “ecologia” implica que o interesse não são só os meios, senão também os seres humanos que dão a uma cultura o seu caráter e que, poderia ser dito, ajudam a preservar o seu equilíbrio simbólico a palavra nos compele a manter o nosso lar planetário ordenado (POSTMAN, 2015, p. 98).

A questão ambiental aparece como uma problemática social e ecológica generalizada de alcance global e planetário, que mexe com todos os âmbitos da organização social, os aparatos do Estado e os grupos e classes sociais. Isso induz um amplo e complexo processo de transformações epistêmicas no campo do conhecimento e do saber, das ideologias teóricas e práticas dos paradigmas científicos e os programas de pesquisa (MORIN, 2006, p. 282).

100 “As metáforas são importantes. As pessoas que vêem a tecnologia como uma ferramenta, se vem a si mesmas controlando esta ferramenta. As pessoas que vêem a tecnologia como sistema, se vêem atrapalhadas no seu interior. (...) Cada uma das metáforas é “correta” em algum sentido; cada um entende algumas características importantes da tecnologia na sociedade. E sugerem diferentes possibilidades para a ação e a mudança” (NARDY e O’DAY, 1999 apud SCOLARI, 2015, p. 27, tradução nossa).

De acordo com Morin em *O Método 2* (2015, p. 96-106), a problemática ecológica não é somente local, regional, nacional, continental. Formula-se em termos de biosfera e humanidade. Ao suscitar o problema da relação homem-natureza no seu conjunto, na sua extensão e na sua atualidade, a ciência ecológica converte-se em uma ciência/consciência planetária. A humanidade tornou-se o subjogador global da bioesfera, mas por isso mesmo sujeitou-se a ela. A explicação dos fenômenos humanos não pode passar sem autor nem sem ecossistema. O pensamento ecológico é a introdução do olhar e da dimensão ecológicos na descrição e na explicação de tudo aquilo que vive, incluindo a sociedade, o homem, o espírito, as ideias e o conhecimento.

Ao falar em ecologia dos meios, seria desejável que fôssemos mais conscientes de que nós, seres humanos, vivemos em dois tipos distintos de ambiente. Um é o ambiente natural que está composto de coisas como o ar, as árvores, os rios, etc. O outro é o entorno dos meios, que se compõe de linguagem, números, imagens, hologramas e todos os outros símbolos, técnicas e mecanismos que nos fazem ser o que somos (POSTMAN, 2015, p. 99).

Todos os meios são metáforas ativas. Contam com o poder de trasladar a experiência a novos formatos. A palavra falada foi a primeira tecnologia através da qual o ser humano foi capaz de soltar o seu ambiente para poder sujeitá-lo de uma nova maneira. As palavras são sistemas complexos de metáforas e símbolos que traduzem nossa experiência a nossos sentidos pronunciados ou externos. São uma tecnologia do explícito (MCLUHAN, 1964, p. 56 apud LOGAN, 2015, p. 208).

As teorias da comunicação têm sido classificadas de diferentes maneiras: a partir da sua origem disciplinar (sociologia, psicologia, antropologia, etc.), de seus sistemas explicativos (cognitivo, sistêmico, etc.), de seus níveis de organização (interpessoal, grupal, institucional, massiva, etc.) ou da sua concepção implícita da prática comunicacional (retórica, semiótica, fenomenológica, etc.) (CRAIG, 1999 apud SCOLARI, 2015, p. 17).

O doutor em Linguística Aplicada e Linguagens de Comunicação Carlos Scolari (1963-) propõe fazer uma nova classificação: as teorias generalistas e as especializadas. As generalistas procuram construir quadros integradores globais de todos os processos que afetam ao mundo da comunicação. Entre estas estão a economia, políticas da comunicação e da cultura, a qual abarca processos de produção, distribuição e consumo da comunicação sem

deixar de lado a análise das mercadorias culturais. Por sua vez, as especialistas se focalizam num processo determinado, como pode ser por exemplo a *agenda-setting* (SCOLARI, 2015, p.17).

A proposta de Scolari de construir quadros integradores encontra todo o sentido se pensarmos no combate incansável ao pensamento reducionista proposto por Morin. Dessa forma, as teorias da comunicação não seriam mais passível de redução a uma única noção como informação, percepção, descrição, ideia ou teoria. Defende que todo conhecimento cognitivo necessita da conjunção de processos energéticos, elétricos, químicos, fisiológicos, cerebrais, existenciais, psicológicos, culturais, linguísticos, lógicos, ideais individuais, coletivos, pessoais, transpessoais e impessoais, que se encaixam uns nos outros (MORIN, 1999, p. 20-21).

Assim, a ecologia dos meios faz parte das teorias generalistas. Pensamos mesmo que poderiam ser chamadas de teorias complexas da comunicação. A partir deste ponto de vista, a ecologia de meios é uma teorização expandida que compreende, de acordo com o teórico-enunciador, quase todos os aspectos dos processos de comunicação, desde as relações entre meios e a economia até as transformações perceptivas e cognitivas que sofrem os sujeitos a partir da sua exposição às tecnologias da comunicação.

Não se concentra num meio especial, é uma teoria *transmedia* a todos os efeitos e não faz referência a um período de tempo limitado: sua reflexão começa com a aparição da linguagem, segue com a transição da oralidade até a escrita, chega até nossos agitados dias da vida digital, e em algumas ocasiões não renunciam a delinear cenários futuros (SCOLARI, 2015, p. 17-8).

Assim, a ecologia dos meios é o estudo dos ambientes humanos. Se preocupa por entender como as tecnologias e técnicas de comunicação controlam forma, quantidade, velocidade, distribuição e direção da informação; e como, por sua vez, essas configurações ou preferências da informação afetam as percepções, valores e atitudes das pessoas (POSTMAN, 1979, p.186 apud POSTMAN, 2015, p. 137). É o estudo dos meios como meios, que se deduz da famosa frase de Marshall McLuhan, “O meio é a mensagem” (1964, p.7 apud SCOLARI, 2015, p.151). McLuhan se referia ao fato do peixe não ser consciente da água, o ambiente que lhe dá suporte e existência.

Observemos que Lewis Mumford e Jaques Ellul são dois autores da história das técnicas considerados pelos ecólogos dos meios como os precursores deste campo de estudos, chegando o livro “Técnica e Civilização” de Mumford a ser sinalizada como a obra fundacional.

Mumford levantava um paralelismo entre o orgânico e o técnico, que o convertem em um dos pioneiros em propor uma visão ecológica da cultura da tecnologia – fundada nos conceitos de “vida”, “supervivência” e “reprodução” – que superava os velhos enfoques mecanicistas, baseados em “ordem”, “controle”, “eficiência” e “poder” (SCOLARI, 2015, p. 20).

As duas obras de Ellul que constituem a principal referência para os ecólogos de meios são: “A Técnica e o Desafio do Século” (1954) e “Propagandas” (1962). O teólogo questionava a substituição dos valores morais pelos valores técnicos. Com relação à propaganda, sua preocupação era o poder persuasivo das imagens frente às formas tradicionais de comunicação baseadas na palavra, bem como a confrontação discursiva. O teólogo via a criação de um universo abstrato construído no cérebro dos indivíduos (ELLUL, 1954, p. 372-380; SCOLARI, 2015, p. 20).

McLuhan afirmava que os efeitos da tecnologia “não se produzem em nível das opiniões ou conceitos, senão que alteram as proporções do sentido e os padrões de percepção constantemente sem nenhum tipo de resistência” (1964, p. 31 apud SCOLARI, p. 29). Esta interpretação da metáfora ecológica poderia definir-se como a dimensão ambiental da ecologia midiática, na qual os meios criam um ambiente que rodeia o sujeito e modela sua percepção e cognição. (SCOLARI, 2015, p. 29).

Ao falar em modelização, consideramos pertinente citar Felix Guattari, de acordo com o filósofo, o capitalismo modeliza o social nos mínimos detalhes, desde os aparelhos do Estado e os equipamentos coletivos até os comportamentos e afetos individuais. Os equipamentos coletivos, os meios massivos, a publicidade, não param de interferir com os níveis mais íntimos da vida subjetiva. Assim, a produção de subjetividade é transmitida aos menores modelizando a sua percepção, seu imaginário e seus valores de referência (GUATTARI, 2015, p. 150, 284).

Guattari era grande crítico da mass-mediaticização. Considerava os meios massivos como idiotizantes e infantilizadores: “A máquina mass-mediática navega como um barco bêbado no seio da subjetividade coletiva. Que é a sua vez o reflexo da sua instância modeladora, desde todos lados, se sente a necessidade de uma reflexão ética e prospectiva a proposito dela” (2015, p. 337).

Desta forma, para entender a modelização de acordo com o pensamento de Guattari: devemos considerar o ambiente, a megamáquina com seus equipamentos e também a mensagem, que faria parte da comunicação transmissiva trabalhada pelo James Carey.

Para Guattari (2015, p. 241) meios como a televisão comprometem as faculdades humanas e inclusive o inconsciente. Para o filósofo, se assiste ali a uma profunda modificação do estado de consciência e da vigilância perceptiva. Tende a lateralizar as incitações ansiogênicas, resultando na indução de um “comportamento de elusão”. Em harmonia com este empobrecimento perceptual, os programas tendem geralmente a infantilizar a apreensão do mundo exterior.

Para McLuhan, por sua vez, modelamos os instrumentos de comunicação, mas ao mesmo tempo eles nos moldam sem que sejamos conscientes (apud SCOLARI, 2015, p. 22-23). Para o autor ainda, todos os meios – em si e sem considerar as mensagens que comunicam – exercem uma persuasiva influência no ser humano e na sociedade.

McLuhan defendia que o meio é a mensagem porque o conteúdo de um meio, é de certa forma outro meio. Por exemplo, o meio da expressão oral se converte no conteúdo da escrita, o meio da escrita se converte no conteúdo da imprensa, o meio da imprensa se converte no conteúdo do hipertexto (apud STRATE, 2015, p. 153). O meio é a mensagem porque o meio precede a mensagem. Antes de poder codificar uma mensagem, devemos conhecer um código com o qual construí-lo.

O objetivo de McLuhan era chamar a atenção sobre a complexa relação dialética. O filósofo costumava dizer que a dialética não é um fim em si mesmo para os ecólogos dos meios e sim um passo mais em direção a uma perspectiva ecológica (Ibid., p. 156).

Ao encontrar esta relação dialética entre o meio e a mensagem em Guattari sendo esclarecida por McLuhan, considerarmos pertinente trazer neste diálogo mais um autor importante da ecologia dos meios: o canadense experto em teoria econômica e teórico de meios Harold Innis (1894-1952). O canadense é considerado por autores como James Carey ou Postman como o verdadeiro revolucionário que deu à ecologia dos meios a sua configuração definitiva.

Foi Innis o primeiro em contar a história da humanidade pondo os processos de comunicação ao centro do seu relato. O teórico passou a analisar a economia das ferrovias e as peles, a focalizar seu estudo nas tecnologias que permitiram o fluxo da informação e conhecimento, um tipo de análise que McLuhan levaria até às últimas consequências (SCOLARI, 2015, p.21). Foi retomada quase cinquenta anos depois por Manuel Castells, que fará algo similar na sua obra “Sociedade em Rede”, de 1996 (MARTINEZ, 2015, p. 112).

Atentemos que Carey dedica um capítulo do seu livro “Comunicação como Cultura” (1989) para fazer um tributo a Harold Innis. Carey ressalta a importância das pesquisas de Innis pelo fato de considerar as dimensões de tempo e espaço juntamente com a comunicação, as quais se tornam muito esclarecedoras para o entendimento da visão transmissiva da comunicação, da qual aprofundaremos a seguir.

4.1 A visão transmissiva da comunicação

A primeira e mais dominante forma de ver a comunicação é exclusivamente em termos de mensagens, informação, e ordens no espaço. Neste contexto, o termo comunicação é associado com a imagem de transporte. Este tipo de comunicação é denominada por James Carey como a visão transmissiva da comunicação (2009, p. xviii).

No seu tributo a Harold Innis, Carey observou que as mudanças nas tecnologias de comunicação afetavam a cultura ao alterar a estrutura de interesses (as coisas sobre as que pensamos) e ao mudar o caráter dos símbolos (as coisas com as quais pensamos) e mudando a natureza da comunidade (o lugar no qual o pensamento é desenvolvido) (CAREY, 2009, p. xx).

Desta forma, para Carey as tecnologias são completamente culturais. Uma vez que as tecnologias são construídas e instaladas, elas modelizam os mundos onde estão instaladas. Na

compreensão de Carey e Innis, as tecnologias da informação deixavam seu selo na organização cultural e social (Ibid., p. xx).

A visão transmissiva da comunicação é a mais comum na nossa cultura – de todas as culturas industriais – e domina os significados que podemos encontrar nos dicionários sobre o termo. A comunicação é definida por termos como: transmitir, enviar, ou dar informação a outros.

Esta visão está formada pela metáfora do transporte geográfico, a transmissão de mensagens com o propósito de controle, que vem do tempo no qual o alto e baixo Egito foram unificados sob a primeira dinastia. Com a invenção do telégrafo, a transmissão e a comunicação se tornaram inseparáveis. Apesar de que as mensagens pudessem ser produzidas e controladas centralmente, através da monopolização da escrita ou da impressão, estas mensagens precisariam ainda ser carregadas pelos “mensageiros” para serem distribuídas.

O telégrafo acabou com a identidade do transporte, mas não destruiu a metáfora. A orientação e o entendimento da comunicação com o transporte se manteve nas raízes de nosso pensamento na ideia de transmissão. Como exposto por Mumford em 1967, comunicação é o processo pelo qual as mensagens são transmitidas e distribuídas no espaço para o controle da distância e das pessoas (Ibidem, p. 12-13).

De acordo com Carey, as ciências sociais nos EUA têm representado a comunicação dentro da visão transmissiva. O principal problema que tem sido considerado pelos americanos são as condições de liberdade contra as forças que poderiam conter a dita liberdade. Estas forças eram consideradas políticas e institucionais, não psicológicas. Sob este enquadramento, uma vez a liberdade fosse assegurada contra estas forças, a verdade e o progresso social seriam garantidos. Citando Lippman, o autor sinaliza que um sistema livre de comunicação não garante uma perfeita informação (Ibidem, p. 58).

Carey ressalta ainda que só algumas notícias podem aproximar-se da realidade, como nascimentos, mortes, acidentes, decisões da corte, etc., ou, onde existir uma boa máquina de registro da realidade, pode existir um sistema de notícias que funcione com precisão. Em contraposição, onde não existir, trata-se de transmissão de estereótipos (Ibidem, p. 59).

Lembremos que a transmissão de estereótipos da fome é um dos aspectos trabalhados pelo projeto FAM ao considerar que a fome é política, como foi mencionado no ponto 3.3., que ecoa com os possíveis estereótipos que um produto ultraprocessado como a farinata pretende “combater” na luta contra a fome.

Para Carey, a comunicação deve ser vista dentro de requerimentos de exatidão epistemológica. Idealmente, a comunicação é a transmissão de uma verdade fundamentada independentemente do poder. O autor ressalta o fato que, de acordo com o paradigma ocidental, a verdade não pode ser alcançada fora da ciência cartesiana, tornando necessário a presença de cientistas para assegurar a confiabilidade das representações, que poderiam permitir que o jornal pudesse informar corretamente a opinião pública (2009, p. 59).

Reforçando as reflexões de Carey, consideramos pertinente lembrar que Morin apresenta como “patologia do saber” ou “inteligência cega” o resultado do paradigma da simplificação, o qual surge com a proposta de Descartes da separação entre ciência e filosofia. Sob esta disjunção, o conhecimento científico e a reflexão filosófica são raramente encontradas juntas, impedindo à ciência a possibilidade de se conhecer a si própria. De acordo com o socioantropólogo, a ciência tornou-se cega em sua incapacidade de controlar, prever, até mesmo conceber seu papel social (MORIN, 2011, p. 51).

Nesse contexto, a ciência pode ser vista como um corpo de princípios que resiste ao mínimo questionamento, rejeita com violência e despreza como “não científico” tudo o que não corresponde ao modelo. Morin ressalta ainda que o fracasso deste modelo enquanto sistema de compressão é mascarado por seu sucesso, correlativo enquanto sistema de manipulação (Ibidem, p. 52).

Morin (2007, p. 152-153) sinaliza ainda que como consequência, existe uma perda do saber, que tem sido muito mal compensada pela vulgarização da mídia, o que levanta o problema histórico essencial da democracia cognitiva.

Ao fazer dialogar estes dois autores, encontramos como chegam, pelos seus respectivos caminhos de pesquisa, ao que Edward Bernays denominava de Engenharia do Consentimento. No artigo publicado em 1947 nos Anais da Academia Americana, o publicitário reivindicava a engenharia do consentimento como a essência do processo democrático, ao entender a

democracia como o oposto aos regimes que impõem o poder a partir da força. Assim, a engenharia do consenso é fundamental para a origem das relações públicas.

Bernays justificava as técnicas propostas no desenvolvimento da sua engenharia sob as premissas de liberdade de expressão, petição, assembleia e imprensa, consideradas como as mais importantes da Constituição dos Estados Unidos. O autor ressaltava ainda que graças ao desenvolvimento e à expansão da mídia, a liberdade de expressão e persuasão provêem portas abertas para a mente pública, permitindo a qualquer um, através dessa mídia, influir nas atitudes e ações dos cidadãos (BERNAYS, 1947, p. 113-114).

Lembremos que, de fato, a violação da liberdade de imprensa foi o motivo exposto pelos EUA para justificar o abandono da UNESCO no ano 1983, poucos anos depois da publicação do informe McBride, como foi apresentado no item 2.4. Notemos que para Bernays a liberdade de imprensa, de expressão e a engenharia do consentimento vão juntas. Enquanto isso Morin, a partir da sua visão complexa, faz uma leitura do fenômeno da vulgarização da mídia e seus efeitos sobre a democracia cognitiva. Carey, por sua vez, nos incita a ficarmos atentos com relação à confiabilidade das representações apresentadas na mídia e que afetam a opinião pública.

Encontramos, até aqui, umas primeiras pistas que nos conduzem a entender como está sendo semeada a monocultura da mente a partir da visão transmissiva da comunicação, o que nos leva a refletir sobre o funcionamento de um processo maquínico a partir da criação de subjetividades. Em seguida, continuaremos aprofundando o histórico do processo da visão transmissiva da comunicação, que tem permitido que a metáfora que identifica a comunicação com o transporte continue vigente nas raízes de nosso pensamento.

Com este objetivo, abordaremos as reflexões de Harold Innis, primeiro teórico que incorporou a noção de tempo e espaço no estudo dos meios de comunicação. Utilizaremos estas dimensões para sinalizar o modo como as tecnologias da comunicação e do transporte propiciam a formação de “monopólios do conhecimento” em diferentes épocas.

4.1.1 Espaço, Tempo e Comunicações

A relação entre tempo, espaço e comunicações foi estabelecida nas pesquisas de comunicação, que de forma autêntica e interdisciplinar foram realizadas por Harold Innis. O canadense era geógrafo, historiador, economista e cientista político, o que permitiu localizar o estudo das comunicações no ponto de interseção destes campos disciplinares. O seu objetivo era um intento de reincorporar o modelo de análise histórica na economia e na comunicação. (CAREY, 2009, p. 114).

Innis ressaltou a maneira com que as tecnologias da comunicação e o transporte encorajam a formação de monopólios do conhecimento, dando forma a um território estabelecendo limites a impérios e nações. O autor fez esta abordagem analisando as circunstâncias nos EUA (MARTINEZ, 2015, p. 110; CAREY, 2009, p. 113).

O teórico é um dos autores fundacionais do pensamento canadense em comunicação, assim como um dos fundadores da teoria da dependência. No Canadá, a crítica à tecnologia começou com Innis, que previa o colapso da civilização ocidental caso seguisse pelo caminho do crescimento das tecnologias da comunicação atuais. Sinalizou: “as condições para a liberdade de pensamento estão em perigo de serem destruídas pela ciência, a tecnologia e a mecanização do conhecimento, e com elas, a civilização ocidental” (INNIS, 2003, p. 190, apud MARTÍNEZ, 2015, p. 124).

Alguns termos centrais apresentados por Innis ao estudo das comunicações são: monopólio do conhecimento, meio de comunicação e império, os quais serão a sua principal contribuição aos estudos sobre a teoria e a história da comunicação (MARTÍNEZ, 2015, p.112; CAREY, 2009, p. 115).

Innis viu no crescimento da comunicação, ao final do século XVIII e no século XIX, um processo dialético e contínuo de descentralização e re-centralização, que fazia com que as pequenas comunidades se afastassem da influência das grandes metrópoles, só para serem absorvidas tempos depois. O padrão de comunicação antes da Revolução Americana foi um clássico modelo imperial. As mensagens se moviam dos eixos Leste-Oeste entre Londres e as colônias. As notícias dos jornais americanos eram quase exclusivamente de origem europeia. A comunicação ao interior do país era lenta e problemática, era boa apenas no corredor marinho do Atlântico.

Nos inícios de 1800, New York se estabeleceu como o centro da comunicação nos EUA e controlou as rotas de comércio e comunicação com o interior do país. A hegemonia de New York foi assegurada pelo Rio Hudson. Desta forma, seus comerciantes, empresas e elites controlavam um sistema de informação altamente centralizado, que fazia a ligação com o Norte, sendo inclusive uma fonte de abastecimento para muitas cidades canadenses (CAREY, 2009, p. 117-118).

De acordo com Innis (apud CAREY, 2009, p. 118), foi este processo que rebaixou as culturas locais e regionais. Embora tenha ajudado na formação de uma cultura nacional, ela disfarçou o quão local – até mesmo provincial – essa cultura nacional era: uma cultura nacional ou mesmo internacional foi definida de acordo com a visão de mundo de um par de lugares. Assim, desde 1800 os EUA têm vivido sob o monopólio de conhecimento criado pelo corredor Leste, e transmitido através das notícias e do entretenimento.

Nas suas pesquisas, o teórico analisou como os jornais do Oeste foram instrumentos para resistir ao domínio metropolitano, assim como o telégrafo permitiu inicialmente fortalecer a imprensa local e regional, até o momento em que foram rebaixadas pelo poder dos serviços por cabo e redes de informação. Ao fazer uma atualização desse trabalho investigativo, Castells afirma que um pequeno número de megacorporações forma a espinha dorsal da rede global de redes midiáticas.

Conforme as pesquisas de Castells, só as redes globais podem controlar os recursos da produção de mídia global, mas sua capacidade de conquistar porções do mercado depende da adaptação ao gosto das audiências locais, para o qual fazem parcerias com mídias locais. Assim, o capital é global e as identidades são locais ou nacionais (CASTELLS, 2015, p. 120).

Citando o livro de Ben Bagdikian, “O Monopólio da mídia” (1983), Castells (2015, p. 124) apresenta como foram identificadas cinquenta firmas que dominavam o mercado de meios de comunicação nos EUA. Várias versões revisadas do livro revelaram um número cada vez menor das firmas dominantes: 29 firmas em 1987, 23 em 1990, 10 em 1997, 6 em 2000 e 5 em 2004.

A política de comunicação seguida pelos EUA foi de fato para melhorar a comunicação através de grandes distâncias, vista como uma maneira de poder e transmissão. Dito de outra

forma, a comunicação foi vista como um envelope de espaço e poder. Assim, na visão de Innis, os sistemas de comunicação mecânicos, como uma força organizada, patrocinaram um novo tipo de imperialismo imposto, no qual a soberania é preservada expandindo o imperialismo de fato (INNIS, 1950, p. 215 apud CAREY, 2009, p. 116).

As reflexões de Innis começaram durante sua tese de doutoramento. Estudando o comércio de peles, visualizou a comunicação como um meio para facilitar o crescimento de um império. Focalizando o seu interesse nas relações do tempo, espaço e as rotas de comércio, e as rotas de cultura, estas análises levaram James Carey a aprofundar o desenvolvimento do mercado de commodities, e a institucionalização do tempo standard e sua relação com a comunicação, para o qual aprofundou suas pesquisas na influência do telégrafo no desenvolvimento de mercado de futuros, como apresentaremos a seguir.

4.1.2 Mercado de commodities e informação como commodity

James Carey pesquisou sobre os efeitos do telégrafo e o seu papel como modelo para desenvolvimentos futuros da comunicação. Uma das razões que motivaram o teórico foi que esta tecnologia foi dominada pelo primeiro grande monopólio industrial, a Western Union, empresa que foi o primeiro grande império e o protótipo de muitos monopólios que se seguiram depois.

Outras argumentações trazidas por Carey consideravam, por exemplo, como o telégrafo trouxe mudanças na natureza da linguagem e no conhecimento cotidiano, concebido pelo autor como uma bacia hidrográfica da comunicação. O telégrafo se convertia num ponto de inflexão nas comunicações ao permitir, pela primeira vez, uma separação efetiva entre comunicação e transporte. Este fato foi reconhecido imediatamente, mas raramente investigado.

Carey ressaltava como a comunicação foi utilizada para descrever o transporte, assim como a transmissão de mensagens, pelo fato de que as mensagens dependiam de que modo eram transportadas, se a pé, a cavalo ou por trilho. Ao acabar com esta identidade, o telégrafo permitiu que os símbolos se movessem de maneira mais rápida e independente de que o transporte.

Foi nesse sentido que o autor fundamentou o modelo de pensamento da comunicação, que ele define como modelo transmissivo de comunicação. Para Carey, o telégrafo não foi só uma nova ferramenta de comércio, senão também um objeto com o qual pensar, um agente de alteração de ideias.

O teórico entendia como a ferrovia tinha regionalizado os mercados, mas sublinhava que foi graças ao telégrafo que os mercados puderam ser nacionalizados. Se tratava da criação de um efeito de equilíbrio do mercado no “espaço”, como se todas as pessoas estivessem no mesmo lugar para propósitos de comércio, o que tornava irrelevante a geografia (CAREY, 2009, p. 167).

Suas observações lhe permitiram entender como o telégrafo contribuiu para levar a especulação a uma outra dimensão, levando-a do espaço ao tempo, da arbitragem ao mercado de futuros. Depois do telégrafo, o comércio deixou de acontecer entre lugares para acontecer entre tempos. Um fato histórico relevante levantado por Carey é como o principal mercado de futuros dos EUA, a *Chicago Commodity Exchange*, foi inaugurado no ano de 1848, o mesmo ano no qual o telégrafo chegou a esta cidade (Ibid., p. 168).

Observemos que são os contratos de tempo de produtos agrícolas os primeiros a serem criados. A separação da comunicação do transporte incrementava as informações disponíveis sobre as commodities agrícolas antes que estas chegassem ao mercado (Ibidem, p. 168). Atualmente, Joseph Stiglitz, prêmio Nobel de economia (2001), trabalha no que ele denomina de economia política da informação, pontuando a existência de assimetrias de informação entre os que governam e os governados. Stiglitz sinaliza ainda que esta é a causa de constantes crises econômicas nos países em desenvolvimento.

Stiglitz (2002, p. 98). pontua também que os criadores do modelo neoclássico, o paradigma econômico dominante do século XX, esqueceram as advertências dos mestres do século XIX – e inclusive dos anteriores – com relação a questões relacionadas com a informação: “talvez porque não puderam ver a forma de incluí-las nos seus modelos aparentemente precisos, ou porque ao fazê-lo as conclusões sobre a eficiência dos mercados tivessem sido incômodas”.

Para Stiglitz está clara a existência da onipresença das imperfeições da informação na economia, indicando que é difícil imaginar como seria um mundo com informação perfeita, e

ressaltando a existência da assimetria da informação. Realidade que podemos considerar existente desde o momento em que a informação e as mercadorias estavam separadas.

Uma vez que o espaço foi eliminado, no momento em que todos estavam no mesmo “lugar” para propósitos comerciais, o tempo aparece como uma nova região de experiência, incerteza, especulação e exploração, que se abre para as forças de comércio. Carey sinaliza como o movimento das commodities fora do espaço teve consequências importantes, como a descontextualização dos mercados. Este aspecto é fundamental para quando se reflete sobre a falta de resposta dos mercados para as condições locais de oferta e demanda.

Outras consequências levantadas por Carey (2009, p.169-170) são: as commodities foram divididas das suas formas de representação. Isto quer dizer que o desenvolvimento dos mercados de futuro depende da habilidade de comércio ou circulação. Por último, os produtos não são comprados ou vendidos por inspeção, eles são vendidos através de um sistema de classificação. Um alto volume de vendas requer standards impersonalizados.

Sintetizando, o desenvolvimento dos mercados futuros depende de um número específico de mudanças nos mercados e no sistema de commodities. Requer que a informação se movimente de maneira independente e mais rápida que os produtos. Requer preços uniformes no espaço e mercados descontextualizados, e também que as commodities estejam separadas de quem as recebe.

Estas condições foram sinalizadas por Marx ao fazer a análise do *fetichismo da mercadoria*, conceito desenvolvido pelo filósofo nos “*Grundrisse*” e em “*O Capital*” durante os anos 1850, quando os mercados de futuro se converteram na areia dominante para estabelecer o preço dos produtos agrícolas. Reparemos que o status de commodity separa o valor de uso do valor de troca, elimina todo objeto de qualquer distinção (a qual retorna ao objeto graças à publicidade), e o mais importante: oculta para o comprador as reais condições de produção (CAREY, 2009, p. 171).

De acordo com o autor, a generalização deste sistema de preço foi parte da tentativa de colonizar o espaço. A penetração ao sistema de preços foi o que o compositor Igor Stravinsky denominou “estadisticização da mente”: a transformação do mundo mental em quantidades,

e a distribuição de quantidades no espaço, fazendo com que a relação entre coisas e pessoas seja convertida numa questão numérica (Ibidem, p. 171).

Sob esta visão, de uma mente estadística, o telégrafo alterou as fronteiras espaço-temporais da interação humana, trazendo a existência novas formas de linguagens assim como novos modelos conceituais. Antigas formas de linguagem e escrita declinaram, assim como as relações sociais tradicionais (CAREY E SIMS, 1976, p. 219-41 apud CAREY, 2009, p. 157).

Ao considerar esta realidade e ao relacionar a informação com o comércio e a comunicação, Carey sinaliza que o telégrafo também trouxe uma mudança nas notícias. De acordo com o autor, quebrou o jornalismo partidário tradicional, que se viu forçado pelos serviços de cabo a gerar notícias “objetivas”, que poderiam ser utilizadas por qualquer jornal de qualquer posição política. (CAREY, 1969, p. 23-38 apud CAREY, 2009, p. 162).

O repórter que produz a nova narrativa é promovido com prominência no jornalismo, ao deslocar o editor como arquétipo de jornalista. Assim, as notícias são consideradas commodities: podem ser transportadas, medidas, reduzidas e temporizadas (CAREY, 2009, p. 163).

Neste sentido, Innis argumentava que as commodities chamadas “informação” e “entretenimento”, assim como o conhecimento necessário para produzi-las, estavam cada vez mais centralizadas em certas elites e instituições. Aparecia, deste modo, uma paisagem que parecia estar dividida em elites conhecedoras e massas ignorantes (Ibidem, p. 129).

A rica análise realizada por Carey o conduz a ressaltar a importância de um outro tipo de comunicação, que não seja só o envoltório de espaço e poder. O teórico nos convida a ver a comunicação como algo mais, como um conteúdo da interação humana que permite a persistência e o crescimento da cultura. O pesquisador ressalta ainda como este tipo de visão nunca tem entrado na política. De acordo com o autor, nos EUA se seguiu uma política destinada a melhorar a comunicação através da distância (Ibid., p. 119).

De acordo com Carey, na medida em que a comunicação à larga distância melhorava as relações locais e federais, evaporavam-se em uma comunidade nacional estratificada. Muitas pessoas, que estavam física e culturalmente separadas, se tornaram comunidades nacionais de

cultura e política. Da mesma maneira, na medida em que a comunicação à longa distância melhorava, a curta distância se deteriorava, criando conexões e centros culturais, políticos e de poder separados no espaço (Ibidem, p. 121).

Para fortalecer a cultura, Carey nos apresenta uma visão de comunicação, que de maneira poderosa reflete as raízes que tem este termo com palavras como comunidade, comum e comunhão. A comunicação que incarna e promove tradição, continuidade e vínculos. O teórico denomina esta comunicação como visão cultural, argumentando que a “visão ritual da comunicação está direcionada não como a extensão de mensagens no tempo, senão para manter a sociedade no tempo; não para atuar divulgando informação, senão como a representação de crenças compartilhadas (Ibidem, p.xviii). Em seguida aprofundaremos esta visão cultural da comunicação.

4.2 A visão cultural da comunicação

James Carey considerava a comunicação como um processo através do qual uma cultura compartilhada é criada, modificada e transformada. Uma comunicação centrada na celebração sagrada que atrai as pessoas, as levando a ficarem juntas em comunhão (CAREY, 2009, p. 33).

Desta forma, a visão cultural é também uma visão ritual. Apesar de ser um fio menor do pensamento, é de fato a mais antiga das visões. Tão antiga que nos dicionários aparece listada como uma definição “arcaica”. Na definição ritual, a comunicação está relacionada com termos como compartilhamento, participação, associação, irmandade e possessão da fé comum (Ibidem, p. 15).

De acordo com Carey, a visão ritual da comunicação não foi explorada porque implica cultura. Desde a concepção da separação entre ciência e cultura, esta tem sido considerada como uma noção fraca. A ciência fornece uma verdade livre de cultura, enquanto a cultura fornece um erro etnocêntrico (Ibidem, p. 16).

Atentemos que de igual forma para as teorias políticas liberais, a cultura representa uma categoria misteriosa como pontua Yochai Benkler. De acordo como o professor de Harvard, as teorias políticas liberais utilitaristas e a baseada em direitos têm uma difícil relação com a

cultura. Ambas, que são as tendências principais da teoria liberal, realizam uma determinada série de suposições sobre os indivíduos autônomos que se ocupam, deixando fora qualquer sentido atribuído à cultura. Assim, assumem que os indivíduos são seres racionais e informados, pelo menos com relação ao que pode ser de interesse para eles.

Para o pesquisador, mesmo a concepção intuitiva mais simples do que poderia significar a cultura consideraria este marco de sentido compartilhado como resultado de processos sociais que preexistem aos indivíduos, e estrutura parcialmente o que estes põem sobre a mesa na hora de negociar suas vidas no seio de uma sociedade ou comunidade política. Habitar uma cultura constitui uma precondição para qualquer interpretação do que está em jogo em qualquer intercâmbio comunicativo entre indivíduos (BENKLER, 2015, p. 325).

Observemos que para Carey o estudo da comunicação implica examinar o atual processo social dentro do qual o significado simbólico das formas foi criado, aprendido e é utilizado. Para o teórico, nós criamos, expressamos e compartilhamos nosso conhecimento de atitudes com relação à realidade através da construção de uma variedade de sistemas de símbolos: arte, ciência, jornalismo, religião, senso comum, mitologia, política, etc. Desta forma, estudar a comunicação envolve examinar a construção, apreensão e uso dos modelos comunicativos em si mesmos (2009, p. 24-5).

Carey ressalta ainda que não existe nada nos nossos genes que indique como criar e executar as atividades que agrupamos sob o termo de comunicação. Quando estamos realizando esta atividade – escrevendo um ensaio, fazendo um filme, entretendo uma audiência, informando ou dando conselhos – devemos descobrir modelos em nossa cultura que nos indiquem como este milagre é alcançado. Estes tipos de modelos são encontrados no sentido comum, na lei, nas tradições religiosas, e inclusive nas teorias científicas (Ibidem, p. 24).

O pesquisador pontua ainda que se alguém tenta examinar a sociedade como uma forma de comunicação, se deve analisar como um processo pelo qual a realidade é criada, compartilhada, modificada e preservada. Neste sentido, para o teórico, a palavra “cultura”, que no seu sentido antropológico nos direciona ao estudo de um modo de vida, se é substituída pela palavra “comunicação” e esta nos direciona a um segmento isolado da existência, nos isolaria de todo um corpo de metodologia crítica, interpretativa e comparativa

que tem estado no coração da antropologia e do estudo da literatura, tanto da literatura quanto do marxismo moderno (Ibidem, p. 32).

Na concepção de Morin, a cultura constitui um sistema generativo de alta complexidade social, desde o aparecimento da técnica até a primeira forma de linguagem. O socioantropólogo sugere, então, integrar a técnica à economia social, que por sua vez emana da ecologia social. Sugere também integrar a linguagem na comunicação social, que se torna complexa com a organização social. Portanto, os princípios de organização e economia devem ser considerados como culturais no mais profundo sentido do termo, pois são informações organizadoras.

Carey assinala que uma ciência cultural enxerga o comportamento humano – mais exatamente, a ação humana – como um texto. Desta forma, ao considerar a comunicação como cultura, a nossa tarefa é construir a leitura desse texto. O texto em si mesmo é uma sequência de símbolos, falas, escritas e gestos que contêm interpretações. Sendo a nossa missão interpretar a interpretação de dados fragmentados, devemos construir uma leitura da situação e interpretar o significado dos símbolos (Ibidem, p. 46-7). Ou, trazendo as palavras de Morin, complexificar a leitura desse texto.

Quando a ideia da cultura entra nas pesquisas de comunicação, ela emerge como o ambiente de um organismo ou sistema a ser mantido, ou o poder sobre o sujeito. A cultura deve ser vista primeiro como um conjunto de práxis, um modo de atividade humana, um processo através do qual a realidade é criada, transformada e mantida, por mais que possa subsequentemente ser reificada em uma força independente da ação humana (BERGER E LUCHKMANN, 1966 apud CAREY, 2009, p. 50).

Carey sinaliza que a comunicação permite ao sistema nervoso humano funcionar, produzindo e mantendo um cosmos significativo, esteticamente gratificante e intelectualmente plausível. Esta é a teoria da cultura trazida pelo autor, a qual também se refere como uma teoria do significado, semântica ou semiótica, necessária para que a cultura seja promovida ao status de um poder ou de um ambiente (2009, p. 50).

O sistema nervoso é descrito por Maturana como uma rede fechada de neurônios em interação, de modo que qualquer mudança no estado de atividade relativa de uma coleção de

neurônios leva a uma mudança no estado de atividade relativa de outra ou da mesma coleção de neurônios. Deste ponto de vista, o sistema nervoso não possui “entradas” e “saídas”. Ele pode ser perturbado pelas mudanças estruturais na própria rede, e isso afetará sua atividade, mas a seqüência de estados do sistema é gerada pelas relações de atividade neuronal e determinado por sua estrutura, o que implica um acoplamento estrutural (WINOGRAD e FLORES, 1986, p. 42).

Ao ressaltar o papel do sistema nervoso, encontramos confluências com a ponderação de Morin em “O Método 4” (2011, p. 32-6), que sinaliza que o indivíduo humano, mesmo na sua autonomia, é 100% biológico e 100% cultural. Apresenta-se como o ponto de um holograma que contém o todo (da espécie e da sociedade) mesmo sendo irredutivelmente singular. Carrega a herança genética e, ao mesmo tempo o imprinting¹⁰¹ e a norma de uma cultura.

Notemos que Carey pretende fazer uma separação de cultura e ambiente. Para o teórico, um dos maiores problemas encontrados quando falamos em comunicação é que estamos nos referindo a uma experiência comum e mundana. Isso ressalta a afirmação de McLuhan com relação ao ambiente, do qual um peixe não é consciente do que sustenta a sua existência. O autor sinalizava que a comunicação, através da linguagem e outras formas simbólicas, compreende o ambiente da existência humana. Quando este processo é visitado intelectualmente, é possível concentrar-se no trivial e sem problemas, pelo fato de estarmos tão acostumados com a misteriosa e impressionante comunicação (CAREY, 2009, p. 19).

Esta reflexão ecoa com Morin, que afirma em “O Método 4” (2011, p. 24-5) que a cultura fornece ao pensamento suas condições de formação, concepção e conceitualização. Trata-se de uma estruturação interna, e não um determinismo sociológico exterior: “a cultura e, via cultura, as sociedades estão no interior do conhecimento humano”, é produtora de conhecimento.

101 Para Morin em “O Método 4” (2011), o imprinting cultural marca os seres humanos desde o nascimento, primeiro com o selo da cultura familiar, depois social, e se mantém na vida adulta. Inscreve-se no cérebro desde a primeira infância por estabilização seletiva das sinapses. Essas inscrições vão marcar, irreversivelmente, o espírito individual no seu modo de conhecer e de agir (Ibid., p. 30). Por outro lado, apresenta as possibilidades de enfraquecimento dos três níveis deterministas do imprinting cognitivo (paradigmas, doutrinas, estereótipos). A cultura é o que permite aprender e conhecer, mas também o que impede esse processo fora dos seus imperativos e de suas normas. Há antagonismo entre o espírito autônomo e sua cultura.

Nosso interesse em aprofundar na ecologia dos meios tem nos levado a visitar as visões transmissiva e cultural da comunicação, chegando ao ponto-chave da cultura. Em “O Método 4” (2011, p. 19), Morin afirma que a cultura caracteriza as sociedades humanas, é organizada/organizadora via o veículo cognitivo da linguagem, a partir do capital cognitivo dos conhecimentos adquiridos, das competências aprendidas, das experiências vividas, da memória histórica, das crenças míticas de uma sociedade. Manifestam-se nas “representações coletivas”, na “consciência coletiva” e no “imaginário coletivo”.

Para Carey, a cultura nunca é singular nem unívoca, é como a natureza em si mesma, múltipla, variada e diversa (CAREY, 2009, p. 50). Vale a pena ressaltar que para o teórico a tradição oral tinha muita importância, porque implicava discussão e argumento. Para Innis, a força da tradição oral estava em que não era facilmente monopolizável. Uma vez que os hábitos do discurso fossem difundidos, o público poderia assumir uma existência autônoma e não estar sujeito ao fácil controle do patrimônio do comércio (Ibidem, 2009, p. 127).

De acordo com Innis, a fala é uma capacidade natural, e quando o conhecimento cresce a partir dos recursos da fala e do diálogo, não é tão considerado ativo na vida da comunidade. Mas uma vez criadas formas avançadas de comunicação – escrita, matemática, impressão, fotografia – uma divisão de trabalho mais complicada é criada e torna-se apropriado falar de produtores e consumidores de conhecimento. Através da divisão do trabalho e da tecnologia de comunicação avançada, o conhecimento é removido dos contextos cotidianos da mesa do convívio e da praça pública, e passa a estar localizado em instituições e classes especiais. Na forma extrema, chegamos a falar de uma indústria do conhecimento, e os significados não são reconhecidos como conhecimento até que sejam processados por essa indústria, ou certificados por profissões, classes, organizações, ou mesmo por países designados ou autodesignáveis (CAREY, 2009, p. 128).

Nosso interesse em compreender como a monocultura é semeada na mente tem nos trazido para a ecologia dos meios. Até este ponto, temos encontrado questões interessantes como as apontadas por Innis com relação à criação de monopólios do conhecimento. Estes monopólios têm uma confluência com relação ao inconformismo ante o desperdício da perda da experiência, trazido por Boaventura de Sousa ao falar da sociologia das ausências e o significado profundo das emergências, que pode ser detectado nas diferentes tradições culturais.

Contra os monopólios do conhecimento, Innis e Carey destacam a importância da tradição oral. Poderiam a tradição oral e o diálogo fazer emergir o que existe com latência, e que portanto é complexo? Boaventura de Sousa nos convida a um diálogo de saberes, uma ecologia de saberes. Por sua parte, Morin nos convida a ecologizar o pensamento. À visão cultural da comunicação, Carey encontra sintonia com os assinalamentos sobre a cultura de Morin: a cultura caracteriza as sociedades humanas, é organizada/organizadora via o veículo cognitivo da linguagem. Estas reflexões juntas nos levam a buscar as relações entre a comunicação, a linguagem e o pensamento, nas quais nos focalizaremos a seguir.

4.3 Relações entre comunicação, linguagem e pensamento

A ciência cognitiva não é nova, trata de fenômenos de pensamento e linguagem que ocuparam filósofos e cientistas por milhares de anos. Seus limites são vagos, mas é claro que grande parte da linguística, psicologia, inteligência artificial e filosofia da mente estão dentro de seu escopo (WINOGRAD e FLORES, 1986, p. 24).

De acordo com Carey, na nossa predominante tradição individualista estamos acostumados a pensar que o pensamento é essencialmente privado, como uma atividade que acontece na nossa cabeça. O autor sugere, em contraposição, que o pensamento é predominantemente público e social. Ele acontece primeiramente em danças, tabuleiros, e poemas, por exemplo. A capacidade do pensamento privado é uma derivação e um talento secundário que aparece em cada um depois e historicamente também depois nas espécies (CAREY, 2009, p. 23; BOHM, 2005, p. 101).

Em concordância com Carey, Maturana e Varela procuram explicar as origens de todos os fenômenos da cognição em termos de filogenia (história das espécies) e ontogenia (história individual) dos sistemas vivos. Nas suas pesquisas, o primeiro que fizeram foi dar uma explicação adequada da organização do vivo, para o qual caracterizam os seres vivos como “autopoieticos”

Os biólogos definem a autopoiesis como uma rede de processos de produção (transformação e destruição) de componentes que produzem os componentes que: (i) através de suas interações e transformações, regeneram continuamente a rede de processos (relações) que os produzem;

(ii) se constituem como (uma máquina), uma unidade concreta no espaço em que os componentes existem, especificando o domínio topológico de sua realização como uma rede (MATURANA e VARELA, 1980, p. 79 apud WINOGRAD e FLORES, 1986, p. 44).

A partir de suas pesquisas, Maturana sinalizou em “Neurofisiologia do conhecimento” (1970) que “os sistemas vivos são sistemas cognitivos, e a vida, como processo, é um processo de cognição. Esta declaração é válida para todos os organismos, aqueles que têm ou aqueles que não têm sistema nervoso” (MATURANA, 1970, p. 8 apud WINOGRAD e FLORES, 1986, p. 46).

Desta forma, um sistema cognitivo é um sistema cuja organização define um domínio de interações, no qual ele pode agir com relevância para a manutenção de si mesmo. Já o processo de cognição é o ato (indutivo) real ou comportamento nesse domínio (MATURANA, 1970, p.13 apud WINOGRAD e FLORES, 1986, p. 46).

Um dos principais objetivos de Maturana é superar a tendência (imposta a nós por nossa linguagem) de tratar os termos mentais como se eles pudessem ser considerados como descrições de estado ou estrutura.

Na construção do seu pensamento, Maturana e Varela desenvolveram o conceito de acoplamento estrutural, considerado a base não somente das mudanças do indivíduo durante sua existência (aprendizagem), senão também nas mudanças realizadas na reprodução (evolução) (WINOGRAD e FLORES, 1986, p. 44).

Maturana afirma que nossa capacidade de funcionar como observadores é gerada a partir do nosso funcionamento como sistemas determinados pela estrutura, moldados pelo acoplamento estrutural. Todo organismo está envolvido em um padrão de atividade que é desencadeado por mudanças em seu meio, e que tem o potencial de mudar a estrutura do organismo (e, portanto, de mudar seu comportamento futuro) (Ibidem, p. 71).

As conclusões das pesquisas de Maturana e Varela (2011, p. 265) os levaram a sinalizar que tudo aquilo que temos em comum como seres humanos é uma tradição biológica que começou com a origem da vida e se prolonga até hoje, nas variadas histórias dos seres humanos deste planeta. Por causa de nossa herança biológica comum temos os fundamentos

de um mundo comum, e não nos parece estranho que para todos os seres humanos o céu seja azul e que o sol nasça cada dia. De nossas heranças linguísticas diferentes surgem todas as diferenças de mundos culturais, que como homens podemos viver e que, dentro dos limites biológicos, podem ser tão diversas quanto se queira.

Voltando no raciocínio de Carey (2009, p. 23) com relação ao pensamento, o autor enfatiza que o pensamento é público porque ele depende de um estoque de símbolos publicamente disponíveis, sendo público também porque pensar consiste na construção de mapas e ambientes.

De acordo com o teórico, ainda, o pensamento é a utilização desses mapas, modelos, padrões como: equações no papel, danças rituais que traçam a natureza dos ancestrais, ou correntes de correntes de prosa. Em um modo, representa a natureza da vida humana, sua condição e significado; e um outro modo, induz as disposições que ele pretende apenas retratar (CAREY, 2009, p. 23).

Encontramos assim relação com o imprinting cultural que traz Morin, o qual marca os seres humanos desde o nascimento, primeiro com o selo da cultura familiar, depois social, e se mantém na vida adulta. Inscreve-se no cérebro desde a primeira infância por estabilização seletiva das sinapses. Essas inscrições vão marcar, irreversivelmente, o espírito individual no seu modo de conhecer e de agir (MORIN, 2011, p. 30).

Chegamos aqui a uma imbricação entre conhecimento, cultura, linguagem. Em “O Método 4” (2011) Morin pontua que é a partir do capital cognitivo, que a cultura institui as regras/normas que organizam a sociedade e governam os comportamentos individuais. Por sua vez, as regras/normas culturais geram processos sociais e regeneram globalmente a complexidade social adquirida por essa mesma cultura. É uma organização recursiva onde o que é produzido e gerado torna-se produtor e gerador daquilo que o produz ou gera.

Maturana e Varela (2011, p. 233) ressaltam como podemos identificar a característica-chave da linguagem, que modifica de maneira tão radical os dominós comportamentais humanos, possibilitando novos fenômenos como a reflexão e a consciência. Essa característica é que a linguagem permite, a quem funciona nela, descrever a si mesmo e à sua circunstância.

De acordo com os biólogos ainda, existimos no nosso funcionamento na linguagem, e conservamos nossa adaptação no domínio de significados que podem surgir. Somos observadores e existimos no domínio semântico criado pelo nosso modo linguístico de operar. Desta forma, é a linguagem, que faz com que existamos num mundo sempre aberto de interações linguísticas recorrentes. Quando se tem uma linguagem, não há limites para o que é possível descrever, imaginar, relacionar. A linguagem permeia, de modo absoluto, toda nossa ontogenia como indivíduos, desde o modo de andar e a postura até a política (MATURNANA E VARELA, 2011, p. 234).

Maturana e Varela ressaltam ainda que a linguagem não foi inventada por um indivíduo sozinho na apreensão de um mundo externo. Portanto, ela não pode ser usada como ferramenta para a revelação desse mundo. Ao contrário, é dentro da própria linguagem que o ato de conhecer, na coordenação comportamental que é a linguagem, faz surgir um mundo. Percebemo-nos num mútuo acoplamento linguístico, não porque a linguagem nos permita dizer o que somos, mas porque somos na linguagem, num contínuo ser nos mundos linguísticos e semânticos que geramos com os outros. “Vemo-nos nesse acoplamento, não como a origem de uma referência nem em relação a uma origem, mas como um modo de contínua transformação do devir do mundo linguístico que construímos com os outros seres humanos” (Ibidem, p. 257).

Na análise de Morin em “O Método 1” (2003), a linguagem é uma verdadeira máquina, que só funciona quando há locutor. Essa máquina tem duas qualidades produtivas: a criação (poiesis) quase ilimitada dos enunciados e a transmissão/reprodução ilimitada das mensagens. É ao mesmo tempo reprodutiva e poiética, dotada de uma organização altamente complexa. Para o socioantropólogo, a linguagem é necessária à constituição, à perpetuação, ao desenvolvimento tanto da cultura quanto da inteligência, ao pensamento e à consciência dos sujeitos. “A linguagem fez o homem que a fez; assim como fez a cultura que a produziu”. É ao mesmo tempo individual, comunicacional e comunitária.

Chegando neste ponto, vale a pena ressaltar a importância da tradição oral para Carey e para Innis. Somos e existimos na linguagem, conforme Maturana e Varela. Morin nos apresenta uma máquina-linguagem reprodutora e poiética. Dentro das justificativas dos ecólogos de meios estão a discussão e o argumento, e o fato de que a tradição oral não é facilmente monopolizável. A seguir, aprofundaremos nas reflexões do ecólogo dos meios Marshall

McLuhan que em certa medida apoiam observações de Innis e Carey com relação a importância da oralidade.

4.3.1 Linguagem e tradição oral

Antes de ter se inventado o alfabeto fonético, o ser humano vivia num mundo onde todos os sentidos estavam equilibrados e eram simultâneos, um mundo fechado, de profundidade e ressonância tribais, uma cultura oral estruturada com base em um sentido da vida dominado pela audição.

A orelha é sensível, hiperestésica e inclusiva, e contribui para manter uma rede contínua de interdependência e afinidade tribais, na qual todos os integrantes do grupo coexistiam em harmonia. O principal meio de comunicação era a expressão oral. Desta forma, ninguém sabia mais ou menos do que outro – o que significava que existia pouco individualismo e escassa especialização, marcas do ser humano ocidental “civilizado”. Mesmo hoje, as culturas tribais continuam a compreender os conceitos de indivíduo e cidadão como dependentes (McLUHAN, 2015, p. 54).

De acordo com McLuhan, o espaço acústico é orgânico e integral, se percebe por meio da interação simultânea de todos os sentidos; por sua vez, o espaço “racional” é uniforme, sequencial e contínuo. Cria um mundo fechado sem a rica ressonância do mundo tribal dos ecos.

Para o pesquisador, todos os meios, desde o alfabético fonético ao computador, são extensões do ser humano que transforma o seu entorno e lhe proporcionam mudanças profundas e duradoras. Uma extensão é uma intensificação, uma amplificação de um órgão, um sentido ou um uso, e quando acontece, o sistema nervoso central parece administrar uma dormência de proteção à área afetada, isolando-a e anestesiando-a. Assim, a parte afetada não percebe o que está acontecendo. O autor exemplificava a partir da roda como extensão do pé, a roupa como extensão da pele, e o alfabeto fonético como extensão dos olhos (McLUHAN, 2015, p. 61).

Estas ponderações levam McLuhan a sinalizar que se trata de uma síndrome, segundo o qual o ser humano não é consciente dos efeitos sociais e físicos da nova tecnologia. Daí o autor ter feito a sua célebre analogia da tecnologia que se apresenta ao ser humano como a água para o

peixe, que por sua vez não percebe a água onde nada. No momento em que um entorno gerado pelos meios se torna penetrante e metamorfoseia nosso equilíbrio sensorial, este também se torna invisível (Ibidem, p. 51).

Conforme McLuhan ainda, nossos próprios conceitos de tempo/espaço ocidentais vêm do entorno que supôs o descobrimento da escrita fonética, a qual devemos também o nosso conceito de civilização ocidental. O ser humano do mundo tribal levava uma vida complexa e caleidoscópica porque, à diferença do olho, a orelha não pode focar-se a si mesma, é mais sinestésica que analítica e linear. A expressão oral é uma locução, ou para ser mais preciso, uma externalização de todos os nossos sentidos de uma só vez (Ibidem, p. 55).

Um autor que desperta nosso interesse, porque suas reflexões ecoam com as de McLuhan, é o físico quântico David Bohm (1956-1992). Bohm estava interessado no funcionamento cerebral e na aquisição de conhecimento. No seu livro “Diálogo: comunicação e redes de convivência” (1996), define dois tipos de pensamentos desenvolvidos pela humanidade: o pensamento tácito e o pensamento literal.

De acordo com o físico, o pensamento literal é prático e focado em conseguir resultados, pensamento que tem predominado em nosso tempo. O pensamento científico e técnico são variáveis deste tipo de pensamento. Já o pensamento tácito, tem sido acumulado durante a evolução, trata-se de um modo mais arcaico de percepção que permanece latente e às vezes ativo na nossa consciência.

Bohm (2005, p.16, 46,78, 154) sinaliza ainda que o pensamento tácito não pode ser descrito com palavras, e é o resultado de um processo comum e compartilhado. Ressalta que atualmente existem muitas culturas tribais que conservam alguns aspectos desse pensamento, o qual é participativo e percebe que tudo faz parte de tudo. Dessa forma, é o mesmo que entender que somos nutridos pela terra, citando como exemplo a comida, que parece ser um objeto separado, porém se transforma em nós mesmos. É a literalidade mental que tende a fragmentar as coisas, enquanto o pensamento participativo tende a uní-las.

Continuando com o raciocínio de McLuhan (2015, p. 55), o autor ressaltava que devido à necessidade de recorrer à palavra oral para obter informação, a gente se reunia numa rede tribal; e considerando que a palavra oral tem maior carga emocional que a escrita, o homem

tribal era mais espontâneo e passional. O homem tribal audível/táctil participava do inconsciente coletivo, vivia num mundo mágico integral marcado por mitos e ritos, com seus valores divinos e indiscutidos, enquanto o homem visual ou alfabetizado cria um entorno fragmentado e é individualista, explícito e lógico, especializado e distante.

Bohm ressalta que há meio milhão de anos as pessoas não tinham muita necessidade do pensamento literal. Viviam em pequenos grupos de caçadores-coletores; todos se conheciam e desenvolveram o pensamento literal apenas para propósitos simples e técnicos. Mas veio a revolução agrícola e surgiram sociedades maiores, as quais precisavam de muito mais organização, ordem e tecnologia, e por isso tiveram de usar muito mais o pensamento literal.

Começou-se, portanto, a tratar tudo como objetos separados, inclusive as outras pessoas. Os indivíduos eram usados como meios para determinados fins. Quanto mais a civilização avançava, mais as sociedades usavam o pensamento como um meio para certos objetivos. O pensamento literal conhece as pessoas por suas funções. Ele é a função que lhe atribuo: um trabalhador, um banqueiro, etc., essas condições organizam a hierarquia social – as pessoas são isoladas umas das outras e a participação é muito limitada (BOHM, 2005, p. 155-7).

Nessa ordem de ideias, o mundo é literalmente constituído por objetos: é como objetos que tratamos as outras pessoas e, por fim, tratamos a nós mesmos dessa forma quando dizemos: “devo me encaixar aqui; devo fazer isso, etc.” Mas a sociedade não é uma realidade objetiva. É uma realidade criada por todos os seus componentes por meio de suas consciências. Nela há certas características objetivas, que podem ser apontadas às pessoas depois de sua criação, principalmente porque existem muitos participantes – isso é estatístico (Ibidem, p. 157).

O alfabeto fonético se precipitou no mundo tribal como uma bomba, a cabeça foi colocada na hierarquia dos sentidos e substituiu a interação comunal integral e profunda por valores visuais lineares e uma consciência fragmentada. O ser humano inteiro passou a ser o ser humano fragmentado; despedaçou o ser humano numa aglomeração de indivíduos ou unidades especializadas (McLuhan, 2015, p. 56).

Atentemos que de acordo com McLuhan o alfabeto fonético não tinha nada que ver com os hieróglifos mais antigos e sofisticados, ou com as culturas ideográficas. As escritas de egípcios, babilônicos, maias e chineses, foram uma extensão dos sentidos porque dotaram a

realidade de expressão pictórica, e precisavam de muitos signos para cobrir a ampla variedade de informação nas respectivas sociedades (Ibidem, p. 57).

Ao contrário, a escrita fonética, que utiliza letras sem nenhum sentido semântico e que é capaz, com tão somente um punhado de letras, abarcar todos os significados. Este feito exigiu separar o que ouvimos e o que vemos, dos seus significados dramáticos e semânticos, para fazer visível o som oral. Se erigiu assim uma barreira entre os homens e os objetos, criando-se um dualismo entre a visão e o ouvido (Ibidem, p. 57). Lembremos que Bohm sinaliza que, de acordo com o pensamento literal, os homens também são objetos.

De acordo com McLuhan ainda, a separação do uso visual da interação com os outros sentidos levou a que a consciência rechaçasse áreas vitais de nossa experiência sensorial, o que implicou em uma correspondente atrofia do inconsciente. O equilíbrio *sensorium* (ou a interação *Gestalt* dos sentidos), assim como a harmonia social e psíquica que o havia engendrado, foram interrompidos e se desenvolveu o uso visual em excesso. Este tipo de evento só foi possível com o sistema da escrita (Ibidem, p. 56). O sentido visual é o único que permite distanciar-nos, todos os outros nos envolvem.

Deleuze e Guattari, ao falarem da escrita, pontuavam como as formações selvagens eram orais, vocais, mas não por carecerem de um sistema gráfico. De acordo com os autores, uma dança sobre a terra, um desenho na parede, uma marca no corpo, são um sistema gráfico, um geografismo, uma geografia. Estas formações são orais precisamente porque têm um sistema gráfico independente da voz, que não se orienta por ela e nem a ela se subordina, mas que lhe está conectado, coordenado “numa organização de certo modo radiante” e pluridimensional.

Segundo os autores ainda, ocorre o contrário na escrita linear. As civilizações deixam de ser orais quando perdem a independência e as dimensões próprias do sistema gráfico; é orientando-se pela voz que o grafismo a suplanta e induz uma voz fictícia. Os mais antigos autores viram bem que o déspota é quem faz a escrita, que a formação imperial é o que faz do grafismo uma escrita propriamente dita. Legislação, burocracia, contabilidade, cobrança de impostos, monopólio de Estado, justiça imperial, atividade dos funcionários historiografia, tudo se escreve no cortejo do déspota (DELEUZE e GUATTARI, 2014, p. 249, 268).

Podemos entender, assim, que a voz que domina cria um significante despótico que esmaga todas as cadeias, as lineariza, as bi-univociza, e se serve dos tijolos como se fossem elementos imóveis para uma muralha da China imperial (Ibidem, p. 59). Por sua vez, Morin, em *O Método 1*” (2011, p. 312), ressalta a importância de considerar que por trás da comunicação social há o comando por aparelhos, ou seja, a ligação confusa e desconhecida entre comunicação e dominação.

Quando se alfabetiza foneticamente o homem tribal, pode ser que este melhore a sua compreensão intelectual abstrata do mundo intelectual, porém divide a maior parte do sentimento de família coletiva e da sua relação com o seu entorno social. A divisão entre visão, som e significado gera importantes efeitos psicológicos, e o ser humano sofre a separação correspondente e um empobrecimento de sua vida imaginativa, emocional e sensorial. Começa raciocinando de forma linear sequencial; começa a classificar e a catalogar a informação. No momento em que o conhecimento se estende de forma alfabética, se localiza e fragmenta em especialidades, e isso cria uma divisão de usos e se sacrifica a valiosa interação de todos os sentidos, que caracterizava a sociedade tribal (McLUHAN, 2015, p. 57).

A imprensa era a máxima extensão da alfabetização fonética. Ao ser uma extensão drástica do homem, modelizou e transformou todo o seu entorno físico e social, e foi diretamente responsável por fenômenos tão díspares quanto o nacionalismo, a Reforma, a linha de montagem, a cronologia narrativa na literatura e uma técnica psicológica de introspecção ou direção interna, que intensificou as tendências em direção à especialização. De acordo com McLuhan, o homem fragmentado foi primeiro rasgado pelo alfabeto, e depois picado em pequenas migalhas. Desde a invenção da imprensa, o ser humano ocidental passou a ser o ser humano Gutenberg (Ibidem, p. 59).

O nacionalismo não existia na Europa até o Renascimento, quando a tipografia permitiu que todas as pessoas alfabetizadas vissem sua língua materna analiticamente, como uma entidade uniforme. Vale a pena ressaltar também que foi a imprensa que permitiu a homogeneidade do dinheiro, dos mercados e do transporte, bem como permitiu a criação de uma unidade econômica, assim como política. A revolução Gutenberg implicou em um novo tipo de entidade nacional, que foi se incorporando à expansão comercial até a Europa passar a ser uma rede de Estados (Ibidem, p. 59-60).

Estas reflexões ecoam com Carey que ressalta como a imprensa encorajou a coordenada e sistêmica expansão dos impérios europeus. Primeiro a partir da centralização e da nacionalização de um código legislativo, de um sistema de educação estandardizado e de uma administração centralizada, capaz de integrar províncias e regiões separadas.

Foi a impressão e a navegação que permitiram às nações europeias romper os laços da geografia e se espalharem em um "novo mundo" (CAREY, 2009, p. 121). Sendo assim, foram imprescindíveis para a integração do sistema-mundo e para manter o sistema mundo-moderno colonial, que implica a colonização do saber e do poder.

O ponto inicial de nossa pesquisa foi justamente sobre o Estado. Mészáros, um dos autores trabalhados, apontava a necessidade de compreender os problemas atuais do capitalismo, para o qual nos incitava a examinar o Estado moderno pelo fato de os dois terem surgido juntos, no fim da Idade Média, na Europa Ocidental. De acordo com Mészáros, o Estado tornou-se a expressão política do capital, e como temos visto, dentro da perspectiva de uma máquina-linguagem representada pela imprensa, permitiu levar as línguas escritas e dominantes para impor sua visão do mundo.

Dentro das nossas reflexões sobre o Estado no primeiro capítulo, trazíamos o Estado plurinacional, apresentado por Boaventura de Sousa, para contrapor ao Estado monocultural, cientificista e excludente. Estado justificado que justifica que grupos sociais de indígenas, mulheres, afrodescendentes, etc. possam forjar suas lutas próprias, expressas em suas línguas. Línguas que trazem conceitos sem tradução nos termos do socialismo, direitos humanos, democracia ou desenvolvimento. Sousa enfatiza que se trata de bases ontológicas sobre o ser e a vida, diferentes do individualismo eurocêntrico.

Observemos que conforme Maturana e Varela, nossas visões de mundo e de nós mesmos não guardam registros de suas origens. As palavras na linguagem (na reflexão linguística) passam a ser objetos que ocultam as coordenações comportamentais que as constituem operacionalmente no domínio linguístico. Por isso nossos “pontos cegos” cognitivos são continuamente renovados e não vemos, não percebemos que ignoramos. Os biólogos apontam que uma das formas de que podemos ser conscientes destes pontos cegos é quando somos bruscamente transportados a um meio cultural diferente.

Notemos que de acordo com Boaventura de Sousa, o conceito de plurinacionalidade se apresenta como um processo político de horizonte amplo. Ele incorpora transformações políticas, culturais, de mentalidades e subjetivas. Os povos indígenas que reivindicam um Estado Plurinacional, são cientes da necessidade de autonomia para a preservação da sua cultura, a qual não deve ser capturada pela racionalidade monocultural.

Nosso interesse, a seguir, é vislumbrar como a linguagem e a cultura podem contribuir na percepção dos pontos cegos cognitivos, os quais têm sido reforçados pela monocultura da mente. Com este objetivo, nos debruçaremos sobre a abordagem biocultural trazida pelo biólogo e doutor em ciências Víctor M. Toledo (1945-), e o antropólogo e geógrafo Narciso Barrera-Bassols.

4.4 Linguagem e memória biocultural

Como sinalizamos no ponto 4.3, Maturana e Varela se debruçaram em explicar as origens de todos os fenômenos da cognição em termos de filogenia (história das espécies) e ontogenia (história individual) dos sistemas vivos.

De acordo com os biólogos, tudo aquilo que, como seres humanos, temos em comum, é uma tradição biológica que começou com a origem da vida e se prolonga até hoje, nas variadas histórias dos seres humanos deste planeta. Como referido anteriormente (p.202), por causa de nossa herança biológica comum temos os fundamentos de um mundo comum. São as heranças linguísticas que permitem o surgimento de diferentes mundos culturais. (MATURANA e VARELA, 2011, p. 265).

Gadamer, por sua vez, sinalizava que a história não nos pertence, mas nós pertencemos a ela. Muito antes de nos compreendermos em um autoexame, nos entendemos na família, na sociedade e no estado em que vivemos. A autoconsciência do indivíduo é apenas uma cintilação nos circuitos fechados da vida histórica. É por isso que os preconceitos do indivíduo, muito mais do que seus julgamentos, constituem a realidade histórica de seu ser. (GADAMER, 1975, p. 245 apud WINOGRAD e FLORES, 1986, p. 29).

Gadamer vê nessa historicidade essencial do “sermos”, a causa de nossa incapacidade de alcançar uma compreensão explícita completa de nós mesmos. A natureza de nosso ser é

determinada por nossa formação cultural e, como é formada em nosso próprio modo de experimentar e viver em linguagem, não pode ser totalmente explicitada nessa linguagem (Ibidem, p. 29).

Com estas reflexões sobre a historicidade, encontramos confluências nas pesquisas realizadas há mais de três décadas, por Victor Toledo e Narciso Barrera-Bassols, pesquisadores do Centro de Investigações em Ecosistema da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Os investigadores construíram uma relevante base conceitual e teórica relativa ao campo da Etnoecologia. Segundo os autores (2015), vai além de numa abordagem interdisciplinar ou holística. Desafia os paradigmas da ciência convencional, e promove uma pesquisa participativa do que se conhece como ciência pós-normal ou ciência da complexidade.

A Etnoecologia aborda o estudo dos saberes locais e dos problemas convencionais ligados à separação do mundo em duas esferas: do natural e do social. Essa transdisciplina se fundamenta na multiculturalidade e propõe encontrar outros modos de vida sustentáveis, valores, significados e ações que permitam estabelecer cenários de globalização alternativos (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015, p.142). Sua base está centrada na integração do complexo de crenças (Kosmos), do sistema de conhecimentos (Corpus) e do conjunto de práticas produtivas (Práxis).

Essa perspectiva parte da diversidade, definida pelos pesquisadores como “uma habilidade de manter uma memória individual e coletiva, que conseguiu se estender pelas diferentes configurações societárias, resultantes da formação da espécie humana” (Ibidem, p. 28). A capacidade de diversificar é um traço evolutivamente vantajoso de nossa espécie.

Observemos que segundo Maturana e Varela as diferenças culturais não representam modos diferentes de tratar a mesma realidade objetiva, se trata ao contrário de domínios cognitivos legitimamente diferentes. Os homens culturalmente diferentes vivem em diferentes realidades cognitivas que são especificadas recursivamente através do seu viver nelas. (MATURANA e VARELA, 1974, p. 464 apud WINOGRAD e FLORES, 1986, p. 52). Entendemos assim que essas diferenças culturais contribuem para manter a memória individual e coletiva.

Toledo e Barrera-Bassol apontam a existência de dois tipos principais de diversidade no planeta - a biológica e a cultural - as quais juntas dão origem a outros tipos de diversidade, como a agrícola e a paisagística. Os pesquisadores definiram quatro ondas de diversificação: biológica; humana; a criação humana de novas espécies; e de novas paisagens.

A diversificação da cultura inclui três modelos de heterogeneidade: genética, linguística e cognitiva. A diversidade do mundo vivo é o resultado de um processo evolutivo que levou cerca de 3,5 bilhões de anos; e a diversidade das culturas resulta de apenas 100 mil anos. Entretanto, ambas estão ligadas desde tempo imemoriais por razões produtivas, espirituais e éticas. “A história das florestas remonta à história dos seres humanos, e a história dos seres humanos reflete sua relação com a floresta, pois ambos fazem parte do mesmo mundo” (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 81).

Os principais processos de diversificação mostram a relação estreita entre vários deles, e especificamente entre as formas de diversidade: biológica, genética, linguística, cognitiva, agrícola, paisagística. Juntas, elas configuram o complexo bio-cultural originado historicamente, que é o produto de vários anos de interação entre as culturas e os ambientes naturais (Ibidem, p. 32, 39).

Toledo e Barrera-Bassols ressaltam que os conhecimentos sobre a natureza configuram uma dimensão notável ao refletirem a sagacidade e a riqueza de observações sobre o entorno realizadas, guardadas, transmitidas, aperfeiçoadas no decorrer de longos períodos de tempo, sem as quais a sobrevivência dos grupos humanos não teria sido possível (Ibidem, p. 33). Eles explicam que essa dimensão cognitiva:

trata-se dos saberes transmitidos oralmente de geração para geração e, especialmente, dos conhecimentos imprescindíveis e cruciais, por meio dos quais a espécie humana foi moldando suas relações com a natureza (...) permitiu não só manter uma certa relação de coexistência com a natureza, mas também refiná-la ou aperfeiçoá-la (Ibidem, p. 33).

A estrutura da diversidade cultural, genética e linguística operam como núcleo, como a base sobre a qual se manifesta uma grande variedade de expressões tangíveis e intangíveis: “crenças, conhecimentos, instrumentos e ferramentas, arte, arquitetura, roupas e uma ampla gama de alimentos que compõem as culinárias locais e regionais” (Ibidem, p. 33). O produto final desse processo de refinamento encontra-se hoje na mente e nas mãos de homens e

mulheres que compõem os chamados povos tradicionais, especialmente os povos indígenas. Mas esses conhecimentos estão ameaçados.

Para proteger estes conhecimentos, consideramos relevante lembrar alguns dos autores que fazem propostas que de certo modo poderiam contribuir na proteção dos ditos conhecimentos. No caso de Bohm, fala sobre o pensamento tácito, descrito como participativo e que percebe camadas de relacionamento geralmente inacessíveis à perspectiva literal, entendendo que tudo faz parte de tudo. De acordo com autor, ainda existem muitas culturas tribais que conservam alguns aspectos desse pensamento (BOHM, 2005, p. 21).

Bohm ressalta ainda que a palavra participação tem dois significados, sendo o mais antigo “compartilhar”, no sentido de como compartilhamos a comida: as pessoas comiam numa tigela única, compartilhavam o pão ou o que quer que fosse. Simbolicamente, ou mesmo no concreto, para tais pessoas isso significava compartilhar a fonte, ou que criava um sentimento de unidade, de identidade. O segundo significado é “tomar parte em”, dar a sua contribuição. (Ibidem, p. 153). Estas questões dão força e consistência à luta pela cultura e pelo território por parte desses povos tradicionais.

Por sua vez, Morin ressalta em “O Método 4” (2011, p. 24) como uma cultura pode abrir e fechar as potencialidades bioantropológicas de conhecimento. Afirma que as fontes da organização da sociedade, as ideias, crenças e os mitos sugerem a existência de um tronco comum indistinto entre conhecimento, cultura e sociedade.

Lembremos que Morin propõe associar as ideias de sistema e organização que estão ligadas, segundo ele, pela de inter-relação. Há uma reciprocidade circular entre esses termos: inter-relação, organização e sistema. Por sua vez, o encadeamento de sistemas rompe com a ideia de objeto fechado e autossuficiente, o que nos faz refletir sobre o limite, uma membrana que permite a comunicação e inter-relação entre os sistemas.

A partir destas ponderações, e considerando a visão cultural da comunicação, que implica inter-relação, visualizamos a importância do limite/membrana, categoria sinalizada por Morin e por Deleuze e Guattari. Sob a análise deleuzeguattariana, nesta pesquisa, o limite é apresentado entre as nações que tinham Estado e as que não tinham, o que permite chegar na

explicação de um processo maquínico. Os conhecimentos tradicionais se encontrariam ali no limite, no limiar, na membrana.

Reparemos que de fato Boaventura de Sousa (2010, p. 43-5) sinaliza que todos os conhecimentos têm limites internos e externos. Os internos se restringem a intervenções no mundo real. Os externos reconhecem as intervenções alternativas e outras formas de conhecimento. As formas hegemônicas só entendem os limites interiores. Sendo que para o autor, a utopia do interconhecimento é aprender outros conhecimentos sem esquecer o próprio. Esta é a ideia da prudência, subjacente na ecologia de saberes.

Nesse raciocínio, podemos vislumbrar como as palavras correspondem à nossa intuição sobre a “realidade”, porque nossos propósitos em usá-las estão intimamente alinhados com a nossa existência física em um mundo e nossas ações dentro dele. Mas a coincidência é o resultado do nosso uso da linguagem dentro de uma tradição. Ou, como diria Maturana, nosso acoplamento estrutural dentro de um domínio consensual (WINOGRAD e FLORES, 1986, p. 61). Lembremos que de acordo com Maturana e Varela diferentes culturas são diferentes realidades e domínios cognitivos, os quais podem estar expressos em diferentes línguas.

Maturana e Varela (2011, p.233) ressaltam que podemos identificar a característica-chave da linguagem, que modifica de maneira tão radical os domínios comportamentais humanos, possibilitando novos fenômenos, como a reflexão e a consciência. Essa característica é que a linguagem permite, a quem funcione nela, descrever a si mesmo e à sua circunstância.

Para os biólogos, existimos em nosso funcionamento na linguagem, e conservamos nossa adaptação no domínio de significados que isto faz surgir. Somos observadores e existimos no domínio semântico criado por nosso modo linguístico de operar (Ibidem, p. 233).

Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 32-3) ressaltam que, assim como as populações humanas evoluíram, as linguagens se diversificaram e evoluíram com o passar do tempo. Embora o número de línguas não seja equivalente ao número de culturas, o critério linguístico pode ser usado para fazer um cálculo preliminar da diversidade cultural: quase 7 mil línguas (GORDON, 2005 apud TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 32-3). Trata-se de uma cifra conservadora se levarmos em conta que, antes da expansão colonial europeia o número de línguas chegava a 12 mil.

Todavia, a diversidade tem sido limitada, ignorada, esquecida ou tacitamente negada com o advento da modernidade. Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 19) a caracterizam como uma era cada vez mais orientada pela vida instantânea e pela perda da capacidade de recordar. Daí a defenderem a recuperação da memória biocultural, com base no resgate das sabedorias ancestrais. Essa memória biocultural vem sendo mantida pelos 7 mil povos tradicionais indígenas ou originários que hoje existem, subsistem e persistem.

Estes povos habitam territórios que se encontram no limite, na membrana, são fluxos desterritorializados não capturados pelo capitalismo. No Brasil são representados pelos seringueiros, camponeses, caboclos, caiçaras, pantaneiros, quilombolas e pescadores artesanais. Possuem um conhecimento tácito, expresso nos saberes, fazeres e falas que abrigam e protegem a agrobiodiversidade do planeta, memória generativa para as próximas gerações.

De acordo com Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 46), ainda e em sintonia com Maturana e Varela, cada língua falada representa um modo único de compreender a experiência humana, o universo natural e o mundo inteiro. “Os idiomas resumem toda a pluralidade da humanidade”. A linguagem confere significado às representações, aos discursos e às negociações. Eles a consideram como uma ferramenta essencial para a construção da diversidade cultural e é matéria-prima da criatividade e do conhecimento.

Encontramos, assim, uma linha tênue que separa linguagem e cultura. Em “O Método 4” (2011), Morin compara metaforicamente a cultura de uma sociedade a uma espécie de megacomputador complexo, que memoriza todos os dados cognitivos e é portadora de “quase programas”, os quais prescrevem as normas práticas, éticas e políticas. Cada espírito/cérebro individual é como um terminal e o conjunto das interações entre os terminais constitui o grande computador.

Um programa é um sistema formal que possui um certo número de variáveis e que pode ser manipulado (executado) para gerar previsões sobre o comportamento (saídas) de algum sistema natural que se pretende modelar. Na medida em que o comportamento previsto corresponde ao observado, a teoria é suportada (WINOGRAD e FLORES, 1986, p. 25).

As relações entre cultura, programa e linguagem ecoam nas observações do físico e ecólogo dos meios Robert K. Logan (1939-). Logan incentiva incluir a biologia no campo da ecologia dos meios. Para o estudioso, a biologia vai além da associação ou metáfora com o termo ecologia, é mais profundo. De acordo com a hipótese de Logan, biologia e cultura não podem ser estudadas separadamente, porque a evolução humana é uma combinação de evolução biológica e progresso cultural, conforme tem sido reconhecido por biólogos. Análise que coincide com o campo de estudo de etnoecologia e a memória biocultural propostas por Toledo e Barrera-Bassols.

Um ponto ressaltado por Logan (2015, p. 210) é que os ecossistemas, sejam biológicos ou radicados nos meios, evoluem da mesma forma que os componentes que os constituem. Estes coevoluem através das interações entre eles. Encontramos, assim, uma relação com as reflexões trazidas por Morin.

Logan sinaliza, deste modo, que a ecologia dos meios pode atualizar a ecologia biológica, a evolução e a teoria da complexidade. E inversamente, estes campos podem relacionar-se com a ecologia dos meios. O ecossistema é meio e também é mensagem. É meio no qual todas as partes constituintes emergem, co-evolucionam e interatuam (LOGAN, 2015, p. 215).

Observemos que nestas reflexões Logan está trazendo a máxima de McLuhan, o meio é a mensagem. De acordo com McLuhan, todos os meios, e sem considerar as mensagens que comunicam, exercem uma persuasiva influência no ser humano e na sociedade.

Lembremos que, de acordo com o pesquisador, o ser humano pré-histórico ou tribal percebia o mundo equitativamente mediante o ouvido, olfato, tato, visão e paladar. Até que as inovações tecnológicas, entendidas por McLuhan como extensões de habilidades e sentidos, alteraram o equilíbrio sensorial. Como resultado, a sociedade é remodelada inexoravelmente.

McLuhan tem desenhado a sua obra com o propósito de tentar entender nosso entorno tecnológico e suas consequências psíquicas e sociais. Sua proposta é cartografar um novo terreno, mais do que traçar novos pontos de referência (SCOLARI, 2015, p. 49).

Segundo Logan, há uma permutabilidade entre os termos linguagem, tecnologia e meios. Uma linguagem é tanto uma tecnologia como um meio. Uma tecnologia é um meio e também pode

considerar-se uma linguagem, já que tem um vocabulário (seus componentes) e uma sintaxe (quer dizer, seus próprios métodos de composição e uso). Finalmente, um meio é algum tipo de tecnologia e também, em certo sentido, uma linguagem (LOGAN, 2015, p. 209).

Para o autor, ainda, o estudo dos meios, da linguagem, da tecnologia e seus efeitos, revelaram a superposição entre estas três categorias. As linguagens e as tecnologias mediam e criam entornos como os meios. Ao considerar estes solapamentos, Logan reivindica que o estudo ecológico dos meios não pode limitar-se aos meios de comunicação de maneira estrita, mas deve ter em conta a tecnologia, a linguagem e as interações destas três esferas, que juntas conformam um ecossistema de meios (Ibidem, p. 210).

Logan adverte que, embora estes raciocínios sejam louváveis na sua lógica, sua aplicação não será fácil, pelo fato de que os ecólogos dos meios não têm estudado em profundidade a biologia, a evolução e a emergência. Assim como os biólogos não têm se interessado pela ecologia dos meios. No entanto, o pesquisador motiva a juntar estas duas áreas interdisciplinares, prevendo resultados interessantes (2015, p. 201).

De nossa parte, considerando uma das perguntas norteadoras desta pesquisa – “podem os cidadãos contribuir na comunicação de saberes agroecológicos?” – e motivados pelos autores trabalhados nesta seção, encontramos na proposta de Logan um caminho promissório. Esta ligação, a encontramos nas reflexões de Toledo e Barrera-Bassols, assim como na agroecologia, sobre a qual nos debruçaremos também no capítulo 5.

Continuaremos pela estrada da ecologia dos meios, aprofundando sobre a visão do estudo dos meios como meios, procurando outras maneiras de comunicar, que nos permitam, como apontou Castells, criar contramolduras que sejam poderosas o suficiente para desafiar as molduras estimuladas pela elite.

4.5 Estudar os meios como meios

McLuhan posicionou dentro e fora do escopo científico uma visão ecológica dos processos midiáticos contemporâneos. O pesquisador nunca se cansou de insistir que a mídia forma um ambiente ou ambiente sensorial (meio) no qual nos movemos como um peixe na água;

ressaltando que nós não percebemos sua existência até que, por algum motivo, ele se torne visível.

Desta forma, sua ecologia é totalmente focada nas percepções dos sujeitos: os seres humanos modelam os instrumentos de comunicação, mas, ao mesmo tempo, os meios nos reformam sem que tenhamos consciência disso (SCOLARI, 2015, p. 22-3).

Na visão de McLuhan, a mídia como ambiente compreende todas as tecnologias de comunicação, desde a escrita à mídia digital – todas geram ambientes que afetam os sujeitos que as utilizam. Em “*Understanding Media*” (1964), o autor argumentou que os efeitos da tecnologia “não ocorrem no nível de opiniões ou conceitos, mas alteram constantemente as proporções de senso e padrões de percepção” (apud SCOLARI, 2015, p. 31). Essa interpretação da metáfora ecológica poderia ser definida como a dimensão ambiental da ecologia midiática. Nesta, a mídia cria um ambiente que envolve o sujeito e molda sua percepção e cognição (Ibidem, p. 29).

Atentemos que, de maneira similar, Guattari sinaliza a existência de uma modelização, uma produção de subjetividade que chega a ser uma programação molecular, chegando diretamente nas estruturas nervosas e psíquicas moleculares, que começa na mais tenra idade (GUATTARI, 2015, p. 284).

O autor sublinha ainda a importância de considerar que todo problema ambiental postula o desenvolvimento de universos de valores, sendo portanto um compromisso ético-político. Também apela para a encarnação de um sistema de modelagem para sustentar o dito universo de valores, isto é, práticas sociais de campo e práticas analíticas, quando se trata da produção de subjetividade (Ibidem, p. 61).

Ao projetar seu trabalho para entender o ambiente tecnológico, McLuhan pretendia mapear um novo terreno em vez de desenhar antigos pontos de referência (McLUHAN, 2015, p. 49).

Para os ecólogos dos meios, o estudo efetivo da mídia não trata apenas do conteúdo da mídia, mas da própria mídia e do ambiente cultural absoluto no qual esses meios são usados. A intenção é compreender que somente se nos afastarmos de qualquer fenômeno e adquirirmos

uma visão como um todo poderemos descobrir suas linhas de força e seus princípios operacionais (Ibidem, p. 50).

Lembremos que segundo Logan há uma permutabilidade entre os termos linguagem, tecnologia e meios. Lewis Mumford (1952) argumentava que a tecnologia não é exclusiva dos seres humanos. Apontava, por exemplo, como as barragens dos castores, os ninhos dos pássaros, os formigueiros e colmeias eram construções elaboradas do reino animal. Esta contraposição faz entender que a tecnologia não é apenas uma extensão do homem: é também uma extensão da natureza (STRATE, 2015, p. 158).

Pode se considerar, assim, que tecnologia é natural e é por isso que a expressão oral humana é um meio. É verdade que nascemos com uma predisposição genética para o uso da linguagem, que é ativada através da interação com os outros. Mas também nascemos com a predisposição genética para o uso de ferramentas, um instinto que compartilhamos com outras espécies, característica que a seleção natural promoveu em nós.

De qualquer forma, como sublinhado por Maturana e Varela (2011, p. 240, 253), no caso dos homens, sem recursividade linguística não há linguagem nem parece gerar-se uma mente, ou algo identificável como tal, em nosso domínio de distinções. As mudanças nos primeiros hominídeos, que tornaram possível o aparecimento da linguagem, têm a ver com a história de animais sociais, onde coexistiram atividades contraditórias como a de ser parte integrante de um grupo e ao mesmo tempo afastar-se por longos períodos para coletar e caçar.

Continuando com as reflexões de Mumford, o corpo humano é o nosso meio primário. Por essa razão, argumentou que as primeiras máquinas, da antiguidade primitiva, eram feitas de carne e osso. Mumford chamou-lhes máquinas invisíveis porque se baseavam na coordenação do trabalho humano em engenharia, arquitetura ou trabalho militar (STRATE, 2015, p. 158).

Notemos que em “O Método 1” (2003, p. 302), Morin também falava da megamáquina antropossocial de Mumford, sinalizando como esta é formada e desenvolvida na e pela dominação generalizada dos seres humanos. De acordo com o socioantropólogo, a dominação dos homens surge neste momento crucial que é a entrada do Estado dominador no coração das sociedades.

Um ponto importante ressaltado por Morin, é o fato de que todas as máquinas terrestres, com exceção das artificiais, são ecologicamente dependentes: apresentam uma dependência absoluta de fluxos, nosso ser, nossa organização. Nossa existência é integralmente dependente, e por este motivo existe uma abertura generalizada. Sendo que são necessárias interações internas e externas, que vão construir a auto-eco-organização (MORIN, 2003, p. 251).

O autor pontua que somos seres ecodependentes com dupla identidade: a nossa própria e a ecológica, que nos liga ao nosso ambiente. Existe, assim, uma autonomia dependente na relação ecológica (Ibidem, p. 252).

Sob esta compreensão de Morin, o ambiente (ecossistema) é co-presente e co-organizador. Toda atividade produtora tem efeitos múltiplos, diversos, complexos sobre o ambiente. A partir deste entendimento, o autor resalta que podemos chegar também a noção de si. Segundo o socioantropólogo, de circuito em circuito chegaremos ao circuito recursivo, ao mesmo tempo mais fechado e mais aberto: a consciência do ser humano (Ibidem, p. 253-262).

Entendemos, assim, que a produção de si dá lugar ao “autos” da autoorganização, autoprodução, autoreferência de onde nascera o Egos (Ibidem, p. 264), trazendo a realidade biológica onde o autos neurocerebral humano domina outros aparelhos neurocerebrais que guardam suas competências e sua autonomia organizacional, são dominadas aos fins de seu dominador. Encontramos, assim, a relevância do ambiente midiático ou ecossistema na autoprodução do si. Dois autores que dialogam com o pontuado por Morin são Benkler e Guattari.

De acordo com Benkler, a informação desempenha um papel ainda mais fundamental na nossa capacidade de conceber e desenvolver projetos de vida, que podemos chamar de nossos. Um requisito fundamental de auto-direção é a capacidade de perceber o estado do mundo, projetar opções de ação disponíveis, conectar ações às suas consequências, avaliar resultados alternativos e decidir tomar uma ação de acordo com ela.

Sem essa habilidade não há ação, nem mesmo aquelas mecanicamente “auto-dirigidas” em que o cérebro faz o corpo agir conscientemente, que pode ser interpretado como autônomo em qualquer sentido. Todos os componentes da tomada de decisão antes da ação, e todos aqueles

atos que são eles próprios comunicativos ou que requerem comunicação como pré-condição de sua eficácia, são constituídos pelo ambiente informativo e comunicativo que habitamos como agentes.

As condições que em qualquer uma dessas instâncias geram gargalos, erros de comunicação ou oportunidades de manipulação por parte daqueles que controlam o acesso à informação, criam ameaças à autonomia individual no referido ambiente. A configuração do ambiente da informação e a distribuição dentro dele do poder de controlar o fluxo de informação de e para os indivíduos são produto contingente de uma combinação de tecnologia, comportamento econômico, padrões sociais e estruturas institucionais (BENKLER, 2015, p.188-9).

Por sua vez, Guattari se refere a uma modelização criada a partir de equipamentos coletivos, meios de comunicação de massa e publicidade que não deixam de interferir nos níveis mais íntimos da vida subjetiva. Desta forma, para o filósofo, o inconsciente não é algo que é apenas em si mesmo, uma espécie de universo secreto. Ao contrário, é um nó de interações maquínicas, através do qual somos articulados a todos os sistemas de potência e a todas as formações de poder que nos rodeiam (GUATTARI, 2015, p. 150-1).

Retornando ao raciocínio de Morin em “O Método 1”, ele traz nesta percepção o significado de alienação, pontuando que “no termo filosoficamente obscuro de alienação toma um sentido concreto: o autos do sujeitado está alienado no autos do mestre”. Assim, a dominação massiva das plantas (agricultura) e dos animais (criação), a dominação de enormes massas humanas e o surgimento da megamáquina social com seu aparelho central, o Estado, são concomitantes e correlativos (MORIN, 2003, p. 301).

Morin continua sua reflexão sinalizando que o autos permanece dotado de subjetividade, mas esta se torna satélite de um outro sujeito sujeitador; a inteligência e as aptidões do sujeitado podem e devem encontrar pleno emprego, mas no sentido das finalidades do mestre. A obediência pode ser imposta pela imposição (escravização), mas ela também pode se engrampar e ganhar valor de lei, de programa, de ordem “natural” no sujeitado, totalmente alienado a serviço da lei, do programa, da ordem do mestre (Ibidem, p. 301).

Como advogado, Benkler tem estudado as leis e políticas comunicativas e informativas em todo o mundo, as quais, de acordo com o autor, foram guiadas pelo desejo de "deixar a

iniciativa para o setor privado", que foi amplamente traduzido como um impulso para o reforço de diversas estruturas, privação e relaxamento de várias restrições regulatórias sobre elas (BENKLER, 2015, p. 194).

Ao falar de leis, Guattari (2015, p. 258) indica que não existem máquinas de direitos transcendentais. Existem apenas máquinas de direito articulado a outras máquinas, a poderes políticos, a poderes de vida coletiva (o direito à educação e à saúde). O autor percebe sempre as relações de poder entre os diferentes interessados, as famílias, as opiniões políticas, os sindicatos, etc. E é aqui que se superpõe o contexto-mass-midiático. Para o filósofo, é a interação entre as máquinas sociais, semiótica, a mega-máquina urbana, a articulação de todas essas máquinas, que podem se originar arranjos subjetivos.

Lembremos também como no primeiro capítulo desta pesquisa trazíamos as reflexões de Mészáros sobre a lei do mais forte e a perspectiva de violência do Estado. O autor ressalta como "a Lei" se impõe ao decretar categoricamente a viabilidade constitucional de si mesma, em sua simbiose com a relação estabelecida de forças, como a modalidade prática de tomada de decisão política global sob o domínio do capital.

Retomando as reflexões de Morin sobre o auto-sujeitamento, embora nosso interesse seja a compreensão dos meios como meios e não centrarmos num meio específico, consideramos importante expor as visões de Benkler e Guattari com relação à televisão. Outra justificativa parte do alcance e importância da televisão para os espectadores brasileiros, sendo assistida por 95% da população e sendo também o meio no qual se está veiculando a campanha Agro é Pop, como foi apresentado no item 3.2.1.

De acordo com Benkler (2015, p. 207), a mídia financiada por publicidade tende a programar conteúdo baseado no menor denominador comum, com a intenção de "capturar os olhos" de tantos espectadores quanto possível. Assim, esses meios não pretendem identificar o que o público está disposto a ver, mas tendem a transmitir programas toleráveis o suficiente para que os telespectadores não desliguem a televisão.

Benkler sinaliza ainda que a cultura da televisão é a quintessência da economia da informação industrial, e estruturou o papel dos consumidores como altamente passivo. Refutando as assinalações de estudiosos da mídia, como John Fiske, que apontam o papel persistente dos

espectadores na construção e interpretação das mensagens que recebem, o papel nesse modelo é bem definido.

O produto de mídia é um produto acabado que é consumido. Essa crescente passividade da cultura televisiva tornou-se um marco da vida da maioria das pessoas nos últimos estágios da economia da informação industrial. Desta forma, os espectadores não participam da construção do ambiente de informação que habitam (BENKLER, 2015, p. 176-7).

Uma característica clara e estruturalmente característica dos meios de comunicação de massa é que uma sociedade que depende de um número relativamente pequeno de atores, geralmente de negócios, para oferecer a maior parte de sua esfera pública está exposta, pelo menos, a uma certa forma de discurso elitista. Em outras palavras, aqueles que participam da mídia podem exercer uma influência substancialmente maior do que outros indivíduos ou grupos sociais em pauta, à formação do debate público e, conseqüentemente, suas repercussões (Ibidem, p. 245).

Uma consequência visível é como plataformas profissionais, comerciais e unidirecionais têm gerado um padrão pelo qual, quando essas mídias comunicam debates políticos, o fazem como se fosse um show: alguém que representa um partido (BENKLER, 2015, p. 247; GUATTARI, 2015, p. 228).

O mercado dos meios financiados pela publicidade dificilmente garante que o conteúdo da mídia ofereça um bom reflexo das informações – das quais os cidadãos precisam, como membros de uma comunidade política – com um repertório de opiniões e pontos de vista sobre o que deve interessar ao público sobre as soluções disponíveis para os problemas que são percebidos e discutidos (BENKLER, 2015, p. 244).

Neste contexto, Benkler pontua que a televisão parece ser o principal culpado na dimensão da inércia política (2015, p.252). Reflexões que ecoam com as ponderações trazidas por Guattari (2015, p. 330) sobre a televisão, que na sua visão funciona como uma droga hipnótica que gera uma neurose artificial que se sobrepõe e mascara outros fatores de perturbação.

De acordo com Guattari, os espectadores entram em adjacência aos discursos, às imagens e à música que ouvem. Neste momento há uma espécie de desposseção de subjetividade, de irresponsabilidade, de infantilização que se assemelha ao consumo de medicamentos para

dormir ou para não ficar ansioso. Ao falar sobre este efeito, o filósofo pontua que não se trata de uma metáfora, porque pensa que estão em jogo os mesmos processos funcionais e biológicos (GUATTAR, 2015, p. 352).

O sentido das reflexões destes três autores, com relação aos meios e às mensagens, trazem implícito um discernimento sobre o sentido de autonomia e liberdade, e sobre a percepção dos autos sujeito sinalizado por Morin.

Observemos que por exemplo Guattari sublinha (2015, p. 150-1) como a afetação dos indivíduos a seus postos de produção não dependem unicamente dos meios de coerção ou do sistema de remuneração monetária; senão também, e de maneira mais fundamental, das técnicas de modelização dos agenciamentos inconscientes operados pelos equipamentos sociais, dos meios de comunicação, e dos métodos de adaptação psicológica de todo tipo.

Estas reflexões ecoam com Ellul (1968, p. 346) ao falar em técnicas do homem. No que tange à publicidade, o filósofo ressaltava que um ponto chave desta técnica radica no fato de que o ser humano não deve, em momento algum, libertar-se dela. A publicidade traz, assim, uma estranha concepção do ser humano que despreza sua vida interior em proveito de sua vida social; despreza a sua vida intelectual e moral em proveito de sua vida material.

Desta forma, estudar os meios como meios nos levam a refletir no sentido da autonomia e liberdade dos indivíduos, e como o ambiente e as técnicas ou as engrenagens da megamáquina estão influenciando nas percepções, que levam os indivíduos a tomarem as decisões, incluindo as das suas escolhas alimentares.

A frase de Galeano – “a autodeterminação começa pela boca” – é trazida por Bombardi em sua pesquisa “Atlas dos Agrotóxicos” (2017, p. 57). Esta frase reitera todo o sentido de aprofundar no autos sujeito do qual fala o Morin, que também sinaliza em seu livro “O Método: 1” : “nós precisamos de um princípio de conhecimento que não apenas respeite, mas revele o mistério das coisas” (2003, p. 36).

Entendemos assim, como condição indispensável ter sempre presente uma das questões trazidas pelo mesmo Morin (Ibidem, p. 310): entender que a comunicação se encontra subordinada ao comando, à organização comunicacional, o qual se estabelece

necessariamente pela dominação, o comando oculta a riqueza da organização comunicacional. Seguindo este caminho, em seguida aprofundaremos na relação da autonomia e liberdade e os meios.

4.5.1 Autonomia, liberdade e Meios como meios

Como vimos anteriormente, para os ecólogos dos meios, importa não só o conteúdo da mídia, mas a própria mídia e o ambiente cultural no qual esses meios são usados. Para este campo de estudo, em dito ambiente cultural é possível perceber uma permutabilidade entre os termos linguagem, tecnologia e meios, como sinaliza o ecólogo dos meios Strate (2015), ao pontuar que a expressão humana é um meio.

Sob essa mesma lógica, ao justificar que o meio é a mensagem, McLuhan (2015, p. 153) sinalizava que o usuário é o conteúdo. O que nos remete a considerar o ambiente (ecossistema) como co-presente e co-organizador, conforme Morin. Por esta razão, McLuhan convidava o público e os leitores a interpretar as mensagens que recebem, processarem as informações sensoriais que estão assimilando, e a darem um sentido aos seus ambientes e aos elementos que já existem lá, assim como aos eventos que ocorrem dentro deles.

Nesse sentido, podemos relacionar esta chamada de McLuhan com a pergunta de Guattari, “Como você é modelizado?”. O filósofo nos interpela a procurar a metamodelização. Solicitando cada um a se esforçar por entender “o qual é o próprio modelo?”, e sobretudo a discernir de onde ele vem, ou ainda descobrir, se ele não funcionar, é possível procurar um outro?, ou fazer um enxerto de outros modelos. Guattari pontuava que é precisamente quando a modelagem se torna auto-modelagem que acontece um autogerenciamento do modelo, o que pode ser relacionado com a autonomia (GUATTARI, 2015, p. 169-170).

Interpretar o ambiente, do modo como é trazido por estes autores, coincide com estudos de comunicação, mídia e cultura, assim como com a teoria da recepção, a teoria de usos e gratificações, a pesquisa etnográfica de audiências e consumidores, e com estudos sobre o processo de decodificação. Também é congruente com as pesquisas atuais na biologia da percepção e da ciência cognitiva (STRATE, 2015, p. 153).

Neste ponto, procuramos refletir sobre a incidência dos meios como meios na monocultura da mente, para o qual consideramos relevante buscar subsídios também no pensamento do campo da economia psicopolítica da teoria social, desenvolvida pelo pensador brasileiro Evandro Vieira Ouriques.

Para Ouriques, a psicopolítica se refere às operações psicológicas com fins políticos, resultando na dominação dos territórios mentais. O autor sinaliza que deve ser nos *territórios mentais*, ou seja, nos fluxos de pensamentos (racionalidades cognitiva, instrumental e axiológica), afetos (emoções e sentimentos), percepções (sensações e intuições) e volição, que é possível construir epistêmica, teórica e metodologicamente, e em rede, a economia psicopolítica, com capacidade de emancipação em ambientes resultantes da opressão e colonização dos *territórios mentais* (OURIQUES, 2014, p. 32).

De acordo com o pesquisador, alguns dos teóricos clássicos da propaganda, da publicidade, do marketing e das relações públicas, baseiam-se no princípio verificado no início do século passado, de que “a despeito das predisposições a manipulação não progride” (SERPA, apud OURIQUES, 2011, p. 42).

O que acontece se essas predisposições se encontram no que Morin denomina o *imprinting* cultural? Para o socioatropólogo em “O Método 4” (2011), o *imprinting* cultural marca os seres humanos desde o nascimento, primeiro com o selo da cultura familiar, depois social, e se mantém na vida adulta. Inscreve-se no cérebro desde a primeira infância por estabilização seletiva das sinapses. Essas inscrições vão marcar, irreversivelmente, o espírito individual no seu modo de conhecer e de agir (Ibidem, p. 30). A cultura é o que permite aprender e conhecer, mas também o que impede esse processo fora dos seus imperativos e de suas normas. Há antagonismo entre o espírito autônomo e a sua cultura.

Chegamos assim no ponto de antagonismo entre a autonomia e a cultura, antagonismo presente especialmente quando pensamos na cultura de massa na qual estamos imersos. Como sinalizado no item 2.3, Guattari (2013) a considera como elemento fundamental da produção de subjetividade capitalística, a qual vai mesmo para uma produção da subjetividade inconsciente.

Lembremos ainda que para o filósofo, uma modelização é criada a partir de equipamentos coletivos, meios de comunicação de massa e publicidade, que não deixam de interferir nos níveis mais íntimos da vida subjetiva. O inconsciente é um nó de interações maquínicas, através do qual somos articulados a todos os sistemas de potência e a todas as formações de poder que nos rodeiam (GUATTARI, 2015, p. 150-1).

Sobre a cultura de massas, nos anos 60 Ellul já se questionava sobre as consequências acarretadas pela publicidade. De acordo como o autor, quando essas consequências tiverem aparecido, nós já não as reconheceremos, porque estaremos tão absorvidos, tão indiferenciados, tão manipulados, que não poderemos objetivar esse conhecimento e não teremos mais ideia alguma de como poderia ter sido anteriormente.

O teólogo se inquietava da presença dos diferentes suportes publicitários na rua, cartazes em seu trabalho, folhetos nas suas distrações em casa. Entendendo que tudo converge para o mesmo ponto, tudo tem a mesma ação sobre o indivíduo. O filósofo pontuava que os meios empregados assumem tal magnitude que o ser humano não os percebe mais. Esse último fato é muito importante: a publicidade deve tornar-se tão natural quanto o ar ou o alimento (ELLUL, 1968, p. 374).

Relacionar o alimento com o ambiente, com a publicidade e com os meios nos leva refletir sobre ambientes obesogênicos. Ou seja, na influência que as oportunidades e condições ambientais têm nas escolhas, por parte dos indivíduos, de hábitos de vida que promovam o desenvolvimento da obesidade (SWINBURG et al., 1999, p. 564, apud SOUZA e OLIVEIRA, 2008, p. 158).

Os questionamentos de Ellul se fazem mais evidentes quando lembramos, como mencionado no item 3.5. do artigo “Análise da publicidade televisiva de alimentos no contexto das recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira”, que de um total de 2.732 comerciais identificados, a publicidade de alimentos e bebidas representou a terceira maior categoria anunciada, com 10,2%. Nessa categoria, os alimentos ultraprocessados corresponderam a 60,7% dos anúncios, e os alimentos in natura ou minimamente processados a cerca de 7%.

Estas reflexões se encontram alinhadas com os assinalamentos dos ecólogos dos meios, que ressaltam que se um ambiente causado pela mídia se torna penetrante e metamorfoseia nosso equilíbrio sensorial, ele se torna invisível (SCOLARI, 2015, p. 51). Assim, a obesidade e maus hábitos alimentares são visíveis, porém o ambiente obesogênico influenciado, entre outros motivos, pela publicidade, é por enquanto um tema acadêmico e de ativismo.

Amartya Sen sinaliza que liberdade se refere tanto aos processos de tomada de decisão como às oportunidades para lograr os resultados valorados (1999, p. 348). Com relação a um ambiente obesogênico, quais são as oportunidades para lograr os resultados valorados e vencer a epidemia de obesidade, quando o ambiente (ecossistema) é a cidade?

Atualmente o ambiente em que vivemos é considerado obesogênico, pois seduz e induz, por vários meios, a adoção de comportamentos não saudáveis (CYPRESS, 2004 apud SOUZA e OLIVEIRA, 2008, p. 157). Sabe-se que a ocorrência da obesidade nos indivíduos é reflexo da interação entre fatores ambientais com uma certa predisposição genética. Mas, como há poucas evidências de que algumas populações sejam mais suscetíveis à obesidade por motivos genéticos, reforça-se a teoria de que os fatores alimentares e o estilo de vida seriam os responsáveis pela diferença na prevalência da obesidade em diferentes grupos populacionais (FRANCISCHI et al., 2000; CRAWFORD, BALL, 2002; LIMA et al., 2004; JEFFERY et al., 2006 apud SOUZA e OLIVEIRA, 2008, p. 157).

Algumas publicações relevantes sobre este tema, em particular da World Health Organization (WHO), a FAO e o Fundo Mundial de Pesquisa do Câncer (World Cancer Research Fund), concordam que os fatores mais importantes na promoção do aumento de peso e da obesidade, assim como as doenças crônicas não transmissíveis são: a) o consumo elevado de produtos de baixo valor nutricional e alto conteúdo de sal, açúcar e gordura, b) consumo habitual de bebidas açucaradas, c) atividade física insuficiente. Todos estes fazem parte do ambiente obesogênico. Assim, o ambiente obesogênico diz respeito à influência que as oportunidades e condições ambientais têm nas escolhas, por parte dos indivíduos, de hábitos de vida que promovam o desenvolvimento da obesidade (SWINBURG et al., 1999, p. 564 apud SOUZA e OLIVEIRA, 2008, p. 158).

É dentro deste contexto, no qual estamos tentando nos situar num metaponto de vista, considerando o meio como meio e a cidade como meio e ecossistema, que somos levados a questionar sobre a liberdade e autonomia.

4.5.1.1 Liberdade e o conceito de autonomia

Apesar da sua centralidade intuitiva, a autonomia é um conceito notoriamente nebuloso. Em particular, há uma divisão profunda na literatura sobre o assunto em torno de saber se é apropriado entender a autonomia em termos substantivos – como Gerald Dworkin, Joseph Raz e Joel Feinberg fizeram mais proeminentemente – ou em termos formais. As concepções formais de autonomia pressupõem que todos são capazes de decidir autonomamente, mas permanecem lá, sem tentar medir o grau de liberdade que as pessoas realmente exercem em um mundo cujas circunstâncias, tanto naturais quanto humanas, as restringem (apud BENKLER, 2015, p. 182).

Considerando aqui a liberdade positiva, ou seja, a capacidade de ser ou fazer de uma pessoa, o economista Amartya Sen (2012, p. 348) sinaliza que a liberdade se refere tanto aos processos de tomada de decisão como às oportunidades para executar os resultados valorados.

Benkler ressalta (2015, p. 183) o fato de que nós experimentamos algumas decisões mais livres do que outras; assim como quando rimos de nós mesmos ou nos arrependemos de estarmos atrapalhados nas engrenagens da máquina ou no escritório, o que gera uma certa sensação de desamparo, de negação da liberdade, e não apenas em termos de falta bem-estar; no momento em que apreciarmos as condições que experimentamos como "livres" por causa da própria liberdade e não por razões alheias a ela.

Surge assim a necessidade de indagar sobre a capacidade dos indivíduos para serem os autores de suas vidas no contexto de restrições contextuais. Nessa perspectiva, é irrelevante que as fontes de restrição sejam atores privados ou do direito público. O que importa é até que ponto uma configuração específica de condições materiais, sociais e institucionais permite que alguém mantenha a autoria de sua vida, bem como na medida em que essas condições permitem que outros influenciem o indivíduo como um objeto de manipulação. Para este propósito, para diagnosticar as condições de liberdade individual em uma determinada sociedade e contexto, devemos tentar observar até que ponto as pessoas são de fato capazes de

projetar e viver uma vida que pode ser razoavelmente descrita como um produto de suas próprias decisões (BENKLER, 2015, p. 183).

A este respeito, Ellul entendia a técnica como autônoma, situada além do bem e do mal, sendo importante a sua eficácia, negando toda tradição. Para o filósofo, a técnica penetra em todas as dinâmicas do ser humano e no próprio ser humano, que se torna objeto da técnica, num entorno de máquinas político-econômicas (1954, p. 5, 87, 135). Estas reflexões coincidem com a visão maquínica de Guattari, de máquinas que incidem na modelização dos indivíduos.

Guattari sinalizava ainda – a partir do momento em que se considera que a subjetividade não é assimilável a uma caixa-preta embutida nas circunvoluções cerebrais, mas como algo que funciona em todos os níveis do social e do "pré-pessoal" – que a análise do inconsciente deve levar em conta aqueles "circuitos maquínicos" e aquelas agências de produção de subjetividade (GUATTARI, 2015, p. 156).

Reparemos que Benkler ressalta o fato da influência das condições e do contexto numa determinada sociedade para projetar e viver uma vida. Desta forma, entendemos que os indivíduos necessitam de um conjunto de recursos-chave para perceber o estado do mundo e o repertório de ações possíveis, bem como para comunicar suas intenções aos outros (BENKLER, 2015, p. 184).

Esta reflexão nos remete aos “pontos cegos cognitivos” dos quais falam Maturana e Varela, que fazem com que as palavras na reflexão linguística ocultem coordenações comportamentais, que dependem de um meio cultural. Sendo que só quando somos transportados a outro meio podemos perceber os pontos cegos cognitivos (MATURANA E VARELA, 2011, p. 264)

Lembremos ainda que Maturana afirma que nossa capacidade de funcionar como observadores é gerada a partir do nosso funcionamento como sistemas determinados pela estrutura, moldados pelo acoplamento estrutural, padrão de atividade que é desencadeado por mudanças no meio. O que implica que toda vez que há um fenômeno social, há um acoplamento estrutural entre indivíduos (MATURANA e VARELA, 2011, p. 214; WINOGRAD e FLORES, 1986, p. 44).

Os biólogos ressaltam como esse acoplamento estrutural compreende a dinâmica de interações internas dos sistemas, assim como interações externas com o entorno com o qual seu funcionamento se conecta. Se as ditas interações se tornam destrutivas, o acoplamento estrutural falha e se produz a extinção (MATURANA e VARELA, 2011, p. 68). Isto concorda com a ecodependência trazida por Morin, ao falar dos seres vivos como auto-organizadores que fazem com que a autonomia deles seja inseparável dessa dependência. Traz ainda esse princípio analogamente para os humanos, que desenvolvem a sua autonomia na dependência da cultura (MORIN, 2003, p. 27-8).

Voltando para as ponderações de Benkler, encontramos que para sustentar a autonomia de uma pessoa nascida e criada em uma cultura com um conjunto de convenções socialmente incorporadas sobre o que é uma vida boa, seria desejável ter um conjunto de opções que incluísse algumas não convencionais, alternativas e críticas. Não é que para sermos verdadeiramente autônomos tenhamos que resistir às convenções. Em vez disso, se a autonomia individual passa pela reflexão crítica e pela recreação através da tomada de decisões ao longo da vida, então algumas das opções disponíveis devem ir na contramão do que escolheríamos se fôssemos simplesmente levados a adotar um projeto de vida pela única razão de que é aceito pela maioria (BENKLER, 2015, p. 192-3).

Assim, a autonomia exigiria uma disponibilidade de opções em cuja aceitação ou rejeição os indivíduos pudessem praticar a reflexão crítica e decidir sobre suas vidas. Onde se encontram essas opções? Maturana e Varela apontam que uma das formas em que podemos ser conscientes dos pontos cegos cognitivos é quando somos bruscamente transportados a um meio cultural diferente.

Guattari (2015, p. 37-43) percebe as cidades como imensas máquinas - “megamáquinas” – produtoras de subjetividade individual e coletiva através dos equipamentos coletivos (educação, saúde, controle social, cultura, etc.). Onde encontrar outras culturas dentro da megamáquina cidade? Sobretudo quando previsões sinalizam que para o ano 2050, quando a população mundial alcançar 9.3 bilhões, aproximadamente 6.3 bilhões serão moradores de cidades, mais de dois terços considerando as taxas atuais de migração rural à urbana¹⁰².

102 Relatório final de Olivier de Schutter, 2014. Disponível em:

http://www.srfood.org/images/stories/pdf/officialreports/20140310_finalreport_en.pdf. Acesso em: 14 jul. 2015.

Existem ainda os limites, as fronteiras, as periferias, como exposto nos capítulos 1 e 2. É nas zonas fronteiriças – onde ainda existe espaço para as emergências, onde pode surgir um diálogo de saberes, uma comunicação e inter-relação entre as diversas formas de conhecimento – que podem ser vistas as estratégias de fuga da monocultura da mente. Nesses limites e fronteiras, como foi sinalizado no capítulo 2, encontramos por exemplo povos indígenas que reivindicam um Estado plurinacional, e são cientes da necessidade de autonomia para a preservação da sua cultura, a qual não deve ser capturada pela racionalidade monocultural.

Foi também sublinhado no capítulo 2, no projeto *Buen conocedor*, iniciado no Equador no ano de 2012, com o objetivo de operacionalizar o “Plano Nacional do Bem Viver 2013-2017”. Aqui a agricultura é estudada como um de tantos campos do capitalismo cognitivo. O documento considera a agroecologia como a saída para contrastar o modelo do agronegócio, ao ponderar as possibilidades e consequências de definir a alimentação como um bem comum.

Um aspecto fundamental que traz a agroecologia como modelo de produção é a abordagem coevolutiva ao sistema social e ambiental, em um esquema de múltiplas influências onde sistemas de conhecimento, valores, tecnologias e organizações interagem com a natureza que redundam na redução da dependência dos camponeses a insumos externos, o que os faz mais autônomos (ALTIERI, 1999, p. 60).

Como diálogo de saberes, a agroecologia não despreza os conhecimentos científicos acumulados, ao contrário, convida a aprofundar os conhecimentos científicos sobre a natureza, seu comportamento e o ecossistema. Como alternativa, a agroecologia propõe recuperar os elementos culturais e ecológicos positivos associados ao campesinato para, em diálogo com o conhecimento das diferentes disciplinas do campo científico social e natural, propor um desenvolvimento rural alternativo (SEVILLA e SOLER, 2009, p. 13).

Desta forma, a agroecologia procura um conhecimento não reducionista. O seu desafio é a complexidade e a busca de um contexto mais amplo, no qual se considerem as questões sociais, no qual a autonomia tenha um rol muito importante, como é ressaltado também pelo engenheiro agrônomo e especialista em sociologia agrária Jan Douwe van der Ploeg (1950-).

Ploeg (2010) destaca como a agricultura de baixos insumos externos está aumentando. Esta tendência é vista pelo pesquisador como uma resposta à pressão exercida sobre a agricultura por parte do agronegócio.

Ao falar da agricultura camponesa, Ploeg evidencia como está representada uma redescoberta do capital ecológico como base principal para a agricultura (SMEDING, 2001 apud PLOEG, 2010, p. 388). Para o autor, este modelo de produção coloca a coprodução e a arte local no palco principal. Ploeg ressalta ainda a importância da abordagem científica, que aporta a agroecologia ao modo camponês de produção.

O conceito de campesinato tem evoluído, de sua consideração como um segmento social composto por unidades de produção domésticas e consumo agrário que, apesar de sua mudança histórica, manteve «algo genérico» (SHANIN, 1990 apud SEVILLA e SOLER, 2009, p. 13), até a sua concepção atual como um sistema de gestão dos agroecossistemas que configuraram uma forma de usar os recursos naturais ou uma maneira de se apropriar da natureza com racionalidade ecológica (TOLEDO, 1993, 1995, apud SEVILLA e SOLER, 2009, p. 13).

A definição de campesinato discutida por Ploeg não é apenas multidimensional, mas abrange múltiplos níveis. Aponta para a localização do camponês na sociedade como um todo, enfatizando a luta pela autonomia para enfrentar a dependência, a privação e a marginalização. Assim, para o autor, manter a autonomia, ou seja, reconstruí-la ativamente, é uma característica central e universal do campesinato (PLOEG, 2010, p. 66).

De acordo com Benkler a autonomia exige a disponibilidade de opções, em cuja aceitação ou rejeição os indivíduos podem praticar a reflexão crítica e decidir sobre suas vidas. Encontramos que, no caso da produção agrícola do modo camponês, essa autonomia parte de uma crítica, muitas vezes radical, desenvolvida contra tecnologia de ponta, ou das rotinas dominantes em áreas específicas da sociedade. A sensação de que as coisas "deveriam ser feitas melhor" geralmente é o ponto central delas (PLOEG, 2010, p. 256).

A agroecologia propõe um desenvolvimento rural de base camponesa para encarar a atual crise ecológica e social. Esta se conecta com algumas iniciativas de desenvolvimento rural alternativo que estão ocorrendo recentemente na Europa, e que estão levando alguns autores a

falar sobre um processo de recampesinização (PÉREZ-VITÓRI, 2005, PLOEG, 2008, PLOEG e MARSDEN, 2008 apud SEVILLA e SOLER, 2009).

Continuaremos explorando a importância da autonomia no modo de produção camponês e agroecológico, conforme estudado por Ploeg, que ressalta a importância dos processos endógenos de desenvolvimento rural que vão se constituindo neste modo de produção.

Nosso interesse nas possibilidades que um desenvolvimento endógeno pode trazer, vem pela nossa procura de outras formas de comunicar outro desenvolvimento. Como apresentado no capítulo 2, o desenvolvimento, representado no modo hegemônico de produção, é definido como o único sistema alimentar possível. Este está baseado na monocultura, agrotóxicos e transgênicos. Esta trilha definida pelo fantasma do desenvolvimento permite permear na mente pública a mente do consumidor, reforçando a monocultura da mente. Pode o modo de produção camponês e/ou um modelo de desenvolvimento endógeno oferecer aos cidadãos informações e contramolduras fortes, para que os cidadãos possam incrementar suas opções e praticar uma reflexão crítica? São estas contramolduras culturalmente ressonantes com o público, para produzirem mudanças?

A seguir, procuraremos respostas a estas indagações a partir das reflexões de Ploeg sobre o modo de produção camponês e o esforço para conquistar a autonomia.

4.5.1.2 Modo camponês de produção, o esforço para lograr a *autonomia*

Foi Alexandre V. Chayanov que no início do século XX fez pela primeira vez uma abordagem sistemática da forma camponesa da gestão socioeconômica dos recursos agrários. Seu trabalho demonstrou que a finalidade do camponês não é a acumulação e sim a reprodução social da unidade doméstica, baseada no trabalho familiar. As comunidades camponesas mantiveram uma cultura própria, onde a articulação social é coerente em torno dos laços de parentesco, e o trabalho é organizado na família, longe das relações salariais (GONZÁLEZ DE MOLINA e SEVILLA GUZMÁN, 1993 apud SEVILLA e SOLER, 2009, p. 13).

Por sua vez, Victor Toledo (1993, 1995 apud SEVILLA e SOLER, 2009, p. 13) caracterizou de forma mais sistemática a produção camponesa em termos ecológicos, demonstrando a racionalidade ecológica da forma de apropriação da natureza e do potencial de formas de

desenvolvimento rural sustentável. Dito modo de apropriação da natureza é definido pelo uso predominante de energia renovável (energia solar, do vento, água, biomassa e mão de obra), uma produção em pequena escala, um elevado grau de autossuficiência com relação ao mercado.

A autossuficiência é baseada no autoconsumo e trabalho familiar, assim como num alto grau de diversidade eco-geográfica, produtiva, biológica e genética associada a pluriatividade e diversificação das fontes de ingressos e de recursos que funciona como uma rede de segurança com relação as flutuações ambientais e de mercado (TOLEDO, 1993, 1995 apud SEVILLA e SOLER, 2009, p. 14).

Ploeg ressalta a importância da interação multifacetada entre ser humano e natureza e sua transformação mútua, ou seja, o processo de produção no qual a natureza se torna bens e serviços para consumo humano. De acordo com o autor, estes são elementos centrais na co-produção (TOLEDO, 1992 apud PLOEG, 2010, p. 172).

Essas características não se traduzem apenas na resistência que caracteriza a agricultura camponesa através dos séculos, elas também tornam a agricultura camponesa muito atraente por causa de sua sustentabilidade. Este modo de produção implica a coprodução junto com a natureza, assim como grau de conhecimento ou arte de *savoir faire*, ou localidade (KESSEL, 1990 apud PLOEG, 2010, p. 173).

Nesta forma de gestão que as comunidades camponesas se desenvolveram, é possível perceber um alto grau de autonomia do mercado, critérios de coesão social e solidariedade, orientados por uma racionalidade ecológica que respeita os limites da natureza e em que o trabalho do ser humano é orientado a garantir e manter a capacidade produtiva do agroecossistema do qual depende seu modo de vida (SEVILLA e SOLER, 2009, p. 14).

Atentemos que a produção camponesa procura organizar a relação com mercados de forma que garanta a autonomia. Desta forma, são levados a fazer parte de um conjunto mais amplo de relações que lhes conecta com o mundo ao redor e que lhes permite máxima flexibilidade, mobilidade e liberdade (PLOEG, 2010, p. 54).

Quando olhamos esta relação com os mercados, encontramos sintonia com as apreciações de Guattari frente ao que aponta ser o desenvolvimento de uma perspectiva de criatividade social, heterogênesse dos sistemas de valores que permitam outra coisa que uma economia de mercado, ou multiplicação de mercados. O filósofo ressalta a importância de construir não só um mercado da ecologia, um *eco-business*, senão uma subjetividade ecológica (GUATTARI, 2015, p. 75).

Considerando o pensamento do filósofo, esta subjetividade ecológica caminharia para combater as “relações de códigos”. Códigos estes que, como foi sinalizado no capítulo 2, dentro da axiomática capitalista, retiram as prestações e contraprestações sociais, assim como outros elementos não-circulantes, não-intercambiáveis e não-consumíveis, que fazem parte do objeto, mas que sem princípio de equivalência permitiriam trocas ilimitadas. Tudo isto que é retirado da transação nas relações capitalistas que fazem emergir a forma simples de valor (SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 157).

Como também foi sinalizado no item 2.1., a destruição dos códigos extraeconômicos se evidencia em tudo o que nos rodeia, incluindo a comida. Redundando, dentro do sistema alimentar moderno, o alimento é considerado um produto a mais para ser comercializado.

A autonomia dos mercados no modo de produção camponesa permite a existência de sistemas alimentares alternativos, os quais se caracterizam por reequilibrar as relações de poder entre produção e consumo, aproximando consumidores e agricultores e estabelecendo relações mais equilibradas e negociadas em bases comuns, que transcendem o mercantil de quantidades e preços, atualizando valores historicamente vinculados a este tipo de produção (SEVILLA e SOLER, 2009, p. 15). Estes valores, como a autonomia, a responsabilidade e a confiança, são veículos importantes da sociedade civil que podem ser reconhecidos como uma gramática do modo de produção camponês (PLOEG, 2010).

Assim, como sinalizado por Ploeg, o campesinato representa basicamente um esforço constante para conseguir autonomia, ou buscar, como disse Slicher van Bath (1948: 1978), a "liberdade dos agricultores". Como explicou van Bath (1948, 1978 apud PLOEG, 2010, p. 60-1), tal liberdade implica dois conjuntos de relações: um que assegura não ser excessivamente sujeita a relações de exploração e submissão; e outro, ligado e condicionado pelo primeiro conjunto de relações de liberdade, permite agir de tal forma que a exploração agrícola esteja

alinhada com os interesses e perspectivas dos produtores envolvidos. Enquanto as relações de dependência estão localizadas dentro do contexto social, a busca e a construção da autonomia estão concentradas, por sua vez, nas inter-relações entre a fazenda e o seu contexto.

O pesquisador ressalta ainda que é importante considerar que os camponeses estão lidando com diferentes graus de sistematicidade, que vão desde altos níveis de integração ao sistema e dependência, seguindo todos os tipos de situações intermediárias, até altos níveis de autonomia relativa. Tais diferenças dizem respeito, em parte, à possibilidade de criar um espaço para manobra nos níveis micro e intermediário (PLOEG, 2010, p. 60-1).

A luta pela autonomia assume muitas formas, muitas vezes inter-relacionadas. Pode ser observado sob as clássicas "lutas camponesas" (WOLF, 1969, PAIGE, 1975 apud PLOEG, 2010, p. 60-1), ou com armas menos visíveis (SCOTT, 1985 apud PLOEG, 2010, p. 60-1). As últimas acontecem frequentemente, quase diariamente, nos campos, através das decisões sobre a seleção de sementes, da irrigação, do processamento, etc. (PLOEG, 2010, p. 60-1).

Um ponto que queremos ressaltar sobre este contexto é o fato de que, ao criarem relacionamentos com mercados que garantam autonomia, os camponeses fazem parte de um conjunto mais amplo de relações que os conectam com o mundo ao redor. Este movimento acontece dentro de circuitos curtos de produção e consumo, permitindo a criação de novas redes que vinculam os consumidores, permitindo-lhes, em muitos casos, entender e participar conjuntamente da luta dos agricultores pela autonomia (PLOEG, 2010, p. 54, 226).

Por exemplo, a participação dos agricultores e agricultoras nas feiras agroecológicas amplia sua função social. Ao venderem seus alimentos diretamente para o consumidor, passam a ser feirantes e agentes de educação. Eles têm alegria em colaborar para construir o conhecimento sobre agroecologia, e transmitem saberes sobre a terra, a saúde e a cultura, apurados no cotidiano. A fala desses agricultores-feirantes-educadores semeia um compromisso social de despertar a consciência sobre a problemática do sistema alimentar moderno, que gera injustiça, desigualdade, doenças e o desequilíbrio do ecossistema.

Desta forma, valores como a autonomia, a responsabilidade e a confiança, são transmitidos graças ao modo de produção camponesa. Lembremos da importância que projetos e valores alternativos têm para reprogramar a sociedade (CASTELLS, 2015, p. 99). Estes valores têm

sido suprimidos pela supremacia do mercado no passado, e continuam a ser eliminados. Atualmente são ameaçados e substituídos por procedimentos, regras e protocolos, que se apresentam como uma tecnologia, que exerce uma expressão de poder incorpórea mas aparentemente irresistível sobre a natureza e a sociedade, do modo de ordenação que valoriza os impérios alimentares. Isto foi percebido por Ploeg como como uma gramática do que ele denomina o Império.

Ploeg define império como um poderoso modo de ordenação, que implica uma considerável reordenação do mundo social e natural. Inspirado em Hardt e Negri (2002), Howe (2002), Chomsky (2005), Stiglitz (2002, 2003) e outros, o autor pontua como este novo modo de ordenação tem formas associadas de governo. Assim, em termos político-econômicos, o surgimento do império é acompanhado de perto pela mobilidade de extensos fluxos de capital em todo o mundo. As características centrais do império, como forma de governo, são o controle e a apropriação (PLOEG, 2010, p. 32).

Um dos elementos sublinhados por Ploeg ao se referir ao império é tomado de Hardt e Negri, que definem o império como um "aparato regulatório descentralizado e desterritorializado que incorpora progressivamente toda a esfera global dentro de suas fronteiras abertas e em expansão" (2000, p. xii apud PLOEG, 2010, p. 32).

Reparemos que, como foi exposto na introdução e no item 1.1.1., a visão maquínica de Deleuze e Guattari descreve uma máquina capitalista civilizada, que se impõe descodificando e desterritorializando, baseando-se na abstração monetária. Os filósofos percebem um processo no qual o capitalismo mundial utiliza as técnicas predatórias de acumulação primitiva, axiomatizando os fluxos para deles extrair a mais-valia. De acordo com os autores, os aparelhos anexos da máquina são burocráticos e policiais, e reterritorializam à força, enquanto vão absorvendo uma parte crescente de mais-valia (DELEUZE E GUATTARI, 2014, p. 290; SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 11).

Encontramos assim um diálogo entre estes dois autores com relação ao que Ploeg denomina império, e Deleuze e Guattari denominam capitalismo mundial integrado. De igual maneira, o conceito de império encontra sintonia com o que Porto-Gonçalves denomina sistema-mundo moderno colonial, e como sinalizado no item 1.3. O nosso maior interesse é no fato de

compreender que se trata de um processo que não é estático, que é contínuo e procura expandir seus limites internos e externos.

De acordo com Ploeg, o controle é um elemento central para o modo de ordenação do império, o que frequentemente requer um reordenamento de longo alcance do social e do natural. Assim, ele é percebido no modo dominante das empresas, do aparelho estatal, das leis, dos modelos científicos, da tecnologia, todos localizáveis nos impérios alimentares (PLOEG, 2010, p. 23, 327).

Conforme o autor ainda, o império tende a criar invisibilidade, já que a produção se move para não-lugares, onde a origem da comida ou de seus ingredientes está escondida atrás de produtos de imitação, e os produtores primários tornam-se anônimos e intercambiáveis (Ibidem, p. 376). Esta apreciação contribui para reforçar os pontos cegos cognitivos dos quais falam Maturana e Varela, e que também têm relação com as reflexões de Harold Innis, trazidas no item 4.1.2. Innis faz o histórico do desenvolvimento dos mercados futuros a partir do telégrafo, a nova tecnologia do momento, que permitiu que os mercados se baseassem na informação, que se movimenta de maneira independente e mais rápida do que os produtos. Desta forma, os produtos dos não-lugares fazem parte de uma tecnologia tão penetrante, que tem metamorfoseado o equilíbrio sensorial do consumidor final, ambiente que se tornou invisível. Dito de outra maneira, o ser humano não é consciente dos efeitos sociais e físicos da nova tecnologia, a qual está influenciando num ato tão cotidiano como a alimentação (SCOLARI, 2015, p. 51).

Segundo Ploeg, o medo da invisibilidade se converte num elemento forte no repertório cultural das comunidades tradicionais (2010, p. 376). Isto pode ser apreciado na zona oeste da cidade de Rio de Janeiro. Como dito em outro lugar (CHIFFOLEAU, 2015), uma ideia corrente é a de que o município do Rio de Janeiro não tem agricultura, ou seja, não há espaço para a produção local. Com isso, a compra de alimentos da agricultura urbana para o acesso de políticas públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) é dificultada. Agricultores do município, enfraquecidos e invisibilizados pelo não reconhecimento da existência de uma área rural na cidade, articulados na Rede Carioca de Agricultura Urbana¹⁰³

103 A Rede Carioca de Agricultura Urbana está formada por mais de 30 organizações, que se mobilizam para dar visibilidade à agricultura do município. A Rede se reúne para debater, praticar e fortalecer a agricultura nos espaços urbanos e periurbanos, incentivando o cultivo e o consumo de alimentos saudáveis, valorizando os

(RCAUR), reclamam com orgulho sua existência, fazendo-se cada vez mais visíveis e declarando seus valores compartilhados.

De acordo com o sociólogo espanhol Manuel Castells, para que as redes de contrapoder prevaleçam sobre as redes de poder embutidas na organização da sociedade, elas têm de reprogramar a organização política, a economia, a cultura ou qualquer dimensão que pretendam mudar, introduzindo-se nos programas das instituições (2013, p. 21).

A RCAUR tem assento nos Conselhos Municipal e Estadual de Segurança Alimentar desde os anos de 2011 e 2016, respectivamente. A RCAUR também faz parte da Articulação de Agroecologia de Rio de Janeiro (AARJ), representação estadual da Articulação Nacional de Agroecologia. Na ANA, faz parte do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana, que entre as suas lutas reivindica a criação de uma Política Nacional de Agricultura Urbana (PNAU), atualmente em curso no âmbito da Câmara interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN).

No entanto, o entrelaçamento geral do Estado e do mercado, que pode ser percebido, por exemplo, pela aplicação generalizada de tecnologias radicalmente novas, permitem novas formas de conquista e controle. Ploeg ressalta como esse entrelaçamento nos impérios se apresenta como uma linha de montagem em redes coercitivas, que cada vez mais ordenam a agricultura, assim como o processamento e o consumo de alimentos (2010, p. 359).

Desta forma, o importante para os impérios alimentares atuais é controlar as conexões acima de tudo. Se apresentam assim como redes coercivas que controlam conexões, nós e cruzamentos estratégicos, bloqueando ou eliminando padrões alternativos. "Nas redes, novas possibilidades são criadas de maneira implacável. Fora das redes, é extremamente difícil sobreviver" (CASTELLS, 1996, p. 171 apud PLOEG, 2010, p. 335).

Ploeg sublinha como, ao especificar as regras que governam transações e conexões, os impérios atuais operam como redes monopolistas e, assim, controlam as pessoas e os recursos

indiretamente. “É um tipo de controle exercido através da especificação dos requisitos técnicos e econômicos em cada interface de rede” pontua o pesquisador (2010, p. 337).

Outro ponto sinalizado pelo autor é a hierarquia e o controle, que funcionam através de especificações técnicas, que à primeira vista parecem neutras e objetivas, mas que na realidade representam um controle hierárquico sobre tais redes (Ibidem, p.337). De acordo com Deleuze e Guattari, o processo maquínico de captura, do qual depende o funcionamento da axiomática capitalística, precisa do apoio dos aparelhos materiais do Estado para a sua construção semiótica. O Estado contribui para produzir a objetividade social, conquanto esta esteja necessariamente submetida ao seu controle e à sua apropriação. Ela mesmo ganha, neste circuito, uma necessidade absoluta. É no interior desta objetividade que o seu constrangimento se incorpora, e, no limite, onde aparece como a ordem das coisas (SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 58).

Notemos que tudo isto está acompanhado da criação de subjetividades, por exemplo a construção social do que são alimentos seguros. Parâmetros e definições de qualidade e segurança sanitária dos alimentos, que orientam as legislações sanitárias, são definidos a nível internacional e sofrem forte influência do *Codex Alimentarius*¹⁰⁴, que foi construído tendo como referência a comercialização mundial de alimentos. São normas que foram construídas para garantir melhores condições para a produção em grandes escalas, o transporte a longas distâncias e um maior tempo de prateleira, atendendo aos circuitos longos de produção e comercialização (CRUZ, 2010; CINTRÃO, 2016).

Os impérios alimentares afirmam que o mundo nunca teve alimentos mais seguros como agora, e que não existe outra alternativa a não ser a industrialização. No entanto, um conjunto de escândalos alimentares acontecidos a partir dos anos 1990, como a vaca louca, a gripe aviária, a peste suína, vêm chamando a atenção para os riscos tecnológicos que este modelo industrial de grande escala traz, ao causarem fortes desequilíbrios ambientais, que aumentam os riscos de surgimento de novos patógenos. Ploeg observa que estas regras levam à

104 O Codex Alimentarius é um conjunto de normas técnicas, procedimentos e práticas, concebido a partir da reunião de comissões de especialistas internacionais indicados pelas indústrias e pelos governos dos países. Ele foi criado pelas indústrias alimentícias e desde a década de 1960 é gerido conjuntamente com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), ambos órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU).

degradação da natureza, à ameaça de sobrevivência de agricultoras e agricultores, ameaçando também a cultura alimentar.

Para entender como foi surgindo esta lógica, trazemos o historiador britânico Felipe Fernández-Armesto (1950-). De acordo com o pesquisador, inicialmente não existia muita confiança referente aos alimentos industrializados para os consumidores. Existia certa preocupação, especialmente devido à impureza, corrupção e adulteração dos alimentos. Porém, na era industrial, a única solução era mais industrialização. Assim, no fim do século XIX, a ciência da comida ficou obcecada pela pureza, e o processo de desenvolvimento nas indústrias de alimentos foi dirigido para produtos que seriam uniformes, previsíveis e seguros.

Todas as antigas prioridades das cozinhas tradicionais foram superadas: prazer, individualidade, identidade cultural. Também acabaram as possíveis preocupações com relação ao alimento inseguro. Produtores de alimentos de visão compreenderam que a legislação sanitária, ao fazer com que os custos unitários aumentassem, favoreceria economias de escala e traria mais negócios para os extremos mais fortemente capitalizados da indústria (ARMESTO, 2004, p. 316-7). O caminho para a criação dos monopólios alimentares estava sendo traçado.

Desta forma, as economias de escala utilizaram a mecanização, e valendo-se da retórica da pureza, os alimentos industrializados eram anunciados de modo a valorizarem a ausência de contato manual. A moderna indústria de alimentos explorou o medo de doenças, o que permitiu produzir “comidas falsas” (ARMESTO, 2004, p. 317). Um passo determinante para que estas comidas falsas, desprovidas de qualquer identidade cultural, conseguissem se posicionar e atingir a homogeneização e a globalização do mercado alimentar, era o fato de que as empresas maiores e fortemente capitalizadas conseguiam a aprovação de normas sanitárias internacionais. No ano de 1963, através de lobby, as empresas conseguiram a ratificação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e a FAO do *Codex Alimentarius*, estabelecendo a harmonização da legislação sanitária internacional (ROBERTS, 2009, p. 33).

Percebe-se assim que longe de serem neutras e “estritamente científicas”, as normas sanitárias foram construídas para e pelo modelo de produção de grande escala e, da forma como vêm sendo aplicadas, oprimem e dificultam outras lógicas e formas de produção, que estão na base

das culturas alimentares e dos circuitos curtos e descentralizados de produção, processamento e comercialização.

Mais do que isso, os sistemas alimentares regionais diversificados e menos processados passam a ser acusados como sendo de baixa qualidade por serem mais diversos, menos padronizados e menos “esterilizáveis”. E aparecem como um risco e uma desvantagem para aqueles que privilegiam as exportações e o comércio internacional. No entanto, estas produções de animais em escalas cada vez maiores, criam ambientes desequilibrados, pelo alto nível de stress a que os animais são submetidos, que afetam o seu sistema imunológico e obrigam o uso intensivo de antibióticos. Ao mesmo tempo, geram problemas ambientais pelo excesso de fezes acumuladas. As rações, por sua vez, são produzidas contendo também diferentes agrotóxicos.

Se o consumo é definido como o objetivo principal da economia, torna-se necessário desenvolver estratégias e técnicas de marketing e publicidade para promovê-lo. De acordo com as reflexões de Ellul, graças ao consumo o ser humano é reduzido a certa unidade. Essa nova realidade ocupa todo o espaço, no sentido de que todas as forças do ser humano são mobilizadas nesse complexo “produtor-consumidor”. É preciso, ao mesmo tempo, um envolvimento do ser humano todo, para que esteja no ponto de equilíbrio que a técnica prepara para ele. Sendo assim, ele não pode nem viver de outra realidade, nem escapar a esse aspecto social que a técnica modela. Quanto mais a técnica se aperfeiçoa, mais discreta se torna. Em consequência, o ser humano não sente mais mal-estar, pois a magia dessa técnica decorre precisamente de uma maravilhosa adaptação (ELLUL, 1968, p. 224-232).

Assim, os indivíduos vivenciam uma adaptação ao ambiente, ambiente esse que não é mais percebido, como sinaliza McLuhan, assim como o peixe na água. As cidades podem ser consideradas ambientes obesogênicos, no qual o consumo de alimentos ultraprocessados – de comidas falsas, que contribuem com a epidemia de obesidade e doenças crônicas não transmissíveis – é promovido pela publicidade e de muitas outras maneiras. Pode ser através de uma amostra grátis que é recebida no caminho ao metrô, ou mesmo nas visitas do palhaço do McDonald’s nas escolas da rede pública.

Figura 5: Visita de McDonalds à escola pública.



Fonte: Internet.

Do mesmo modo, como tem sido explicado no capítulo 2 desta pesquisa, a campanha “Agro é Pop” tem o objetivo desmistificar a produção agrícola aos olhos da sociedade urbana. Como colocado pelo publicitário Nizan Guanaes, o setor precisa ficar atento para onde está indo o desejo do consumidor. Adicionalmente, a indústria dos ultraprocessados se alimenta das commodities baratas, geradas pelo agronegócio no ciclo perpétuo de produzir por produzir, “comidas falsas”.

Daí a importância da mutação de subjetividades: a alimentação pode ser vista como uma lente na qual é possível observar como o poder capitalista foi deslocado, "desterritorializado", ao mesmo tempo em extensão, expandindo sua influência sobre toda a vida econômica, social e cultural do planeta, e em intensidade, infiltrando-se dentro dos estratos subjetivos mais fundamentais, mais "existencial" de indivíduos humanos.

Por este motivo, Guattari (2015, p. 271) ressalta porque não é mais possível pretender se opor ao poder capitalista apenas de fora, através de práticas sindicais e políticas tradicionais. Tem se tornado igualmente imperativo enfrentar seus efeitos no meio da vida cotidiana doméstica, da vizinhança, do trabalho, dentro da cultura e até mesmo da ética pessoal. E nós percebemos a comida como o que deve ser mais cotidiano para todos, quando entendemos a importância de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada para todos.

Em sintonia com esta reflexão Ploeg pontua a quase impossibilidade de fazer um confronto direto ao império, o que pode ser mesmo contraproducente, indicando também a existência de

uma profunda desconfiança das soluções globais. De acordo com o pesquisador, é necessário seguir um caminho diferente. Parafraseando as palavras de Negri:

A resistência não é mais uma maneira de reagir, mas uma nova maneira de produzir e agir (...). A resistência não é mais a dos operários da fábrica; é uma resistência completamente nova baseada na inovação (...) e na cooperação autônoma entre os produtores (e consumidores). É a capacidade de desenvolver novas e constituintes potencialidades que vão além das formas dominantes de dominação (NEGRI, 2006, p. 54 apud PLOEG, 2010, p. 379).

Este tipo de resistência é difícil de capturar. Está em toda parte, é múltipla, é atraente, mobiliza, e torna a vincular as pessoas, suas atividades e perspectivas. Se trata de um fluxo constante e inesperado de expressões, que uma e outra vez inunda as limitações impostas pelo império (PLOEG, 2010. p. 379-380).

Guattari denominava estas resistências como uma “revolução molecular”. Para o filósofo, a dita revolução diz respeito à relação de grandes grupos sociais com o seu ambiente, com o seu modo de funcionamento econômico, mas também às atitudes que atravessam a vida individual, a vida familiar, a vida inconsciente, a vida artística, etc. e que não se registra mais nas mesmas superfícies (GUATTARI, 2015, p. 289).

De acordo com Guattari ainda, para reconhecer a revolução molecular devemos tentar reconhecer a natureza dos fenômenos com os quais tratamos, tentar centrar de novo o nível político, onde tem sido molecularizado, onde ficou cheio de poeira e difícil de entender, de semiotizar. Se deve capturar o que aparece como sendo já o esboço de algo diferente, que pode se tornar um fenômeno de bola de neve.

O autor ressalta o fato de ninguém ter atualmente uma máquina de guerra revolucionária, de dispor de algo que permita ter uma ascendência sobre a realidade, o que faz com que a subjetividade coletiva esteja como sob o efeito do LSD, que de vez em quando tem "flashes". Todos aqueles flashes não significam em absoluto que não há inconsistência total nesta subjetividade, mas simplesmente que há um esforço para entender a percepção de algo que não está absolutamente registrado, matriculado, discernível (2015, p. 290-1).

Ploeg é otimista com relação ao que poderiam ser estas revoluções moleculares a partir do modo de produção camponês. O autor sublinha que mesmo se até agora, as expressões de

resistência são inocentes e inofensivas, uma vez massivamente combinadas, elas se tornam poderosas: elas mudam a paisagem. Uma vez unidas em um fluxo, elas reconstituem o campesinato (mais uma vez) em "entidades não capturadas", que desempenham um papel importante dentro das complexas inter-relações que definem o poder (2010. p. 379-380).

Segundo Ploeg (2010, p. 366), estas expressões de resistência surgem da condição camponesa, a qual é composta por um conjunto de relações dialéticas entre os ambientes em que os camponeses têm que funcionar, e que lhes permite enfrentar a dependência, a privação e a marginalização. As respostas e o ambiente se definem mutuamente, sendo impossível entender um sem o outro. Não existe uma relação "externa" entre eles: ambos estão ligados por relações internas através das quais as respostas são conjuntamente geradas.

As respostas são percebidas a um micronível, quando através de processos endógenos de desenvolvimento rural as fazendas recuperam um nome e identidade únicos. São resistências que podem ser consideradas como atos de insubordinação ao império. Processos de trocas alternativas, que permitem algum espaço de manobra, e que podem mostrar que as coisas podem ser melhoradas.

Citando o sociólogo inglês Michal Burawoy (2007), Ploeg (2010, p. 376-8) traz a importância da "dimensão utópica". De forma que as respostas camponesas poderiam ser sintetizadas sublinhando que elas representam uma tentativa de produzir "utopias existentes de fato", ao contrário das "utopias imaginárias". Mesmo sendo parcialmente conscientes disso, os camponeses tentam criar, juntamente com milhões de outros, as suas próprias "utopias existentes de facto", que são apresentadas como uma crítica específica ao império.

Encontramos neste raciocínio um ponto que consideramos importante ressaltar: o autor está falando de uma "tentativa de produzir" utopias existentes de fato. Esse produzir nos leva a um dos pontos que motivaram a nossa pesquisa. Guattari sinaliza que o desejo é produtor e ele só pode sê-lo na realidade, e de realidade. O desejo, de acordo com o autor, é máquina, assim como o objeto do desejo é máquina conectada (DELEUZE e GUATTARI, 2014, p. 43). Onde Morin ressalta que é possível compreender a autonomia como dependente, sem perder de vista que ela é autônoma, considerando que o indivíduo e a sociedade são máquinas não triviais, capazes de atos inusitados e criativos (MORIN, 2011, p. 100-1).

Deleuze e Guattari propõem uma análise social militante, que é ao mesmo tempo transcendental e materialista, que procura desfazer o inconsciente expressivo artificial, repressivo e reprimido, para atingir o inconsciente produtivo imediato (2011, p. 135-6). De acordo com os filósofos, esta análise só pode existir na práxis, ela pretende cartografar, mapear situações de domínio e captura que se dão numa sociedade ou situação dada. para construir e possibilitar linhas de fuga. Máquinas revolucionárias, máquinas artísticas, máquinas analíticas e outras máquinas, se convertem em peças e/ou engrenagens de outras, na sociedade-rede.

O brasileiro doutor em educação Ivo Tonet, em seu livro “Método científico uma abordagem ontológica”, sinaliza a constatação de Marx sobre como o materialismo e o idealismo, as duas grandes concepções acerca da realidade, têm uma lacuna fundamental.

Ambas reduzem a realidade a determinados elementos, que certamente a integram, mas que são tomados abstratamente. Para o materialismo, a realidade é vista apenas como algo exterior ao homem, como algo despido de subjetividade. Para o idealismo, ao contrário, a verdadeira realidade é a realidade da ideia, do espírito. Ambos foram incapazes de identificar o princípio que confere unidade a estes dois momentos. Para Marx, este princípio é a práxis, a “atividade humana sensível”, a “atividade real, sensível”. Espírito e matéria, consciência e realidade objetiva, subjetividade e objetividade são dois momentos que constituem uma unidade indissolúvel. E a práxis é esta atividade mediadora que faz com que da conjunção desses dois momentos se origine toda a realidade social. Deste modo, o defeito do materialismo está sanado quando a objetividade é captada como objetividade social (objetivação da subjetividade). Do mesmo modo, o defeito do idealismo está superado quando a realidade é capturada como resultado da “atividade real, sensível” (TONET, 2013, p. 78).

Nosso interesse é compreender as possibilidades que as práxis agroecológicas têm na mudança da monocultura da mente. Desta forma, no próximo capítulo pretendemos aprofundar na agroecologia como práxis e sua relação com a produção a partir do ponto de vista do desejo produtor. Consideramos que a agroecologia propõe um paradigma alternativo para o desenvolvimento rural, que encontra nas técnicas de pesquisa-ação participativa sua concretização prática, impulsionada pelas diferentes formas de campesinato histórico, grupos indígenas e campesinato ecológico de novo cunho, que parecem emergir (SEVILLA GUZMAN, 2003; PLOEG, 2008 apud SEVILLA GUZMAN e SOLER, 2009, p. 27).

Ao relacionar as técnicas participativas da agroecologia com processos de comunicação, encontrarmos processos comunicativos externos e internos, coerentes com a visão cultural da comunicação. Atentemos que o conhecimento camponês empírico de transmissão oral

intergeracional é compartilhado seguindo uma cosmovisão onde impera uma concepção não materialista da natureza. Nestas cosmovisões, a natureza é concebida como algo vivo ou sagrado cujos limites devem ser respeitados, além de algo com quem dialogar ou negociar durante o processo produtivo (SEVILLA GUZMAN e SOLER, 2010, p. 27).

Tentaremos encontrar como esses processos trabalham elementos fundamentais de comunicação, destinados a impulsionar processos sociais de mudança de longo alcance e a promoção da participação do cidadão. Procuramos na agroecologia um caráter de comunicação para transformação social, buscando as ligações que ela oferece para comunicar outros códigos simbólicos que subvertem a lógica dos sistemas alimentares dominantes, tentando traduzir as ações dos agricultores em desafios simbólicos aos códigos dominantes (MARÍ, 2011, p. 154).

5 AGROECOLOGIA COMO UM PROCESSO DE COMUNICAÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Por mi parte, creo que la acumulación masiva de amenazas contra el hombre y sus sistemas ecológicos deriva directamente de errores en nuestros hábitos de pensamiento, errores situados a niveles muy profundos y parcialmente inconscientes - Gregory Bateson (1904-1980).

No capítulo anterior percorremos alguns autores da ecologia dos meios, que trazem o entendimento do ecossistema como meio e também como mensagem, sendo o ecossistema um meio no qual todas as partes constituintes emergem, co-evolucionam e interatuam (LOGAN, 2015, p. 215). Estas apreciações se encontram em sintonia com a visão complexa de Morin. De igual forma, apoiam a reflexão dos biólogos Maturana e Varela, que sinalizam o fato de que pessoas culturalmente diferentes vivem em realidades cognitivas diferentes.

Desta forma, a nossa visão de cultura encontra sentido nas ponderações de Morin em “O Método: 4”: a cultura entendida como o que caracteriza as sociedades humanas, é organizada/organizadora via o veículo cognitivo da linguagem, a partir do capital cognitivo dos conhecimentos adquiridos, das competências aprendidas, das experiências vividas, da memória histórica, das crenças míticas de uma sociedade. Manifesta-se nas “representações coletivas”, na “consciência coletiva” e no “imaginário coletivo” (MORIN, 2011, p. 19).

Esta visão da cultura nos levou a seguir a abordagem da memória biocultural de Toledo e Barrera-Bassols, pesquisadores que apontam para a existência de dois tipos principais de diversidade no planeta – a biológica e a cultural – as quais juntas dão origem a outros tipos de diversidade, como a agrícola e a paisagística. Este percurso nos permitiu o encontro com a agroecologia, onde pudemos ressaltar como o respeito pela diversidade e os saberes fazem dos agricultores coprodutores junto com a natureza – com o ecossistema – não só de alimentos, mas também de uma outra realidade. Adicionalmente, esta coprodução ser humano-natureza está vinculada à procura constante da autonomia, tecendo relações que permitem aos agricultores se conectarem com o mundo ao redor, conseguindo maior flexibilidade, mobilidade e liberdade (PLOEG, 2010, p. 54).

Chegamos assim num ponto fundamental da nossa pesquisa: a agroecologia como processo social amplo de construção de autonomia. O nosso intuito agora é demonstrar como este processo pode favorecer a mutação de subjetividades. Pode a agroecologia ajudar a desvelar pontos cegos cognitivos? Pode a agroecologia auxiliar a observar como o poder capitalista foi deslocado, "desterritorializado", ao mesmo tempo em extensão – expandindo sua influência sobre toda a vida econômica, social e cultural do planeta – e em intensidade – infiltrando-se dentro dos estratos subjetivos mais fundamentais, mais "existenciais" de indivíduos humanos.

Lembremos que Maturana e Varela (2011, p. 264) apontam que nossas visões de mundo e de nós mesmos não guardam registros de suas origens, o que faz com que as palavras na linguagem passem a ser objetos que ocultam as coordenações comportamentais que as constituem. Por isso, nossos “pontos cegos” cognitivos são continuamente renovados e não vemos, e não percebemos que ignoramos, sendo necessário, por exemplo, sermos bruscamente transportados a um meio cultural diferente, para darmos conta da imensa quantidade de relações que consideramos como garantidas.

Na visão cultural da comunicação, Carey pontua que a ação humana pode ser compreendida como um texto, sendo que ao se considerar a comunicação como cultura, a tarefa da visão cultural é construir a leitura desse texto (2009, p. 46-7). O ideal é poder ler esse texto suspeitando da existência de pontos cegos cognitivos. Assim, nosso interesse é entender a agroecologia como a leitura de um texto em si mesmo, considerando uma sequência de símbolos, falas, escritas e gestos que contêm interpretações. Pode a agroecologia ser uma vida-linguagem, da qual seja possível fazer uma interpretação de dados fragmentados e reconstituídos numa ecologia de saberes? É possível construir uma leitura complexificada desse texto, que apresenta processos endógenos de desenvolvimento rural?

Reparemos que Ploeg fala de uma gramática do modo de produção camponês, ressaltando valores como a autonomia, a responsabilidade e a confiança, os quais, de acordo com o autor, também são reconhecidos nos movimentos sociais. Até este ponto, encontramos como o estudo dos meios, da linguagem, da tecnologia e de seus efeitos se encontra superposto, conforme tem sido sinalizado pelo ecólogo dos meios Robert Logan. Encontramos ainda uma superposição da cultura como organizadora via o veículo cognitivo da linguagem, como apontado por Morin.

Baseados nestas superposições e focados na procura de outras maneiras de comunicar, considerando a visão cultural da comunicação, demonstraremos que a agroecologia pode ser um processo de comunicação, que ao aportar realidades cognitivas diferentes possa aportar uma diversidade à atual monocultura da mente.

Ao falar da gramática camponesa, Ploeg apresenta o princípio camponês, exposto como uma noção liberadora. Procuraremos entender o dito princípio camponês dentro da ótica deleuze-guattariana da liberação do desejo, onde o desejo é produtor e o que faz com que o ser humano e a natureza não sejam como dois termos postos um em face do outro, mas uma só e mesma realidade essencial do produtor e do produto (DELEUZE e GUATTARI, 2014, p. 15). Isto com o intuito de conceber a comunicação, a nível cultural, seu entrelaçamento com a linguagem, os meios e o ecossistema, numa construção de novas visões da realidade e ao estabelecimento de um combate cultural. Mas também apontando para a dimensão relacional da comunicação e a sua capacidade de estabelecer vínculos para construir significados.

5.1 Trazer de volta a Cultura à agricultura e o princípio camponês

A origem latina da palavra cultura remete ao trabalho agrícola e significa cultivar a terra. Em todas as culturas há o imperativo de preservar a espécie e obter alimentos. Esta atividade transformou a relação para com o meio ambiente, de homem para homem, de mulher para mulher, de adulto para jovem. Seus próprios desenvolvimentos e transformações operados transformaram o indivíduo, a espécie e a sociedade (MORIN, 1979, p. 67 apud DIAS, 2018, p. 226).

No final do século XVIII, e no princípio do seguinte, o termo germânico *kultur* era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais da comunidade, enquanto a palavra francesa *civilisation* referia-se, principalmente, às realizações materiais de um povo (DIAS, 2018, p. 226).

De acordo com Guattari, a cultura gerada pela produção capitalística está disposta a tolerar territórios subjetivos que escapam relativamente a essa cultura geral. Tolerando margens, setores de cultura minoritária, sendo importante reconhecer em quais destas subjetividades podemos nos reconhecer, nos resgatar entre nós, numa orientação alheia à do capitalismo mundial integrado (GUATTARI e ROLNIK, 2013, p. 26). O nosso interesse na agroecologia

como processo de comunicação está vinculado à força que a dimensão cultural tem na agroecologia quando esta é considerada um conceito com múltiplas dimensões.

Atualmente, não há consenso sobre o que significa o termo "agroecologia". A multiplicidade de significados reflete uma realidade complexa em que diferentes interesses, práticas e disciplinas convergem, típicos de um campo emergente. Em recente revisão do conceito de agroecologia, Wezel, Bellon, Dor, Francis, Vallod e David (2009 apud LLERENA e ESPINET, 2017, p. 21) afirmam que há confusão neste termo, pois se refere a “uma disciplina científica, uma prática agrícola ou um movimento social ou político”. Os autores afirmam que em cada país há uma tradição diferente de usar o termo, que depende de: a existência (ou não) de fortes movimentos sociais ou ambientais; as diferentes tradições científicas, e se estão acostumadas a tratar mais ou menos aspectos sociais; e os quadros conceituais com os quais movimentos sociais e práticas agrícolas são descritos na pesquisa (LLERENA e ESPINET, 2017, p. 21).

A evolução histórica do termo "agroecologia" deu origem a essa multiplicidade de conceitos. Nasceu como um conceito científico na década de 1930. Na década de 1980, foi usado como uma prática agrícola. E, finalmente, na década de 1990, como um movimento social, que veio de movimentos ambientalistas ou ambientalistas nascidos na década de 1960 contra o abuso de produtos químicos na agricultura industrial.

No entanto, existem várias tentativas de definições amplas que combinam os três aspectos, fazendo uma conceituação mais complexa. Uma destas definições é a proposta Sevilla Guzmán, Guzmán Casado e González de Molina (2000) e Sevilla Guzmán (2006; 2010) (apud LLERENA e ESPINET, 2017, p. 22-4), a qual coloca a ênfase na organização social da gestão que é democrática e participativa. Assim, se faz necessária também uma dimensão política da luta contra o modelo da chamada Revolução Verde. Desta forma, a agroecologia deve apontar para soluções locais, endógenas, que bebem do conhecimento local, adaptados às condições ecológicas e culturais locais. Portanto, essa abordagem é holística e sistêmica, sendo que outras fontes de conhecimento, diferentes do saber local, indígena e/o camponês, são também incluídas (LLERENA e ESPINET, 2017, p. 22-4).

Desta forma, tanto para Sevilla Guzmán quanto para Ploeg, o desenvolvimento endógeno é uma das características principais, desenvolvimento este que é baseado na inovação científica

e na recuperação cultural e participação do campesinato. Outro aspecto que merece ser destacado nas visões integradoras é o fato de considerar a prática agrícola como "práxis", olhando para a agricultura, não apenas como uma técnica ou uma prática e sim como as duas.

Encontramos assim, na definição de agroecologia por Sevilla Guzmán, três aspectos fundamentais que estão guiando esta pesquisa: o desenvolvimento endógeno, a práxis e a importância da dimensão cultural, trabalhada pelo autor desde 2008 para incorporar os mundos indígenas e suas cosmovisões, fontes destacadas nas lutas agroecológicas.

Para o pesquisador, a dimensão cultural da agroecologia, traz a pluriepistemologia no centro da emancipação local. Ao valorizar o conhecimento indígena e camponês, rompe com o paradigma científico mecanicista da modernidade, que considera outros saberes como atrasados. Sevilla Guzmán explica que o mesmo campo da agronomia, entre outros, surgiu dentro de um pensamento mecanicista, industrialista e mesmo elitista, no qual se considerava o camponês como atrasado, precisando ser atualizado graças a fórmulas científicas.

Estas ponderações de Sevilla Guzmán (2009) ecoam com as reflexões de Shiva (2003) sobre a monocultura da mente, na qual a agronomia científica invisibilizou e marginalizou o conhecimento agrícola, que vinha evoluindo e sendo aplicado há milênios. Ecoam também com Toledo e Barrera-Bassols (2015), quando propõem a memória biocultural como a recuperação da enorme e diversificada fonte de conhecimento para o desenho da produção, distribuição e consumo de alimentos.

Observemos que de igual forma a sociologia das ausências de Sousa Santos (2010) reafirma que o que "não existe", pode ser uma alternativa ao que existe, ao ressaltar a ignorância de outros saberes e conhecimentos capturados pela racionalidade monocultural. O pesquisador propõe descolonizar o conhecimento, e romper o pensamento abismal com uma ecologia do conhecimento, um diálogo de conhecimento. Desta forma, de acordo com Sevilla Guzmán e outros autores, esta é exatamente a tarefa da agroecologia: a descolonização do conhecimento em termos de produção e consumo de alimentos.

Como foi pontuado no item 4.2, ao relacionar a ideia de cultura dentro das pesquisas de comunicação, esta emerge como o ambiente de um organismo ou sistema a ser mantido, ou o poder sobre o sujeito. A cultura deve ser vista primeiro como um conjunto de práxis, um

modo de atividade humana, um processo através do qual a realidade é criada, transformada e mantida (BERGER E LUCHKMANN, 1966 apud CAREY, 2009, p. 50).

Lembremos também que Maturana e Varela (2011) ressaltam que seres humanos que vivem em culturas diferentes vivem em diferentes realidades cognitivas, que são especificadas recursivamente através do seu viver nelas. Observemos que a concepção sagrada da natureza, a pertença das pessoas a um todo maior e o conhecimento baseado na memória, são características comuns das diferentes visões de mundo indígenas, segundo Sevilla Guzmán, Shiva, Barrera-Bassols e Sousa Santos entre outros.

Nessas realidades cognitivas ficam visíveis as prestações e contraprestações sociais, assim como outros elementos não circulantes, não intercambiáveis e não consumíveis, que fazem parte do objeto, e que de acordo com Deleuze e Guattari são retiradas pelas “relações de códigos” exigidas pela axiomática capitalista (SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 157). Dito de outra forma, estas culturas têm uma perspectiva baseada no valor de uso e não no valor de troca (LLERENA e ESPINET, 2017, p. 21), que parte de qualificações complexas, de significações extraeconômicas e de formas de expressão de atividades, de práticas, assim como suas coordenadas espaço-temporais, que são mantidas na heterogeneidade qualitativa, que impede a aparição de uma superfície de inscrição antropológica capaz de homogeneizar os territórios, as atividades, as trocas e as entidades trocadas (SIBERTIN-BLANC, 2013, p. 49-50).

Ao pensarmos na visão cultural da comunicação, como foi sinalizado no item 4.2 também, Carey resalta a comunicação como uma ciência cultural que enxerga o comportamento humano – mais exatamente, a ação humana – como um texto. O pesquisador nos convida, ao considerar a comunicação como cultura, a construir como tarefa nossa a leitura desse texto. Ao transpor esta visão para a agroecologia, nos deparamos com um texto que em si mesmo é uma sequência de símbolos, falas, escritas, gestos, modos e mundos de vida que contêm interpretações (CAREY, 2009, p. 46-7). Como temos visto, a partir dos autores que temos citado neste ponto, percebemos a interpretação a partir da agroecologia, de dados fragmentados, memória biocultural, diálogo de saberes. A leitura deste texto está permitindo fazer uma leitura complexificada do que é trazer de volta a Cultura à agricultura.

Observemos que a recuperação de formas culturais, trazida pela a agroecologia, não é exclusivamente uma recuperação do passado. É também uma necessidade de inovação sociocultural nas formas de participação, impacto social do campesinato e também dos consumidores. Ploeg (2010) fala numa gramática do modo de produção camponês, ressaltando valores como a autonomia, a responsabilidade e a confiança, que se apresenta como um tipo de resistência difícil de capturar. Revoluções moleculares de acordo com Guattari (2015), que estão em toda parte, são múltiplas, e mobilizam.

Podemos ver assim o que Deleuze e Guattari chamam de máquinas desejantes, as quais, segundo os autores, só funcionam desarranjadas, desarranjando-se constantemente (2011, p. 20). Por sua vez, Morin aponta que devemos conceber a máquina como práxis, produção e *poiesis* (2003, p. 208, 216). As iniciativas de consumidores, como os circuitos curtos de produção e consumo, se apresentam como práxis transformadoras, são processos ativos, visando reavivar sistemas culturais alternativos. Isso significa contribuir para a transformação social, para a evolução das instituições sociais, para a mudança social e cultural (LLERENA e ESPINET, 2017, p. 65). Permite inclusive visibilizar outros mundos cognitivos, graças ao diálogo campo-cidade.

Uma das principais características dos grupos de consumo é a autogestão na procura da autonomia. Os primeiros grupos deste tipo nasceram nos anos 60 no Japão. Hoje existem iniciativas em todo o mundo, na qual é possível perceber a extração de fluxos, o desligamento da cadeia alimentar capitalista, com o objetivo de trazer novos sentidos e reencontrar a plurivocidade.

Ploeg inclui estes circuitos dentro da gramática do modo de produção camponesa, indicando como o capital cultural implica no surgimento de circuitos específicos, enraizados em locais de produção específicos, e ligados a consumidores específicos. Aparecem, dentro destes circuitos, definições sociais e compartilhadas de qualidade, integridade e sustentabilidade (MEULEN, 2000; VENTURA, 2001 apud PLOEG, 2010, p. 389).

De acordo com Ploeg ainda, aparece a rebeldia e o reformismo do campesinato que tenta construir uma linha divisória que afasta a mercadoria dos circuitos comerciais. Neste processo, os produtores são conectados diretamente aos consumidores, o que tem demonstrado

atrair a atenção de jovens, com ou sem experiência agrária, e também tem encontrado forte apoio de novos movimentos sociais como o *Slow Food* (PLOEG, 2010, p. 244).

A emergência de circuitos curtos de produção e consumo traz toda uma emergência de novos termos e realidades, como “prosumidores”¹⁰⁵ ou “coprodutores”¹⁰⁶ por exemplo. Encontramos, nestes termos, uma reapropriação da cadeia de produção alimentar presente nos grupos de compra coletiva, e vemos como o desejo dos participantes não espera pelas soluções do governo ou por uma possível vontade das empresas de promoverem mudanças, frente a um sistema alimentar falido.

Embora alguns dados demonstrem o crescimento deste tipo de iniciativas, ainda são práticas muito restritas. Alguns autores, como Vivero-Pol, sinalizam como estes circuitos não são considerados potencialmente poderosos como uma inovação, e podem até contrabalançar e talvez, no futuro, até substituir a narrativa e a práxis do sistema industrial de alimentos. Eles parecem estar presos a uma "armadilha local" (MARSDEN e FRANKLIN 2013, apud VIVERO-POL, 2018), devido a uma ênfase exagerada na inserção local e na heterogeneidade baseada no lugar.

Em nosso caso, considerarmos importante o processo de criação e gestão destes circuitos, onde é possível, para quem participa, compreender a palavra produção a partir da práxis. A autogestão do circuito de alimentação como práxis da agroecologia permite observar o sistema alimentar para transformá-lo. Este esforço pode restituir o significado mais diverso da palavra produção, como sinaliza Morin: é fonte, criação, causa, conduz à essência e tem um caráter genésico-poiético (MORIN, 2003, p. 199- 202).

Se bem que seja certo que o poder de mudança global dos grupos de consumo e dos circuitos curtos seja restrito, encontramos justamente nessa “pouca incidência” outro aspecto fundamental da nossa pesquisa e que demonstra que a agroecologia pode ser entendida como processo social de construção de autonomia. Na agroecologia aparece o desejo produtor de outra realidade. Deleuze e Guattari apresentam a análise social militante como uma análise

105 Fusão das palavras do inglês *producer* e *consumer*, cunhado inicialmente pelo futurólogo Alvin Toffler, indicando o tempo em que os consumidores exigiriam ser escutados para a construção de seus produtos. Hoje, graças à autonomia da era da internet, este novo consumidor inteligente tem se consolidado, gerando opiniões em blogs, foros e outros canais.

106 Ao considerar “Comer como um ato agrícola”, o movimento *Slow Food* define como coprodutores os consumidores informados e exigentes. Para eles, o alimento deve ser bom, limpo e justo.

que é, ao mesmo tempo, transcendental e materialista, que procura desfazer o inconsciente expressivo, sempre artificial, repressivo e reprimido, para atingir o inconsciente produtivo imediato (2011, p. 135-6).

De acordo com os autores, esta análise procura desfazer as crenças para chegar à produção das máquinas desejanter e aos investimentos econômicos e sociais onde atua a análise militante (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p. 154). Como referido anteriormente (p.248), dita análise só pode existir na práxis, onde pode cartografar e mapear situações de domínio e captura.

Considerando a agroecologia como uma destas máquinas desejanter, podemos perceber quem participa como seres-máquina. De acordo com Morin, os seres-máquina participam do processo de incremento e multiplicação, complexificação da organização no mundo, e produzem sua própria existência na e pela reorganização permanente (MORIN, 2003, p. 244).

Guattari sempre esteve interessado na subjetividade a partir de uma perspectiva complexa. Quis descentralizar e emancipar o sujeito autocentrado e cartesiano, propondo uma subjetividade inserida em processos mais amplos, dentro de complexos de interação entre máquinas desejanter, sociais e técnicas (TORET, 2013, p. 12).

Ao relacionar as ponderações de Morin e Guattari, e apoiando-nos nos autores estudados, nos interessamos no que Ploeg denomina como “princípio camponês”, a ser considerado como um dos detonadores do desejo produtor. De acordo com o autor, o princípio camponês é a procura de respostas ativamente criadas para construir níveis de autonomia, que permitem enfrentar a dependência, a privação e a marginalização, ambiente criado pelo império.

Nas condições atuais, o princípio camponês é provocado pelo império, e funciona como uma resposta a ele, o que o torna uma negação multifacetada deste império. Inspira e forma a tenacidade e a resistência múltipla. Permite que as pessoas se comuniquem, mesmo quando grandes diferenças culturais e linguísticas precisam ser superadas. É também o veículo através do qual as pessoas se envolvem ativamente e desenvolvem ainda mais a sua condição camponesa (PLOEG, 2010. p. 384-5).

De acordo com Ploeg, as economias informais, e também formas de "agricultura urbana" que estão emergindo hoje em muitas metrópoles do mundo, incorporam elementos do princípio camponês. O princípio camponês também viaja e mobiliza pessoas de lugares não-agrícolas. Como o MST, que desempenhou um papel importante na mobilização de pessoas, cuja vida nas favelas urbanas foi reduzida a ser apenas um lixo humano (ATHIAS, 1999 apud PLOEG, 2010, p. 386). Eles migram para as novas áreas rurais de assentamento a fim de recuperar a dignidade e a perspectiva de uma vida melhor, especialmente para seus filhos: se mudam para o campo e se tornam camponeses (PLOEG, 2010. p. 386).

Desta forma percebemos que ambiente e camponeses estão ligados por relações internas através das quais as respostas formam um ambiente. Ao comporem o diálogo campo-cidade, parte desse ambiente pode ser percebido nas cidades. Lembremos que as cidades são entendidas por Guattari como megamáquinas produtoras de subjetividade individual e coletiva através dos equipamentos coletivos. O princípio camponês permite, assim, através da agroecologia e da agricultura urbana, trazer culturas camponesas e indígenas para a cidade, mudar o ambiente através de um horto urbano ou uma feira da roça na cidade. A função comunicativa do ambiente-cidade encontraria sentido nos assinalamentos da ecologia de meios, o meio é a mensagem.

Figura 6: Feira da Roça Vargem Grande - RJ



Fonte: Facebook¹⁰⁷

107 Cf no link, disponível em: <https://www.facebook.com/FeiradaRocaVG> Acesso em: fev. 2019.

Assim, a participação das práxis agroecológicas redundam para os consumidores no acordar para a autonomia. Liberação do desejo como produtor, este processo social militante faz com que a antiprodução – vista por Deleuze e Guattari (2014, p. 45) como a arte de uma classe dominante, através da organização da falta na abundância de produção – seja afastada, permitindo que a produção real não seja exterior ao desejo. Desejo produtor de um sistema alimentar contra-hegemônico.

5.2 Vida-linguagem da agroecologia: comunicação de processos endógenos de desenvolvimento rural

Como apontado anteriormente, de acordo com Sevilla Guzmán (2009), a dimensão cultural da agroecologia traz a pluriepistemologia para o centro da emancipação local. Ponderações que se encontram em sintonia com autores como Shiva (2003), Toledo e Barrera-Bassols (2015) e Sousa Santos (2010). O que faz com que a agroecologia se apresente como uma forma de descolonização do conhecimento em termos de produção e consumo alimentar.

Ao entender a cultura como um conjunto de práxis, um modo de atividade humana, um processo através do qual a realidade é criada, transformada e mantida (BERGER E LUCHKMANN, 1966 apud CAREY, 2009, p. 50), a agroecologia se manifesta justamente como uma luta para manter culturas tradicionais, para o qual torna-se de vital importância a dimensão política do movimento, que pode ser percebido como o meio para trazer visibilidade a outras epistemologias no radar político.

Lembremos a importância que para a nossa reflexão tem a ecologia dos meios e a máxima de McLuhan, “o meio é a mensagem”. Assim, no contexto atual, ao reivindicar sua autonomia e modos de vida, a agroecologia pode ser entendida como meio e também como mensagem. De acordo com Morin (2011), existe uma superposição da cultura como organizadora via o veículo cognitivo da linguagem. Desta forma, podemos perceber a agroecologia também como uma vida-linguagem, o que resulta interessante nas nossas ponderações, ao trazer a relação entre linguagem e programa quando considerarmos a cibernética.

Conforme Morin ainda, a originalidade da cibernética é a ligação da comunicação e do pedido informacional, fazendo com que a informação comunicada se torne “instruções” ou “ordens”, ressaltando de maneira análoga as características de comando que a lei tem sobre o cidadão.

Sob esta ótica, como foi apresentado no capítulo 1, o Estado, ao comandar a sociedade, se entende como informação reinando sobre organização (MORIN, 2003, p. 291-2). Como temos exposto ao largo desta pesquisa, é a lei do mercado que prevalece nos Estados para comandar a sociedade, onde o programa mercado exige que tudo seja commodity, incluindo os alimentos.

Morin ressalta ainda (2003, p. 294-5) que o aparelho é simultaneamente o que está a serviço de um todo organizado, ou seja, a serviço de seu funcionamento, de suas práxis, de sua proteção, de sua existência, e ele é o que comanda este todo organizado. O aparelho é ao mesmo tempo o cérebro-mecanismo, e ele impõe o servomecanismo, origem da dominação. Por esta razão é necessário contar com um outro programa e outras práxis, a fim de evitar o programa de dominação definido pelo mercado.

A agroecologia entendida como meio, como mensagem, como vida-linguagem e programa, traz projetos e valores alternativos que têm como objetivo reprogramar a sociedade contra o projeto de dominação das leis do mercado impostas pelo Estado monocultural, cientificista e excludente. A dimensão política da agroecologia traz os valores da soberania alimentar como alternativas para reprogramar a sociedade. “A soberania alimentar não nega o comércio, mas promove a formulação de políticas e práticas comerciais que sirvam os direitos dos povos à produção de alimentos seguros, saudáveis e ecologicamente sustentáveis ” (Declaração sobre a Soberania Alimentar dos Povos - La Vía Campesina, 1997 apud LLERENA e ESPINET, 2017, p. 56).

Para Deleuze e Guattari, as dimensões macro e micropolíticas estão permanentemente entrelaçadas e devem estar articuladas, o que permite a construção da agenda política por meio dos movimentos sociais, de massas, de espectro micropolítico, passando pelas negociações e pressões no contexto da Assembleia Nacional Constituinte até a sua formalização no texto macropolítico na forma de lei (FERREIRA NETO, 2015, p. 403).

Como apresentado no item anterior, os movimentos sociais são uma das raízes da agroecologia, assim como a ciência e a práxis do campesinato e outros atores do sistema alimentar. Eles promovem transformações em todo o sistema – no consumo, na produção, na transformação e na comercialização – que são opostas à mercantilização dos alimentos ou à sua concepção como mercadoria dentro da OMC. Os movimentos sociais em torno da

agroecologia são um ator político que tenta unir campo e cidade, produção e consumo em uma luta por uma sociedade mais justa, mais sustentável e contrária à atual tendência neoliberal. García e Soler (2010) lembram que também lutam contra a tradição da dominação colonial das cidades pela metrópole, das mulheres pelos homens, dos trabalhadores pelos donos do capital, etc. (apud LLERENA e ESPINET, 2017, p. 76).

Tais alianças não são, de modo algum, sinônimo de promoção de uma identidade subjetiva homogênea ou de um consenso de opinião. Pelo contrário, tem o objetivo de associar componentes heterogêneos na procura de um programa de ação comum, porém valorizando as diferenças entre componentes – causa indígena, causa das mulheres, dos negros, dos camponeses, etc. – a fim de explorar sua riqueza potencial de certa forma como dissidência (GUATTARI, 2015, p. 213).

Aparecem assim processos e elementos fundamentais de comunicação de outros códigos simbólicos que subvertem a lógica dos sistemas alimentares dominantes. Graças às técnicas participativas da agroecologia, encontramos processos comunicativos externos e internos, coerentes com a visão cultural da comunicação presente em denominados diálogos de convergência dentro do movimento agroecológico.

Dentro das novas alianças tecidas na agroecologia, encontramos o que Guattari pontua como a presença de uma parte invisível, muito mais considerável, de um iceberg de formações existenciais inconscientes que depende de problemas diferentes. Os trabalhadores sem-teto das cidades, os técnicos, os pesquisadores, os camponeses, os movimentos negros, os movimentos indígenas, o movimento das mulheres, a ecologia ambientalista, constituem ângulos diferentes de visão (GUATTARI, 2015, p. 213-5). O filósofo não falava diretamente em agroecologia, mas numa refundação ecosófica, para a qual se faz necessário colocar em prática procedimentos de conhecimento mútuo, troca, consulta, busca, concorrendo em um enriquecimento geral. Enriquecimento que também é possível encontrar na ecologia de saberes de Boaventura de Sousa (2010).

Segundo Guattari (2015, p. 60), a ecosofia propõe articular três ecologias: ambiental, social e mental. O objeto ecosófico seria articulado de acordo com quatro dimensões: fluxo, máquina, valor e território existencial. A dimensão do fluxo tem a ver com a circulação e articulação de afetos e fluxos. A dimensão de máquina, se refere às possibilidades de *feedback* cibernético,

autopoiético e de produção de desejo. A dimensão de valor, se trata de um objeto portador de valores, registros e perspectivas de valoração. Enquanto a última dimensão, território existencial, aborda a alteridade maquínica, ou seja, qualquer sistema tem um precedente e um futuro sistêmico.

Na agroecologia encontramos as quatro dimensões sinalizadas por Guattari, onde o território existencial se apresenta como uma concepção não materialista da natureza, a qual é concebida como algo vivo ou sagrado, cujos limites devem ser respeitados, e uma instância com quem dialogar ou negociar durante o processo produtivo. Ao considerar a agroecologia como objeto ecosófico e relacioná-la com a comunicação, percebemos uma vida-linguagem, tentando traduzir ações de agricultores e comunidades tradicionais em desafios simbólicos aos códigos dominantes, e trazendo a soberania alimentar.

Desta forma, a dimensão política da agroecologia não pretende esperar que as sociedades capitalistas trabalhem na recomposição do tecido social. Os sistemas de valorização capitalista, especialmente sob a onda neoliberal, levam à destruição, à redução, à desqualificação das relações inter-humanas, sendo a “comoditização” de todo o existente a única possibilidade de valoração. Este processo é denominado por Guattari como capitalismo global integrado (2015, p. 313), que é promovido pelo seu instrumento de produção de subjetividade: a mídia de massa, que tem como objetivo transformar os cidadãos produtores-consumidores em zumbis serializados, desingularizados e impessoais (Ibidem). Como temos visto ao largo desta pesquisa, essa transformação é realizada mediante a visão transmissiva da comunicação.

Guattari (2015, p. 102) propõe uma autopoiética da comunicação, que considere as dimensões existenciais das relações inter-humanas, sociais e maquínicas. Sugere reequilibrar a comunicação entre seus elementos discursivos (frases, imagens, proposições) e, por outro lado, e aqueles elementos denominados pelo autor como aglomeração existencial, isto é, as dimensões existenciais. É dentro desta ótica que identificamos a agroecologia como uma vida-linguagem, permitindo assim trazer projetos e valores alternativos com o objetivo de transformar a consciência e as visões da mente das pessoas, a fim de desafiar os poderes constituídos (CASTELLS, 2015, p. 99).

Reparemos que dentro dos valores que traz a agroecologia aparecem qualificações complexas, de significações extraeconômicas e de formas de expressão de atividades, de práticas, assim como suas coordenadas espaço-temporais, fazendo com que para os movimentos que apregoam a soberania alimentar, o alimento seja valorizado como um bem comum. Como sinalizamos no capítulo 2, o ativista pelo DHAA, Jose Luis Vivero-Pol, reivindica que o alimento seja considerado um bem comum. O que nos interessa da tese do pesquisador é o que ele denomina como processo de *commoning*, que teria como tradução comonificação, tornar algo um bem comum.

O *commoning* ou comonificação é um conceito radical porque insiste na participação ativa e consciente das pessoas, moldando suas próprias vidas, satisfazendo suas próprias necessidades e mantendo um propósito comum (BOLLIER E HELFRICH, 2015^a apud VIVERO POL, 2018, p. 100). Ao fazê-lo, o *commoning* e os bens comuns tornam-se políticos, porque definem as regras de autogoverno de uma comunidade específica, assim como a maneira em que a dita comunidade está inserida no todo maior (natural e institucional). Os comuns desencadeiam uma economia moral, diferente daquela que domina as trocas de mercado e o contrato social do Estado. Eles promovem conexões sociais, administração de recursos e linhas de fuga da cultura de mercado. Os bens comuns são definidos como uma nova racionalidade política que deve substituir a racionalidade neoliberal, ou mesmo uma cosmovisão diferente (DARDOT e LAVAL, 2014, p. 572 apud VIVERO-POL, 2018, p. 100).

A conceitualização operacional pode enfatizar o recurso ou as práticas sociais em torno dele (governança, instituições, costumes), muitas vezes chamadas de “comuns”, sendo um processo conjunto para criar coisas em conjunto para atingir objetivos compartilhados. Em todo caso, o recurso torna-se co-misturado com práticas sociais diversas e diversas formas de institucionalização, criando um sistema integrado que deve ser considerado como um todo. Para Silke Helfrich (2016), líder conceitual e ativista de base, o *commonig* é uma forma de viver (VIVERO-POL, 2018, p. 101).

O nosso interesse no *commonig* é pelo fato deste ser um processo, que requer comunicação e que aponta para que as pessoas possam viver suas vidas como cidadãs cooperativas, enraizadas nas relações sociais, tendo uma visão ecológica do mundo. Tudo o que é o

reivindicado pelos povos indígenas que reclamam um Estado Plurinacional, e que são cientes da necessidade de autonomia para a preservação da sua cultura.

Pelo fato de ser processo, o *commonig* permite comunicar ao momento que está acontecendo, se apresentando assim como o processo oposto à commoditização. A commonificação desterritorializa baseando-se na abstração monetária. Desterritorializa ao mesmo tempo em extensão, expandindo sua influência sobre toda a vida econômica, social e cultural do planeta, e em intensidade, infiltrando-se dentro dos estratos subjetivos mais fundamentais, mais "Existencial" de indivíduos humanos.

No entanto, ficam ainda povos que habitam territórios que se encontram no limite, na membrana, de fluxos desterritorializados não capturados pelo capitalismo e que encontramos na agroecologia, povos que compartilham, segundo Bohm, o pensamento tácito, que não pode ser descrito com palavras e é o resultado de um processo comum e compartilhado (BOHM, 2005, p. 16, 46,78, 154).

Lembremos que de acordo com McLuhan (2015, p. 56) o homem tribal se encontra em equilíbrio *sensorium* (ou a interação *Gestalt* dos sentidos). Para o pesquisador, o papel distanciado e dissociado do homem letrado, no qual a vista domina os outros sentidos, está sucumbindo à nova participação em profundidade que a mídia eletrônica engendrou.

De acordo com o ecólogo dos meios ainda, estamos voltando a entrar em contato conosco e com o outro, sendo que a natureza instantânea das tecnologias da informação pode dotar o homem de um novo estado de numerosas existências tribais (McLUHAN, 2015, p. 67). McLuhan se refere a um homem retribalizado, que pode ter uma vida como participante de uma rede contínua de harmonia e interdependência.

De maneira otimista, McLuhan (2015, p. 80-1) percebe a implosão da tecnologia como capaz de metamorfosear o fragmentado ser humano em um ser humano complexo e totalmente estruturado, profundamente consciente de sua absoluta interdependência como humanidade. Segundo o autor, nosso novo ambiente eletrônico nos obriga ao compromisso e à participação.

Outro autor que se apresenta otimista graças ao avanço das novas tecnologias é Benkler, que aponta como a transformação tecnológica, econômica e organizacional pode nos permitir

renegociar as condições de liberdade, justiça e produtividade na sociedade da informação. Sinaliza também que a tecnologia cria espaços de viabilidade para práticas sociais, pelo fato de que algumas práticas tornam-se mais fáceis e baratas de fazer. De acordo com o advogado, a promessa da economia da informação em rede é colocar a rica diversidade da vida social no centro de nossa economia e de nossas vidas produtivas (BENKLER, 2015, p. 62,90).

Contra a infantilização mass-mídiática, Guattari anunciava a preparação da entrada para uma era pós-mídia, onde a singularidade e a dissidência teriam voz e direito de cidadania (2015, p. 396). De acordo com o filósofo, o crescente poder da engenharia de software não levaria necessariamente ao Big Brother: este seria muito mais fissurado, podendo explodir como um para-brisa sob o impacto de práticas moleculares alternativas (Ibid., p. 328).

Para o filósofo, a equação: meios = passividade deve desaparecer, possivelmente muito mais rápido do que imaginamos. No entanto, adverte que não podemos esperar milagres dessas tecnologias: “tudo dependerá, no final, da capacidade dos grupos humanos se apropriarem delas e de lhes conferir objetivos convenientes”, pontua o autor. Não se pode omitir que novas ferramentas computacionais contribuíram para a renovação da mídia, seu desenvolvimento e intervenção. Mas não serão eles, como tais, que desencadearam as faíscas criativas, aquelas que geraram os centros de consciência capazes de implantar perspectivas construtivas (GUATTARI, 2015, p. 377).

Ao considerar o pensamento de McLuhan, Benkler e Guattari com relação às possibilidades que as novas tecnologias trazem, entendemos que podemos ser otimistas para comunicar outros valores diferentes do mercado, como os valores propostos pela agroecologia. Porém devemos ser prudentes para evitarmos cair em tecnoutopias, como ressalta Guattari.

De acordo com Castells (2015, p. 99), projetos e valores alternativos propostos pelos atores sociais precisam passar pelas redes de comunicação para transformarem a consciência e as visões da mente das pessoas, a fim de desafiar os poderes constituídos. Estão as transformações nas tecnologias da comunicação sendo aproveitadas e/ou apropriadas pelo movimento agroecológico?

O desenvolvimento endógeno é apresentado por Sevilla Gúzman e por Ploeg como uma das características principais da agroecologia. No capítulo 2 centramos nossa atenção em modelos

de desenvolvimento e modelos de comunicação para o desenvolvimento. O nosso interesse a seguir é entender as possibilidades em que o desenvolvimento endógeno, baseado na inovação científica e na recuperação cultural e participação do campesinato, possa ser comunicado aproveitando as possibilidades, que de acordo com autores como Castells, Benkler, Guattari e McLuhan oferecem as novas tecnologias.

5.3 Comunicação de outro tipo de desenvolvimento

Alguns pesquisadores da cibercultura, equiparam a atual transformação tecnocultural que a sociedade experimenta com a descoberta da imprensa no século XV (PSCITELLI, 2005 apud SCOLARI, 2015, p. 31). Apontam como grande diferença entre as duas o fato de que os efeitos da impressão no início só foram experimentados pelas elites intelectuais e que levaram pelo menos quatro séculos para chegar às camadas mais profundas da sociedade. No caso das tecnologias de rede digital, sua penetração e expansão foram tão rápidas que estamos falando de uma ou duas gerações (SCOLARI, 2015, p. 31).

Desde a sua popularização, a Internet reavivou as utopias tecnológicas, como aconteceu anteriormente com a ampliação da ferrovia, ou com o telégrafo, rádio ou da televisão. A chegada iminente de um mundo igualitário é proclamada se todas as fronteiras e restrições que podem limitar a extensão mundial da Rede forem abertas. Mattelart (2000 apud MARÍ, 2011, p. 31) aponta que este tipo de otimismo aparece quando se considera a teoria mercantilista do livre fluxo de informação; dito de outra forma, uma versão comunicativa do capitalismo livre de atritos, que é proclamado a partir do paradigma neoliberal:

A tecnoutopia de uma modernidade carente de projeto apagou o sonho emancipador de um projeto de modernidade baseado no desejo de pôr fim às desigualdades e injustiças. O pensamento gerencial, por outro lado, encoraja abertamente a acreditar que esse ideal está superado. O espaço que deve ocupar um verdadeiro projeto social é usurpado pelo determinismo tecnomercantilista, que institui a comunicação sem fim como herdeira do progresso sem fim (MATTELART, 2000 p.14 apud MARÍ, 2011, p. 31).

Atentemos que para Castells, o uso da Internet, mesmo que esteja se difundindo rapidamente, segue o modelo espacial que fragmenta sua geografia de acordo com a riqueza, a tecnologia e o poder (2001, p. 239 apud MARÍ, 2011, p.32). Da mesma forma, Benkler (2015, p.140) destaca que é necessário que a maioria das pessoas atinja o limiar de possibilidades materiais, essenciais para explorar o ambiente de informação que ocupam, a fim de fazerem suas

próprias contribuições, o que é necessário para explorar o ambiente de informação que ocupam.

Atingir as possibilidades materiais para a maioria da população torna-se realmente um desafio ao considerar a existência de um capitalismo informacional, nos termos de Castells. O dito capitalismo gera oportunidades de desenvolvimento, porém cria “buracos negros de pobreza”, nos quais se vêem sumidas regiões inteiras do planeta. O pesquisador sinaliza que longe da existência de um mapa mundial espetacularizado pelos meios, nosso mundo não é um lugar de abundância com pequenas ilhas de pobreza, guerras e catástrofes. Pelo contrário, vivemos num mundo de pobreza e injustiça, onde existem pequenas ilhas de riqueza e bem-estar (MARÍ, 2011, p. 28).

Benkler considera que a produção entre pares e outros tipos de produção descentralizada não mercantil podem alterar a relação produtor/consumidor em relação à cultura, entretenimento e informação. Citando exemplos como Wikipédia, ressalta como surgem outro tipo de usuários como uma nova categoria de relacionamento com a produção e troca de informações. Segundo o autor, os usuários são indivíduos que às vezes atuam como consumidores e às vezes como produtores, envolvendo-se mais profundamente na definição tanto das condições de sua atividade produtiva quanto do conteúdo e modo de consumo. Proporcionam novas maneiras de imaginar nossas vidas em termos de seres humanos produtivos. Permitem-nos viver uma vida guiada, em maior medida pela nossa vontade e imaginação do que pelas condições materiais e sociais em que vivemos, ou pelo menos podemos fazê-lo com maiores possibilidades de sucesso do que as que foram até a última década do século XX (BENKLER, 2015, p. 180-1).

Conforme Benkler ainda (2015, p. 203), a economia da informação em rede dá uma importante contribuição à autonomia, ao diversificar qualitativamente a informação disponível aos indivíduos. A produção de informação, conhecimento e cultura está agora nas mãos de fontes que respondem a uma miríade de esquemas produtivos, não apenas no âmbito de empresas comerciais.

Na realidade, consideramos a visão de Benkler demasiado otimista. Concordamos com os assinalamentos de Guattari, que afirmam que não se pode omitir que novas ferramentas computacionais contribuíram para a renovação da mídia, porém não serão eles que

desencadearão as faíscas criativas que geraram uma outra consciência capaz de implantar perspectivas construtivas (GUATTARI, 2015, p. 377). Benkler apresenta um desejo produtor, ao indicar que as novas tecnologias proporcionam novas maneiras de imaginar nossas vidas em termos de seres humanos produtivos. Porém, lembremos que de acordo com McLuhan, no momento em que um meio ambiente provocado pelas mídias se volta penetrante e metamorfoseia nosso equilíbrio sensorial, também se torna invisível (McLUHAN, 2015, p. 51).

Marí Sáez (2011, p. 75) é crítico de visões tecnológicas como as apresentadas por Benkler. O pesquisador pontua como com a popularização da internet e a onipresença das tecnologias da informação na vida social emerge um neo-determinismo tecnológico, que tende a colocar a tecnologia como fator prévio, independente e exterior ao histórico, social e político. As inovações tecnológicas são apresentadas como a última e às vezes a única responsável pelas mudanças sociais. O discurso do *Digital Divide* eclipsa e desloca do debate social a reflexão sobre outras lacunas ou abismos (econômicos, políticos e culturais) que dividem a população mundial.

De acordo com Marí Sáez (2011, p. 91), a abordagem das Tecnologias da Informação (TIC) tem a ver com o papel que os diferentes atores sociais outorgam, sendo dois projetos diferentes e divergentes de sociedade desde o final do século XX. Por um lado, existem os grupos e setores que se beneficiam do processo de globalização capitalista; a partir dessa abordagem, processos informativos, comunicativos e tecnológicos estão sujeitos à lógica da mercadoria. Por outro lado, quem propõe uma globalização alternativa, redes de movimentos solidários e altermundialistas, está realizando práticas comunicativas e tecnológicas que podem ser consideradas alternativas ao modelo dominante.

Como indica Manuel Castells na Era da Informação (1997, p. 505 apud MARÍ, 2011 p. 61), as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades; a difusão de sua lógica de hiperlink modifica substancialmente a operação e os resultados dos processos de produção, experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização em rede tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma das tecnologias da informação fornece a base material para sua expansão em toda a estrutura social.

Para nossa reflexão, a importância é fazer a diferença com relação ao desejo como produtor de outra realidade – que pode ser percebido ao considerar a utilização das tecnologias por parte dos movimentos sociais – do desejo de produzir por produzir, produzir informação como mercadoria e continuar dentro da visão reducionista e transmissiva da comunicação.

Uma das frentes nas quais os movimentos visualizam suas posições em torno das TIC é o conhecimento e a aposta estratégica feita pelo software livre e o copyleft. Reivindicações que se extrapolam a um contexto mais amplo da luta pelo livre acesso ao conhecimento, como apresentado no item 2.4., com o projeto FLOK do Equador. Diante da visão hegemônica, que tende a comercializar e privatizar o conhecimento da humanidade (sementes, patentes, software, medicamentos), a visão promovida é a do conhecimento livre, como bem comum. A partir deste ponto de vista, as reflexões sobre comunicação e tecnologias são reconectadas com a esfera sociopolítica (MARÍ, 2011, p. 92).

Se faz necessário, assim, a integração das dimensões política e cultural das telecomunicações, devido ao perigo reducionista que a análise deriva exclusivamente para um desses dois polos. Existe o risco de propor leituras excessivamente culturalistas, que exaltam enganosamente o potencial de apropriação das TIC por alguns usuários, que por mais alternativas de uso que sejam propostas, eles também devem incorporar nas suas estratégias as relações assimétricas de poder que existem em relação aos agentes econômicos e políticos que governam o desenvolvimento tecnológico.

Na direção oposta, há o perigo de um olhar reducionista, exclusivamente de uma economia política de telecomunicações que não incorpora as dimensões antropológicas e culturais que moldam desejos, visões de mundo e valores que orientam as práticas do usuário. É necessário, portanto, investigar os usos cidadãos da internet a partir de uma dupla perspectiva (MARÍ, 2011, p. 102-3).

Segundo Marí Sáez (MARÍ 2011, p. 153), a relação dos movimentos sociais com a informação e as TICs deve ir além de uma relação meramente instrumental. Esta tem sido, infelizmente, uma das abordagens dominantes de informação e comunicação entre os movimentos sociais. No entanto, o pesquisador acredita que é mais produtivo vincular os processos comunicativos construídos a partir dos movimentos sociais com a produção cultural. Isto está relacionado com a visão cultural da comunicação proposta por Carey.

Desta forma, quando uma dessas organizações assume tarefas informativas e comunicativas, faz algo muito mais complexo e profundo do que a simples transmissão de mensagens, está ao mesmo tempo realizando uma tarefa cultural. Marí Saéz sinaliza para as seguintes formas nas quais a tarefa cultural é desenvolvida:

- A través da proposta de novos quadros a partir dos quais entender e dar sentido à realidade.
- Com a sugestão de novos modos de relacionamento e interação (entre alguns sujeitos e outros, entre o sujeito e a realidade e entre o sujeito e ele mesmo).
- Criar o terreno fértil que, a partir de uma instância pré-política, serve de base para novos projetos emancipatórios.

Citando Martin Barbero (1987), Sáez sublinha que nos movimentos sociais que deixaram de ver a comunicação como um ato de transmissão unidirecional, a comunicação se torna uma questão de cultura, um ato de reapropriação a partir as mediações utilizadas pelos setores populares e dos movimentos sociais (MARÍ, 2011, p. 153).

Assim, a comunicação, entendida a nível cultural, refere-se à construção de novas visões da realidade e ao estabelecimento de um combate cultural. Mas também aponta para a dimensão relacional da comunicação, sua capacidade de estabelecer vínculos para construir significado. Os movimentos sociais, diz Melucci (1994), têm a missão de constituírem-se em desafios simbólicos. Nesse sentido, eles possuem um caráter eminentemente comunicativo, oferecendo ao resto da sociedade outros códigos simbólicos que subvertam a lógica dos dominantes (MARÍ, 2011, p. 154).

A maioria das organizações sociais percebe o potencial de comunicação, a construção de redes e a mudança social de ferramentas tecnológicas, embora muitas vezes essa percepção não seja acompanhada por uma reflexão sistemática sobre comunicação ou planejamento de processos de processos comunicativos e tecnológicos (Ibidem, p. 157).

Reparemos que no campo da agroecologia no Brasil, das organizações e redes que conformam a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a comunicação é uma abordagem estratégica que permite mostrar à população que existe outro mundo que os grandes meios de

comunicação não têm interesse de mostrar, como afirma Alexandre Pires, coordenador da ONG Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá¹⁰⁸.

No site da ANA¹⁰⁹, ao resgatar o processo histórico da agroecologia no Brasil, Pires ressalta como a comunicação tem sido uma ferramenta estratégica desde o princípio: a comunicação na perspectiva de diálogo entre os técnicos e agricultores, entre os agricultores, e numa perspectiva de ferramenta pedagógica com manuais e sistematizações para orientar e organizar o conhecimento dos agricultores para construção da agroecologia. Nesse período, se usava a comunicação alternativa através de várias ferramentas como fanzines, boletins copiados, dentre outras formas, para mostrar a luta da agricultura alternativa.

Notemos que na carta política do III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), que aconteceu em Juazeiro da Bahia, em maio de 2014, a comunicação é trazida como um direito fundamental que deve ser defendido para a efetivação da democracia do país. A carta sinaliza que o tipo de comunicação a ser promovido é uma comunicação plural, dialógica, horizontal e em rede, modelo já desenvolvido por inúmeras organizações, redes e movimentos que integram a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Notemos que este tipo de comunicação proposto e trabalhado dentro da ANA é participativo e comunica modelos de produção endógenos. Ao observar este modelo de comunicação com os modelos de desenvolvimento, e como estes são comunicados, como foi exposto no item 2.4, encontramos sintonia no que Marí Sáez traz com relação à existência de uma visão de desenvolvimento e comunicação participativa dos anos noventa. A dita comunicação seguia uma nova formulação de desenvolvimento humano promovida pelo PNUD, que inclui a natureza participativa do processo comunicativo. Aparecia, assim, um novo paradigma: é a participação, entendida como um fim em si, bem como um meio para alcançar outros objetivos (MARÍ, 2011, p. 182).

Nesses anos são feitos balanços sobre os paradigmas mais utilizados nos trabalhos acadêmicos sobre Comunicação para o Desenvolvimento. Um dos trabalhos de síntese e

108 Organização não governamental com sede no Recife, Pernambuco, fundada em 1993, que trabalha para promoção da agricultura familiar dentro dos princípios da agroecologia. Desenvolve e multiplica a Agricultura Agroflorestal, também conhecida como Agrofloresta ou Sistemas Agroflorestais. Juridicamente é uma associação civil de direito privado sem finalidade econômica, de natureza técnico-ecológica e educacional.

109 Cf. site, disponível emL <http://www.agroecologia.org.br/2015/07/15/a-comunicacao-e-estrategica-desde-o-principio-da-agroecologia-no-brasil-afirma-coordenador-do-centro-sabia/> Acesso em: 21 nov. 2018.

sistematização dos modelos de Comunicação para o Desenvolvimento presentes na pesquisa histórica foi realizado por Carlos del Valle (2007 apud MARÍ, 2011, p. 185). O acadêmico entende a comunicação participativa como uma reflexão enquadrada no contexto do desenvolvimento, que envolve duas questões que transbordam o horizonte comunicacional:

- A problemática do poder, porque ao propor a democracia participativa realoca o poder e a tomada de decisões.
- Um problema de identificação, pois para o exercício da participação da comunidade é necessário recuperar capacidades auto-organizativas e dinâmicas culturais.

Neste contexto, falar de comunicação participativa significa passar: da lógica vertical para a horizontal, de produtos para processos, de propostas de curto prazo a propostas de longo prazo, da dinâmica individual à coletiva, das condições das entidades que financiam às reais necessidades das comunidades, do acesso à participação, da instrução difusional à educação em comunicação (DEL VALLE, 2007, 19, apud MARÍ, 2011, p. 185-6).

O pesquisador chileno sintetiza, na sua pesquisa, as relações multidimensionais que a comunicação participativa detém com as transformações necessárias nas estruturas de poder, com os discursos e práticas das organizações sociais, com os processos inerentes às democracias participativas e com mobilizações sociais, entre outras (DEL VALLE, 2007, p. 19 apud MARÍ, 2011, p. 186).

Outro autor citado por Marí Sáez é Kaplún, que se interessa pelo entendimento de um dos aspectos sinalizados por De Valle: pensar em processos mais do que em produtos, a partir de um ponto de vista freiriano. Assim, para Kaplún, a comunicação é vista:

Como um processo permanente, em que o sujeito vai descobrindo, elaborando, reinventando, tornando o conhecimento próprio. Um processo de ação-reflexão-ação que ele faz de sua realidade, de sua experiência, de sua prática social, junto com outros. E onde há também alguém que está lá - o "educador / educador" ou "comunicador / comunicador" - mas não mais como aquele que ensina e dirige, mas para acompanhar o outro, para estimular esse processo de análise e reflexão para facilitá-lo; aprender com ele e ele; construir juntos (KAPLÚN, 1998, p. 50 apud MARÍ, 2011, p. 193).

Sierra Caballero reformula o modelo dialógico de Kaplún sob o rótulo de modelo socioprático, onde é possível perceber que dentro de processos de comunicação para a mudança social a divisão entre comunicação e educação é quase inexistente.

A educação é um processo permanente de comunicação e ação pedagógica, em que as tecnologias são espaços e meios de reflexão e de intervenção transformadora da realidade social. Trata-se de uma educação dialógica, uma comunicação educativa transformadora, aberta à reflexão, à mobilização e à criação de redes de interconexão em comunidade, que participam de uma visão mais ampla da educação como prática política (SIERRA CABALLERO, 2000, p. 62 apud MARÍ, 2011, p. 194).

Nessa conceituação da Comunicação para o Desenvolvimento, a abordagem modernizadora e a abordagem cultural são superadas: para localizar as práticas tecnocomunicativas num horizonte de transformação local e global, incluem as redes críticas formadas pelas administrações e pelo terceiro setor. Uma comunicação intimamente ligada ao exercício da cidadania e à reformulação de novos modelos de democracia, de acordo com as transformações sociopolíticas e tecnológicas (MARÍ, 2011, p. 189).

Numa tentativa de recolher a conexão entre construção alternativa da comunicação e sociedade alternativa, Sáez ressalta a importância do trabalho dos meios de comunicação comunitários, que hoje deveriam estar situados dentro da órbita do ativismo da mídia. Ativismo esse que toma corpo, num sentido estrito, a partir do momento em que se populariza o acesso dos movimentos sociais às tecnologias de informação e da internet.

Esta visão da comunicação parte da ideia de que o ativismo no ciberespaço é tão importante quanto o ativismo no espaço de lugares. A ação política nos dois espaços deve necessariamente ser complementar para evitar o reducionismo perigoso. Por um lado, a tecnofobia, e por outro, evitar é tecnocentrismo ou midiacentrismo (McQUAIL, 2000 apud MARÍ, 2011, p. 203-4).

Nesta pesquisa, compartilhamos esta visão não reducionista, que permite colocar o acesso às TICs dentro de um quadro mais amplo de reflexão. Desta forma, a comunicação e o acesso tecnológico devem estar relacionados a processos de mudança social, a verdadeira espinha dorsal das políticas de comunicação dos movimentos sociais. Descobre-se as possibilidades que as tecnologias da informação oferecem para o trabalho em rede. Podemos situar, assim, a

visão estratégica da comunicação, como é enunciada dentro da Articulação Nacional de Agroecologia, como um processo de comunicação para a transformação social.

No momento em que os protocolos de comunicação não são baseados no compartilhamento da cultura, mas na cultura do compartilhamento, os protocolos de comunicação não são externos ao processo da ação comunicativa. Eles são construídos na mente das pessoas por meio da interação entre os múltiplos pontos de conexão no sistema de comunicação e na própria construção mental das pessoas em suas múltiplas tarefas comunicativas (CASTELLS, 2015, p. 180). Isto permite entender o que Vieira Ouriques ressalta (2017), quando afirma que os meios são livres apenas quando a mente é livre. Livres das “disputas de narrativas” que fortalecem sinistra e inconscientemente a mesma “disputa” e “competitividade” que fundamenta o mercado. O pesquisador nos convida a refletir sobre a capacidade emancipatória em rede dos estados mentais da servidão, através da teoria psicopolítica.

A rede pode ser utilizada a partir de uma lógica relacionada a movimentos sociais orientados para a mudança social, para a implementação de processos de fortalecimento organizacional, reflexão e construção coletiva de conhecimento, elementos que necessariamente levam à geração de uma práxis transformadora. Como observado por Sierra Caballero (2006 apud MARÍ, 2011, p. 215), a apropriação tecnológica das TICs pelos movimentos sociais tem o desafio de passar por questões como a inteligência coletiva e a cultura da aprendizagem ativa, ao definir novas estratégias de auto-observação e construção social que permitem a implementação de solidariedades criativas (MARÍ, 2011, p. 215).

Entendemos, assim, que a comunicação do desenvolvimento endógeno proposto pela agroecologia deve passar pela apropriação das redes de comunicação tecnológica, porém com o sentido da visão cultural da comunicação. Desta forma, o foco será a construção de conhecimento em rede, práxis transformadora de revitalização de autonomia, alinhada com a proposta ecosófica, ou seja, comunicando uma ecologia ambiental, social e ecológica.

A construção da autonomia do indivíduo, e a conexão em rede de indivíduos autônomos para criar novas formas de vida compartilhada, são as motivações principais dos movimentos tecidos em torno da agroecologia. Lembremos que de acordo com Vandana Shiva (2003), a monocultura, para ser semeada na terra, precisa ser primeiro semeada na mente. A seguir nos

centraremos na importância de semear agroecologia na mente dos agricultores e consumidores, para trazer de volta a biodiversidade no solo.

5.4 Semeando Agroecologia no território mental, contra a monocultura da mente

A um primeiro olhar, a complexidade é um tecido (complexo: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Num segundo momento, a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico (MORIN, 2005, p. 13).

Como sinalizado no capítulo 2, uma das grandes preocupações de Morin é a perda do saber, denominada pelo socioantropólogo “patologia do saber” ou a “inteligência cega”, resultante do paradigma da simplificação. A dita perda do saber, segundo o autor, tem sido muito mal compensada pela vulgarização da mídia, o que levanta o problema histórico essencial da democracia cognitiva. Se percebe assim que o processo tecnocientífico atual é cego e escapa à consciência e à vontade dos próprios cientistas, o que conduz a uma forte regressão da democracia (MORIN, 2007, p. 152-3).

Como indicado no item 4.1, Morin nos convida a uma tomada de consciência da urgência em trabalhar juntos e em rede por uma democracia cognitiva, devido à mutação inaudita no conhecimento, que se torna cada vez menos acessível a ser refletido e discutido pelas mentes humanas, e cada vez mais feito para ser registrado em memórias informacionais manipuladas por forças anônimas (MORIN, 2011, p. 52).

A “patologia do saber” nega a validade a outros saberes. É uma patologia legitimada pelo Estado uninacional, monocultural, cientificista e excludente, conforme a visão trazida no capítulo 1 por Boaventura de Sousa, ao se referir ao modelo de Estado imposto pelo Ocidente. De acordo com o sociólogo, este tipo de Estado desconhece os povos indígenas e sempre esteve contra eles. Lembremos que Sousa ressalta o modo como o eurocentrismo ignora outros saberes sociológicos, comportando-se como uma racionalidade monocultural, na qual outras experiências e saberes são ignorantes, atrasados ou primitivos (SANTOS, 2010, p. 9, 15).

Na agroecologia, ao contrário da monocultura do saber científico, os sistemas agrícolas tradicionais são valorizados e geram tecnologia e conhecimento. Trata-se de uma tecnologia receptiva à heterogeneidade de condições locais, sem procurar transformá-las, mas sim melhorá-las (ALTIERI, 1999, p. 60). Podemos dizer que esta nova ciência está tecendo junto os saberes tradicionais e o conhecimento científico.

Vieira Ouriques pontua a necessidade de uma perspectiva psicopolítica, que deve ser aberta epistemologicamente a diversas tradições para poder superar efetivamente o privilégio epistêmico. De acordo com o pesquisador, desta forma será possível superar também as teorias de progresso das quais podemos perceber resultados psíquicos, sociais e ambientais. (OURIQUES, 2011, p. 2).

Em sintonia com Boaventura de Sousa, Vieira Ouriques ressalta a importância do substrato epistemológico comum das culturas locais da América Latina e do Caribe para a descolonização do saber, que, segundo o pesquisador, é a descolonização epistemológica, e portanto ética e estética, ou seja, a descolonização psicossocial do território mental (OURIQUES, 2010, p. 125).

As ditas epistemologias são chamadas por Guattari de os ressortes de nosso mundo. O filósofo nos convida a criar as condições de emergência, a reapropriarmos-nos das nascentes do nosso mundo, a partir de um nomadismo existencial tão intenso quanto o dos índios da América pré-colombiana (GUATTARI, 2015, p. 32).

Se de acordo com Vandana Shiva (2003), antes de ser plantada na terra a monocultura tem sido plantada na mente. As reflexões dos autores mencionados neste ponto, Morin (2003, 2007), Sousa Santos (2010), Vieira Ouriques (2011, 2015), Guattari (2015), nos instam a semear na mente, no território mental (do fluxo de pensamentos, afetos e percepções), outros saberes, nos convidam a um diálogo, a uma ecologia de saberes.

Morin (2011) propõe ecologizar o pensamento e Guattari sugere uma refundação ecosófica, que não só se encarregue dos problemas das relações de poder entre os grupos sociais antagônicos, mas também leve em conta os devires da biosfera, o animal, os devires vegetais, o futuro da atmosfera e também o futuro das dimensões incorpóreas da ecologia, das formas culturais, das formas de sensibilidade. E isso é algo que não pode ser feito espontaneamente

no contexto da economia de mercado, mas que envolve agências, máquinas de guerra específicas, que não fazem guerra, mas constroem novas dimensões ontológicas (GUATTARI, 2015, p. 75).

As teorias do progresso através da força globalizante do estado mental (MATTELART, 2003; SADOCK, 2009 apud OURIQUES, 2011, p. 4) chamado capital, com o apoio de uma visão científica e do mainstream midiático e pedagógico, eles mesmos a serviço desse estado mental, em missão que se supõe “civilizatória”, são apenas um modelo de maximização de oportunidades pessoais, onde a complexidade da experiência humana é definida de maneira reduzida e absoluta por uma constância irreprimível de desejos, e posta, como “máquina individual”, a obter resultados por meio do cálculo frente a uma realidade que então se entende ser de escassez de recursos (OURIQUES, 2011, p. 4).

Contra a “máquina individual” gerada pela visão capitalística da subjetividade, máquina infernal de crescimento econômico cegamente quantitativo, sob a égide exclusiva da economia de lucro e do neoliberalismo, Guattari propõe uma máquina com uma visão não reducionista do ser natural. Trata-se de estabelecer um horizonte de ontologia pluralista. Isso quer dizer que a práxis humana gera universos heterogêneos, engendra práticas diversas (GUATTARI, 2015, p. 249). Engendrar é produzir, e é possível produzir: quando o desejo é produtor, aparece uma máquina que pode oferecer uma dimensão de retroação cibernética, de autopoiesis e de auto-afirmação ontológica (Ibide, p. 60).

Guattari também enfatiza que não é mais possível pretender se opor à subjetividade capitalística apenas de fora, através de práticas sindicais e políticas tradicionais. É imperativo enfrentar seus efeitos no cotidiano, no doméstico, na vizinhança, no trabalho, na cultura e até na ética pessoal (Ibidem, p. 271). Considerarmos que a forma como consumimos e produzimos alimentos faz parte dessa criação cotidiana de outra subjetividade.

Recordemos que Ploeg (2010) trazia como “utopias existentes de facto” o que os camponeses tentam criar, juntamente com milhões de outros, gerando sistemas alternativos que lhes permitam autonomia frente ao império. De acordo com Guattari, o desejo é máquina, e segundo Morin, o indivíduo e a sociedade são máquinas não triviais, capazes de atos inusitados e criativos (MORIN, 2011, p. 100-1). A máquina agroecológica apresenta um novo tipo de desenvolvimento, que é qualitativo e que reabilita a singularidade e a complexidade

dos objetos do desejo humano, apresentando uma perspectiva de uma escolha ético-política da diversidade, da dissensão criativa, da responsabilidade pela diferença e da alteridade (GUATTARI, 2015, p. 31).

Morin (2003) nos incita a pensar em duas revoluções científicas: a primeira tendo ultrapassado o determinismo e o reducionismo do mundo físico para enfrentar as complexidades. A segunda inacabada, estabelecendo as religações entre as disciplinas, ressuscitando assim a cosmologia, estimulando as ciências da terra, a ecologia, a pré-história humana, visando abrir a possibilidade de um saber científico capaz de retomar os grandes problemas da nossa cultura.

Esse saber reorganizado, acessível a todos, permitiria uma democracia cognitiva, na qual os cidadãos não estariam mais condenados à ignorância dos problemas vitais. Ao propor a regeneração ecósófica, Guattari (2015, p. 36) ressalta a importância de atingir diferentes níveis cotidianos, pessoais, familiares, de vizinhança, até apostas geopolíticas e ecológicas planetárias, que questionarão a separação entre o civil e o público, o ético e o político. Procura, deste modo, manter juntos uma organização complexa de sociedade e uma produção com uma ecologia mental e elos interpessoais de um novo tipo.

Se a alimentação é um dos problemas vitais, podemos refletir que o reencontro com o alimento agroecológico e o universo de valores que ele traz, assim como as dimensões ignoradas pela dimensão econômica, quando considerado commodity permitem trazer para a cotidianidade a democracia cognitiva. A proposta de um sistema alimentar alternativo que esteja no coração da agroecologia produz outra realidade, com seus próprios modelos de subjetivação. Esta produção é possível graças a novos arranjos, desejos permeados por afetos, resistências e micropolíticas.

A agroecologia religa saberes e pessoas. Observamos como são tecidas redes que recuperam a união de diferentes grupos sociais, onde prevalece a cultura da solidariedade e se fortalecem os vínculos entre o campo e cidade. Assim, as formas de solidariedade continuam presentes nela, resignificando-se e apoiando os atores que se interligam nas redes, redes de territórios mentais que permitem tecer redes nos territórios agrícolas; são redes de auto-organização e autocomunicação. Essas redes nos indicam um caminho promissor, porém árduo para a

formação de cidadãos que compreendam a centralidade do alimento para transformar a realidade.

Como tem sido exposto a longo deste capítulo, o termo fundamental é o da práxis. Somos prisioneiros de práticas completamente controladas remotamente, social e mentalmente, programadas por computador, assediadas por uma restituição de territórios prévios existenciais, com tudo o que isto envolve (GUATTARI, 2015, p. 111). Contra esta modelização, a agroecologia se revela como uma práxis transformadora, que tira os homens do mundo fenomenológico que o império impõe, através da valorização do alimento como mercadoria. A práxis agroecológica permite criar uma outra realidade através de sistemas alimentares alternativos, reconhecendo e comunicando as outras dimensões do alimento.

Nesse sentido se demonstra que a agroecologia, ao ser práxis transformadora, é um processo de construção de conhecimento, que sob o ponto de vista da visão cultural da comunicação é um processo de comunicação para a transformação social, produz não só alimentos saudáveis, mas também respostas e soluções para as questões da nossa sociedade. Encontramos, desta forma, consonância entre a psicopolítica e a agroecologia. Percebemos que na procura da autonomia no campo social e ambiental acontece uma autodesconstrução em rede do território mental de quem se alimenta, permitindo-lhe reconhecer e valorizar todas as dimensões do alimento, tornando o ato alimentar um ato político por excelência.

A agroecologia nos convida a tomar consciência da natureza como viva, e a nós como parte dessa teia de vida. A aproximação do alimento agroecológico vai nos aproximar das redes tecidas ao redor deste. Isto pode ser, assim, um passo na autodesconstrução psicopolítica do sistema alimentar hegemônico. Desta forma, podemos trazer de volta as conexões simbólicas da comida, que é uma das mais poderosas formas nas quais podemos expressar e preservar a identidade cultural, podendo resultar numa luta efetiva contra a colonialidade do poder e do saber.

Escrevo estas últimas linhas no momento em que se apresenta um panorama político pouco alentador para a defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Agroecologia no Brasil. O candidato eleito a presidente da República, uma semana antes da sua eleição, falava para uma população que estava se manifestando na Avenida Paulista: “ (...)esses marginais vermelhos serão banidos na nossa pátria, será uma limpeza nunca vista na história do Brasil,

bandidos do MST, bandidos do MTST, as ações de vocês serão tipificadas como terrorismo”- Jair Bolsonaro.

Um dos estados mentais que aponta a teoria psicopolítica é o estado mental da ignorância. Ignorar outros saberes ou ignorar as dimensões não econômicas do alimento, traz consequências como a perda de noção de conexões alimentares com o ecossistema, com a fome, com trabalho em condições análogas à escravidão, expropriação de terras, etc., gerando e reforçando falta de empatia com quem produz o alimento, concordando com quem criminaliza a quem reivindica seus direitos. Sob esta perspectiva, também encontramos o estado mental de ódio. Produções alternativas não são apenas desconsideradas, mas são criminalizadas por proporem a inclusão social, o que implica o acesso à terra e o apoio aos processos de reforma agrária. Tudo isso reforça a monocultura da mente.

O Estado monocultural ignora outros saberes e legitima a necessidade do colonialismo, afirmando que toda forma de vida social ou uso da terra que não segue a produção para mercado deve ser considerada improdutiva ou estéril (SANTOS, 2010, p. 15). O presidente eleito reivindica o Estado monocultural, protege a ordem sociometabólica estabelecida pelo neoliberalismo, independentemente dos perigos para o futuro da sobrevivência da humanidade (MÉSZÁROS, 2015, p. 28). Quando ainda era deputado federal, Jair Bolsonaro afirmou em entrevista: “Se eu assumir como presidente da República, não haverá um centímetro a mais para demarcação”, disse aos repórteres sul-mato-grossenses ao chegar no Parque de Exposições João Humberto de Carvalho, em Dourados (MS).

A teoria psicopolítica nos incita refletir sobre a necessidade de construir, reconstruir e fortalecer instituições que ajudem de fato os sujeitos a lidarem com suas vidas, que dependem diretamente de que os sujeitos-agência superem, psicopoliticamente em rede, as falhas do sistema. Dentro da rede constituída pelo sistema alimentar dominante, nos encontramos com necessidades emancipatórias, para as quais é relevante a proposta do exercício psicopolítico que propõe a construção de uma cultura da comunicação e uma estética transcultural, que permita emancipar-emancipando-se emancipando.

Semear a agroecologia no território mental poderia pavimentar um caminho para a construção de articulações que possam chegar a definir a refundação de Estados plurinacionais, Estados onde possa imperar uma democracia cognitiva. De acordo com Vieira Ouriques, a democracia

só se fortalece com a capacidade de construir atitudes mentais democráticas, e a partir das inter-relações. Para isso, é necessária uma mudança de rumo. É no território mental onde são produzidas as relações de poder psicossocialmente construídas, nas quais o indivíduo, a rede, movimento e organização, pode realizar uma desobediência civil dos estados mentais do poder. Desta forma, cada indivíduo é transformado em portador de voz própria, revelando a sua capacidade de autonomia na interdependência. O que é possível, quando o indivíduo é alimentado por mudanças efetivas nas relações de poder determinadas por atitudes mentais. (OURIQUES, 2011, p. 82).

Do mesmo modo, Manuel Castells (2013, p. 166) afirma que a mudança só pode ocorrer fora do sistema mediante a transformação das relações de poder, que começa na mente das pessoas e se desenvolve em forma de redes construídas pelos projetos dos novos atores que constituem a si mesmos como sujeitos da nova história do processo. O sociólogo sinaliza ainda que indivíduos entusiasmados, conectados em rede, transformam-se num ator coletivo consciente (Ibidem, p. 101, 158). A construção da autonomia do indivíduo e a conexão em rede de indivíduos autônomos para criar novas formas de vida compartilhada, são as motivações principais dos movimentos tecidos em torno da agroecologia.

Castells (2015, p. 52) também ressalta que, se as sociedades fracassarem em administrar suas crises estruturais através das instituições existentes, as mudanças só podem acontecer por meio de uma transformação das relações de poder, que começam na mente das pessoas. Na dinâmica participativa da agroecologia, encontramos um sentimento de pertencimento coletivo. São fluxos, afetos, resistências, emergências, que buscam a autonomia a partir de um diálogo de saberes, onde prevalece a cultura da comunicação e o pensamento complexo. Semear agroecologia no território mental permite chegar na mesa dos brasileiros com alimentos preservados pelos saberes dos guardiões da nossa agrobiodiversidade.

Ao considerar a ecologia dos meios, e a agroecologia nas cidades, ela se apresenta como meio e como mensagem, como foi exposto no item anterior. Assim, a agroecologia permite vivenciar uma "diversidade cultural", possibilitando perceber os pontos cegos cognitivos que impedem reconhecer a "semelhança" de uma maneira não dualista, sem a qual, de acordo com Vieira Oriques, não é possível compreender os outros: a "natureza", a "mulher", o "insurgente", o "negro", o "comunista", o "homossexual", ou qualquer um que pense diferente não são externalidades absolutas.

Para Guattari, o fenômeno urbano não é um problema entre outros, é o problema número um, porque está na encruzilhada dos desafios econômicos, sociais, ecológicos e culturais. A cidade produz o destino da humanidade, suas promoções e suas segregações. Para o filósofo, é a partir da cidade que outros modelos de subjetividade podem ser criados. Ele nos convida a estabelecer uma "cidade subjetiva" no coração da infância e da poesia, ao contrário de uma ótica seca, cega ao sentido da vida, do tecnocrata especialista, reorientando os propósitos tecnológicos, científicos, econômicos, as relações internacionais e as grandes máquinas de mídia de massa (GUATTARI, 2015, p. 31,44).

Guattari enfatiza que não se trata de tornar a cercar as cidades sobre si mesmas, como na era medieval. Pelo contrário, de uma desterritorialização complementa que a cidade se polarize em direção a novos universos de valores, conferindo-lhe um objetivo fundamental: a produção de uma subjetividade não segregativa, porém resingularizada, isto é, libertá-la da hegemonia da valorização capitalista centrada unicamente no benefício (Ibidem, p. 35).

A agroecologia nas cidades, expressa por sistemas alimentares alternativos como férias da roça, onde outra cultura rompe a homogeneidade da cidade, se reafirma como meio e como mensagem, portadora de universos de valores e, portanto, de compromisso ético-político de diversidade. Estes valores se contrapõem ao valor supremo respaldado na lei do mercado, promovem o cuidado e a defesa da integridade das leis da natureza, ao transporem estes valores com o princípio da responsabilidade de Hans Jonas (2006). São também alinhados com a consciência da casa comum que nos traz o *Laudato si* (2015).

Ao entender a cidade como uma megamáquina que modeliza, o modelo de cidade contribui para a modelagem do que Castells chama de mente pública. Nos deparamos assim com um círculo de duplo sentido: por um lado, a sociedade, a política e a economia não podem evoluir sem uma mutação de mentalidades; por outro, as mentalidades só podem realmente se mover se a sociedade global seguir um movimento de transformação (GUATTARI, 2015, p. 45). A agroecologia, através das redes que permitem a união do campo e cidade, e através da agricultura urbana, permite a ocupação de outras culturas e da natureza do ecossistema cidade.

Na introdução apresentávamos o passeio do esquizo como o encontro com a natureza:

O esquizofrênico situa-se no limite do capitalismo (...) ele mistura todos os códigos, é portador dos fluxos descodificados do desejo. O real flui. Os dois aspectos do processo se juntam: o processo metafísico que nos põe em contato com o “demoníaco” na natureza ou no seio da terra, e o processo histórico da produção social que restitui às máquinas desejantes uma autonomia em relação à máquina social desterritorializada. A esquizofrenia é a produção como limite da produção social. A produção desejante e sua diferença de regime em relação à produção social estão, pois, no fim e não no começo. De uma à outra há tão só um devir, que é o devir da realidade (DELEUZE e GUATTARI, 2014, p. 54).

Ao pensar na agroecologia como um processo de comunicação para a transformação social, apelamos para a reconstrução política em redes e territórios mentais, e também apelamos a um elemento inconsciente para muitos, especialmente nas cidades: a voz da natureza. De acordo com Guattari, o único elemento que tem o poder de libertar a sociedade é algo inconsciente. Tudo o que é consciente (muitas vezes a economia ou os planos dos socialistas), todos os que promovem controles pela consciência, conhecimento, razão, podem se tornar algo opressivo (GUATTARI, 2015, p. 74)

Na declaração do Estado Plurinacional do Equador, Eduardo Galeano pronunciava um discurso intitulado “A natureza não é muda”, em cuja constituição a natureza recobra direitos:

(...) até as melhores leis humanas tratam a natureza como um objeto de propriedade e nunca como sujeito de direito.

Reduzida a uma mera fonte de recursos naturais e bons negócios, ela pode ser legalmente ferida e até mesmo exterminada, sem que suas reclamações sejam ouvidas e sem normas legais que impeçam a impunidade de seus criminosos. Na melhor das hipóteses, no melhor dos casos, são as vítimas humanas que podem exigir uma compensação mais ou menos simbólica, e sempre depois que o dano foi feito, mas as leis não impedem ou impedem os ataques à terra, a água ou o ar. Eduardo Galeano (2008)110.

De todas as expressões que emanam de uma cultura, os conhecimentos sobre a natureza configuram uma dimensão especialmente notável, uma vez que refletem a sagacidade e a riqueza de observações sobre o entorno realizadas, guardadas, transmitidas e aperfeiçoadas no decorrer de longos períodos de tempo, sem as quais a sobrevivência dos grupos humanos não teria sido possível (TOLEDO, 2015, p. 33). Estas são específicas a cada bioma, resistem e residem na memória coletiva dos povos e comunidades tradicionais.

110 Cf. site, disponível em: <http://www.accionecologica.org/urbano/173-boletines/854-eduardo-galeano-la-naturaleza-no-es-muda>- Acesso em: fev. 2019.

Morin (2007, p. 35) explica que as reações acontecem a partir da responsabilidade, da inteligência, da iniciativa, da solidariedade, do amor. O amor é a experiência fundamental da reação dos seres humanos. Em nível da mais alta complexidade humana, a reação só pode ser amorosa. Semear agroecologia no território mental permite uma reação amorosa, perceber e reconhecer quem cuida da terra, que existe um fim na natureza que é o da preservação da vida, que a preservação da vida humana é possível a partir da preservação da natureza, e que preservar a natureza é dizer sim à vida (JONAS, 1979, p. 152). O nosso lugar de luta é a agroecologia como um processo de comunicação para a transformação social, justamente pelas vozes que ela traz, as vozes dos povos e comunidades tradicionais, que por sua vez nos comunicam que a natureza não é muda.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para James Carey, a vida não segue a estrutura dos livros, ela não está estruturada em capítulos e sim em conversas. Por isso ele pontuava que a “vida é uma conversa”. Conversa na qual entramos quando já está acontecendo e nós tentamos pegar o fio dela, e saímos antes que acabe. A conversa é contínua e ninguém tem a última palavra, e é por isso que dificilmente há pensamentos finais.

Na conversa que tem me trazido a esta pesquisa tem sido fundamental a oportunidade que a agroecologia trouxe para mim, de poder dialogar e vivenciar junto com os atores locais, os que fazem parte da agroecologia como vida-linguagem. Agricultores familiares, comunidades tradicionais, quilombolas e todos os consumidores engajados na produção de outra realidade. Produção possível graças ao desejo permeado por afetos, resistências e micropolíticas, na qual a palavra “produção” recupera o seu sentido de criação.

Para Carey, o termo de “conversação” era uma forma de pensar no sentido em que a sociedade é criada e recriada, sendo um processo dinâmico, um processo aberto no aqui e agora, mais do que com uma ordem estabelecida específica e com uma rotina de interação. A agroecologia se apresenta como uma conversação, um processo dinâmico onde resistências e emergências surgem contra a monocultura da mente que um Estado monocultural, cientificista e excludente impõe através da sua escolha pelo agronegócio.

Assim, a agroecologia é uma conversação, um diálogo de saberes, que não despreza os conhecimentos científicos acumulados. Ao contrário, convida a aprofundar os conhecimentos científicos sobre a natureza, seu comportamento e o ecossistema. A agroecologia traz utopias existentes de fato, diferentes práxis, e outras formas de conceber organizações, onde é possível entender que ser humano e natureza não são como dois termos postos um em face do outro, mas são uma só e mesma realidade, onde o ecossistema é coprodutor de outras realidades.

Desta forma, a agroecologia tem me permitido elucidar como, na conversa que impõe o sistema alimentar hegemônico, faltavam as vozes de outros saberes. Entendi que faço parte de

uma cultura que ignora outros saberes e que tem lhes decretado um capítulo final. Assim, uma visão monocultural tem sido imposta, onde o imperativo de um tempo monocultural aponta outros saberes como atrasados, o que tem impedido que uma imensa diversidade de saberes faça parte da conversa da vida.

Foram muitos autores que entraram na conversa durante esta pesquisa, que permitiram emergir e valorizar os saberes da agroecologia durante os anos de construção desta tese. Muitas conversas nas disciplinas do programa História das Ciências, das Técnicas e Epistemologias. Todos os autores trabalhados nas disciplinas de Ciência e Tecnologia e Segurança Alimentar I e II, assim como os trabalhados na história das técnicas. Ressalto Jaques Ellul, Álvaro Vieira Pinto, Lewis Mumford e Carlos Porto-Gonçalves. A entrada de Morin e as discussões sobre a visão complexa foram fundamentais para fazer a liga com os autores que entraram na conversa graças aos momentos de militância, entre os quais posso ressaltar Boaventura de Sousa Santos, Alberto Acosta, Félix Guattari, Manuel Castells, Víctor M. Toledo e Narciso Barrera-Bassols, Vandana Shiva, Yochai Benkler e Jan Douwe Van de Ploeg entre outros.

Sem dúvida a lista é mais extensa, porém com estes foi possível elaborar a fundamentação teórica, onde o sentido da monocultura da mente faz parte de um processo no qual a colonização do poder e do saber impede o encontro com outros saberes, assim como a chegada da comida de verdade na mesa dos brasileiros. Foi possível, graças a estas conversas, perceber a falta de liberdade de escolha de alimentos saudáveis e justos no interior da megamáquina cidade, onde as leis em forma de programas representam o Estado como um aparelho de captura, o qual chega a criminalizar muitas vezes a cultura alimentar.

Foi possível assim, perceber como nos encontramos frente a um processo maquínico de captura, cuja violência passa despercebida para muitos, porque se apresenta como um processo comunicativo onde o bem-estar precisa do desenvolvimento, de um tipo de desenvolvimento que requer de indicadores econômicos um produzir por produzir, que faz perder finalidades humanas e se apresenta contra a natureza e outros saberes. Porém, este tipo de desenvolvimento é desejado graças à construção capitalística da subjetividade.

De acordo com Guattari (2015, p.150-1), os equipamentos coletivos, os meios de comunicação de massa e a publicidade não deixam de interferir nos níveis mais íntimos da

vida subjetiva. O inconsciente é uma espécie de universo secreto, é um nó de interações maquinicas, através do qual somos articulados a todos os sistemas de potência e a todas as formações de poder que nos rodeiam. O meio modeliza, a megamáquina cidade modeliza. Foi necessário empreender mais uma conversa, com outro grupo de autores do mundo da comunicação, para poder justificar nosso entendimento da agroecologia como um processo de comunicação para a transformação social, pelas possibilidades que apresenta para interperlarmos sobre a modelização da qual somos objeto.

Conforme apresentado por Morin em “O Método: 1” (2003, p. 301), o autos permanece dotado de subjetividade, mas esta se torna satélite de um outro sujeito sujeitador; a inteligência e as aptidões do sujeitado podem e devem encontrar pleno emprego, mas no sentido das finalidade do mestre. A obediência pode ser imposta pela imposição (escravização), mas ela também pode se engrampar e ganhar valor de lei, de programa, de ordem “natural” no sujeitado, totalmente alienado a serviço da lei, do programa, da ordem do mestre.

Muitos dos autores com os quais conversamos sobre comunicação fazem parte do campo de estudos da ecologia dos meios, que conta entre os seus precursores justamente Mumford e Ellul. Chegamos assim a James Carey, Marshall McLuhan, Harold Innis, Carlos A. Escolari, e Robert K. Logan que ao incentivarem a inclusão da biologia no campo da ecologia dos meios, nos levava a conversar com os biólogos Humberto Maturana e Francisco Varela. Seu entendimento de que a biologia e a cultura não podem ser estudadas separadamente nos remetia ao pensamento complexo de Morin e ao o estudo da memória biocultural proposto por Toledo e Barrera-Bassols.

Da ecologia dos meios, compreendemos que o ecossistema é meio e também é mensagem. É meio no qual todas as partes constituintes emergem, coevoluem e interatuam. Desta forma, o ambiente também modeliza, se faz necessário trazer outras realidades cognitivas na megamáquina cidade ambiente que está nos modelizando. De acordo com Maturana e Varela, pessoas culturalmente diferentes vivem em realidades cognitivas diferentes, sendo que para Morin, a cultura caracteriza as sociedades humanas, é organizada/organizadora.

Desta forma, a agroecologia e a agricultura urbana têm função comunicativa no ambiente-cidade, ao trazerem culturas camponesas e indígenas para a cidade, mudarem o ambiente

através de um horto urbano ou uma feira da roça na cidade. Isto também pode contribuir com a percepção dos “pontos cegos” cognitivos, os quais são continuamente renovados e não percebemos que ignoramos. Maturana e Varela pontuam como sermos bruscamente transportados a um meio cultural diferente tem o potencial de nos fazer questionar sobre a quantidade de relações que consideramos como garantidas.

Assumimos assim, comunicar a agroecologia a partir da visão cultural da comunicação, porque as duas incarnam e promovem tradição, continuidade e vínculos. Também porque a visão cultural da comunicação está direcionada não como a extensão de mensagens no tempo, senão para manter a sociedade no tempo, assim como para atuar como a representação de crenças compartilhadas.

Ao relacionarmos as técnicas participativas da agroecologia com processos de comunicação, encontramos processos comunicativos externos e internos, que são coerentes com a visão cultural da comunicação, na qual há o compartilhamento do conhecimento camponês empírico de transmissão oral intergeracional, e de cosmovisões onde impera a concepção não materialista da natureza.

Desta forma, esta conversa nos levou a entender que a agroecologia nas cidades, expressa por sistemas alimentares alternativos, se reafirma como meio e como mensagem, portadora de universos de valores e, portanto, de compromisso ético-político de diversidade. Estes valores se contrapõem ao valor supremo, respaldado na lei do mercado, promovendo o cuidado e a defesa da integridade das leis da natureza.

Nesta conversa ainda não há um pensamento final. Ainda está por definir o como levar a mensagem da agroecologia a um maior número de pessoas. Queremos conversar com mais pessoas para trazer as vozes de outros saberes. Somos cientes da importância da internet e das redes sociais, no entanto nos afastamos dos tecnoutopismos, compartilhando a advertência apontada por Guattari (2015, p. 377): “não podemos esperar milagres dessas tecnologias: tudo dependerá, no final, da capacidade dos grupos humanos de se apropriarem delas e de lhes conferir objetivos convenientes”. Não serão as novas tecnologias que desencadearão as faíscas criativas.

Pensamos que o otimismo de McLuhan com relação às novas tecnologias, as quais permitiriam uma retribalização do homem, que poderia ter uma vida como participante de uma rede contínua de harmonia e interdependência, só é possível ao mudar mentalidades. A tecnologia pode contribuir sim para a organização do enorme conhecimento agroecológico acumulado. A visão cultural da comunicação implica no compartilhamento do conhecimento. Consideramos promissor pesquisar o modo como a Gestão do Conhecimento¹¹¹ e a criação de Comunidades de Prática, físicas e virtuais, poderiam contribuir na gestão, processo de armazenagem e divulgação dos saberes agroecológicos, contribuindo com a esperada retribalização apontada por McLuhan.

Esperamos assim que esta conversa continue, para que muitos outros possam restituir o significado mais diverso da palavra produção, como fonte, criação, causa, que conduz a essência e que tem um caráter genésico-poiético. “Bora” conversar, criar e produzir outras realidades, considerando vozes diversas, incluída a voz da natureza.

111 O termo “Gestão do Conhecimento” provém do inglês “Knowledge Management” (KM), e trata-se de uma área de atuação transversal entre as diversas disciplinas relacionadas, sobretudo, à gestão estratégica, teoria das organizações, sistema de informação, gestão da tecnologia, e às áreas mais tradicionais como a economia, sociologia, psicologia, marketing, entre outras.

O conhecimento, além de suportes, necessita de gestão, processo de armazenagem, zelo na guarda de suas informações, gerenciamento e canais para a sua disseminação. O conhecimento abrange o capital intelectual, o capital humano, a capacidade de pesquisar e inovar.

O conhecimento parte de uma informação, pesquisa, experiência e produz impactos positivos ou negativos na sociedade e em determinada organização, dependendo de como esse conhecimento é filtrado, analisado e gerido.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Edusp, 2007.

AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A MISÉRIA E PELA VIDA. **Cartilha para ajudar a formar comitês**. Brasília, Secretaria Nacional da Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida, 1993.

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Trad. Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

ALTIERI, M. **Agroecologia Bases científicas para uma agricultura sustentável**. Montevídeu: Editorial Nordan-Comunidad, 1999.

ANA. **Carta política do III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA)**. Juazeiro (BA), 2014. Disponível em: <http://goo.gl/CQMbEp>. Acesso em: abr. 2017.

ANA; ABA-Agroecologia; ABRASCO; FBES; FBSSAN; RBJA; RADV; AMB. **Carta política do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências**. Salvador (BA), 2011. Disponível em: <https://goo.gl/CLVtjl>. Acesso em: abr. 2017.

ARMESTO, F.F. **Comida**: Uma história. Trad.: Vera Joscelyn. Rio de Janeiro: Record S.A., 2004.

ARRIGUI, G; SILVER J. B. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Trad.: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: UFRJ-Contraponto, 2001.

BECK, U. **Sociedade de risco**: Rumo a uma outra modernidade. Trad.: Sebastião Nascimento. 1ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2010.

BELASCO, W. **Meals to Come: A History of the Future of Food**. 1st ed., Berkley, Los Angeles, London: University of California Press, 2006.

BENKLER, Y. **La riqueza de las redes**: como la producción social transforma los mercados en libertad. Barcelona: Icaria editorial. S.A., 2015.

BERNAYS, E. The engineering of consent. **The annals of the American Academy**. p.113-120, 1947.

_____. **Propaganda**. España: Melusina. 2ª Ed. 2010.

BERTALANFFY, V. L. **Teoria Geral dos Sistemas**. Trad.: Francisco M. Guimarães. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 1973.

BOHM, D. **Diálogo: comunicação e redes de conveniência**. São Paulo: Palas Athena, 2005.

BOMBARDI, M. L. **Geografia do uso de agrotóxico no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH, USP, 2017. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1ci7nzJPm_J6XYNkdv_rt-nbFmOETH80G/view. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório Nacional Brasileiro – Cúpula Mundial da Alimentação**. Brasília (DF), 1996.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Disponível em: <http://goo.gl/dZwPCY>. Acesso em: abr. 2017.

_____. Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Presidência da República CONSEA Nacional. GT Alimentação Saudável, **Relatório Final**, março de 2007. Brasília – DF. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/>. Acesso em: abr. 2017.

_____. **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Pnapo**. Decreto-Lei n. 7794/2012. Brasília: Câmara dos Deputados, 20 ago. 2012.

_____. **Brasil Agroecológico. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 2013-2015**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 2013.

_____. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015** : hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Secom 2014a. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016-1.pdf/view>. Acesso em: abril de 2017.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. 2ª. Ed. Brasília - DF, 2014b. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/>. Acesso em: abr. 2017.

_____. Conselho Nacional de Segurança Alimentar. **Manifesto Comida de Verdade**. V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN). Brasília (DF), 2015. Disponível em: <http://goo.gl/QRxOht>. Acesso em: abr. 2017.

CAMPOS, M.A. **Agroecologia: uma alternativa ética para garantir a soberania e a segurança alimentar e nutricional**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

CAPORAL, F. Superando a Revolução Verde: A transição agroecológica no Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 3, n. 3, p. 70-85, 2002. Disponível em: <http://www.agroecologia.uema.br/publicacoes/superando.pdf> (escrito em 2003) Acesso em 30 dez 2013

CAREY, J.W. **Communication as culture: Essays on Media and Society**. New York: Routledge, 2009.

CARNEIRO, F.F. (org.). **Dossiê Abrasco: um alerta sobre o impacto dos agrotóxicos sobre a saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, Expressão Popular, 2015.

CARNEIRO, H. **Comida e sociedade, uma história da alimentação**. São Paulo: Editora Campus, 2003

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. 1962 (1ª. ed.). São Paulo: Gaia, 2010.

CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança**. Rio de Janeiro – Brasil: Jorge Zahar, 2013.

_____. **O poder da comunicação**. Trad.: Vera Lúcia Mello Joscelyne. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz & Terra, 2015.

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHIFFOLEAU, M.C.P.B. **Ambientes obesogênicos: agroecologia como solução e reivindicação de liberdade de escolha e criação de ambientes saudáveis**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em <http://objdig.ufrj.br/10/dissert/831895.pdf> . Acesso em: jan. 2019.

CHIFFOLEAU, M.C.P.B.; DIAS, J.. **Mutações político-estéticas na comunicação da Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional**. Razón y Palabra, México, p. 663 - 671, 01 set. 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/483703>. Acesso:jan. 2019.

_____. Semeando agroecologia no Território Mental, contra a monocultura da mente. In: **9º Congresso de História das ciências, e das técnicas e da epistemologia**, 2016, Rio de Janeiro. Anais do 9º congresso de História das ciências, e das técnicas e da epistemologia, 2016.

_____. **Psicopolítica dos alimentos** – parte II. 2017. Disponível em: <https://conhecerparacomer.com.br/2017/02/14/psicopolitica-dos-alimentos-parte-ii/>. Acesso em: 10 dez. 2018.

CINTRÃO, R.P. **Segurança, qualidade e riscos: a regulação sanitária e os processos de (i)legalização dos queijos artesanais de leite cru em Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2016.

COLBORN, T. DUMANOSKI, D. MYERS, J.P. **O Futuro Roubado**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

CONSEA. Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional**. Brasília (DF), 2004.

CONTRERAS, J.; GARCIA, M. Alimentação humana: um fenômeno biocultural. In: CONTRERAS, J; GARCIA, M. **Alimentação, cultura e sociedade**. Trad.: Mayara Fonseca e Barbara Atie Guidalli. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2011, p.109-46 (cap. 2).

COSTA-FONT, J., MAS. N, NAVARRO. P. **Globesity: Is Globalization a Pathway to Obesity?** Working Paper No: 31/2013, The London School of Economics and Political Science. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2353528 . Acesso em: set. 2015.

CRUZ, Fabiana Thomé; SCHNEIDER, Sergio. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 1-18, 2010.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs Vol.5**. Trad.: Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

_____. **O Anti-Édipo**. Trad.: Luiz B.L. Orlandi. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2014 (1ª reimpressão).

DIAMOND, J. **Armas, Germes e Aço: os destinos das sociedades humanas**. Rio de Janeiro/São Paulo, 11ª.edição, Editora Record, 2008.

DIAS, J. **Cozinhar e Comunicar: uma abordagem ecobiocultural sobre os sistemas de alimentação e comunicação**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

DUBOIS, A. Un concepto de Desarrollo para el siglo XXI, 2015. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/265025145_UN_CONCEPTO_DE_DESARROLLO_PARA_EL_SIGLO_XXI . Acesso em maio 2018.

ELLUL, J. **A Técnica e o Desafio do Século**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Propagandes**. Paris: Ed. Economica, 2008.

ESPELT, R.; PEÑA-LOPEZ, I; RODRIGUEZ, E: **Activismo desde el consumo cooperativo de productos agroalimentarios: ¿economía alternativa o tecnopolítica?** Disponível em: <http://ictlogy.net/20160523-communication-at-idp2016-activismo-desde-el-consumo-cooperativo-de-productos-agroalimentarios-economia-alternativa-o-tecnopolitica/>. Acesso em: abr. 2017.

FBSSAN. **Carta política do VI Encontro Nacional**. Porto Alegre (RS), 2013. Disponível em: <http://goo.gl/AwFvNA>. Acesso em: abr. 2017.

_____. **Biofortificação: as controvérsias e as ameaças à soberania e segurança alimentar e nutricional**. (2016). Disponível em: <http://fbssan.org.br/biblioteca/relatorios/>. Acesso em: abr. 2017.

FERREIRA NETO, J. L. Micropolítica em Mil Platôs: uma leitura. **Psicologia USP**, São Paulo, v.16, n.3, p. 397-406, dezembro de 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v26n3/1678-5177-pusp-26-03-00397.pdf> . Acesso em: abr. 2017.

FISCHLER, C. **El (h)omnívoro: el gusto, la cocina y el corpo**. Trad.: Mario Merlino. Barcelona (ES): Ed. Anagrama, 1995. Ed. Paz e Terra, 1981.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Food and agriculture organization of the united nations. Livestock's Long Shadow**. 2006. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/010/a0701e/a0701e00.HTM>. Acesso em: 14 dez. 2017.

_____. **The State of Food Insecurity in the World**. 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4030e.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2017.

_____. **Crop prospects and food situation**. December 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i8278e.pdf>. Acesso em 15 jan. 2018.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **O decrescimento: entropia, ecologia e economia**. São Paulo: Ed. Senac, 2012.

GÖTSCH, E. **Homem e Natureza: Cultura na Agricultura**. Recife (PE)-Brasil: Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá. 1997.

GUARESHI, A. P. **O direito humano à comunicação**: pela democratização da mídia. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2013.

GUATTARI, F. **Qué es la ecosofía?**: Textos presentados y agenciados por Stéphane Nadaud. Trad. Pablo Ires. Buenos Aires: Editorial Cactus, 2015.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica** – Cartografias do desejo. 12.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2013.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel**. Rio Grande do Sul: L&PM Editores Ltda., 1986.

HARVEY, D. **Para entender o capital**. Livro 1. Trad.: Rubens Enderle. São Paulo: Ed. Boitempo, 2010.

INNIS, H. **Empire and communications**. United States of America: Rowman & Littlefield Publishers, inc. 2007.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KLEIN, N. **No Logo**. 10th Anniversary Edition. Canada: Vintage Canada, 2009.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 2ª ed. Trad.: Célia Neves. Rio de Janeiro: Ed. Paz & Terra, 1976.

LAPPÉ, M. F. **Diet for a Small Planet**. New York: Ballantine Books, 1991.

LEONARD, A. **The Story of Stuff**: How our obsession with stuff is trashing the planet, our communities, and our health – and a visio for change. New York: Free Pres, 2010.

LEROY, J.P. **Mercado ou Bens Comuns?** O papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental (Org.: Maiana Maia e Julianna Malerba). Rio de Janeiro: FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, 2016. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/10/FASE_Mercado-ou-Bens-Comuns-JPL-PDF.pdf. Acesso em: mai. 2017.

LLERENA, G; ESPINET, M. **Agroecologia Escolar**. Barcelona: Pollen Ediciones, 2017.

LOGAN, R. La base biológica de la ecología de los medios In: SCOLARI, C. (org.) **Ecología de los medios**: Entornos, evoluciones e interpretaciones. Barcelona: Editorial Gedisa, S.A, 2015, p. 197-217.

LÓPEZ, D; TENDERO, G. **Sembrando Alternativas**: Un pequeño Manual Práctico para la Dinamización Local Agroecológica. Disponível em <https://www.ecologistasenaccion.org/?p=26046> Acesso em outubro de 2018.

MAIA, Emanuella Gomes et al . Análise da publicidade televisiva de alimentos no contexto das recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 4, e00209115, 2017 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017000405009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 jan. 2019.

MALUF, R. **Rede Brasileira de Pesquisa em SSAN**. 6 nov. 2017. Disponível em: <https://fbssan.org.br/2017/11/rede-brasileira-de-pesquisa-em-ssan/>. Acesso em: 16 dez. 2017.

MARÍ, V M. **Comunicar para transformar, transformar para comunicar**: Tecnologías de la información desde una perspectiva de cambio social. Madrid: Editorial Popular, 2011.

MARTÍNEZ, J.O.E. McLuhan y la Escuela de Comunicación de Toronto. In: MATTELART, A. **La comunicación-mundo**: Historia de las ideas y de las estrategias. Gilles Multigner (Trad.). México. Siglo XXI Ediciones, 2003.

_____. McLuhan y la Escuela de Comunicación de Toronto. In: SCOLARI, C. (org.) **Ecología de los medios**: Entornos, evoluciones e interpretaciones. Barcelona: Editorial Gedisa S.A, 2015, p. 109-132.

MASCARO, A. L. B. A crítica do Estado e do direito: a forma política e a forma jurídica, in: NETTO, J.P. (org.) **Curso Livre Marx-Engels** – a criação destruidora. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 11-29.

MATURANA, H; VARELA, F. **De Máquinas y Seres vivos, autopoiesis**: La organización de lo vivo. Buenos Aires: Lumen 2003.

_____. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. Trad. Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Ed. Palas Athenea Editora, 2011.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Trad.: Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília (DF): NEAD, 2010.

McBRIDE, S. **Un solo mundo, Voces múltiples**: Comunicación e Información en nuestro tiempo. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1993.

McLUHAN, M; La entrevista de Playboy: Marshall McLuhan. In: SCOLARI, C. (ORG) **Ecología de los medios**: Entornos, evoluciones e interpretaciones. Barcelona: Editorial Gedisa, S.A, 2015, p. 45-95.

MENDES, L. L. **Ambiente construído e ambiente social** - associações com o excesso de peso em adultos. Tese (Doutorado) Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MÉSZÁROS, I. **A montanha que devemos conquistar**. Trad.: Maria Izabel Lagoa. São Paulo: Ed. Boitempo, 2013.

MINTZ, S. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 16, n. 47, p. 31-41, 2001.

MONTANARI, M. **Comida como cultura**. Trad.: Letícia Martins de Andrade. São Paulo: Ed. Senac SP, 2008.

MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. **Mídia, Poder e Contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Ed. Boitempo, 2013.

MORIN, E. **3. Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª ed. Trad.: Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. Brasília (DF): UNESCO, 2000.

_____. **O Método**: 1. A natureza da natureza. 2ª ed. Trad.: Ilana Heinberg. Porto Alegre (RS): Ed. Sulina, 2003.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. 3ª ed. Trad.: Eliane Lisboa. Porto Alegre (RS): Ed. Sulina, 2005.

_____. **O método 6: Ética**. Trad: Juremir Machado da Silva. Porto Alegre (RS): Ed. Sulina, 2007.

_____. **O Método 4**. As ideias: habitat, vida, costumes, organização. Trad.: Juremir Machado da Silva. 5ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **Meus filósofos**. Trad.: Edgard Assis de Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Porto Alegre (RS): Ed. Sulina, 2012.

_____. **A cabeça em feita**. Repensar a reforma, repensar o pensamento. Trad.: Eloá Jacobina. 21ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2014.

MOSS, M. **Salt, Sugar, Fat**: How the food giants hooked us. Cidade de Nova York (EUA): Random House, 2013.

MOTOKI, C. O levante das comunidades tradicionais: No campo e no litoral do Brasil, comunidades lutam por seus modos de vida e por seus territórios tradicionais. **Brasil: Reporter Brasil**, 2018. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/comunidadestradicionais/o-levante-das-comunidades-tradicionais/> Acesso em mar. 2017.

MUMFORD, L. **Técnica y civilización**. Trad. Aznar de Acevedo. Madrid: Alianza editorial, 1979.

NARDI, B. A. e O'DAY, V. L. **Information Ecologies**. Using Technology with Hear. Cambridge, CA: MTI Press, 1999.

NESTLE, M. **Food Politics**: how the food industry influences nutrition and health. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura**. 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/state-of-food-security-nutrition/es/>. Acesso em: 30 out. 2017.

_____. **World Population Prospects**: the 2017 Review. New York, 2017. Disponível em: https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/WPP2017_KeyFindings.pdf. Acesso em: 30 out. 2017.

OURIQUES, E. Vieira. Epistemologías prehispánicas de América Latina y Cambio psico-social: el caso de los conceptos derecho a la comunicación y desarrollo mediático. **Folios – Revista da Faculdade de Comunicação da Universidade de Antioquia, Medellín (Antioquia)**, n. 24, p. 121-140, julho a dezembro de 2010. Disponível em: <https://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/folios/article/download/11657/10628>. Acesso em: mai. 2017.

_____. Território Mental: el nudo gordiano de la democracia. **Perspectivas de la comunicación**. Facultad de Educación, Ciencias Sociales y Humanidades, Universidad de La Frontera: Chile, v. 4, n. 2, 2011.

_____. Sobre a economia psicopolítica. **Ofícios Terrestres**, n. 31, p. 30-48, julho-dezembro de 2014. Disponível em: <http://perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/oficiosterrestres/article/view/2437>. Acesso em: mai. 2017.

_____. **Teoria Psicopolítica**: a Emancipação dos Aparelhos Psicopolíticos da Cultura . Colección Teoría Psicopolítica, vol. 1, 1ª ed., 2017 (Co-edición Universidad de La Frontera, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidad Nacional de La Plata, Universidade do Porto, Groningen University).

OXFAM. **A distância que nos une**: um retrato das desigualdades brasileiras. 25 set 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/a-distancia-que-nos-une>. Acesso em: 08 out. 2017.

PANDOLFI, D; HEYMANN, L (orgs.). **Um abraço Betinho**. Rio de Janeiro: Nova Brasileira, 2005.

PETRINI, C. et al. **A centralidade do alimento**. Slow Food. Outubro, 2012. Disponível em: <http://www.slowfoodbrasil.com/campanhas-e-manifestos/598-a-centralidade-do-alimento>. Acesso em: 27 out. 2017.

PINTO, Alvaro Vieira. **O Conceito de tecnologia**. Volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

PLOEG, V.D. **Nuevos campesinos**: Campesinos e impérios alimentarios. Barcelona, Icaria Editorial, s.a. 2010.

POLLAN, M. **Omnivore's Dilemma**. Cidade de Nova York (EUA): Penguin Books, 2006.

_____. **In defense of food**. New York: Penguin Books, 2009.

_____. **Cozinhar**: uma história natural da transformação. Trad.: Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca, 2014.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed.: Civilização Brasileira, 2006.

POSTMAN, N: El humanismo de la ecologia de los medios. In: SCOLARI, C. (ORG) **Ecología de los medios**: Entornos, evoluciones e interpretaciones. Barcelona: Editorial Gedisa, S.A, 2015, p. 97-107.

PRADO JÚNIOR, C. P. **A Formação do Brasil Contemporâneo** – colônia. 8ª ed. São Paulo: Ed.: Brasiliense. São Paulo, 1961.

PRAHALAD, C. K. La oportunidad de negocios en la base de la pirâmide. Colombia: Grupo Editorial Norma, 2005.

RONCALLO, S. e MAZORRA, D. Ecología, arte y política: la estética como control (contra) ambiental. In: SCOLARI, C. (org.). **Ecología de los medios**: Entornos, evoluciones e interpretaciones. Barcelona: Editorial Gedisa, S.A, 2015, p. 197-217.

ROBERTS, P. **The end of food**. San Diego (CA – EUA): First Mariner Books, 2009.

SANTA SÉ. **Carta encíclica Laudato Si' do Santo Padre Francisco**. Sobre o cuidado da casa comum, 2015. Disponível em: <http://goo.gl/6QGEHy> . Acesso em: abr. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Refundación del Estado en América Latina**: Perspectivas desde una Epistemología del Sur. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, Programa Democracia y Transformación Global, julho de 2010. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Refundacion%20del%20Estado_Lima2010.pdf . Acesso em: abr. 2017.

SCHUTTER, O. de. **Final report: The transformative potential of the right to food.** 2014. ONU, Conselho de Direitos Humanos, 25^a. sessão, item 3 da agenda. Disponível em: http://www.srfood.org/images/stories/pdf/officialreports/20140310_finalreport_en.pdf. Acesso em: set. 2015.

SCOLARI, C. (org.) **Ecología de los medios: Entornos, evoluciones e interpretaciones.** Barcelona: Editorial Gedisa, S.A, 2015.

SEN, A. **Food and freedom.** Washington, D.C. Sir John Crawford Memorial Lectur. 29 de out. 1987. Disponível em: <http://wphna.org/wp-content/uploads/2015/02/1985-Sen-Food-and-freedom.pdf> Acesso em: set. 2015.

_____. **Desarrollo y Libertad.** Colombia: Printer Colombiana S.A, 2012.

SEVILLA, E.; SOLER, M. Del desarrollo rural a la agroecología: hacia un cambio de paradigma. **Documentación social** 155, p.23-39, 2009. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/310639131/Del-Desarrollo-Rural-Hacia-La-Agroecologia-Cambio-de-Paradigma> Acesso em novembro 2018.

SHIVA, V. **Monoculturas da Mente: Perspectivas da biodiversidad e da biotecnología.** Tradução Dinah de Abreu Azevedo, Gaia, São Paulo, 2003.

SIBERTIN-BLANC, G. **Politique et État chez Deleuze et Guattari: Essai sur le matérialisme historique-machinique.** Paris (França): Presses Universitaires de France, 2013.

SIMONDON, G. Mentalidade técnica em Filosofia e Educação. **Filosofia e Educação,** Campinas (SP), vol. 6, n. 3, p. 137-156, outubro de 2014. Disponível em: <http://ojs.fe.unicamp.br/ged/rfe/article/download/6601/5660>. Acesso em: mai. 2017.

SINGER, P.: MASON, J. A. **The ethics of what we eat.** Cidade de Nova York (EUA): Rodale, 2006.

SOUZA, N. P.; OLIVEIRA, M. R.; O ambiente como elemento determinante da obesidade. **Rev. Simbio-Logias.** v.1, n.1, mai/2008, p. 157-173.

STIGLITZ, J.E. La información y el cambio en el paradigma de la ciencia económica. **Revista Asturiana de Economía- ERA** N°25, 2002. pp.95 - 164.

STRATE, L. Estudiar los médios como médios: McLuhan y el enfoque de la ecología de los médios. In: SCOLARI, C. (org.) **Ecología de los medios: Entornos, evoluciones e interpretaciones.** Barcelona: Editorial Gedisa, S.A, 2015, p. 147-163.

SUBIRATS, J. **El poder de lo próximo**: las virtudes del municipalismo. Madrid: Los libros de la catarata, 2016.

TENDERO, G; POMAR, A; LÓPEZ, D. **La Dinamització local agroecològica**. Barcelona: Gabinet de Premsa i Comunicació de Barcelona, 2015.

TOLEDO, M. V; BARRERA-BASSOLS. **A memória biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. Trad.: Rosa L. Peralta. Rio de Janeiro: Ed. Expressão Popular e AS-PTA, 2015.

TONET, I. **Método Científico**: Uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Luckcás, 2013.

TORET, J.; PEREZ, L.J. **Devenir cyborg, era postmediática y máquinas tecnopolíticas** – Guattari en la sociedad red. 2012. Disponível em: http://tecnopolitica.net/sites/default/files/20120821_ecos_Guattari_sociedad_red.pdf. Acesso em: out. 2015.

TORET, J (coord.). **Tecnopolítica, Internet y R-evoluciones**: Sobre la centralidad de las redes digitales en el #15M. Barcelona: Icaria, 2012.

_____. **Tecnopolítica: la potencia de las multitudes conectadas. El sistema red 15M, un nuevo paradigma de la política distribuida. IN3 Working Paper Series**, Barcelona (ES): Internet Interdisciplinary Institute, junho de 2013. Disponível em: <http://tecnopolitica.net/sites/default/files/1878-5799-3-PB%20%282%29.pdf> . Acesso em: jul. 2015.

UNITED NATIONS. **Trade and environment review 2013**. Wake up before it is too late: Make agriculture truly sustainable now for food security in a changing climate. UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). Disponível em: <https://unctad.org/en/pages/PublicationWebflyer.aspx?publicationid=666>. Acesso em: nov. 2018.

VASCONCELOS, F.A.G. Fome, solidariedade e ética: uma análise do discurso da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida. **Hist. Cienc. Saúde** - Manguinhos vol.11 no.2 Rio de Janeiro May/Aug. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702004000200003. Acesso em: mar. 2016.

VEIGA, J. E. **O Desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Edusp, 2012.

VILA-VIÑAS, D. e BARANDIARAN, X. (eds). **Buen Conocer Flok Society: Modelos sostenibles y políticas públicas para una economía social del conocimiento común y abierto en el Ecuador**. CC BY-SA: Creative Commons Reconocimiento Compartir Igual 3.0.

Ecuador y Creative Commons Reconocimiento Compartir Igual 4.0 Internacional. Disponível em: <https://book.floksociety.org/ec/> Acesso em: jul. 2015.

VIVERO-POL, J.L. The commons-based international Food Treaty: A legal architecture to sustain a fair and sustainable food transition. INIDA. **Penser une démocratie alimentaire volume II**, p.177-206, 2014, 9782918382096. Disponível em <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01185802>. Acesso em: abril de 2017.

_____. **The Food Commons Transition**: Collective actions for food and nutrition security. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/270818313_The_Food_Commons_Transition_Collective_actions_for_food_and_nutrition_security. Acesso em: abril de 2017.

_____. **Can we end hunger in the post-2015 frame with food as a commodity?** 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303818283_Can_we_end_hunger_in_the_post-2015_frame_with_food_as_a_commodity. Acesso em: abril de 2017.

_____. **Food as Commons or Commodity?**: Exploring the Links between Normative valuations and Agency in Food Transition. 2017a. Disponível em: <https://www.preprints.org/manuscript/201701.0073/v1>. Acesso em: abr. 2017.

_____. **How do people value food?** : Systematic, heuristic and normative approaches to narrative of transition in food systems. Thèse présentée en vue de l'obtention du grade de docteur en sciences agronomiques et ingénierie biologique. Université Catholique de Louvain, 2017b.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Trad.: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2001.

_____. El debate en torno a la economía política de El Moderno Sistema-Mundial. Mundo Siglo XXI, **Revista del CIECAS**.-IPN ISSN 1870-2872, n. 24, vol. VI, 2011, p. 5-12.

WINOGRAD, T.; FLORES, F. **Understanding computers and cognition**: A new foundation for desing. United States of America: Ablex Publishing Corporation, 1986.

ZIEGLER, J. **Les nouveaux maîtres du monde et ceux qui leur résistent**. Paris: Éditions Fayard, 2002.

_____. **Destruction massive**: Geopolitique de la faim. Paris; Éditions du Seuil, 2011.

_____. **Destruição em massa**: geopolítica da fome. Trad.: José Paulo Netto. São Paulo; Ed. Cortez, 2013.